

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

IZABEL CRISTINA GOMES DA COSTA

**EM BUSCA DO PARADIGMA PERDIDO:
AS ESQUERDAS BRASILEIRAS E A CRISE DO SOCIALISMO REAL**

**Niterói
2009**

IZABEL CRISTINA GOMES DA COSTA

**EM BUSCA DO PARADIGMA PERDIDO:
AS ESQUERDAS BRASILEIRAS E A CRISE DO SOCIALISMO REAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História Política

Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho

**Niterói
2009**

C837 Costa, Izabel Cristina Gomes da.
Em busca do paradigma perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do
socialismo real / Izabel Cristina Gomes da Costa. – 2009.

336 f. ; il.

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

Bibliografia: f. 320-327.

1. Esquerda (Política) - Brasil - Século XX. 2. Crise política. 3. Socialismo.
4. Projeto. 5. Cultura política. I. Reis Filho, Daniel Aarão. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 320.5320981

IZABEL CRISTINA GOMES DA COSTA

**EM BUSCA DO PARADIGMA PERDIDO:
AS ESQUERDAS BRASILEIRAS E A CRISE DO SOCIALISMO REAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História Política

Aprovada em _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho (orientador)

Profª Drª Denise Rollemberg Cruz

Profª Drª Maria Paula Nascimento Araújo

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho

Prof. Dr. Américo Oscar Freire

Niterói
2009

Dedico,

À minha mãe,

*“Quando eu era criança, minha mãe me disse: ‘a sua tarefa é estudar.
O resto eu cuido’. E eu fui. O que sou agradeço a ela”.*

À Clara,

*“Há nove anos você era o anúncio de uma nova vida em mim.
Hoje você é a minha realidade mais feliz.
Repito para você o que minha mãe me disse:
Vá, estude, viva a vida. O resto, a gente cuida”.*

Agradecimentos,

Nestes quatro anos e meio de doutorado, diversas pessoas contribuíram para a escrita deste texto através de um suporte pessoal, acadêmico ou político. A todos o meu profundo agradecimento através das “gentes” e instituições aqui citadas.

Agradeço imensamente à equipe do AMORJ que, durante quase um ano, foram extremamente solícitos na árdua tarefa da garimpagem de arquivos, facultando-me inclusive acervos ainda em organização: Sheila Botelho, Gustavo Moura e Miguel. Especialmente a Marco Aurélio Santana através das discussões sobre o anarquismo e das dicas relacionadas ao meu trabalho como professora de história do direito.

Agradeço ainda às instituições como a Fundação Darcy Ribeiro e a Fundação Perseu Abramo que, através da revista *Teoria e Debate*, propiciou a publicação do primeiro artigo fruto deste trabalho.

Agradeço à rede municipal de Duque de Caxias que, ao me conceder quatro anos de licença com vencimento, possibilitou concretamente a realização deste projeto. Agradeço também à rede municipal do Rio de Janeiro pela concessão de um ano de licença para os mesmos propósitos. Nestas redes de ensino, agradeço a compreensão das minhas escolas, sempre parceiras, especialmente àqueles com quem convivi no Aquino de Araújo e na Maria Isabel Bivar. Agradeço à nova convivência na Lourenço Filho que estimula o pensamento, a discussão e o compromisso com a educação e a transformação.

Agradeço a todos os homens e mulheres que me autorizaram a conhecer uma pequena parte das suas vidas, dos seus sonhos pregressos e perspectivas futuras. Eles me ensinaram o cuidado com as palavras – o depoimento não é uma folha de papel – e a necessidade do respeito às memórias. Adelson Telles, Anísio Cáder, Anita Prestes, Aurélio Fernandes, Domingos Toderó, José Maurício, Kadu Machado, Luiz Henrique Ferreira, Marcelo Barbosa, Maurício Pencack, Pedro Castro, Ricardo Figueiredo de Castro, Sergio Batalha, Sergio Rayol, Teodoro Buarque de Hollanda, Theotônio dos Santos e Vivaldo Barbosa. Um carinho especial por todos vocês.

Agradeço a vários professores que cumpriram um papel fundamental na minha formação e na escrita deste texto. Nas minhas lembranças está sempre Helena Müller, minha orientadora de monografia e a primeira a me estimular pelos veios da pesquisa. Um agradecimento especial a Jorge Ferreira, que, desde as “batalhas anti-Collor”, me fez refletir acadêmica e politicamente sobre a contribuição do trabalhismo; a Francisco Martinho e a Denise Rollemberg – sempre solícitos – que fizeram importantes contribuições à tese, reforçando a segurança que me faltava.

Agradeço a Mario Arthur Pardal, um querido amigo e que me abriu o seu importante acervo de literatura marxista, sempre parceiro nas discussões sobre o socialismo e a militância social. Um agradecimento especial aos amigos amados para sempre, Claudio Monteiro e Patrícia Schmid, ouvindo-me e apoiando-me numa tarefa

que, muitas vezes, pensei não conseguir chegar até o fim. Aos amigos do Força Jovem Franciscana, um pedaço do meu coração que estava ausente.

Agradeço imensamente a toda minha família: a mãe Dalva, aos irmãos Junior, Andreia e Cláudia, aos cunhados e cunhadas.

Agradeço a Túlio, camarada e amante, parceiro de uma vida inteira e cúmplice das convicções expostas nesta tese.

Agradeço às filhas Clara e Tayná pela paciência diante de tantos momentos de privação da minha presença, pelo apoio e pelo orgulho que sempre demonstraram ter de mim. Vocês brilham com luz própria.

Agradeço ao meu mestre, Daniel Aarão Reis. Trata-se muito mais do que uma orientação. Trata-se da sua paixão ainda viva pelas utopias. Pelo seu exemplo de trabalho e perseverança, pela sofisticação do seu pensamento. E pelo estímulo sempre amigo, fazendo-me acreditar que era possível. Bastava seguir em frente. Trata-se de admiração pela fidelidade às suas convicções e pelo seu compromisso político com a transformação.

Resumo

“Em Busca do Paradigma Perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real” analisa o impacto do colapso do socialismo de tipo soviético sobre três importantes tradições das esquerdas brasileiras: o socialismo petista (PT), os comunismos do PCB e do PC do B e o socialismo trabalhista do PDT.

A tese está organizada em seis capítulos. O capítulo I apresenta determinados elementos da crise do movimento socialista internacional antes das reformas de Mikhail Gorbatchev na URSS. Além disso, o texto mapeia as principais tradições das esquerdas brasileiras no século XX, e contextualiza o momento singular da conjuntura nacional assinalada pelo processo de abertura política.

Os quatro capítulos subseqüentes estudam o comportamento das esquerdas brasileiras durante os eventos ocorridos entre 1985 e 1991, analisando as principais tradições deste campo político. Empregando depoimentos orais e documentos escritos, a tese resgata o debate desenvolvido no seio das mesmas, protagonizado por dirigentes, militantes e afiliados. As resoluções partidárias também são trabalhadas, pois elas representam a síntese realizada após intensas discussões, gerando, muitas vezes, dissensões. Com este objetivo o texto trata da sua concepção de socialismo, das interpretações elaboradas sobre o processo de reformas e de decomposição do bloco comunista, identificando as principais alterações no seu sistema de crenças.

O epílogo dedica-se a refletir sobre a trajetória das esquerdas brasileiras durante a década de oitenta, estabelecendo as polifonias e as respostas produzidas por elas diante do colapso do socialismo real. Buscando o fio entre este campo e os “paradigmas perdidos”, a tese procura compreender como aquela *débâcle* afetou, por um lado, a cultura política de tais organizações – sua identidade, seu conjunto de crenças e de valores, o seu capital político. Mas, por outro lado, proporcionou a abertura de novos horizontes para os questionamentos e a reconstrução da utopia socialista.

Palavras-chave: esquerdas brasileiras – colapso – socialismo real – projeto – cultura política

RÉSUMÉ

« *À la recherche du paradigme perdu: la gauche brésilienne et la crise du socialisme réel* » analyse l'impact de l'effondrement du socialisme de type soviétique sur trois grandes traditions de la gauche brésilienne: le socialisme *petista* (PT), les héritages communistes du Parti Communiste Brésilien (PCB) et du Parti Communiste du Brésil (PC do B) et le socialisme travailliste du Partit Démocratique Travailliste (PDT).

La thèse est structurée en six chapitres. La première part contient certains éléments de la crise du mouvement socialiste international avant les réformes de Mikhaïl Gorbatchev en URSS. Le text examine aussi les principaux traditions de la gauche brésilienne au vingtième siècle, et expose le moment singulier du contexte national signalé par l'ouverture politique.

Les quatre chapitres suivants étudient le comportement de la gauche brésilienne au cours des événements entre 1985 et 1991, en analysant leurs principaux traditions politiques. En employant des témoignages et des documents écrits, la thèse récupère le débat joué par les dirigeants, militants et sympathisants. Les résolutions de ces partis sont aussi travaillées, car elles représentent une synthèse réalisée après d'intenses discussions, produisant souvent la dissidence. Le text traite des conceptions de socialisme de ce camp politique, des leurs stratégies pour les transformations dans le Brésil et des interprétations élaborées sur le procès de réformes et de décomposition du bloc communiste, en identifiant les principaux changements dans leur système de croyance.

L'épilogue réfléchit à la trajectoire de la gauche brésilienne au cours des années quatre-vingt, en établissant les polyphonies et les réponses produites par elle devant l'effondrement du socialisme réel. La thèse cherche à comprendre comment cette débâcle a touché la culture politique de ces organisations - identités, croyances, valeurs et capital politique -, mais, d'autre part, a proportionné l'ouverture de nouveaux horizons pour les questionnements et la reconstruction de l'utopie socialiste.

Mots-clé: gauche brésilienne – effondrement – socialisme réel – projet – culture politique

Sumário

Capa	1
Folha de rosto	2
Ficha catalográfica	3
Folha de aprovação	4
Dedicatória	5
Agradecimento	6
Resumo	8
Résumé	9
Sumário	10
Apresentação	13
<i>Os capítulos que buscam o paradigma perdido</i>	<i>15</i>
Capítulo I: O capital político das esquerdas brasileiras até a crise do socialismo real	18
<i>A crise do movimento socialista e comunista antes de Gorbatchev</i>	<i>21</i>
<i>Contexto político brasileiro da transição dos anos oitenta</i>	<i>27</i>
<i>As esquerdas brasileiras e as grandes tradições do pré-64: Trabalhismo e Comunismo</i>	<i>34</i>
<i>O golpe civil- militar de 1964: as esquerdas brasileiras e as estratégias da frente democrática e da luta armada</i>	<i>42</i>
<i>Retornos, fundações e renovações das esquerdas no Brasil nos anos oitenta</i>	<i>43</i>
Capítulo II: O Partido dos Trabalhadores e a crise do socialismo: entre os desafios da renovação e as heranças das esquerdas tradicionais	49
I. O PT e o mito do “novo”: “remido” de todos os “pecados”?	49
II. O petismo e as revoluções socialistas no século XX	58
<i>O legado de Marx em questão: abandono ou resgate da tradição marxista?</i>	<i>58</i>
<i>O debate entre marxistas revolucionários e reformistas revolucionários</i>	<i>60</i>
<i>A Novidade Gramsci</i>	<i>66</i>
<i>Em nome de Marx: os marxismos e as experiências socialistas do século XX</i>	<i>68</i>
<i>Renovação ou restauração? As visões da crise no bloco soviético</i>	<i>72</i>
III. Pensando o futuro: o socialismo petista e as estratégias da revolução brasileira	89
<i>Estado e mercado na estratégia do socialismo petista</i>	<i>97</i>
<i>Democracia e socialismo na estratégia petista</i>	<i>102</i>
<i>O indivíduo e a estratégia socialista</i>	<i>107</i>
<i>A administração petista na estratégia socialista</i>	<i>109</i>

V. Um passo à frente na construção do socialismo?	113
 Capítulo III: E o comunismo tem futuro? Os comunistas do PCB na crise do socialismo real	131
I. O PCB entre as suas diversas memórias	131
II. O PCB e as revoluções socialistas no século XX	134
<i>Os significados da Revolução Russa de 1917.</i>	134
<i>Renovação ou restauração? As visões da crise no bloco soviético</i>	140
<i>O legado de Marx em questão: abandono ou resgate da tradição marxista?</i>	150
III. O PCB numa sinuca de bico: a democracia como solução para a crise do socialismo?	158
IV. O PCB e as estratégias da revolução brasileira	163
V. Os últimos congressos do Partido Comunista Brasileiro	167
<i>A refundação do Partido Comunista Italiano: um novo guia como referência?</i>	167
<i>Quem eram os conservadores e os renovadores no PCB?</i>	170
<i>A opção do Partido dos Trabalhadores: uma saída?</i>	174
<i>Os congressos do PCB em disputa: quem decide o futuro do Partidão?</i>	176
<i>Ser ou não ser comunista? Propostas para os últimos congressos do PCB</i>	177
VI. O Fim do comunismo pecebista: Um “ajuste de contas” ou ensaios para mudanças?	187
 Capítulo IV: PC do B: a travessia do comunismo entre a ortodoxia e a revisão	199
I. PC do B: inflexões políticas até a década de oitenta	199
II. O PC do B na transição brasileira: da Frente Democrática à Frente Brasil Popular ...	203
III. O PC do B e a pátria do socialismo proletário	208
<i>O PC do B e os significados da revolução russa de 1917</i>	209
<i>Renovação ou restauração? As visões da crise no bloco soviético</i>	210
IV. Quando os ventos do Leste sopraram mais forte: a hora do revisionismo pecebista?	212
<i>A preparação do VIII Congresso: na corda bamba entre ortodoxias e revisões</i>	212
<i>O revisionismo contemporâneo: marco inexpugnável ou uma nova revisão?</i>	216
<i>Stálin na berlinda. Um debate apaixonado</i>	220
<i>O partido de tipo leninista – que heranças manter?</i>	225
<i>A Albânia caiu. Um novo farol para o PC do B?</i>	228

<i>O Golpe de Agosto de 1991: o dogmatismo falou mais forte</i>	233
<i>Novas formulações para a estratégia da revolução brasileira</i>	234
V. A vez do revisionismo pedetista: modernizar a ortodoxia	235
Capítulo V: E o Muro ruiu: o trabalhismo como um novo caminho para o socialismo?	242
I. Populismos e Trabalhismos: revisitar uma certa história do Brasil anterior ao golpe civil-militar de 1964	243
<i>1964: o fim do projeto trabalhista?</i>	250
II. O fim do exílio trabalhista: a volta em grande estilo em 1979	255
III. PDT: o trabalhismo e o caminho brasileiro para o socialismo	258
<i>O trabalhismo pedetista e as tradições petebistas. O que resgatar?</i>	259
<i>Socialistas e comunistas no PDT: um partido de tendências?</i>	266
<i>Militantes da luta armada</i>	267
<i>Os socialistas no PDT</i>	268
<i>Os comunistas no PDT</i>	272
<i>O Coletivo Gregório Bezerra (CGB) e o trabalhismo socialista</i>	273
<i>A Reconstrução do Partido Comunista (RPC) e o trabalhismo socialista</i>	277
<i>O socialismo pedetista: a invenção de uma nova tradição</i>	280
<i>Ocupar a presidência da república como via para o socialismo?</i>	286
<i>Brizola não se tornou presidente. E o Novo Trabalhismo após 1989?</i>	288
IV. O PDT e a <i>débâcle</i> do socialismo real – imune ao colapso?	290
V. Conclusão: nacional-estatismo e socialismo – uma combinação para as mudanças do século XXI?	297
Capítulo VI: <i>Em busca de uma nova utopia socialista?</i>	302
<i>As esquerdas brasileiras: entre o novo e as heranças socialistas</i>	304
<i>Nacionalismo, democracia e socialismo: entre reformas e rupturas</i>	310
<i>O impacto da cena política brasileira sobre as esquerdas</i>	314
<i>Diante do paradigma perdido, as possíveis metamorfoses</i>	316
Bibliografia	320
Fontes	328
Anexos	334
Glossário de organizações políticas	335-336

Apresentação

Nascida sob o signo de 1968, uma semana antes da edição do AI-5, as histórias das esquerdas e as façanhas heróicas de seus militantes sempre me fascinaram. Sob o véu de um confesso romantismo, a rebeldia, a coragem e as palavras- de- ordem – fossem elas originadas das épicas ações do trem vermelho de Leon Trotsky, das páginas apaixonantes da *Olga*¹ de Fernando de Moraes ou da ousadia dos jovens rebeldes do 68 francês e brasileiro – povoavam o imaginário de quem lentamente percebia no pátio do Colégio Pedro II que o Brasil ultrapassava uma fase bastante sombria da sua história. A minha geração “coca-cola” era aquela que vivia as suas adolescência e juventude com as esperanças da transição trazer profundas mudanças para o país.

Dessa forma as esquerdas sempre estiveram presentes nas minhas expectativas de jovem oriunda de uma família sem qualquer tradição militante. Quando a juventude combinou-se aos verdes anos da universidade, enfim, parecia que os símbolos tomariam concretude. Encarnaria eu agora uma daquelas imagens que combinavam romantismo e rebeldia? Os tempos nos pareciam ser favoráveis. Era a época das greves e do pipocar dos movimentos sociais. Das *Diretas já* e da Constituinte. Da esperança do meu primeiro voto. Eram os inesquecíveis tempos do *Lula-lá*.

Respirando quase que exclusivamente o ar universitário dos estudantes de humanas, os meus olhos percebiam todas as ações políticas como decisivas. E eu era uma protagonista fundamental. Eu fazia história. E não podia “*faltar ao encontro*”.²

Entretanto, os anos oitenta trouxeram surpreendentes novidades. O mundo socialista passava por graves problemas. Mesmo que, no início, o “fenômeno Gorbachev” reacendesse em muitos a possibilidade de revigoração daquele regime, para mim e para os meus pares os sinais eram outros. Trotsquista como era, as mudanças no antigo “monólito” significavam a realização de um prognóstico. Confesso, quase uma profecia. A eclosão da crise na União Soviética reabriria as portas da

¹ **MORAIS**, Fernando de. *Olga*. 1ª ed., SP: Alfa Ômega, 1985.

² Parafrazeando e homenageando o mestre Daniel Aarão Reis. **REIS**, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. SP: Brasiliense, 1989.

revolução. Ela colocaria na ordem- do- dia a retomada do socialismo na URSS – já que esse lá se degenerara – e a possibilidade de novos outubros pelos quatros cantos do planeta. Era uma perspectiva promissora.

Embora comemorássemos cada novo capítulo da crise, as defecções no PCUS, as audaciosas manifestações políticas das nações encarceradas ou dos rebeldes mineiros que nos faziam lembrar – numa memória por tabela ¹ – acontecimentos vivos em nosso íntimo, a banda não tocava conforme a música. Sem acreditar na possibilidade de transformações tão fulminantemente rápidas, nós víamos a restauração capitalista chegar.

Muitos passaram a questionar radicalmente a perspectiva de qualquer revolução acontecer no planeta. Era o triunfo inelutável do capitalismo. Outros se seguravam àquilo que podiam e, diante do colapso, afirmavam que, pelo contrário, o momento era propício para a revolução. Faltavam apenas as direções revolucionárias... Vi lutadores valorosos irem “embora para a casa”. Pensaram que a revolução já se encontrava às portas na Argentina, no Brasil ou na URSS. Não foram poucos os comunistas que choraram. Havia também aqueles inatingíveis que enxergavam o muro apenas caindo na cabeça dos outros. Mas também, e me incluo entre eles, diversos militantes tentaram compreender o que se passava com a utopia socialista e os novos significados que poderiam advir daí.

A esquerda precisava se reconstruir. Negando. Reafirmando. Resgatando. Revisando. Inovando. Estes verbos integrariam, a partir de então, o dicionário da *gauche* nacional e mundial.

Como, depois de todo este percurso, não estudá-las? O que mais escrever sobre algo agora apreendido como *démodé*? Comecei a trabalhar com o acontecimento político mais importante do século vinte sob o prisma da conjuntura brasileira e de uma instituição pertencente ao campo das direitas. Com muitas precauções – direita e esquerda também não eram conceitos ultrapassados? – escolhi no mestrado analisar as leituras construídas pelo jornal *O Globo* sobre as reformas na URSS. Desvelando a

¹ Termo originado da obra de Michael Pollack para definir a influência de determinados acontecimentos históricos, partilhados por um grupo mesmo que eles não tenham sido vividos diretamente por todos. **POLACK**, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. in: *Revista de Estudos Históricos*. RJ, vol. 2, nº 3, 1989.

inversão dos significados do binômio, sobressaiu-se a importância deste fenômeno para a evolução do debate político em curso no Brasil, no momento em que eu debutava na militância de esquerda.

No doutorado, portanto, não poderia deixar de retornar ao ninho e investigar o impacto da crise do socialismo sob o próprio campo das esquerdas. Na verdade o choque sobre várias gerações que viveram na certeza de poder realizar profundas transformações no Brasil, e que, num curto espaço de tempo, viram dissipar as suas utopias socialistas.

Assim analisar os debates e as resoluções das esquerdas brasileiras durante a mais grave crise do projeto socialista internacional também significa compreender o comportamento de pensadores e militantes *rouges* confrontados com mudanças tão avassaladoras. Neste sentido o objetivo desta tese também é bastante egoísta. Quero decifrar a difícil travessia destes partidos – homens e mulheres com os quais eu aprendi a erguer utopias e a sonhar transformá-las em realidade.

Os capítulos que buscam o fio do paradigma perdido

“*Em Busca do Paradigma Perdido*” aborda o impacto da crise do socialismo soviético sobre as esquerdas brasileiras, no período de desenvolvimento das reformas na URSS, a *Perestroika* e a *Glasnost* (de 1985 a 1991). O texto analisa as interpretações elaboradas pelas mesmas em relação a estes eventos irresistíveis, identificando as principais alterações no sistema de crenças deste campo político.

A tese está organizada em seis capítulos. O capítulo I apresenta alguns elementos da crise do movimento socialista internacional antes das reformas de Mikhail Gorbatchev, e mapeia as mais significativas tradições das esquerdas brasileiras. Além disso, contextualiza o momento singular da conjuntura política nacional demarcada pelo processo de transição do regime ditatorial para um Estado de direito no país.

A partir de então, os quatro capítulos subsequentes analisam o comportamento das esquerdas brasileiras durante a crise do socialismo real através dos partidos considerados como os mais expressivos deste campo político. Respectivamente, o texto investiga as proposições várias, às vezes conflitantes, do socialismo petista

(Partido dos Trabalhadores). Avalia os caminhos singulares do comunismo brasileiro através das experiências vividas pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PC do B (Partido Comunista do Brasil). Trata também do polêmico movimento trabalhista. Compreendido por diversas expressões do mundo político e acadêmico como uma forma de dominação burguesa sobre os trabalhadores por meio de lideranças carismáticas, no período entre 45 a 64 o trabalhismo constituiu-se numa genuína expressão do pensamento de esquerda brasileiro. Baseado no princípio de justiça social, o PTB tornou-se o alicerce do programa reformista e nacional-estatista. Na década de oitenta, essa tradição demarcou a história política do país através da sua mais importante agremiação, o Partido Democrático Trabalhista. Combinando uma diversidade de tradições do campo das esquerdas, o PDT formulou uma proposta socialista muito peculiar.

“Em busca de uma nova utopia socialista?” é o título do capítulo VI. Conclusivo, ele dedica-se a refletir sobre a trajetória desses partidos políticos durante a década de oitenta, comparando as respostas elaboradas pelos mesmos diante do colapso do socialismo real, identificando as suas mútuas influências. Procura compreender como aquela *débâcle* afetou, por um lado, a cultura política destas organizações – seu conjunto de crenças e valores, o seu capital político. Mas, por outro, proporcionou a abertura de novos horizontes para os questionamentos à cultura predominante no campo socialista, fortemente enraizada nas tradições da Segunda e da Terceira Internacional, apesar das críticas realizadas durante o século XX.

As abordagens desenvolvidas no transcorrer da tese trabalham com as interpretações elaboradas pelos dirigentes, militantes e intelectuais influentes destas organizações, explorando diversas fontes: revistas, jornais, panfletos, teses, entrevistas publicadas. As resoluções partidárias também são analisadas, pois representam o acúmulo obtido por essas agremiações após intensos debates, o que muitas vezes gerou dissensões. Em alguns casos, onde as lacunas não conseguem ser respondidas por meio dos materiais impressos disponíveis, alguns depoimentos foram coletados e trouxeram importantes informações.

Buscando o fio entre o campo das esquerdas brasileiras e o paradigma perdido, a tese pretende compreender em que medida as alterações no seu sistema de crenças

romperam e/ou preservaram determinados referenciais clássicos dos socialismos produzidos nos séculos XIX e XX. Acreditando que os processos de reinterpretação do socialismo e da revolução não renegaram totalmente as concepções, múltiplas, construídas pelo pensamento *gauchiste* na época anterior, a tese busca desvelar de que forma as revisões operadas contribuíram para a atualização e a elaboração de uma perspectiva renovada e mais sofisticada dos projetos das esquerdas no Brasil.

Capítulo I

O capital político das esquerdas brasileiras até a crise do socialismo real

“Um partido político é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer”.¹

“Em busca do paradigma perdido” pretende analisar o comportamento das esquerdas brasileiras diante do colapso da primeira experiência socialista do planeta. Com este objetivo a tese escolheu trabalhar com as suas mais importantes tradições: os dois projetos comunistas, o socialismo petista e a esquerda trabalhista.

Interpretando a epígrafe acima, tratar das esquerdas nesse momento não significa fundamentalmente abordar as suas resoluções, mas examinar minuciosamente as discussões, as dúvidas e as atitudes dos seus militantes no transcorrer da crise. Dessas posições, reafirmando as mesmas convicções, elaborando novas visões ou retornando a antigos paradigmas, resultaram as resoluções e os caminhos traçados por essas agremiações.

As investigações aqui desenvolvidas baseiam-se nas novas abordagens que retiraram a história política do isolamento acadêmico ao qual estivera submetida durante várias décadas. Esse descrédito correspondia à reação de historiadores, principalmente franceses reunidos na Escola dos *Annales*, ao paradigma tradicional da “história rankeana”: por excelência política e relacionada essencialmente ao Estado.²

Apesar da permanência das pesquisas nesta especialidade – algumas análises já apresentavam uma perspectiva alternativa – a historiografia predominante nos anos após a segunda guerra mundial³ relegava a história política ao ocaso, definindo-a como

¹ **BERSTEIN**, Serge. Os Partidos. in: **RÉMOND**, René (org.). *Por uma história política*. RJ: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996. p. 72.

² Embora Leopold von Ranke estivesse menos limitado pelo paradigma tradicional do que seus seguidores. **BURKE**, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. 2ª ed., SP: Ed. UNESP, 1992. p. 8.

³ Para Jacques Julliard, uma determinada abordagem marxista e dos *Annales* avaliava o fenômeno político como um reflexo das forças econômicas ou materiais. **JULLIARD**, Jacques. A política. in: **LE GOFF**, Jacques; **NORA**, Pierre. *História, novas abordagens*. 2ª ed, RJ: Ed. Francisco Alves, 1979. p. 181.

“elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia”.¹ Assim, ao longo desse período, caudatária de uma escrita tradicional, ela parecia submersa aos domínios do factual, do narrativo, do biográfico e do acontecimento efêmero. Esses gêneros, também apreendidos como uma expressão do tradicional, encontravam-se irremediavelmente sentenciados.

De acordo com René Rémond, o fim do século XX assistiu à retomada da história política, fruto das profundas transformações das sociedades contemporâneas. Esta tendência aprofundou-se no final dos anos sessenta, expressa nitidamente nos eventos do maio de 68: “O uso extenso e abusivo do conceito de poder, contribuiu para reconduzir o político ao primeiro plano da reflexão”.² Apesar da crise de representatividade vivenciada pelos partidos políticos, os novos papéis desempenhados pelo Estado, o crescimento das democracias representativas e das esferas públicas de poder desde o pós-guerra fortaleceram-nos enquanto lugares, por excelência, da mediação política.³

Segundo Serge Berstein, as pesquisas sobre estas instituições receberam um novo fôlego com a incorporação do conceito de cultura política – “um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns”.⁴ Tais abordagens permitiram a interpretação das crenças, das identidades construídas por estes partidos, das visões de mundo partilhadas pelos seus militantes. Nessa mesma perspectiva as concepções trabalhadas pelos historiadores Bronislaw Baczo e Raoul Girardet⁵ sobre os imaginários sociais e as mitologias políticas também trouxeram importantes contribuições a este campo da historiografia.

Não foi somente a história política que deixou o ostracismo. Desprezado pelos *Annales* como a mais pura expressão do efêmero e do trivial diante das longas durações, as novas abordagens resgataram o acontecimento para o campo da história. Pierre Nora, no famoso artigo “O retorno do fato”¹, destacava a íntima relação entre a volta da narrativa e a evolução da história contemporânea. Diferentemente de outras

¹ RÉMOND, René. Uma história presente. in: RÉMOND, Op. cit. p. 18.

² *Ibid.* p. 25.

³ BERSTEIN, Op. cit., p. 60.

⁴ *Ibid.* p. 88.

⁵ BACZO, Bronislaw. Imaginação social. in: *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-homem*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985 e GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. SP: Cia das Letras, 1986.

épocas, ela estava demarcada por uma nova concepção de tempo. O presente tornava-se pleno de sentido histórico. Nessa outra forma de narrativa, o papel da mídia tornava-se fundamental para a ampliação dos diversos modos de percepção histórica, transformando o acontecimento imediato em história. Dessa maneira a memória das sociedades contemporâneas, mais do que nunca, seria “*intensamente retinal e poderosamente televisual*”.² Para as esquerdas mundiais – ou melhor, para a população do planeta que assistia diariamente pelas tv’s à queda dos vários pedaços que se desprendiam do bloco comunista – o dramático colapso do socialismo de tipo soviético foi vivenciado como a mais pura expressão de um fato político.

O conceito empregado por René Rémond também confere ao acontecimento um lugar central. Ultrapassando os limites do factual, ele torna-se um fundador de mentalidades: “*Solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo uma referência*”.³ Assim o nascimento das primeiras experiências socialistas e o seu colapso delimitaram as utopias de várias gerações de militantes das esquerdas. Erigiram caminhos. Desfizeram projetos.

As esquerdas brasileiras não estavam isoladas do restante do planeta. O impacto desses fatos também foi bastante significativo no país. O comportamento dessas organizações, de forma abrupta ou gradual, sofreu significativas transformações durante e após os eventos do final da década de oitenta. Integrando formalmente um campo internacional, como o caso do PCB, ou procurando fora do país referências para guiar a sua ação política, elas dialogavam com várias tradições internacionais. Enquanto as esquerdas viviam um crescimento inédito e a possibilidade de se tornar uma alternativa concreta de governo no Brasil, o socialismo ocidental passava por uma grave crise antes mesmo da eclosão do furacão *Perestroika*.

¹ NORA, Pierre. O retorno do fato. in: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. 2. ed., RJ: Livraria ed. Francisco Alves, 1979.

² *Ibid.*

³ RÉMOND, René. Do político. in: RÉMOND, Op. cit., p. 449.

A crise do movimento socialista e comunista antes de Gorbatchev

Quando o colapso pulverizou o bloco soviético no final dos anos oitenta, a crise já havia se instalado há muito tempo no interior do movimento socialista mundial, especialmente no europeu. Mergulhados em impasses, esses reviam vários dos seus pressupostos à luz das profundas mudanças no capitalismo central. Se na América Latina as esquerdas revigoravam o seu projeto em países como o Brasil, na Europa elas refluíam. Perdiam postos para a ascensão do neoliberalismo¹ e até mesmo da direita mais radical.

Despontando como uma realidade política no final do século XIX, a social-democracia caracterizou-se no início por uma interação dinâmica entre partido e sindicato, atuando de forma complementar.² Um forte enraizamento na classe operária centralizava a lógica e a razão de ser da sua ação política. As identidades eram construídas a partir da experiência no trabalho fabril em larga escala e intensamente concentrado em áreas industriais.

Nos anos sessenta a social-democracia cristalizou uma dinâmica presente desde os seus anos de ouro. Segundo Marc Lazar, quatro características coroaram uma evolução por vezes caótica. Ela consolidou oficialmente uma orientação reformista e gradualista, porém ainda ligada às idéias de mudanças. Continuou perseguindo o mito mobilizador relacionado à visão de uma sociedade igualitária, justa e solidária.

¹ As origens do que hoje se chama neoliberalismo remete-se à Escola Austríaca, do final do século XIX, com Friedrich Von Hayek, considerado o proponente da sua base filosófica e econômica, e Ludwig Von Mises. Num de seus livros mais famosos, *“O Caminho da Servidão”* (1944), Hayek expôs os princípios básicos de sua teoria, segundo a qual o crescente controle do Estado levaria à completa perda da liberdade. Outra vertente do liberalismo surgiu nos Estados Unidos da América e concentrou-se na chamada Escola de Chicago, defendida por Milton Friedman. A crise econômica, presente desde o fim dos anos 60, explodiu no início da década subsequente, causada por dois choques sucessivos nos preços mundiais do petróleo e pelo endividamento excessivo dos países subdesenvolvidos em seu afã de tentar superar a crise petrolífera. Taxas de lucratividade continuamente decrescentes, um mercado de ações moribundo nos Estados Unidos, uma alta contínua da inflação nos países centrais reacenderam as críticas contrárias às idéias keynesianas, apontadas como as grandes responsáveis pela crise. A "mão invisível", mencionada por Adam Smith, substituiria (com vantagem, segundo os neoliberais) os controles governamentais até então existentes e as restrições ao livre fluxo de mercadorias, criando assim uma economia globalmente liberalizada. Além da experiência desenvolvida no Chile de Pinochet pelos *“Chicago Boys”*, o neoliberalismo adquiriu força definitiva a partir das vitórias de Margaret Thatcher, como primeira-ministra na Inglaterra, e de Ronald Reagan, eleito presidente dos EUA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo>.

² LAZAR, Marc. *La gauche en Europe depuis 1945. Invariants et mutations du socialisme européen*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. p. 19.

Incorporou, enquanto um elemento vital, o paradigma democrático, tornando-o um dos pilares da sua política. Neste período muitos partidos social-democratas começaram a redefinir o seu clássico objetivo final, a socialização dos meios de produção. As organizações alemã, austríaca, belga e holandesa protagonizaram uma vigorosa revisão, reconhecendo a realidade e a necessidade do crescimento econômico capitalista e as vantagens sociais que poderiam advir daqueles processos.¹

Tais características pertenciam, sobretudo, às experiências em curso no norte europeu. A realidade ao sul da Europa era outra. Seus partidos socialistas obedeciam a uma lógica distinta. Conviviam com a forte presença da Igreja Católica, com a influência da franco-maçonaria e com as realidades autoritárias das ditaduras espanhola, portuguesa e grega. Mas, fundamentalmente, passaram o século XX sofrendo a grande concorrência de fortes partidos comunistas, como na França e na Itália. Comparando-os ao modelo setentrional, destacavam-se estruturas mais frágeis e ligações mais débeis com os sindicatos.²

Mapeando a esquerda na Europa Ocidental, o historiador Perry Anderson também destacava as significativas distinções entre os vários tipos de social-democracia.³ No sul da Europa, tais organizações durante muitos anos evidenciaram as suas nuances com o modelo do norte e seguiram caminhos diversos. Esses partidos socialistas tendiam para um maior radicalismo, localizando-se mais à esquerda e abrigando, não raro, tendências radicais.

Ao contrário da experiência setentrional, que viveu um determinado apogeu no início dos anos setenta do século XX, a social-democracia meridional ascendia exatamente no momento das grandes dificuldades internacionais e do crescimento do pensamento neoliberal como alternativa para a crise a partir da década de oitenta.⁴ Ao final dessa época, tais experiências não haviam reproduzido o padrão original do norte. A era Mitterrand simbolizava o drama, os impasses e as limitações do socialismo europeu no final do milênio.

¹ LAZAR. Op. cit., p. 20-22.

² Ibid. p. 25-26.

³ ANDERSON, Perry, CAMILLER, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. RJ: Contraponto, 1996.

⁴ Ibid. p. 10-12.

Antecedendo a *débâcle* do bloco comunista, a crise dos socialismos europeus alimentava-se de diversos fatores. O historiador Marc Lazar ressaltava não somente os aspectos conjunturais e as vicissitudes dos governos socialistas. As profundas mutações do capitalismo mundial trouxeram implicações essenciais para o sistema de crenças cujos fundamentos alicerçavam o seu projeto. O autor identificava quatro elementos centrais com os quais se deparavam os impasses do modelo social-democrata do *Welfare State*. A mundialização do capital e a fragilização da autonomia dos Estados nacionais. O abalo no tipo de Estado-providência, marcado pelos conflitos desenvolvidos no interior das suas organizações coletivas. A emergência de novos grupos de interesse apresentando demandas alternativas. Simultaneamente uma crise na relação com os seus sindicatos e eleitores tradicionais. Por fim, uma crise de projeto e de identidade, combinando todos os aspectos acima, e recebendo o impacto negativo do fim do comunismo.¹

Unindo-se às motivações acima, o historiador Perry Anderson também destacava a feminização da força de trabalho, incluindo novas lógicas alheias ao padrão tradicional do socialismo europeu. Assistia-se também à ascensão da cultura jovem – onde o maio de 68 tornara-se um elemento simbólico destas mudanças e do distanciamento do pensamento socialista de tais aspirações – dissociada das preocupações de classe ou da localidade. Enfim as pressões que recaíam sobre a segunda idade. Imprensada entre jovens e aposentados, constituía-se de fato na força de trabalho produtiva e que sustentava, crescentemente, os sistemas previdenciários dos seus países.²

No século XX, a social-democracia desenvolveu-se na Europa em permanente rivalidade com os partidos comunistas. Cindidos a partir dos eventos que inauguraram a primeira experiência socialista do planeta, a revolução russa de 1917 contrapôs os dois universos em colisão desde a eclosão da primeira guerra mundial, onde os principais partidos social-democratas apoiaram os créditos de guerra das suas respectivas nações.

¹ LAZAR. Op. cit., p. 37; 39.

² ANDERSON, CAMILLER. Op. cit., p. 20-21.

Apesar dessa cisão, vários autores destacam a presença de raízes comuns nas duas tradições. Sob a ótica do marxismo, ambas se baseavam numa concepção catastrofista, na existência de leis científicas do desenvolvimento capitalista, numa visão messiânica do operariado e na inevitabilidade do socialismo.¹

Logo após a segunda guerra mundial a participação dos comunistas nas lutas contra a ocupação nazista e o fascismo em território nacional conferiu-lhes bastante prestígio. Até o final dos anos setenta, eles ocupavam uma posição de destaque no campo das esquerdas, como nos casos da França e da Itália.

Os eventos ocorridos no bloco comunista a partir dos anos cinquenta precipitaram uma crise internacional. Abalado desde as revelações feitas no XX Congresso do PCUS, em 1956, e pelo conflito sino-soviético, a invasão da Tchecoslováquia, em 1968, tornou-se um divisor de águas para os PC's ocidentais. O historiador Geoff Eley ressalta a importância do Congresso dos partidos comunistas europeus, em Berlim Oriental, em junho de 1976, que formulou um documento histórico sob a liderança das agremiações italiana, francesa, britânica e sueca. O debate era inédito e o texto consagrava a diversidade do comunismo europeu, exigindo independência, soberania, igualdade e respeito pela autonomia dos mesmos.²

Elaborando questionamentos sem precedentes ao comunismo realmente existente, essas alterações resultaram na construção de um caminho alternativo no ocidente. Conhecido por “*Eurocomunismo*”³, esta concepção expressava uma crítica radical ao paradigma soviético e a determinados conceitos leninistas como a ditadura do proletariado. Por fim, avançava na necessidade de incorporação da democracia na estratégia comunista. A edição portuguesa da revista francesa *Recherches Internationales* apresentava diversos textos de dirigentes dos principais partidos que compunham aquele movimento. Como assertiva principal, a ruptura com a cópia de modelos: “*A diversidade é um elemento comum da abordagem eurocomunista que implica*

¹ **GARCIA**, Marco Aurélio. Terceira Via – a social-democracia e o PT. in: *Teoria e Debate*, SP, nº 12, 1990. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>.

² **ELEY**, Geoff. *Forjando a democracia. A história da esquerda na Europa, 1850 – 2000*. 1ª ed., SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 416.

³ O nome inventado pelos liberais como um sinal de alerta para denunciar um comunismo reformado, “*uma cortina de fumaça para a progressiva sovietação da Europa*”, foi apropriado pelo dirigente comunista italiano Berliquer. *Ibid.* p. 471.

precisamente a recusa de qualquer modelo".¹ Na mesma edição, Jean Kanapa, dirigente do PCF, ressaltava as suas características. A democracia atingia uma centralidade estratégica a partir de três dimensões: social, econômica e política.²

Apesar da abertura do movimento comunista internacional para um processo de revisão, Palmiro Togliatti refutava uma postura anticomunista: *"Este tipo de revisão não é uma recusa ou uma crítica radical, destruidora de sua ação tal como se desenvolveu durante cerca de meio século. (...) ação que continua a ser o primeiro grande modelo histórico de luta revolucionária conseqüente"*.³

Na América Latina a queda do socialismo abalou fortemente as organizações de esquerda. Jorge Castañeda, no célebre livro *"Utopia desarmada"*, afirmava que o efeito mais nocivo para esse campo havia sido a *"sensação generalizada de derrota"*.⁴ A idéia de revolução murchava. O seu resultado tornava-se indesejável, inimaginável e até mesmo reversível.⁵

Diante do colapso as esquerdas latino-americanas reagiram de maneiras distintas. Abandonos. Revisões. Reatualizações do socialismo. Simplismos. Limitadas alterações. A centralidade do papel do Estado nas economias nacionais do continente foi desqualificada por variadas organizações.⁶ Muitos militantes sucumbiram à perspectiva de que o indivíduo sozinho no mercado poderia bastar-se a si mesmo, substituindo as ações políticas coletivas.

Em relação ao marxismo na América Latina, Michael Löwy identificava "tentações" que pairavam sobre o seu desenvolvimento na região: o transplante mecânico do modelo europeu e a absolutização do caráter específico da formação social latino americana. Ambas, paradoxalmente, incorriam nos mesmos problemas. Por inadequação do marxismo ou pela ausência das condições européias, o socialismo não estava na ordem-do-dia do continente.⁷

¹ *O Eurocomunismo*. Coleção Práxis, nº 48, Lisboa: Editorial Stampa, 1981. p. 9.

² **KANAPA**, Jean. As características do eurocomunismo. in: **ibid**, p. 19-20.

³ **TOGLIATTI**, Palmiro. Entrevista a *Nuovi Argomenti*. in: *O Eurocomunismo*. Op. cit. p. 33.

⁴ **CASTAÑEDA**, Jorge. *A utopia desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. SP: Cia das Letras, 1994. p. 205.

⁵ Tornou-se exemplar deste último aspecto a reversão da revolução nicaragüense através do processo eleitoral com a derrota da Frente Sandinista.

⁶ **ibid**. p. 209.

⁷ **LÖWY**, Michael (org.). *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. SP: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 10-11.

Nos anos sessenta o pensamento marxista combinou-se a um fenômeno inédito na região, a radicalização de amplos setores cristãos e a sua atração pelo marxismo. A preocupação com as questões sociais, que atingiam o seu próprio rebanho, não apareceu no seio da Igreja Católica apenas naquele período. Entretanto, as novas abordagens operadas pelos cristãos católicos a partir da década de cinquenta passaram a questionar crescentemente a sua visão tradicional. Ultrapassaram os limites de uma concepção na qual os pobres apareciam como objeto da caridade e não como agentes da própria libertação.¹

Num contexto de crescentes movimentações político-sociais e de inflexões desenvolvidas no interior da comunidade católica, a eleição do papa João XXIII e as suas encíclicas contribuíram para a atualização da doutrina social da Igreja, conferindo impulso ao novo projeto do catolicismo latino-americano e brasileiro. *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) tratavam de temas como o direito de todos os povos à existência, ao desenvolvimento econômico, à igualdade social e à participação nos benefícios da cultura.²

O envolvimento de cristãos em vários movimentos sociais e insurreições que pipocavam na América Latina desenvolveu as bases de um cristianismo libertador. A II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, em Medelín, no ano de 1968, tornou-se um marco fundamental naquele processo, um divisor de águas entre uma Igreja tradicional e uma popular voltada prioritariamente para os problemas do povo. Eram as raízes da Teologia da Libertação.³

Combinando teologia e marxismo, uma inovação: a salvação não se realizava no plano individual, mas no coletivo. Segundo o historiador Marcelo Ayres as

¹ **CAMURÇA**, Marcelo Ayres. A militância da esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964* vol. 3. RJ: Civilização Brasileira, 2007. p. 394.

² **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). in: **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves; **FERREIRA**, Jorge. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* vol. 4, 2ª ed., RJ: Civilização Brasileira, 2007. p. 110.

³ Nos anos setenta estes movimentos cristãos deram passos importantes em direção às elaborações teóricas mais consistentes para as suas proposições religioso-libertadoras. Em 1971, a obra *Teologia da Libertação – Perspectivas*, do padre peruano Gustavo Gutiérrez, lançava os pressupostos filosóficos do movimento de mesmo nome. Em 1972, o encontro continental, de caráter ecumênico, *Cristãos pelo socialismo*, no Chile, reunia protestantes e católicos, defendendo uma síntese entre marxismo e cristianismo. **LÖWY**. Op. cit., 59-60.

convergências entre marxismo e Teologia da Libertação se encontravam em diversos aspectos comuns às suas visões de mundo: valores antiindividualistas e comunitários, o protagonismo dos oprimidos, a crítica ao capitalismo e ao liberalismo econômico, uma perspectiva teleológica e universalista de transformação social da humanidade.¹

A conciliação entre revolução e cristianismo a partir desta concepção marcou presença nas revoluções nicaraguense e centro-americanas, e alcançou no Brasil uma das suas mais importantes expressões políticas, um dos componentes decisivos na criação do Partido dos Trabalhadores.

Contexto político brasileiro da transição dos anos oitenta

As mais significativas experiências das esquerdas brasileiras desenvolveram-se a partir dos anos oitenta, no período da “*transição realmente existente*”.² Até então, a maioria das suas organizações era hegemônica por duas tradições – a do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que desempenharam um importante papel político na conjuntura nacional pré-64. Após a grande pulverização e desarticulação das esquerdas no transcurso da ditadura civil-militar, elas reapareciam no cenário nacional com uma força inédita. Superando as expectativas, o surgimento de novos segmentos e movimentos sociais no Brasil, desde o final dos anos setenta, tornou possível a lenta superação dos comunistas do PCB e dos “velhos” trabalhistas. Ascendia a perspectiva de um trabalhismo renovado e uma experiência inédita no Brasil com a formação do Partido dos Trabalhadores.³

Mas que transição foi essa?

Inaugurando um ciclo político e ideológico no cone sul, a instalação da ditadura civil-militar no Brasil apresentou aspectos singulares que demarcaram posteriormente o

¹ CAMURÇA. Op. cit., p. 395.

² Termo cunhado pelo sociólogo Emir Sader no livro: SADER, Emir. *A transição no Brasil. Da ditadura à democracia?* 4ª ed., SP: Atual, 1990.

³ O PT, cuja formação congregou uma parte significativa das principais lideranças sindicais do Brasil, especialmente dos segmentos mais importantes naquela época – como os metalúrgicos, os petroleiros, os bancários e o funcionalismo público – mas também padres e leigos da Igreja católica progressista, setores da intelectualidade e de militantes oriundos das organizações guerrilheiras, tornou-se a primeira experiência concreta da história das esquerdas nacionais que se aproximava dos modelos predominantes no movimento operário europeu, combinando aspectos próprios da social-democracia, do trabalhismo inglês, do catolicismo radical e moderado e da esquerda revolucionária.

processo de abertura. O golpe instaurado em 1964 representou uma nova ofensiva dos setores conservadores brasileiros, após os reveses sofridos em 1961 com a Campanha da Legalidade para garantir a posse de João Goulart, e no início de 1963 devido à vitória do presidencialismo no plebiscito.¹ Uma rearticulação, pois vários destes agrupamentos movimentavam-se desde os anos cinquenta através de partidos como a UDN, de organizações extra ou suprapartidárias, da cúpula da Igreja Católica e de fortes segmentos das forças armadas; enfim uma aliança entre “o dinheiro, a cruz e a espada”.²

Segundo a análise do historiador Daniel Reis, assim como ocorrera com os setores reformistas revolucionários em 1961 e em 1963, o apelo principal do golpe – uma atitude por si só ofensiva – paradoxalmente também partia de posições defensivas, divulgando a idéia de “uma intervenção salvadora na defesa da democracia e da civilização cristã”.³ Num primeiro momento prevalecera no seio dessas forças heterogêneas a concepção de uma ação preventiva para restaurar a legalidade em perigo, devolvendo rapidamente o poder aos civis. As dissensões internas empurraram em direção à Frente Democrática determinados setores que haviam apoiado o golpe.

O apelo defensivo e a combinação de interesses diversos demarcaram o caráter da ditadura militar brasileira: a busca da legitimidade e da institucionalização de 64, a permanência do jogo partidário através da forma bipartidária, de uma oposição consentida e de um processo eleitoral seletivo. Diferenciando-se também das demais ditaduras do cone sul, o regime ditatorial no Brasil desenvolveu-se num período marcado ainda por uma expansão econômica mundial.¹ Assim o famoso “milagre” respaldava o fechamento do regime. Esse vigoroso crescimento apresentou como importantes conseqüências a maior complexidade da urbanização no país e o surgimento de um novo pólo do movimento operário, protagonista futuro das lutas contra o governo e um dos eixos fundamentais da renovação das esquerdas.

¹ No começo de 64 os movimentos reformistas revolucionários, adquirindo nitidamente um caráter nacionalista, antiimperialista e estatista, encontravam-se em plena radicalização e ofensiva política, fruto do fortalecimento e da eclosão inédita de amplos movimentos sociais. **REIS**, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. in: **REIS**, Daniel Aarão, **RIDENTI**, Marcelo, **MOTTA**, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)* Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. p. 34.

² **Ibid.** p. 38.

³ **Ibid.** p. 39.

Antecedendo a transição operada no período de 1974 a 1985, o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva identifica duas tentativas malogradas de abertura política da ditadura militar brasileira nos anos de 1967 e de 1973/74.² O processo desenvolveu-se durante quase uma década, confirmando o seu caráter lento, gradual e seguro. Entretanto ele também fora delimitado por duas fases específicas que expressaram o fortalecimento das lutas sociais pelo retorno do Estado democrático de direito no país e contra a degradação das condições econômicas da população.

Em torno dos significados destas transições sucederam-se vários embates. Esses revelavam as diversas concepções existentes naquele momento a respeito da correlação de forças entre as classes sociais no país, das possibilidades de radicalização política e das visões sobre a revolução no Brasil.

Uma *transição conservadora*. Concepção defendida por diversas lideranças dos movimentos sociais e pelas forças encarnadas principalmente no Partido dos Trabalhadores, as mudanças necessárias não se limitavam à desarticulação do regime político ditatorial. Elas deviam questionar a essência do modelo de desenvolvimento nacional, elitista, desigual e concentrador de riquezas. Distanciar-se daqueles que foram parceiros da ditadura. Indo além da bandeira do retorno de um Estado democrático de direito, eles propugnavam a construção de um governo popular que amadurecesse o processo da revolução socialista no Brasil:

Os setores liberais percebem o perigo a tempo. Nos palanques, continuam gritando 'diretas-já'. Mas, nos corredores palacianos, articulam o fim da campanha, a derrota das diretas, a eleição indireta pelo Colégio Eleitoral e a manutenção da burguesia no poder. Fazem um pacto com a ditadura: haverá transição, sim, mas 'lenta, gradual e segura', sem traumas nem retaliações, sem mudanças essenciais e sem povo no poder. (...) A morte do presidente e a conseqüente ascensão do vice é um incidente de percurso, que não altera o projeto original: uma transição conservadora entre a ditadura ostensiva para um governo civil sob tutela militar. Tudo como dantes no quartel d'abrantes. As diretas em 84 poderiam ter ensejado uma ruptura democrática não só com o

¹ **SADER**. Op. cit., p. 86.

² A primeira tentativa de abertura ocorreu na sucessão do General Castelo Branco. Defendida pela linha "castelista", a proposta de reconstitucionalização do regime reconduziria ao poder um presidente civil, Bilac Pinto, um hábil político da UDN. A edição do AI-5 frustrara a movimentação deste grupo de militares, políticos e empresários. A segunda tentativa foi verificada na sucessão do general Médici quando o MDB lançou no Colégio Eleitoral a anti-candidatura de Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Ver: **SILVA**, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. in: **DELGADO, FERREIRA**. Op. cit., p. 256, 257 e 261.

regime militar mas com a própria hegemonia burguesa no poder. Não é que a eleição significasse o fim do capitalismo. Mas poderia representar o rompimento do pacto burguês e a entrega do poder a um governo popular e democrático. A derrota significou a negação dessa possibilidade.¹

Refutando a via gradualista e pactuada com os setores militares, o PT não apoiou a campanha da oposição no Colégio Eleitoral, condenando fortemente esta estratégia. Dessa forma não concebia a Aliança Democrática como a expressão política concreta das transformações necessárias ao país. Teciam duras críticas e impulsionavam os movimentos sociais em direção a uma perspectiva opositora ao principal sustentáculo da frente: o PMDB.

Uma *transição democrática*. Um agrupamento heterogêneo enxergava a possibilidade de um processo gradual de abertura no Brasil. Entre as lideranças civis, compostas por políticos e intelectuais como Fernando Henrique Cardoso destacava-se a teoria do autoritarismo. Esta concepção definia o país como uma variante mais flexível dos modelos de exceção, predominando um regime autoritário – tolerante com certo nível de oposição política e sob a hegemonia de uma burguesia de Estado. Tal caracterização abria as portas para a conformação de um amplo campo de oposição:

Propunha-se então a formação de uma ampla frente de oposição ao regime autoritário, que abarcaria desde o grande capital monopolista e financeiro até o sindicalismo classista do ABC para lutar pelo restabelecimento da democracia. O inimigo seria o autoritarismo centralizador de poderes políticos e econômicos nas mãos de uma burguesia estatal e o objetivo desta luta seria restabelecer o Estado de direito, redistribuir os poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, ao lado da abertura de espaços de organização e expressão para a sociedade civil.²

Segundo esta abordagem, o problema central do país era político. A redemocratização devia se limitar a remover os “entulhos autoritários”.

Para o PCB, uma das principais organizações de esquerda compondo a Frente Democrática, a conjuntura nacional não indicava a possibilidade de uma transição demarcada pelo papel protagonista das forças populares. O país encontrava-se politicamente num impasse: a “*Frente sem instrumentos de força para remover inteira e*

¹ **ABRAMO**, Perseu. Proibido ficar perplexo. in: *Teoria e Debate*, SP, nº 3, 30 de junho de 1988.

² **SADER**. Op. cit., p. 49.

rapidamente o regime e este sem base social para golpear a Frente Democrática".¹ A transição só teria sucesso se fosse negociada com as forças conservadoras.

Esta política refletia-se nas posições contraditórias do partido diante da eclosão das mobilizações pelas *Diretas-já* ou na sua relação com os movimentos sociais, especialmente com o chamado "novo sindicalismo". Ela também se manifestava nas análises referentes à "Nova República". Para os comunistas o processo que desembocara na ida ao Colégio Eleitoral e na escolha do primeiro presidente civil pelo mesmo não encerrava a transição.² Ele continuava em curso, permeado por uma série de dificuldades e limitações, pois o Brasil não conseguira instituir um pacto social e um governo de ampla coalizão democrática. Em particular, o PCB criticava os agrupamentos de esquerda que, naquele momento, lutavam pela democracia "*via oposição sistemática*"³, enfraquecendo o campo progressista e fortalecendo a direita.

No Brasil a passagem da ditadura para um Estado de direito distinguiu-se de outros processos em curso naquele mesmo período. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, em países como Argentina, Bolívia e Grécia, ocorrera uma "*transição por colapso*" – "*rápida, com forte ruptura com o autoritarismo vigente*". No caso brasileiro as opções feitas basearam-se numa perspectiva "*lenta e gradual, segura para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças moderadas na oposição*". A "*transição acordada ou pactuada*" no país aproximava-se dos processos chileno e espanhol.⁴ Apesar do caráter pactuado da abertura, as pressões sociais da época impuseram uma marca popular através das mobilizações pelas *Diretas-Já* e pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte.⁵

Em termos institucionais a "Nova República" tornou-se o símbolo da transição nacional. Seguindo o bom costume brasileiro – onde tudo o que é bom é "novo", apesar de rostos já bem conhecidos e tradicionais da "política tupiniquim" – ela inaugurava um "tempo novo" no país. Apesar dos signos, o primeiro governo civil após vinte e um anos

¹ **PCB**. *Da ditadura à Nova República*. in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 01 da DN/CC / Série 01 da PGP/ 061. p. 2.

² **PCB**. *A tática do PCB*. in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 01 da DN/CC / Série 01 da PGP/ 061. p. 2. (data provável 1988).

³ **PCB**. *Da abertura à Nova República*. in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 01 da DN/CC / Série 01 da PGP/ 061. p. 14. (data provável 1986).

⁴ **SILVA**. Op. cit., p. 273.

⁵ **Ibid**. p. 276.

de interrupção democrática nascia delimitado por um forte hibridismo, fruto do processo registrado no Colégio Eleitoral. Integrando novas forças políticas mas também antigos expoentes do regime anterior, ele expressava os compromissos com este tipo de transição e não com as pressões e demandas dos movimentos populares: *“As forças do regime anterior se comprometiam a aceitar a decisão tomada pelo Colégio Eleitoral e a oposição se comprometia a governar o país conforme as normas de transição definidas pelo governo militar que concluía seu mandato”*.¹

Mergulhado numa grave crise econômica, o país nos anos oitenta tornava-se um *“caso-problema”*. Segundo José Luís Fiori, a situação nacional era complexa. Além do componente externo, havia um delicado processo de transição e não apenas uma crise de ajuste ou de estabilização da sua economia.² Contraditoriamente, o Brasil ainda possuía o maior PIB da América Latina. A sua dívida externa era relativamente mais baixa do que a das demais nações endividadas. Possuía o maior parque industrial do terceiro mundo, um grande mercado e uma série de superávits comerciais. No plano político a década apontava para a expansão dos direitos da cidadania.³ Em meio a todos esses paradoxos o país convivia com uma inflação descontrolada e a falência do seu modelo de desenvolvimento construído desde os anos trinta, desmontando o tripé básico da industrialização dos anos cinqüenta: capital estatal – capital nacional – capital estrangeiro.

O auge da *“Nova República”* foi propiciado pela edição de um plano econômico heterodoxo, o Plano Cruzado. Obtendo um forte apoio da população brasileira, principalmente devido à política de tabelamento de preços num contexto de inflação galopante, ele não teve fôlego longo. Após as eleições de 1986, que consagraram mais uma vez os governadores e a bancada peemedebista, alcançando a maioria dos deputados constituintes, o governo mudara radicalmente as características do plano, implantando outro de caráter impopular.

Dentro dos limites impostos pelas próprias características da transição, a Constituição de 1988 apresentava avanços inéditos no que dizia respeito à cidadania e aos direitos trabalhistas. Entretanto, a ausência de respostas aos graves problemas

¹ **SADER**. Op. cit., p. 55.

² **FIORI**, José Luís. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. in: **TAVARES**, Maria da Conceição; **FIORI**, Luís. *Desajuste global e modernização conservadora*. SP: Paz e Terra, 1996. p. 142.

³ **Ibid.** p. 139.

econômicos nacionais erodiu a popularidade dos partidos identificados com a Nova República. À medida que o primeiro governo civil não respondia às demandas populares, o cenário se radicalizava. As novas agremiações das esquerdas ocupavam esses espaços, capitalizando uma parte dos votos de descontentamento e de repúdio dos cidadãos brasileiros.

O primeiro grande momento aconteceu nas eleições municipais de 1988, onde a vitória nas principais cidades do país consolidou os projetos de dois partidos oposicionistas: o PT e o PDT. Estes lançaram dois nomes que protagonizaram a acirrada disputa presidencial, ameaçando as classes dominantes com um segundo turno constituído pelos mais importantes personagens das esquerdas naquele período: Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva. As forças conservadoras chegavam então às primeiras eleições para presidente mergulhadas numa grave crise de hegemonia, fragmentadas e sem um candidato que fosse capaz de unificá-las para o enfrentamento com um campo de esquerda fortalecido. Assim, fortemente impulsionadas pela atuação de grande parte da mídia brasileira, em especial das organizações *Globo*,¹ as elites nacionais foram se rearticulando em torno do candidato com os maiores índices de aceitação e de popularidade, reconhecido claramente como oposição ao bloco constituído pela “Nova República”. Era a ascensão de Fernando Collor de Mello.

No início dos noventa, as esquerdas depararam-se com mais um furacão da política nacional. A eleição direta do primeiro presidente civil após vinte e nove anos não trouxe estabilidade para o Brasil. As tensões e a polarização do período eleitoral permaneceram nos breves anos Collor de Mello, demarcados por uma grande instabilidade política que custou a sua própria governabilidade. Mas esse governo protagonizou a primeira tentativa das classes dominantes brasileiras de estabelecer no país um novo projeto que desarticulasse o modelo herdado desde os anos trinta.

¹ A dissertação de mestrado *Troca de sinais* estudou o papel desempenhado pelo jornal *O Globo*, e pelo conjunto do conglomerado, durante a década de oitenta no Brasil. Em meio à crise dos partidos tradicionais de representação das classes dominantes, a ação do jornal *O Globo* superou a sua função de veículo informativo, possibilitando-o atuar como um partido, conforme a visão gramsciana. Articulando e difundindo um projeto para o Brasil, sintonizado com a dinâmica internacional, ele disputou o imaginário da população num momento em que os grupos dominantes passavam por uma grave crise de hegemonia. **COSTA**, Izabel Cristina Gomes da. *Troca de sinais: uma análise histórica da leitura do jornal O Globo sobre as reformas na União Soviética (1985-1991)*, Niterói, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História da UFF, março de 2000.

Em meio aos escândalos de natureza variada, a política de Fernando Collor visava integrar o Brasil à nova lógica internacional, coordenando-se com os ventos neoliberais. O primeiro ponta-pé apontou para as estatais, iniciando um processo de privatizações. Após o *impeachment*, o governo do até então vice-presidente Itamar Franco, apesar de suas diferenças com o presidente deposto, não retrocedeu nessa política.

No transcorrer de uma conjuntura extremamente rica e igualmente instável, as esquerdas brasileiras procuravam elaborar alternativas para a “*floração de crises*”¹ que desabrochavam no Brasil. Se este já era um processo difícil para organizações emersas após um longo período de exceção ou ainda imaturas devido aos poucos anos de sua fundação, esta situação agravou-se quando elas se depararam com o colapso do socialismo real. As esquerdas viram-se diante de um duplo desafio: deveriam, simultaneamente, apresentar novas perspectivas para a realidade nacional e repensar o seu projeto estratégico de sociedade.

As esquerdas brasileiras e as grandes tradições do pré-64:
Trabalhismo e Comunismo

Até o final do século XX, uma cultura partidária ainda não consolidada caracterizava o sistema democrático brasileiro, resultado das grandes fragilidades históricas da construção dos direitos políticos no Brasil e da evolução da cidadania. Convivendo com uma profunda instabilidade do jogo democrático – expresso vivamente nos cortes institucionais ocorridos durante a maior parte da sua história – o país ressentia-se do peso de uma tradição fortemente autoritária, escravista e patrimonialista, baseada na grande propriedade rural. Dessa forma, a desprivatização do poder público ainda se constituía num tema central da agenda de reformas do

¹ Aspásia Camargo empregava o termo para remarcar o aspecto múltiplo das distintas crises que afluíam no país, e que se revertiam para um núcleo central básico: o Estado brasileiro. **CAMARGO**, Aspásia. “*As dimensões da crise*”. in: **CAMARGO**, Aspásia; **DINIZ**, Eli (orgs.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. SP: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1989. p. 28.

Estado brasileiro no final do milênio.¹ Nesse cenário, prevaleciam os laços e as identidades pessoais sobre as organizações partidárias.

Apesar da tradição vigente no período do Império – delimitada por agremiações nacionais concentradas em estados-maiores – e na Primeira República – ápice dos poderes oligárquicos estaduais – José Murilo de Carvalho destaca, a partir de 1945, a presença de partidos de massa, organizados nacionalmente, com programas definidos a despeito das suas opções pragmáticas. As pesquisas de opinião pública, realizadas pelo IBOPE no ano de 1964, revelavam este amadurecimento através de dados muito positivos: cerca de 64% da população das capitais possuíam preferência partidária, onde 29% e 14% optavam pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e pela UDN (União Democrática Nacional), respectivamente.² Do campo das esquerdas também se sobressaía o PCB (Partido Comunista Brasileiro), primeira agremiação a apresentar um projeto nacional, apesar do indisfarçado “culto à personalidade” a Luís Carlos Prestes desde meados dos anos trinta. O partido, no mais importante momento da sua legalidade, obteve expressivos resultados eleitorais. Em 1945 alcançara pouco mais de 10% dos votos válidos para o seu candidato a presidente da república, ledo Fiúza, além da eleição de vários deputados federais e de Luís Carlos Prestes como senador.

A despeito da diversidade ideológica e estratégica entre trabalhistas, comunistas e socialistas, as esquerdas brasileiras integravam um mesmo campo político³ que tomou corpo depois do suicídio de Vargas. Até 1964, esses partidos partilharam de referências, um capital político⁴ comum, o programa nacional-estatista. Esse projeto deve ser compreendido sob o prisma das grandes movimentações e profundas mudanças internacionais ocorridas no período entre- guerras.

¹ **CARVALHO**, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. Um longo caminho*. 4ª ed., RJ: Editora Jorge Zahar, 2003. p. 45.

² **Ibid.** p. 148.

³ Segundo Pierre Bourdieu o campo político pode ser entendido como uma arena das lutas onde são gerados, através da concorrência entre os agentes envolvidos, produtos políticos. Apesar da prevalência da lógica do mercado nas democracias contemporâneas, este embate não significa somente a disputa pelo maior número de votos. Os produtos políticos oferecidos por um campo representam instrumentos de percepção e de expressão do mundo social. **BOURDIEU**, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed., RJ: Bertrand Brasil, 1998. p. 164-165.

⁴ O capital político de um campo se constitui sob a forma de capital simbólico, possuindo um valor fiduciário, intimamente relacionado à credibilidade adquirida pelo campo e por seus homens políticos. **Ibid.** p. 187.

No início do século XX, o planeta demarcara-se pela eclosão de intensas crises e lutas revolucionárias. Era uma época onde tudo se movia.¹ Os significados para as mudanças, entretanto, assumiam conotações distintas. Muitos militantes comunistas e socialistas pregavam a revolução, uma passagem radical tal qual havia sido realizada pela Rússia em outubro de 1917. Outros percebiam a via processual como um caminho seguro e democrático para as alterações político-sociais. As várias tendências corporativistas, como os fascismos italiano e alemão, também refutavam a ordem pré-existente e defendiam uma transformação revolucionária por via autoritária de direita. Desprezavam a democracia. Reificavam o Estado forte, presente em todas as esferas da vida em sociedade. Enfatizavam o ideal nacional e a superioridade racial. Reformistas moderados, como o lorde inglês John Keynes, também vaticinavam o esgotamento do liberalismo econômico como um modelo de progresso e desenvolvimento, apresentando as bases do futuro sistema do *Welfare State*. As suas premissas haviam levado o mundo à instabilidade e à guerra. Perplexos, vários pensadores e políticos liberais assistiam ao desenrolar da crise.

Era um mundo agitado, polarizado e mergulhado numa profunda depressão econômica. A quebra da bolsa de Nova York, em outubro de 1929, parecia o fim do próprio sistema. No outro hemisfério do planeta, os sinais emitidos indicavam que a URSS cresceria sem parar. Era a construção do socialismo soviético através de uma industrialização acelerada, sem paralelo na história contemporânea. Uma segunda revolução cujos resultados foram surpreendentes e assombrosos em todos os sentidos.

A partir dos anos trinta ascendia no coração das economias capitalistas a convicção de que era necessário reavaliar o papel do Estado. A chave de saída que salvaria o capitalismo localizava-se na sua ação reguladora, no planejamento da economia, no controle do mercado. As experiências eram muito variadas. Do *New Deal* norte-americano ao fascismo alemão, erigiam-se algumas premissas comuns.

Na Europa do pós-guerra, o Estado permanecia como um elemento central da reestruturação nacional. Apesar dos conservadores presidirem a maioria dos governos

¹ O período de 1917 a 1921 sediou o último levante pan-europeu de povos, uma reação em cadeia de revoluções comandadas por barricadas, ao estilo clássico do século XIX. **ELEY**. Op. cit, p. 279.

européus dessa época ¹, eles aceitaram o pacto da reconstrução: a criação de uma cidadania democrática com a ampliação dos direitos políticos e a concessão de amplos direitos sociais. Baseado nos ideais de igualitarismo, de justiça e de bem estar social, a democracia social sustentava-se através de uma ativa política trabalhista. Na economia, esse acordo também incluía em graus variados a nacionalização e a propriedade pública, organizadas em torno de economias mistas e de planejamento centralizado.²

Na América Latina as instabilidades político-econômicas dos anos entre - guerras permitiram o aparecimento de propostas autonomistas no continente. Apesar das diferentes realidades histórico-sociais, essas experiências tinham em comum a defesa do desenvolvimento nacional a partir da intervenção de um Estado forte.³ No Brasil as bases do programa nacional-estatista foram lançadas no ambiente de ditadura, na vigência do Estado Novo, alcançando a sua mais importante projeção durante o segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas nos anos cinquenta.

Mas quais eram os pressupostos do nacional- estatismo? Ele se assentava sob a perspectiva de um Estado forte e intervencionista, planejador e regulador da economia e do mercado. Em termos políticos, a presença de um movimento nacionalista de massas, policlassista, empolgado por lideranças carismáticas, disseminando uma crítica ao liberalismo, defendendo idéias de proteção e de justiça social.⁴

Esta concepção delimitou o pensamento das esquerdas brasileiras no pré-64 e orientou o programa das organizações políticas que compunham este campo político. Assim, expressando o fortalecimento das lutas sociais no Brasil e o impacto dos movimentos de independência nacional nas antigas áreas coloniais, nos anos sessenta, sob o governo de João Goulart, o nacional- estatismo readquiria um fôlego renovado empunhando a bandeira das reformas de base. Mas a unidade em torno do programa

¹ A Inglaterra, a Holanda e os países escandinavos foram governados, durante determinados períodos, por partidos social-democratas, mas nenhum teve a continuidade da social-democracia sueca, onde o Partido Social Democrata dos Trabalhadores governou continuamente entre 1932 e 1976. Ver: **ELEY**. Op. cit, p. 369.

² **Ibid.** p. 362.

³ **REIS**, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. RJ: Zahar Editor, 2000. p. 13.

⁴ Segundo Daniel Reis, apesar dos discursos exaltando a democracia e as liberdades democráticas, estes não eram “*ingredientes básicos da receita*”. Ver: **REIS**, Daniel. Entre reformas e revolução. A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. in: **RIDENTI**, Marcelo; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. vol. 5. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 99.

não anulava as diferenças entre os seus principais representantes. Assim, PTB, PCB e PC do B apresentavam trajetórias, um conjunto de valores distintos e estratégias alternativas para o Brasil.

O Partido Trabalhista Brasileiro era a expressão partidária da ideologia elaborada durante o Estado Novo. Criado em 1945, a sua missão era bastante clara: constituir-se como a face sindical, urbana e de massas do trabalhismo. A agremiação fundamentava-se na liderança carismática de Getúlio Vargas – ao qual o próprio se filiou – e no compromisso com um projeto popular, nacionalista e defensor de uma forte intervenção estatal.¹

Getulismo e trabalhismo conviviam lado a lado. Mas isto não significava uma adesão imediata dos partidários varguistas ao PTB. Embora fosse um grande movimento político, o petebismo padecia de enormes fragilidades, principalmente em relação à sua organização partidária, carente de uma poderosa máquina como a do PSD ou da presença significativa de lideranças nacionais e estaduais.²

Em 1954 o PTB sofreu o forte impacto do suicídio de Getúlio. O partido sobreviveria sem a presença da sua principal liderança política? Diante desse desafio a agremiação devia elaborar um conjunto de definições mais consistentes. As lealdades partidárias, anteriormente concentradas na figura do líder trabalhista, precisavam ser reinstaladas diretamente com o PTB para que esse controlasse o legado getulista, mantendo, contudo, uma distinção com o mesmo.

Na segunda fase da sua evolução, os petebistas mergulharam nos confrontos entre um “*novo e verdadeiro*” e um “*velho e fisiológico*” trabalhismo. Compunham estas disputas visões políticas distintas sobre o perfil ideológico do partido, mas também elementos pragmáticos visando o fortalecimento e o controle da sua máquina. Apesar das variações no seu interior – e do esforço doutrinário de dirigentes como Alberto Pasqualini, Lucio Bittencourt e Santiago Dantas – não havia de fato uma dicotomia tão rígida entre estes dois segmentos.³

¹ **GOMES**, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.) *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945-1964*. Vol. 2, RJ: Civilização Brasileira, 2007. p. 61.

² **GOMES**, Ângela de Castro. *Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas*. in: **GOMES**, Ângela de Castro (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. RJ: Relume-Dumará, 1994. p. 135.

³ **Id.**, Op. cit., 2007, p. 75.

Nos anos sessenta, o PTB encontrou a sua principal bandeira, com a qual permaneceu vinculado até o golpe civil-militar de 1964. Nesse período o movimento nacional-estatista, agora encarnado nas lutas pelas reformas de base, congregou interesses diversos e cada vez mais distantes entre si à medida que as movimentações dos grupos sociais, de ambos os lados, radicalizavam-se. O petebismo também expressava essa polarização. No seu interior estavam presentes as perspectivas reformistas e processuais de Santiago Dantas, um “*trabalhismo moderado*”.¹ As propostas radicais também emanavam do partido. Liderava o grupo nacional-revolucionário uma das mais importantes e polêmicas lideranças políticas do período, o gaúcho Leonel Brizola. Projetado nacionalmente durante o seu mandato como governador do Rio Grande do Sul – onde nacionalizou empresas norte-americanas de comunicação e energia, além de abrir milhares de vagas nas escolas do estado –, quando assumiu um papel decisivo durante a crise política de 1961, seu prestígio político era imenso no campo das esquerdas.²

Até os anos sessenta o PCB, representante oficial do socialismo soviético no Brasil, possuía a hegemonia no interior do campo das esquerdas mais radicais. Partilhava de uma cultura política baseada nas tradições da Terceira Internacional, onde a revolução russa de outubro de 1917 significava a grande linha de ruptura entre social-democratas e comunistas. Inspirava-se, além disso, no marxismo-leninismo e no centralismo democrático.

Apesar das referências comuns ao legado bolchevique e à revolução russa, o campo comunista no Brasil não era homogêneo. Existiam outros agrupamentos que, a partir dos anos vinte, elaboraram críticas contundentes ao desenvolvimento do projeto socialista na URSS, como as correntes trotsquistas. Algumas de suas lideranças

¹ O “*trabalhismo moderado*” de Santiago Dantas subordinava as demais estratégias políticas à questão democrática, defendendo a realização de reformas sociais dentro da legalidade, rejeitando um discurso estatista e socialista, e buscando um leque mais amplo de alianças políticas. **GOMES**. Op. cit., 1994, p.159.

² Em 1963, Leonel Brizola liderou a formação da Frente de Mobilização Popular que reunia as principais organizações de esquerda – partidárias e sociais – que lutavam pelas reformas de base. A estratégia da FMP baseava-se no confronto direto com as direitas para que o programa, especialmente a reforma agrária, fosse implementado imediatamente pelo presidente João Goulart. Ver: **FERREIRA**, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. in: **FERREIRA**, **REIS**. Op. cit., 2007, vol. 2, p. 546-547.

desempenharam papéis destacados entre os intelectuais e nos movimentos sociais¹, mas permaneceram como organizações extremamente minoritárias no cenário nacional.

Desde a sua fundação o PCB convivera com rupturas e expulsões. Elas atestavam a incapacidade desse tipo de organização tolerar as diferenças internas², mesmo que logo depois realizasse alguns *aggiornamentos* ou determinadas concessões. As defecções foram de natureza variada: concepções conflitantes com as táticas nacionais propostas pela Terceira Internacional, a crítica ao obreirismo, a entrada de Luís Carlos Prestes no PCB ou o apoio conferido pelo partido a Vargas em 1945. No início dos anos sessenta o PCB sofrera uma importante ruptura que resultou na formação de uma organização concorrente, intitulando-se revolucionária e perpetuadora do PC criado em 1922. Surgia o PC do B.

Os anos cinqüenta trouxeram fortes abalos para o comunismo internacional. A divulgação do relatório de Nikita Krushev com a surpreendente denúncia dos crimes de Stálin tornou-se um cataclismo que mergulhou os PC's de todo o mundo numa grave crise. Perplexo, o PCB combinava os reflexos internacionais com os problemas originados das escolhas realizadas pelo partido diante da conjuntura brasileira. Confrontado com o prestígio do comunismo fortemente avariado, o Partido acompanhava os sinais enviados pela URSS e realizava importantes alterações na sua estratégia política nacional.

Em outubro de 1956, os debates irromperam no PCB sem qualquer orientação de um comitê central paralisado.³ No início de 1957, a publicação da carta de Prestes redirecionava o curso dos debates e a cúpula dirigente retomava o controle sobre o processo de discussão interna. Com a Declaração de Março de 1958 o núcleo pecebista em torno de Luís Carlos Prestes formulava uma saída de centro, afastando e

¹ Era o caso, por exemplo, de Fúlvio Abramo que participou da formação da primeira organização antifascista do Brasil, em São Paulo, a FUA (Frente Única Antifascista). Ver a entrevista de Fúlvio Abramo na seção Memória. in: *Teoria e Debate*, SP, ano 1, nº 1, 1987. p. 37-38.

² SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas. in: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e movimentos após os anos 1960*. vol. 6. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.p. 70.

³ No dia 6 de outubro de 1956, "à revelia da direção partidária", o jornal *Voz Operária* abria o debate com a publicação de cartas e artigos, sendo seguido pelos demais diários do PCB. Nos primeiros meses, as discussões puseram em questão as concepções e as práticas partidárias, colocando em dúvida inclusive o Programa de 54 e o internacionalismo proletário. Ver: SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. REIS, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil. O impacto das revoluções*. vol.1, RJ: Paz e Terra, 1991. p. 142 e 145.

expurgando as extremidades ao longo do processo, tentando manter a organização coesa. Assim o partido depurava-se dos setores considerados, a partir de então, ortodoxos: antigos comunistas que controlavam o aparelho partidário. Lideranças como João Amazonas e Maurício Grabois,¹ desligados do comitê central, passavam a representar a resistência conservadora às mudanças e os principais responsáveis pelas políticas equivocadas da agremiação. Numa outra extremidade, os militantes que defendiam uma renovação mais crítica e profunda do PCB foram isolados do partido. As reações foram desproporcionais, e comunistas como Agildo Barata caíram em desgraça; eles expressavam o direitismo, o revisionismo e os desvios de pequeno-burgueses intelectualizados e liquidacionistas.²

Permeado por inúmeras contradições, permanentes e em constante tensão durante todo o período pré-64, o PCB realizava uma importante e dúbia inflexão no V Congresso, em 1960. Por um lado, as resoluções ratificavam o conteúdo da Declaração de Março de 1958, incorporando as idéias de coexistência e processo pacífico para o socialismo, elaborando novas análises sobre o capitalismo brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, elas ofereciam interpretações que satisfaziam aos intentos mais “prudentes” – reformistas cujo centro era a questão democrática – e igualmente aos mais “combativos” – mencionando textualmente a possibilidade do recurso da luta armada no caso da ofensiva inimiga.³

O comunismo brasileiro, cuja referência era a Terceira Internacional, dividira-se após a expulsão dos antigos dirigentes “ortodoxos”. Diante das modificações efetuadas pela direção do PCB para obter o registro do TSE, em 1961 – a alteração do nome e a supressão no programa partidário das referências ao marxismo-leninismo – o grupo oposicionista organizara a “*Carta dos Cem*”, denunciando a mudança de caráter do partido. Expulsos, comunistas como João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar,

¹ Segundo Jean Sales, importantes dirigentes do PCB como João Amazonas, Diógenes Arruda, Pedro Pomar e Maurício Grabois, com um papel central no partido até o final dos anos cinquenta, foram responsabilizados pela condução equivocada da política desenvolvida até aquele momento. Por outro lado, eles também protagonizaram a resistência às mudanças implantadas a partir da Declaração de Março de 1958, empunhando a bandeira da defesa da ortodoxia stalinista. Dessa forma, organizando-se publicamente através da divulgação da *Carta dos Cem*, o comitê central do PCB expulsou as antigas direções acusando-as de divisionismo. SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil. in: FERREIRA, REIS. Op. cit., 2007. vol. 6, p. 67.

² SANTOS. Op. cit., 1991, p. 145.

³ REIS. Op. cit., 2007, vol. 5, p. 96.

Sérgio Holmos, Orlando Pioto, Diógenes de Arruda e outros partiram para o que chamaram de reorganização do *verdadeiro* representante do comunismo no Brasil, mantendo a sigla original PC do B.¹ Apesar da concorrência e da negação recíprocas, eles partilhavam de heranças comuns. Segundo Jean Sales, elas estavam presentes na tradição da Terceira Internacional, mas também na estratégia etapista e no caráter democrático-burguês do processo revolucionário brasileiro.²

Durante os anos sessenta, as defecções aumentaram no PCB. Ao mesmo tempo, novas organizações de esquerda, com certa influência social, surgiram no agitado cenário brasileiro, originadas de diversos segmentos da sociedade como a católica Ação Popular e o movimento rural através das Ligas Camponesas e do Movimento Revolucionário Tiradentes. Em comum, uma clara retórica de enfrentamento revolucionário e o questionamento cada vez maior às estratégias apresentadas pelo PCB para a luta política no Brasil.³

O golpe civil- militar de 1964: as esquerdas brasileiras e as estratégias da frente democrática e da luta armada

Com a eclosão do golpe civil- militar, as diferenças sobre a condução da luta política no Brasil tornaram-se abissais no interior das esquerdas, pulverizadas em numerosas e variadas organizações. A derrota em 64 – num momento em que o campo acreditava na possibilidade concreta da vitória do projeto nacional, popular e antiimperialista – repercutiu fortemente sobre as mesmas, desmoralizadas diante da surpreendente ausência de resistência ao golpe. A retórica da época soava claramente ofensiva, e não deixava dúvidas de que os movimentos sociais estavam preparados para embates mais duros. O PCB foi severamente criticado e responsabilizado pelo malogro da principal experiência política do pré-64. As dissidências e os grupos que rompiam e se organizavam fora do Partido denunciavam a sua inação e a linha

¹ SALES. Op. cit., 2007, vol. 6, p. 67.

² *Ibid.* p. 78-79.

³ *Ibid.* p. 67.

recuada: a agremiação não se preparara para resistir aos confrontos com os setores conservadores do país. Por isso fora incapaz de resistir ao golpe.¹

Após 64 duas estratégias digladiaram-se e tentaram impor-se aos militantes das esquerdas: a construção de uma frente ampla para derrotar a ditadura ou a luta armada para derrubar o regime. Derrota ou derrube não significavam meras nuances de palavras. Elas expressavam a visão que cada campo tinha sobre as forças do seu adversário. No VI Congresso, em 1967, o PCB consolidava a sua política, e definia como essencial para o retorno do Estado de direito no país a conformação da frente democrática. A resolução redirecionava a ação do partido, mas não evitava a pulverização das esquerdas nacionais.

Num primeiro momento a estratégia revolucionária da luta armada apresentou-se como a resposta para os “descaminhos” do pré-64: a crítica à moderação, a influência das experiências revolucionárias baseadas em estratégias não tradicionais ao comunismo internacional como o foquismo e a guerra popular prolongada, a avaliação negativa da economia brasileira apresentada como irreversivelmente estagnada e, principalmente, a convicção de que existiam condições objetivas para a sublevação.

Com a decretação do AI-5 e a oficialização do terrorismo de Estado, as lutas guerrilheiras intensificaram-se. A partir do ano de 1969, a realização de ousadas ações nas cidades surpreendeu o aparelho repressivo governamental.² Mas a resposta do regime foi rápida. Reprimindo ferozmente e desarticulando essas organizações até 1971, restava ainda às forças armadas combater e destruir o último foco de guerrilha no Araguaia, confronto que se estendeu de 1972 a 1974.

Retornos, fundações e renovações das esquerdas no Brasil nos anos oitenta

No final dos anos setenta a participação política renascia no Brasil. Uma sensação de surpresa, como um raio que caía de um céu azul, indicava que,

¹ Além do PCB as demais organizações de esquerda existentes no pré-64 – trabalhistas, POLOP, AP e PC do B também sofreram fortes críticas e defecções, sendo culpabilizadas pelo fracasso da experiência ou da ausência de resposta ao movimento civil militar de 64. Ver: **RIDENTI**, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. in: **FERREIRA, REIS**, Daniel Aarão. Op. cit., 2007, vol. 3, p. 30.

² **Ibid.** p. 38.

silenciosamente, nas brechas do regime, algo acontecia. Movimentos organizados surgiam das comunidades, das Igrejas e dos sindicatos apresentando-se surpreendentemente vigorosos, por vezes ameaçadores.

Por outro lado, diversos homens e mulheres, sobreviventes da repressão e decididos a continuarem a luta, observavam com olhos brilhantes o que se passava no país. Muitos já não cogitavam mais a ação armada como estratégia central para derrotar o regime. Ou mesmo para se fazer a revolução. Pensavam em democracia – nas palavras de Marco Aurélio Garcia, “foi preciso que nós sofrêssemos uma brutal restrição de nossas liberdades democráticas, para que nós aprendêssemos o valor da democracia”¹ – e na construção de um forte movimento de massas que, de fato, pudesse protagonizar as transformações no país.

As experiências no exílio e nas prisões políticas marcaram definitivamente as esquerdas brasileiras. O mundo não era mais o mesmo. À luz das revoltas de 68 tudo estava sendo revisto. A revolução não aparecera. Em seu lugar, movimentos sociais que elegiam como centro da sua ação temas até então secundários diante da clássica luta de classes: os feminismos, as lutas étnicas, pacifistas e ambientais. Mesmo assim, para alguns, diante de uma abertura lenta e não confiável, persistiam os propósitos de reorganização dos antigos agrupamentos políticos e da utilização dos métodos da ação armada.

No Brasil da redemocratização, o campo *rouge* sofrera uma grande transformação. Um ciclo histórico havia terminado.² Um novo tempo abria-se e, nele, sobrepunham-se as ações políticas fundamentadas numa forte organização de base, nas reivindicações por direitos sociais, mas também por liberdade e democracia. Os eixos da luta estavam modificados, e as esquerdas concorreram fortemente pela obtenção da hegemonia do seu campo político.³

¹ Intervenção de Marco Aurélio Garcia no seminário “1917 – 1987. Socialismo em debate” realizado em São Paulo. in: 1917 – 1987. *Socialismo em debate*. Coleção Universidade Livre dos Trabalhadores. SP: Instituto Cajamar, agosto de 1988. p. 298.

² RIDENTI. Op. cit., p. 49.

³ Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes analisam, em diversos artigos, a disputa travada entre PCB e PT pela hegemonia do movimento sindical, principal ator político dos anos oitenta. Ver: SANTANA, Marco Aurélio, ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. in: RIDENTI, REIS. Op. cit., 2007, vol. 6, p.p. 375-410.

Neste contexto havia continuidades. O PCB acreditava desenvolver a linha política correta retomada desde 1967, após os desvios esquerdistas do período pré-64. Superando as suas fragilidades, o partido desempenhava um importante papel na construção de uma ampla frente democrática na transição brasileira. Internamente, o Partidão vivia a tentativa de uma segunda renovação. De 1976 a 1982, os eurocomunistas divulgavam as suas teses baseadas nos influxos teóricos de Antonio Gramsci e nas análises dos comunistas italianos.¹ A democracia assumia um caráter estratégico, universal para as transformações político-sociais no Brasil. Destacava-se o texto de Carlos Nélon Coutinho, “*A democracia como valor universal*”, representando para seus signatários um “*arejamento no marxismo pecebista*”, colocando-os na contracorrente da cultura ainda predominante na esquerda brasileira.²

As idéias do grupo renovador modernizavam o discurso do PCB. Entretanto, o movimento não sobreviveu à luta política cujo desenlace fora o VII Congresso, em 1983. Após excluir os setores denominados “ortodoxos”, o núcleo dirigente avançara sobre as suas concepções, acusando-as de direitistas e revisionistas. Antes mesmo da realização do congresso, a maioria dos seus componentes havia se afastado do partido.

O PC do B começava a década de oitenta bastante debilitado, devido às grandes perdas na guerrilha do Araguaia e no episódio do massacre da Lapa, onde boa parte do comitê central fora assassinado pela repressão. No início da transição, a organização desenvolvia uma política moderada e semelhante a do PCB: engajamento no MDB, apoio à ida ao Colégio Eleitoral e à Nova República.³ Na metade dos anos oitenta, porém, a agremiação realizou a sua mais importante inflexão no que dizia respeito à conjuntura nacional. Deslocando-se da Aliança Democrática, os comunistas do “B” foram para a oposição, optaram pela composição da Frente Brasil Popular e pela

¹ **SANTOS**, Raimundo. *O pecebismo inconcluso. Escritos sobre idéias políticas*. RJ: Sociedade do livro: Editora Universidade Rural, 1992. p. 39.

² As primeiras manifestações formais da discussão eurocomunista no Brasil são encontradas na revista “*Encontros com a civilização brasileira*”, nº 9, de março de 1979. **SEGATTO**, José Antônio, **SANTOS**, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista. Dos anos 1950 a 1991. in: **RIDENTI, REIS**. Op. cit., 2007, vol. 6, p. 38.

³ **SALES**, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil. in: **FERREIRA, REIS**. Op. cit., 2007, vol. 3, p. 175.

aproximação com a Central Única dos Trabalhadores.¹ Ao contrário do outro pólo comunista, que minguava e perdia a sua relevância na cena política nacional, o partido, de matriz ortodoxa, crescia e conseguia se manter de pé durante o vendaval de 89-91.

Até o VIII Congresso, em 1992, não houve alterações qualitativas no programa do PC do B. A agremiação mantinha as principais definições acerca da estratégia nacional: uma revolução por etapas, democrático-burguesa, antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária. No campo internacional, apesar dos anos maoístas, permanecia fortemente ligada à tradição da Terceira Internacional. Após a sua ruptura com o PC soviético, sob a acusação de revisionismo, imperialismo e capitalismo de Estado, e com o PC Chinês, o partido alinhou-se aos comunistas albaneses do PTA (Partido dos Trabalhadores da Albânia), definidos como mantenedores da ortodoxia comunista.

Muitos militantes acreditavam estar operando rupturas. O petismo nascia impulsionado por uma miríade de agentes sociais com suas expectativas diversas sobre as estratégias e a ação política durante a transição. Lideranças sindicais, “igrejeiros”, esquerdistas revolucionários e intelectuais convergiam para um ponto comum. Todos pensavam criar algo totalmente novo na história brasileira. Um marco zero. Filho das mobilizações ocorridas no país desde o final dos anos setenta, especialmente aquelas desenvolvidas pelo setor operário do ABC paulista, o PT intentava produzir uma renovação radical em relação às tradições das esquerdas nacionais, questionando os legados comunista e trabalhista do pré-64. Mas, como uma marca indelével da sua identidade, o socialismo petista agregava antigas tradições. Convivia com várias concepções de revolução. Havia aqueles que pregavam a insurreição popular de estilo bolchevique e outros que propugnavam um reformismo revolucionário, processual e democrático. Se ele sabia o que refutar, o mesmo não acontecia em relação às definições estratégicas que deveria defender, nascendo com grandes imprecisões quanto ao seu projeto alternativo de sociedade.

Havia também renovações. A outra novidade da transição brasileira era a recriação do movimento trabalhista. Contrariando as análises de importantes cientistas

¹ *Ibid.* p. 176.

políticos que vaticinavam a sua morte definitiva com o golpe de 1964¹, ele renascia em Lisboa, em junho de 1979, rejuvenescido. Se, por um lado, o partido encontrava-se fortemente firmado sobre a herança e o legado político de Getúlio Vargas, o Novo Trabalhismo também objetivava fundar um partido de esquerda, popular, e democrático.² Combinando tradição e modernidade, o projeto de Leonel Brizola, o mais importante expoente deste movimento, e de jovens exilados tentava aproximar a corrente das organizações mais avançadas da esquerda européia, fato este consumado com a sua adesão à Internacional Socialista.³

Entre renovações e rupturas, as esquerdas no Brasil continuavam fortemente influenciadas pelas heranças do nacional-estatismo. As evidências desta cultura no campo *rouge* sobressaíram-se nos momentos mais importantes da década de oitenta. Na Constituinte as esquerdas – com uma bancada extremamente ativa, porém minoritária – conseguiram aprovar muitas das suas proposições, apoiadas por setores fortemente influenciados pelos elementos nacionalistas e estatizantes. Em 1989, a campanha de Leonel Brizola também agitava essas bandeiras. Apesar das fortes críticas do Partido dos Trabalhadores nos seus primeiros anos de existência, de forma surpreendente, a campanha de Lula imbricou-se ao imaginário do nacional-estatismo.⁴ Nas eleições subseqüentes, esta tradição incorporou-se definitivamente ao petismo. Assim muitos dos seus conceitos, sob uma nova abordagem, tornaram-se elementos centrais do modelo proposto para o desenvolvimento do Estado nacional brasileiro. Idéias que retornavam para se contrapor ao novo pensamento liberal.

Os acontecimentos do final do século XX definiram os rumos das esquerdas no Brasil. Enquanto no plano nacional as perspectivas eram promissoras, o seu campo

¹ As novas abordagens acerca do tema são encontradas no livro organizado pelo historiador Jorge Ferreira – FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. RJ: Civilização Brasileira, 2001. As interpretações e as discussões em torno do conceito de populismo também serão analisadas no capítulo V desta tese.

² SENTO-SÉ, João Trajano. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. in: FERREIRA, REIS. Op. cit., 2007, vol. 3, p. 434.

³ *Ibid.* p. 435.

⁴ Segundo Daniel Aarão Reis, o programa de Lula em 1989 encarnava um projeto nacional estatista radical que assustou as elites sociais e políticas. Ver: REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. in: FERREIRA, REIS. Op. cit., 2007, vol. 3, p. 516. Além da campanha de 1989, no transcorrer dos anos 90 várias resoluções reforçaram esta tradição. Entretanto o debate no partido entre concepções distintas permaneceu forte e ainda hoje não se esgotou. O capítulo

político mergulhava numa crise que extrapolava as fronteiras da nação. Assim as esquerdas brasileiras foram em busca de novos fôlegos, movendo enormes esforços para, simultaneamente, construir uma perspectiva local e global, uma concepção renovadora de transformação social e de socialismo adaptada à realidade nacional.

Os resultados foram contraditórios. Tradicionais organizações desapareceram. Militantes dedicados “desbundaram”. Outros se renderam definitivamente à sedução do capitalismo triunfante, decretando a impossibilidade das transformações sociais radicais. Alguns retornaram às antigas tradições, mesmo que elas não esclarecessem muita coisa sobre o novo milênio que despontava. Muitos, é possível afirmar, procuraram caminhos alternativos que levassem à renovação da utopia socialista. De uma forma geral, as esquerdas brasileiras cresceram nesse período. Especialmente o seu principal partido político, o PT. Mas elas não passaram incólumes pela *débâcle* do socialismo de tipo soviético.

O abalo no capital político deste campo colocou também na berlinda o próprio capital das esquerdas nacionais. Os habitus comuns, consolidados no transcorrer do século XX, despedaçaram-se. Contraditoriamente, estes rompimentos abriram novas janelas, propiciando a elaboração de respostas inéditas, anteriormente de impossível absorção para o campo das esquerdas.

II, no tópico *Estado e mercado na estratégia do socialismo petista*, apresenta alguns elementos desta discussão até o primeiro congresso em 1991.

Capítulo II

O Partido dos Trabalhadores e a crise do socialismo: entre os desafios da renovação e as heranças das esquerdas tradicionais

I. O PT e o mito do “novo”: “remido” de todos os “pecados”?

Uma novidade irrompia no cenário político brasileiro no final da década de setenta: o movimento pela formação de um partido de trabalhadores, impulsionado pelas múltiplas mobilizações ocorridas no país, especialmente àquelas desenvolvidas pelo setor operário do ABC paulista. Para socialistas de diversas origens, o cenário prenunciava promessas de projetos revolucionários para os trabalhadores do Brasil: um governo autoritário, o protagonismo e a ascensão dos movimentos sociais, lideranças originadas das mesmas e a criação de um partido “de dentro” da classe. Essa era a origem do PT cujo embrião desvelava importantes signos que suscitavam expectativas de uma renovação radical em relação às tradições das esquerdas. Às massas delegava-se a tarefa de conduzir o seu próprio destino:

O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados. O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares.¹

Todavia, as representações que explicavam os fundamentos do PT estavam envoltas em mitos que davam sentido ao seu surgimento. A idéia do “novo” e do “marco zero” na história dos trabalhadores sustentava as convicções de que o partido estava livre do DNA das esquerdas tradicionais. Ele mesmo inventaria as suas tradições. No

¹ Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores, em /02/1980. Disponível em <http://www.pt.org.br>.

processo de construção dos imaginários políticos, forte elemento que dá coesão e identidade aos grupos desta natureza, o mito funcionaria como “*ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora*”.¹

Empregando o conceito de Raoul Girardet, as construções míticas elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores não atingiriam ainda o terceiro patamar, da chamada *não-história*, cuja periodização escaparia a qualquer cronologia.² Mas é possível identificar o seu “*tempo de antes*” como a época privilegiada dos fundadores, da juventude das instituições onde os acontecimentos são relativamente precisos e identificáveis. Dessa forma, o passado tornava-se um modelo, uma referência comum, valorizada por todos – mesmo que repleta de visões diferenciadas. Para muitos um verdadeiro ideal preso às origens do PT.³

No Brasil nascia, enfim, o partido prometido da revolução, construído e dirigido pelo proletariado e não por uma “vanguarda de fora da classe”. Tecendo duras críticas às múltiplas tradições das esquerdas nacionais, o imaginário político petista determinava um novo marco temporal da história da luta operária e social no Brasil: antes e depois das grandes mobilizações de 78 e 79.⁴ O tempo anterior estava marcado por um movimento manipulado pelo “populismo”:

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo, sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior, representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões! As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas ‘sem erros do passado’ ou ‘de baixo para cima’, não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de setores do empresariado nacional. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político, apelando para sua própria clientela, nada temos a opor, porém denunciaremos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus

¹ GIRARDET, Op. cit., p. 98.

² *Ibid.* p. 101.

³ As discussões em torno da necessidade de um “PT das origens” ou da sua “Refundação” são assuntos recorrentes no partido até os dias atuais. Defendidos, muitas vezes, com sentidos diametralmente opostos, eles apresentam-se, principalmente, em momentos de importantes definições e de graves crises. Trataremos destes temas na conclusão do capítulo.

⁴ Registrando a frase de Hamilton Pereira, Alexandre Fortes identifica na narrativa petista sobre a história brasileira a forte sensação de que “*O Brasil foi descoberto em São Bernardo do Campo*”. FORTES, Alexandre (org). *História e perspectivas da esquerda*. 1ª ed., SP/Chapecó: Ed. Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

*rótulos e apelos demagógicos e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.*¹

Para muitos personagens, que construía ou simpatizavam com o projeto petista, o lugar do trabalhismo era o “lixo da história”. Ele representava a “manipulação”, a “demagogia” e o “fisiologismo” que tão acentuadamente demarcavam a história do país.²

Por outro lado, rompia-se também com a herança comunista – espaço da “ortodoxia”, do aparelhismo, da ausência de democracia interna. Uma história permeada de equívocos e contradições.³ Essa era uma marca tão forte que, para muitos militantes, tratava-se de um partido anticomunista. E suscitava temores entre aqueles que, antigos membros das esquerdas brasileiras, desejavam construir uma agremiação com tamanha simbologia. Nas páginas da revista *Teoria e Debate*, o depoimento de Clara Charf, militante do PCB até 1967, identificava a existência de tais receios, quando ela se decidiu pela filiação ao PT: “*Não foi fácil no começo porque as pessoas diziam que eu não ia ter chance de discussão. Diziam: ‘Imagina, deve ter muito anticomunismo, você vai ser discriminada’. Ouvi muito isso no começo*”.⁴

Um paradoxo instalava-se: certamente não era uma agremiação comunista, mas como ser anticomunista, reunindo desde o início de sua formação uma miríade dos mais variados matizes? Estavam em jogo as heranças com as quais pretendia partilhar, imbricar a sua gênese. Se o próprio partido inventaria as suas tradições, ele mesmo teceria o seu socialismo:

¹ Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores, em 10/ 02/ 1980. in: Site do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <http://www.pt.org.br>.

² REIS, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil. Culturas políticas e tradições. in: FORTES, Op. cit., p. 175.

³ Alexandre Fortes destaca a simpatia dos petistas pela experiência anarquista no Brasil no início do século XX. Contudo esta referência ao anarquismo funcionava mais como uma crítica de determinados segmentos – em especial daqueles setores oriundos do pensamento universitário – às estratégias elaboradas pelo PCB no pré-64. Não se percebe no pensamento dos militantes e dirigentes petistas um esforço que buscasse nestas experiências reflexões para as questões atuais. Destacava-se uma ausência de diálogo entre estas duas tradições. Mas petismo e anarquismo aproximavam-se, principalmente nos primeiros anos do partido, no que dizia respeito à radical autonomia do movimento sindical e popular frente às instituições estatais e aos partidos, uma grande desconfiança em relação ao Estado, a importância do debate e da referência da educação como um aspecto central da formação e da consciência revolucionária, e a importância da ação prática e direta acima da teoria. **Ibid.**

⁴ Clara Charf, além de ativa militante comunista, foi companheira do dirigente pecebista e fundador da Aliança Libertadora Nacional, Carlos Marighella. Após a experiência da ALN, ela viveu os anos do exílio em Cuba. *Teoria e Debate*, nº 08, 1989. p. 31.

*Ao pegar o Manifesto do PT você vai ver que é uma proposta praticamente socialista. Mas, então, por que eu não queria grandes discussões sobre o socialismo? Se eu ainda não tinha convencido os trabalhadores a criar um partido, como é que eu já ia convencê-los de que o partido tinha que ser socialista?*¹

*O socialismo que nós queremos não está escrito ainda na cartilha de nenhuma corrente, de nenhum partido político. Está na ação extraordinária de todos no debate sobre o socialismo.*²

Assim o PT nascia com grandes imprecisões sobre o seu projeto alternativo de sociedade. Transformando em virtude o que poderia ser um defeito, procurava fugir de outra tradição das esquerdas: os rachas infindáveis, muitas vezes em torno de questões pontuais. Convivendo no interior do partido com uma pluralidade de visões, tais indefinições demarcavam as discussões a respeito das origens socialistas do petismo. Para alguns dirigentes, como Djalma Bom, a tese do PT era socialista desde a sua fundação devido à experiência concreta das greves no ABC paulista e da exploração dos trabalhadores no sistema capitalista:

*(...) Discutíamos um pouco o que o PT deveria ser. Tínhamos a concepção que deveríamos construir um partido socialista, um partido de oposição ao capitalismo. (...) Nessa prática aí, mesmo sem ter formação ideológica mais profunda, no meu caso estou falando, a gente começou a sentir que se era para formarmos um partido político, esse partido político deveria também ser diferente daqueles partidos existentes no Brasil. Deveria ter uma concepção ideológica socialista, de mudanças, de transformações profundas da sociedade brasileira, porque a experiência que a gente teve durante o processo grevista, a experiência prática é que o capitalismo massacra, explora, oprime a classe trabalhadora. Não tinha sentido formar um partido político no Brasil que não tivesse uma concepção de uma sociedade socialista. Nossa idéia era da construção de uma nova sociedade, mas onde a democracia fosse uma questão fundamental.*³

Para outros antigos dirigentes, como o sociólogo Francisco Weffort, definir a origem do PT como socialista era historicamente falso. Ele assemelhava-se a um partido trabalhista com várias tradições no seu interior. O principal problema das

¹ HANECKER, Marta. *O sonho era possível. A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. Havana / São Paulo: MEPLA / Casa América Livre. 1994. p. 90.

² *Cartilha O que é o PT*. Coletivo da Secretaria Nacional de Formação Política. SP, junho de 1991. Acervo do AMORJ.

³ *Ibid à nota 1*.

lideranças sindicalistas naquele momento não era o socialismo, mas a criação de um instrumento político que defendesse os interesses dos trabalhadores diante da insuficiência da ação sindical:

Na cabeça dos sindicalistas, naquele momento, inclusive do Lula, a questão não era socialismo, não era esse o assunto. O assunto era o seguinte: os trabalhadores estão perdendo salários. Têm interesses que são contraditórios com os patrões e os sindicatos são insuficientes para defender os interesses dos trabalhadores. (...) Não era uma visão clássica no sentido marxista, era uma visão corporativa, no sentido inglês, uma visão tradeunionista naquele momento. Então, quando alguém de esquerda naquela reunião propôs incluir naquela declaração: 'Estamos na luta pelo socialismo, etc ...', deu uma confusão enorme porque não era o que estava em discussão.¹

Essa polêmica envolvia vários fundadores e apoiadores da construção do partido, como Frei Betto, Francisco de Oliveira, Marco Aurélio Garcia e Valério Arcary. Enquanto consenso uma postura crítica aos PC's e à social-democracia e um forte sentimento anticapitalista. Na análise de Francisco de Oliveira, o socialismo petista apresentava-se como *“um conjunto de negações, mas que se afirmava positivamente por um conjunto de pequenas afirmações do ponto de vista que tinha como seu núcleo central algumas das premissas básicas dos princípios que há muito tempo, historicamente, formam o núcleo central do socialismo”*.²

O socialismo petista ganhou maiores definições nos encontros realizados em 1987 e 1990.³ Ele tornava-se o objetivo estratégico do PT. Num contexto internacional delimitado pelas avassaladoras mudanças no antigo *monólito*, sob a liderança carismática de Mikhail Gorbatchev a partir de 1985, as resoluções refletiram o debate existente no campo das esquerdas: a questão da democracia, o modelo soviético, as críticas à estatização generalizada, dentre outros assuntos. Mas também afirmaram positivamente o compromisso mais claro do partido com a proposta socialista. No V Encontro, a luta revolucionária brasileira dividia-se em dois momentos: uma primeira fase da tomada do poder político e outra da construção da sociedade socialista. Para alcançar esse intento, a necessidade da hegemonia dos trabalhadores sobre o Estado

¹ *Ibid.* p. 91.

² *Ibid.* p. 95.

³ O V e o VII Encontro Nacional do PT foram realizados, respectivamente, em Brasília, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987 e em São Paulo, entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 1990.

e a importância das “*formas embrionárias de poder proletário*” como escolas de auto-organização das experiências alternativas ao modelo capitalista. A relação intrínseca entre socialismo e democracia também ocupava um lugar central no desenvolvimento da estratégia petista, devendo o Estado socialista: “*desenvolver esforços tanto para estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos, como manter e /ou criar mecanismos de participação e consulta popular nos mais diferentes níveis e nas relações entre tais níveis*”.¹ O texto defendia ainda a inexistência de uma contraposição entre reforma e revolução, a necessidade de integrar ao projeto transformador outros segmentos sociais, como os microempresários e os assalariados do mundo não fabril. Na fase de construção do socialismo, a base econômica capitalista desenvolvida no Brasil nos últimos trinta anos garantiria um sólido setor socialista, onde a pequena economia mercantil cumpriria um importante papel ao lado das empresas socialistas.

Três anos mais tarde, o VII Encontro Nacional aprofundava o acúmulo adquirido pelo partido: “*Com o sentido geral de nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva de nossa utopia concreta, isto é da sociedade socialista pela qual lutamos*”. Associadas às formulações do V Encontro, as resoluções apresentavam críticas mais nítidas ao modelo da social-democracia – um projeto ideológico “*que não correspondia às convicções anticapitalistas do PT*”, marcado pelo abandono do socialismo.² E também à perspectiva do socialismo real, incompatível com o projeto petista. Assim, o partido reafirmava o pluralismo ideológico, negando a sua filiação a qualquer filosofia oficial.

Fixando o socialismo como uma possibilidade histórica, a agremiação rompia com a idéia da inevitabilidade do mesmo, cerne do pensamento clássico das esquerdas tradicionais: “*um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e dos oprimidos*”. Do conjunto das resoluções destacava-se o papel cada vez mais central da democracia. Definida como um valor estratégico, ela tornava-se: “*a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada*”.³

Diante do fracasso do socialismo real, o PT identificava aspectos positivos na crise, que poderiam renovar a democracia socialista. Tais movimentos deveriam ser

¹ *Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999. p.14.

² Caderno de teses publicado no Boletim Nacional, edição especial, 1990, e Boletim Nacional, nº 51, julho de 1990. p. 431, 432.

³ *Ibid.* p. 434, 429.

valorizados, apesar das suas inúmeras contradições e da hegemonia de forças reacionárias favoráveis à regressão capitalista. Eles rompiam com a paralisia política, recolocando em cena novos agentes políticos e sociais.

De fato, o I Congresso do Partido dos Trabalhadores, no ano de 1991, tornou-se o lugar, por excelência, das principais discussões sobre os caminhos petistas para alcançar o socialismo. O evento envolveu uma miríade de militantes e as tendências nacionais e regionais através da realização de inúmeros debates, da formulação de vários textos e da publicação de cadernos de teses que circularam durante os encontros preparatórios.

A polêmica existente nos primeiros anos de criação do PT reaparecia, com outras tonalidades, no processo congressual, decorridos onze anos da sua fundação: era central ou não para o partido reafirmar a sua visão estratégica em direção ao socialismo? Determinadas lideranças partidárias, como o dirigente nacional da Articulação José Luís Fervereiro, identificavam no I Congresso a imposição de uma “polarização doutrinária”, reduzindo o debate a uma dicotomia superficialmente construída pelos setores “órfãos ou herdeiros do leninismo mais ortodoxo”:

A falência dos modelos do “socialismo real” contribuiu para impulsionar essa discussão, promovida por esses setores que, órfãos ou herdeiros do leninismo mais ortodoxo, se enfrentaram em um debate particular, coerente e necessário para eles em função do seu passado, porém estranho à tradição majoritária do PT. Um setor inspirado na insegurança face às novas realidades, no apego ao passado, no refúgio na tradição marxista, no conservadorismo. Outro movido pela busca do rompimento com o passado, o acerto de contas com a história, a ansiedade revisionista.¹

Para Fervereiro, a agremiação havia perdido a oportunidade de avançar na sua estratégia de conquista do governo federal.

A clivagem entre “heterodoxos” e “ortodoxos” deixava no meio um partido atônito. Ou seja, a perplexidade instalava-se porque esta arenga era “estranha à tradição majoritária do PT”. Assim, a militância petista só poderia mesmo encontrar-se alheia visto que os confrontos aludiam àqueles que partilhavam do DNA das “velhas” heranças do socialismo. Para muitos, O PT continuava não tendo nada a ver com isso:

Não carregamos compromissos, nem somos herdeiros do que desabou no Leste Europeu - nem do socialismo real, nem da social-democracia. Muito embora, por conta de uma certa complacência nossa com o que ocorria por lá, possam nos atribuir uma desconfortável ligação. (...) Talvez por isso tudo o PT detenha hoje uma posição privilegiada. No terreno das concepções, começamos antes que muitos a romper com os dogmas; outros quebraram a cara por nós nos últimos 70 anos.²

Em pleno ano de 1991, com os vários muros caindo, as esquerdas atônitas e as direitas em franca ofensiva, como negar a centralidade do assunto nos debates congressuais? Para um partido que se denominava socialista, como separar as suas orientações mais imediatas de um profundo balanço sobre a trajetória desenvolvida por aquelas experiências alternativas no decorrer do século XX?

Apesar da centralidade da temática do socialismo no I Congresso do PT, muitos dirigentes e militantes tratavam tal discussão como uma carta de intenções. Ela muito pouco interferia na real preocupação, cada dia mais importante, do partido: a conquista do Palácio do Planalto. Assim realizava-se uma clivagem entre as estratégias do socialismo petista e a conquista e exercício dos governos municipais, estaduais e federal. Característica presente desde os primeiros anos do PT, a originalidade do socialismo petista resultaria da experiência prática e cotidiana. Portanto, o amadurecimento da estratégia e de uma teoria revolucionária socialista também permanecia secundário na ação concreta do partido e para a maioria dos seus militantes.

Apesar das resistências, *Teoria e Debate*, a partir de dezembro de 1989, dava o ponta-pé inicial nas discussões. Antecipando-se ao período pré-congressual, vários assuntos sucederam-se na publicação: marxismo, socialismo, as experiências do Leste europeu e da URSS, Cuba, a questão do mercado, da democracia, do indivíduo no projeto revolucionário, do poder local,... Enfim, uma multiplicidade de questões. Reivindicando a abertura do debate, confirmada pelo VII Encontro Nacional, a revista

¹ **FEVEREIRO**, José Luís. 1º Congresso - Balanço de uma disputa. in: *Teoria e Debate*, nº 18, 30/07/1992.

² **FALCÃO**, Rui. Socialismo, por onde recomeçar? – Posição privilegiada. in: *Teoria e Debate*, nº 16, out/nov/dez 1991.

tornava-se o principal espaço de reflexão sobre os “caminhos estratégicos” para a transformação socialista do Brasil.¹

Apesar da sua crescente importância e audiência no interior do partido, e no campo das esquerdas, a *T&D* não agradava nem a gregos nem a troianos. Por um lado acusavam-na de promover uma discussão doutrinária. Num outro extremo, porém, seus editores eram qualificados como os “novos promotores do revisionismo”:

*Há quem pense assim, ao menos por automatismo. Afinal, em nossas 72 páginas trimestrais, tudo é revisto, revisitado, revisado. Mas vale lembrar que revisionismo é um termo carregado de sentido histórico exato: designa o exercício da improvisação teórica com a finalidade de justificar capitulações materiais. É por isso que preferimos pensar o oposto: revisionistas são exatamente aqueles que impediram a livre discussão ao longo desses anos todos.*²

Defendendo-se com o lema bolchevique: “*Liberdade na discussão, unidade na ação*”, a publicação advogava o seu compromisso ético com a liberdade e o debate de alto nível, destacando a presença de opiniões díspares como a de Luiz Gushiken, da corrente Articulação, e a de Valério Arcary, da Convergência Socialista.

Dessa forma, o texto de abertura alertava sobre a centralidade destes questionamentos. Eles atingiam diretamente o partido e se relacionavam ao futuro da utopia socialista no país:

*Não nos iludamos: a fábula que se conta hoje no mundo socialista diz respeito a nós. O que está em jogo é nada mais nada menos que o futuro de nosso projeto político de construir no Brasil um socialismo democrático. Se não decifrarmos esta esfinge em tempo, ela certamente nos devorará. Pior é que, a rigor, mesmo que a decifremos, talvez não estejamos em condições de escapar ao tipo de crise que ronda hoje a experiência socialista. Mas pelo menos estaremos mais bem preparados para enfrentá-la, quando chegar - se chegar - a nossa hora.*³

O Partido dos Trabalhadores encontrava-se, então, diante da necessidade de exprimir de forma mais concreta o que era o tal do socialismo petista. As definições vagas – “*Nem socialismo real nem social-democracia*” – demonstravam-se insuficientes

¹ *Teoria e Debate*, nº 11, jul/ago/set 1990.

² Apresentação. in: *Teoria e Debate*, nº 10, abr/mai/jun 1990.

³ REIS, Daniel Aarão. Um mundo de ponta cabeça. in: *Teoria e Debate*, nº 8, out/nov/dez 1989.

para os seus desafios. Instaurar um profundo balanço sobre as heranças compartilhadas pelas esquerdas e traçar novas perspectivas para o socialismo no final do século XX tornavam-se possibilidades através das quais o partido poderia sobreviver aos vendavais, sofrendo as menores avarias possíveis, dotando-o de condições de responder às crises e de propor alternativas nos tempos mais difíceis.

O I Congresso foi açambarcado por uma intensa disputa de idéias: *“a experiência de abrir o debate no interior do partido foi plenamente exitosa: vários grupos de filiados, alinhados e não alinhados às tendências reconhecidas nacionalmente, ofereceram suas propostas contribuindo para diversificar e arejar o processo de discussão”*.¹ É verdade que, no contexto de um partido de massas, as leituras não eram acompanhadas pelo conjunto dos filiados, mas o debate alcançou uma grande projeção. Foi veiculado e explorado pela mídia. E, colado às definições estratégicas do seu projeto de socialismo – num momento de perplexidade reinante –, o *“fantasma da social-democracia”* parecia rondar o PT. Enquanto alguns militantes temiam pela sua social-democratização, outros petistas esperavam que o partido se livrasse do *“comunismo das trongas”*.²

II. O petismo e as revoluções socialistas no século XX

O legado de Marx em questão: abandono ou resgate da tradição marxista?

Não é possível tratar dos impasses do socialismo no século XX sem abordar os prognósticos da teoria marxista. O debate petista demarcava a presença de dois nítidos campos de visão em relação aos pressupostos de Marx e de Engels. Um núcleo, autodenominado “marxista-revolucionário”, reunia marxistas, leninistas, trotsquistas, luxemburgistas, apropriando-se ou não de outras tradições teóricas. Em comum eles

¹ *Jornal do Congresso do PT*. Publicação da Coordenação Política geral do Congresso, nº 2, junho de 1991.

² Palavra de origem portuguesa, o termo foi empregado pelo jornalista e petista Eugênio Bucci, num polêmico texto publicado na T&D. Numa alusão às prostitutas soviéticas – segundo o próprio, “burocráticas e sem criatividade” – elas eram o retrato nu e cru do socialismo soviético, onde até mesmo o ato sexual fora burocratizado. Num trocadilho, o comunismo soviético só poderia ser o “comunismo das trongas”, substituído na pior acepção da palavra. **BUCCI**, Eugênio. *Revolução Perdida*. Nós que amaremos tanto a reforma. in: *Teoria e Debate*, nº 14 abr/mai/jun 1991.

partilhavam da crítica à II Internacional e dos pressupostos que originaram a ação bolchevique na Revolução Russa de 1917.

Também chamados de “marxistas ortodoxos”, a designação sugeria conotações diametralmente opostas. Para os signatários desse núcleo não havia contradição “*entre defender a ortodoxia marxista e conceber o marxismo como um pensamento aberto e criativo*”.¹ Por outro lado, os críticos de tal tradição empregavam o termo de forma negativa. “Ortodoxia” e “dogmatismo” possuíam o mesmo sentido. Defendê-los demonstrava a cumplicidade com um “velho marxismo” anacrônico e derrotado, responsável pelos descaminhos dos regimes em plena queda na Europa do Leste e na URSS.²

Um segundo núcleo agrupava-se em torno de uma série de avaliações alternativas às heranças do “marxismo revolucionário”. A multiplicidade era grande. Abrangia desde os que negavam completamente o marxismo e suas variantes como teoria explicativa, àqueles que integravam tais referências, identificando na obra de Gramsci um grande passo para a sua renovação ou incorporando outros teóricos, adotando procedimentos mais ecléticos. Unificavam esse campo os questionamentos às tradições da II e da III Internacional, uma visão não catastrófica do processo social e um reformismo, que, mais ou menos radical, encontrava-se melhor sintonizado com as aspirações da sociedade por mudanças graduais.

Transitavam entre os dois pólos, diversas correntes, intelectuais e militantes petistas que subvertiam uma lógica pré-determinada. Dependendo do assunto, aqueles personagens adotavam teses distintas.

¹ **GUIMARÃES**, Juarez. A volta ao círculo. in: *Em Tempo*: publicação da tendência Democracia Socialista do PT, nº 243, março/ abril de 1990. p, 15.

² O termo será empregado da forma com a qual se identificavam os “marxistas revolucionários”. Algumas ressalvas, porém, são indicadas pois o seu uso envolve uma série de problemas. Eles elegem como “marxistas revolucionários” determinadas lideranças da II e da III Internacional, que se contrapuseram ao processo reformista no seio do Partido Social-Democrata Alemão. Dessa forma, além dos pais fundadores, Karl Marx e Friedrich Engels, completavam a lista os nomes de Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo. Entretanto como enquadrar os demais revolucionários? Bukhárin, por exemplo, estava no campo do marxismo revolucionário? E Mão Tse Tung? E Antônio Gramsci? Em torno do seu nome existia uma grande polêmica, pois determinados agrupamentos refutam as suas concepções, avaliadas como reformistas.

O debate entre marxistas revolucionários e reformistas revolucionários

“Ortodoxia” não implicava em “dogmatismo”. Entretanto, isto não significava questionar as teses nucleares de Karl Marx. Dessa forma, esse campo partia de um ponto comum: a necessidade de retomar os estudos do filósofo e dos intelectuais revolucionários para revitalizar o marxismo fortemente impregnado pelas leituras predominantes na II e na III Internacional. Mas qual contribuição teórica empregar? Aqui a heterogeneidade também se anunciava. O aporte teórico de Antonio Gramsci influenciava fortemente a produção intelectual de algumas tendências petistas. Outras elaboravam importantes críticas ao emprego de certos conceitos do comunista italiano.

No texto “*A volta ao Círculo*”¹, o dirigente da Democracia Socialista (DS), Juarez Guimarães, travava uma longa polêmica com Marcos Rolim, da Nova Esquerda (NE). O primeiro refutava a presença de um determinismo histórico e de uma visão economicista no pensamento de Marx, assim como o desenvolvimento do próprio conceito de Estado socialista, estranho à sua obra.

A DS também questionava as concepções da Vertente Socialista (VS), expressas no documento elaborado para o VII Encontro Nacional do PT – “*Uma nova luta pelo socialismo no mundo*”. José Corrêa indicava no texto a presença de “*deslizamentos conceituais*”, tais como o emprego, sem maiores explicações, dos termos marxismo-leninismo, socialismo científico e marxismo vulgar, analisando o desenvolvimento da obra de Karl Marx a partir da primeira variante. Por fim, um “*relativismo completo*” que, levado ao extremo, conduziria ao irracionalismo. Para a Democracia Socialista, essas correntes abandonavam o marxismo, reinterpretando a - historicamente a trajetória do movimento socialista, negando o seu caráter cumulativo, muito mais amplo do que a matriz da III Internacional Comunista.²

As correntes “ortodoxas” concordavam que o marxismo-leninismo, a partir do V Congresso da Internacional Comunista, em 1924, havia se transformado numa doutrina oficial do stalinismo. Entretanto, recusavam as conexões que ligavam a obra de Marx e

¹ Além dos artigos na Teoria e Debate, a tendência dedicou várias edições do seu jornal, *Em Tempo*, ao enfrentamento com as propostas que questionavam as teses clássicas do marxismo e da tradição leninista. Jornal *Em Tempo*, nº 245, 246, 255. **GUIMARÃES**, Op. cit.

² **CORRÊA**, José. Marxismo ou mistificação da história? in: *Em Tempo*, Op. cit., nº 243, p. 13, 14.

de Lênin às idéias de Stalin, apresentando-os como precursores do totalitarismo moderno. Esse campo também avaliava negativamente o legado da II Internacional. Para Ronald Rocha, dirigente da Tendência Marxista (TM), ela era depositária de uma visão que, impregnada de darwinismo social e de positivismo, rompia com o legado de Marx. O revisionista Eduard Bernstein era a principal expressão desse processo:

Mas foi Bernstein quem realizou a ruptura formal com Marx, exigindo a imparcialidade do conhecimento científico contra o caráter tendencioso de sua obra. Preferiu apologizar uma ciência neutra de matriz positivista e uma ética socialista, calcada na razão prática Kantiana, articulada por uma adesão ideológica ao liberalismo.¹

O “marxismo revolucionário” – com Rosa Luxemburgo, Lênin e Gramsci – rejeitava a dicotomia positivista e realçava o seu caráter crítico. Assim a filosofia marxista precisava ser resgatada, pois ela era partidária da luta dos trabalhadores, anticapitalista e socialista na sua gênese. Esse campo, entretanto, não era uníssono. Outros intelectuais enfatizavam a atualidade da obra de Marx para aquele final de século XX, mas elaboravam importantes questionamentos à tradição na qual se encontrava imersa. Para Michael Löwy, a superação da crise exigia um processo de reflexão crítica, o seu enriquecimento através das experiências dos movimentos sociais contemporâneos e a sua “fertilização” pelas formas mais avançadas e produtivas do pensamento teórico não marxista. Essa filosofia precisava redescobrir a sua herança humanista, democrática e revolucionária. Tais perspectivas não se confundiam com um pretense ecletismo, mas estabeleciam a necessidade do marxismo romper radicalmente com os fundamentos da civilização industrial burguesa moderna:

a principal crítica que se pode fazer aos marxistas não é, como pretendem seus adversários liberais, sua ‘não-modernidade’, mas bem ao contrário, sua ruptura insuficientemente radical com os fundamentos da civilização industrial burguesa moderna. Isto se traduz em uma certa concepção do socialismo como simples extensão planificada e estatizada desta civilização, sem colocar em questão sua lógica produtivista e sua racionalidade instrumental e quantitativa. Os marxistas (e o próprio Marx) nem sempre escaparam à ideologia do progresso, típica dos séculos XVIII e XIX. (...) Enquanto cientistas sociais, os marxistas

¹ **ROCHA**, Ronald. Apontamentos para uma crítica marxista à esclerose burocrática da teoria revolucionária. in: *O PT e o Marxismo*. Caderno especial de Teoria e Debate. SP: publicação do Partido dos Trabalhadores, DR-SP, 1991. p. 49.

*muitas vezes reproduziram o modelo positivista, baseado na projeção, arbitrária do campo da história e da sociedade, do paradigma epistemológico das ciências naturais, com suas leis, seu determinismo, suas 'previsões' puramente objetivas e se evolucionismo linear.*¹

Löwy encontrava na filosofia da práxis e no método dialético a essência do marxismo e o seu potencial subversivo. Mas a constatação da presença de um cientificismo progressista deixava clara a necessidade de rediscussão de alguns dos seus mais importantes pressupostos.

Teóricos e dirigentes petistas da tendência Nova Esquerda (NE) originavam-se, em sua maioria, do antigo Partido Revolucionário Comunista (PRC). Um intenso e radical processo de debates no interior desta corrente resultou numa bifurcação: a criação da Tendência Marxista (TM) – identificada com o legado do “marxismo revolucionário” – e da Nova Esquerda (NE) – promotora de uma profunda reavaliação dos principais pressupostos hegemônicos no movimento comunista internacional. “Heréticos”, a sua mensagem divulgava a ruptura com a “ortodoxia”. Para alguns deles, o objetivo final era a superação de uma concepção totalitária através da adoção de um socialismo libertário. Mas para outros, diante das perspectivas nada animadoras de um planeta dominado pela ofensiva conservadora liberal, as transformações tendiam ao limite da humanização do próprio capitalismo. Apresentando diversos pontos de vista, eles protagonizaram os mais polêmicos embates travados no Partido dos Trabalhadores.

Nas discussões promovidas pela revista *Teoria e Debate*², o petista Ozéas Duarte delimitava a crítica ao “marxismo ortodoxo” como o ponto de partida fundamental para a análise da crise e a superação revolucionária do socialismo real:

*A tarefa de renovação do socialismo precisa enfrentar incontornavelmente a exigência de uma reforma intelectual e moral do próprio movimento socialista. A crise do 'socialismo real' é, antes de tudo, uma crise do marxismo ortodoxo e de pressupostos, não de respostas apenas. O marxismo ortodoxo - filosofia oficial do 'Estado soviético' e seus assemelhados - não passa, hoje, de uma filosofia do conservadorismo burocrático.*³

¹ LÖWY, Michael. Crise do marxismo ou marxismo crítico? in: **Ibid.** p. 114.

² A partir da edição nº 8, do trimestre out/ nov/ dez de 1989, *Teoria e Debate* promoveu uma intensa discussão entre as várias concepções existentes no partido sobre a estratégia do socialismo petista.

³ DUARTE, Ozeas. Nem burguesia nem estatismo. in: *Teoria e Debate*, nº 9, jan/fev/mar 1990.

Para os signatários dessa concepção, as experiências socialistas do século XX não representavam o “*desvio da teoria*”.¹ Elas eram produtos de processos históricos dirigidos por partidos marxistas, depositários de tal filosofia.

Assim as críticas atingiam ao núcleo teórico da tradição comunista, tributário de um determinismo histórico, de uma racionalidade anti-humanista, de uma sociedade estatizada e totalitária. O marxismo-leninismo da Terceira Internacional consagrava esta concepção. Portanto, não havia espaço para a recuperação ou para a reforma deste projeto. Era necessário instituir uma nova utopia, um socialismo libertário contemporâneo, “*síntese dos ideais mais generosos das revoluções burguesas e dos valores das lutas do movimento socialista*”.²

Tarso Genro buscava a vitalidade do marxismo e do socialismo moderno na produção teórica dos pensadores “*hereses*”. Mas não entendia a perspectiva marxista como a filosofia oficial de uma organização. As concepções de Marx fizeram-se presentes “*em todos os partidos que colocaram seriamente a necessidade de transformação radical da sociedade burguesa*”.³ E este era o caso do PT. Todavia o partido deveria manter o seu caráter laico, sem referência estatutária a qualquer filosofia.

Augusto de Franco era um dos debatedores mais requisitados. Marxista, ele defendia a necessidade de repensar aquele legado, recuperando os principais elementos da elaboração engelsiana original, e incorporando resultados de investigações recentes do pensamento filosófico e científico contemporâneo. Na sua visão, a crise do socialismo correlacionava-se ao envelhecimento dos fundamentos teóricos do marxismo-leninismo, baseado nos pressupostos filosóficos do socialismo científico.⁴ Assim, o dirigente petista tinha a convicção de que a crise não era do marxismo “*enquanto conjunto de teorias científicas*”, mas da “*tradição dogmática e autoritária das velhas internacionais, em especial da Terceira Internacional Comunista*”.⁵

¹ MULLER, Wilson Luiz. Tradição/contradição – o pior cego é que não quer ver. in: *Teoria e Debate*, nº 12, out/nov/dez 1990.

² Desafios ao 1º Congresso do PT. Tese nº 17. in: *Jornal do Congresso do PT*, Op. cit., p. 57.

³ GENRO, Tarso. O PT e o marxismo. in: *O PT e o Marxismo*. Op. cit., p. 39.

⁴ FRANCO, Augusto de. A crise da matriz da Terceira Internacional. in: *O PT e o Marxismo*. Op. cit., p. 66.

⁵ FRANCO, Augusto de. Muito o que (des)fazer. in: *Teoria e Debate*, nº 9, jan/fev/mar 1990.

Mas para o petista Wilson Muller, Franco adotava a mesma tese do “desvio” e da “degeneração” da teoria ao eximir o marxismo de qualquer responsabilidade sobre as principais tradições do movimento socialista:

Ora, se admitirmos que os homens viveram em contradição com a teoria, temos que admitir que o problema é da teoria e não da vida. Em outras palavras: não é a vida que está errada, mas sim a teoria segundo a qual a vida teria de ser vivida de forma diferente. Além disso, é impossível não estabelecer uma relação entre marxismo e as formas políticas e ideológicas que o mesmo assumiu ao materializar-se pelo fazer humano na história.¹

Muller não compreendia o stalinismo somente como uma deturpação do marxismo ou do leninismo. Ele destacava as continuidades existentes, combinadas aos agravantes da personalidade de Stálin. A sua teoria era, ao mesmo tempo, uma ruptura com o marxismo – expressa nas idéias do socialismo num só país, na repressão policialesca, na política baseada na manipulação grosseira – e uma continuidade – evidente na visão do partido como detentor da verdade e como condutor das massas, na ditadura do proletariado, na inevitabilidade do socialismo e na predeterminação das leis históricas.² De “*janelas abertas*” para um novo começo do socialismo, o filósofo petista Leandro Konder também identificava a ligação entre Lênin e Stálin: “*apesar da enorme diferença entre os dois, Lenin não escaparia incólume à revisão crítica de Stalin. O stalinismo não teria sido possível sem a concepção leninista de partido, sem a ditadura do partido único, sem a convicção leninista de que a ação revolucionária do partido está acima de qualquer lei*”.³

Quais os significados da ditadura do proletariado? A experiência soviética havia sido a expressão concreta desse pressuposto marxista? Como não poderia deixar de ser, ela encontrava-se no centro da polêmica.

Ozéas Duarte era categórico: ela era a radicalização do “*particularismo proletário*” na expectativa de emersão “*do ser humano genérico*”. Nas experiências comunistas do século XX, ela redundara na ditadura do partido único. E o partido, enquanto “*expressão dos interesses históricos do proletariado*”, também substituíra os trabalhadores reais, segundo

¹ MULLER, Op. cit.

² *Ibid.*

³ KONDER, Leandro. Socialismo, por onde recomeçar? – *Janelas abertas*. in: *Teoria e Debate*, nº 16, out/nov/dez 1991.

Lênin, ainda não desembaraçados dos seus preconceitos pequeno-burgueses.¹ Resultava disso a sua total incompatibilidade com a noção de democracia e de estado de direito. Num outro extremo, para Jorge Almeida, da Força Socialista (FS), ela expressava uma concepção de poder profundamente libertária e muito próxima da democracia direta. Por isso mesmo, não poderia ser confundida com a ditadura de um pequeno grupo sobre o partido único, o Estado e a sociedade.² Defendendo no I Congresso a Pré-Tese nº 5, Vladimir Palmeira argumentava que a instauração da ditadura do proletariado como um objetivo programático era uma idéia estranha à teoria marxista. Esta seria apenas uma forma transitória, durante o período de guerra civil, com o objetivo de derrotar a reação burguesa aberta.³

Muitos petistas rediscutiam outros aspectos nucleares do pensamento de Marx e de Engels. Consciente da enorme polémica trazida pelos seus argumentos, Marcos Rolim, um dos principais nomes da Nova Esquerda, tomava a ofensiva e indicava a necessidade da tradição marxista superar a prevalência de uma conduta que recusava sistematicamente o processo de argumentação: *“costuma reproduzir diante da razão dissonante uma postura de estranhamento e, na polémica, de beligerância”*. Em lugar de uma razão instrumental, a abertura de espaço para uma *“razão comunicativa”* orientada para o entendimento.⁴

Ele destacava a tensão latente na obra de Marx – duas ontologias opostas – entre determinismo e prática, citando as Teses sobre Feuerbach e o Prefácio da Contribuição à Economia Política: *“uma concepção que realça a noção de práxis, o lado ativo, de*

¹ DUARTE, Op. cit.

² ALMEIDA, Jorge. PT, marxismo e democracia. in: *O PT e o Marxismo*. Op. cit., p. 106.

³ Teses sobre Socialismo. Pré-Tese nº 5, in: *Jornal do Congresso do PT*. Op. cit, p. 15.

⁴ ROLIM, Marcos. Reflexões críticas sobre o marxismo. in: *O PT e o Marxismo*. Op. cit., p. 26. As concepções da Nova Esquerda e do autor foram muito influenciadas naquela época pelas teses de Jürgen Habermas. Considerado como o principal herdeiro das discussões da Escola de Frankfurt, Habermas procurou superar o pessimismo dos fundadores da Escola, quanto às possibilidades de realização do projeto moderno. Para recolocar o potencial emancipatório da razão, ele adota o paradigma comunicacional. Assim concebe a razão comunicativa e a ação comunicativa - a comunicação livre, racional e crítica, como alternativa à razão instrumental, como superação da razão iluminista - "aprisionada" pela lógica instrumental, que encobre a dominação - para recuperar o conteúdo emancipatório do projeto moderno. No fundo, Habermas está preocupado com o restabelecimento dos vínculos entre socialismo e democracia. Sua maior relevância está, indubitavelmente, em pretender o fim da arbitrariedade e da coerção nas questões que circundam toda a comunidade, propondo uma participação mais ativa e igualitária de todos os cidadãos nos litígios que os envolvem e, concomitantemente, obter a tão almejada justiça. Essa forma é o agir comunicativo que se ramifica no discurso. Nota adaptada dos sites: <http://www.netsaber.com.br> e <http://wikipedia.com.br>.

apreensão subjetiva do real; e uma outra que vê a história como um processo regido por leis naturais, independentemente da vontade humana”. Entre as duas oposições, Marx acabava por reduzir o conceito de práxis, subordinando o sujeito ao objeto. Assim, a polêmica entre base material e superestrutura significava a divisão do ente e uma contradição insolúvel para uma concepção de história baseada na práxis: “o ‘fazer história’ assume, então, o caráter de um processo com legalidade interna; mais do que isso, que possui leis passíveis de serem apropriadas pelo sujeito”. A utopia comunista, então, estaria marcada pela expectativa de “uma auto-regulação benigna e espontânea da sociedade do futuro”.¹ Para Rolim, portanto, era necessário repensar o conceito de práxis como uma atividade criadora dos seres humanos, não limitada por leis inexoráveis. Ela seria constituída pela linguagem e por uma razão comunicativa – marcada pela relação intersubjetiva – e pelo trabalho e por uma razão instrumental – assinalada pela relação entre sujeito e objeto.

A Novidade Gramsci

“Reformistas” ou “marxistas revolucionários”, muitos petistas localizavam na obra de Antonio Gramsci um importante manancial de renovação do marxismo. Assim, o debate estratégico sobre o socialismo no Brasil estava repleto de referências gramscianas: ocidente e oriente, guerra de movimento e de posição, hegemonia, sociedade civil, Estado ampliado, dentre outras.

Por isso, a herança de Gramsci no Brasil suscitava muitos confrontos. Um deles foi publicado pela *Teoria e Debate*. Em resposta ao texto de Carlos Nelson Coutinho², Edmundo Fernandes Dias denunciava a chamada “*operação Gramsci*”³ realizada por jovens intelectuais do PCB nos anos 60: a exposição de um pensador filósofo e crítico literário cuja dimensão política apresentava-se bastante reduzida. Incorporando a interpretação “oficial” do “*PCI togliattiano*”, ele aparecia como um discípulo e continuador direto de Lênin. Essa visão estabelecia a convivência pacífica entre Gramsci e a ortodoxia do PCB. Edmundo Dias também criticava a pouca relevância que Carlos

¹ *Ibid.* p. 33, 31 e 29.

² Ver o texto: **COUTINHO**, Carlos Nelson. A “cidadania brasileira” do marxismo italiano Antonio Gramsci. in: *Teoria e Debate*, SP, nº 9, jan/fev/mar 1990.

³ **DIAS**, Edmundo Fernandes. Gramsci. Rabo preso. in: *Teoria e Debate*, nº 14, abr/mai/jun 1991.

Nelson conferia ao papel exercido pelas universidades na difusão do italiano no país. Ao enfatizar a atualidade e as contribuições do pensamento de Gramsci para a elaboração do socialismo petista, ele também desvelava os confrontos em torno das várias leituras existentes sobre a obra do dirigente italiano: as interpretações processuais e as concepções explosivas de um Brasil oriental ou ocidental.¹

Difusor de uma das concepções gramscianas em disputa no partido, Carlos Néelson Coutinho enfatizava o caráter essencialmente revisionista do método marxista. Ele identificava nas mudanças anunciadas por Marx – como o novo caráter do Estado e da luta de classes após 1850 nos Estados capitalistas –, e desenvolvidas por Gramsci, a necessidade de superação do modelo bolchevique de revolução, explosiva e violenta, inadequado para os países de tipo ocidental:

temos aqui um outro paradigma marxista de revolução: a revolução como processo, como conseqüência orgânica de rupturas parciais que ocupam toda época histórica. Essa revolução não se contrapõe à luta por reformas: ao contrário, é através de reformas – e Gramsci fala mesmo em ‘reforma intelectual e moral’ – que se faz agora a revolução”²

Outras correntes, entretanto, criticavam o emprego das estratégias gramscianas na definição do socialismo petista. Para a Convergência Socialista, o Estado burguês não era mais “do que um bando de homens armados, destinado a defender os interesses do conjunto da burguesia”. Por isso denunciava o reducionismo da estratégia da disputa pela hegemonia no interior do mesmo como uma “nova roupagem para as velhas teses reformistas”³, refratárias à idéia de uma tomada do poder explosiva e revolucionária.

Um “modismo”. Para Marcus Sokol, dirigente de O Trabalho (OT), alguns conceitos aplicados por outras correntes – “estratégia da acumulação de forças”, “estratégia da conquista da hegemonia”, “estratégia da pinça” – expressavam a necessidade “sequiosa” de apresentar qualquer coisa, desde que fosse “nova” como o PT. Criticando claramente as premissas gramscianas – largamente empregadas inclusive por tendências de matriz leninista-trotsquista – ele criticava a noção de Estado ampliado, defendendo a posição de que

¹ Id. Gramsci e nós. Entrevista com Edmundo Fernandes Dias. *Em Tempo*. Op. cit., p. 18.

² COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo, democracia e revolução. in: *O PT e o Marxismo*. Op. cit., p. 100.

³ Socialismo ou Barbárie. Pré-Tese nº 19. in: *Jornal do Congresso do PT*, Op. cit., p. 62 e 63.

Lênin nada tinha a ver com a idéia de um Estado "reduzido". Refutava também o conceito de hegemonia.¹

Entre a "ortodoxia" e a "heterodoxia", um paradoxo se instalava no processo de definições políticas pelas quais passava o partido: "um ranço doutrinaria, que exigiria do PT uma definição pelo 'marxismo-leninismo' de forma apressada" OU "os perigos de escorregar para um posicionamento eclético". O PT jogava "a água suja e a criança para fora da bacia" ² ou tentava escapar desta dicotomia para explorar novas perspectivas para a utopia socialista?

Em nome de Marx: os marxismos e as experiências socialistas do século XX

Avaliando a realização dos prognósticos marxistas nas primeiras experiências socialistas do século XX, um tema se impunha: a tomada do poder. Mapeando os processos revolucionários ocorridos a partir de 1917, o debate proposto pelo petista Daniel Aarão Reis questionava a base socialista dessas insurreições após a derrota das suas antigas classes dominantes, desconstituindo a clássica visão de que tais processos tornaram-se vitoriosos sob esta bandeira. Assim como a Revolução Russa, esses movimentos foram compostos por uma multiplicidade de projetos que congregou, num determinado momento, distintos objetivos: a libertação nacional, a questão agrária, a luta antiditatorial, a paz, as melhores condições de trabalho, os diversos socialismos:

*a consolidação da revolução vitoriosa se faz simultaneamente ao aparecimento de uma contradição imprevista: na base da sociedade, os movimentos sociais digerem suas vitórias conquistadas na luta; na cúpula, uma vanguarda estruturada alimenta um projeto histórico - a construção do socialismo. Ora, esse projeto não passou ainda - nem passará - pelo consenso das forças sociais que fizeram a revolução. Estamos diante das raízes históricas da crise geral por que passam as sociedades socialistas atuais.*³

Aldo Fornazieri também reexaminava a questão do poder. Nas sociedades contemporâneas, a estratégia rupturista bolchevique era inoperante e estava

¹ SOKOL, Marcus. De volta para o futuro. in: *Teoria e Debate*, nº 13, jan/fev/mar 1991.

² PONT, Raul. Pluralismo, disciplina e internacionalismo. in: *Teoria e Debate*, nº 5, jan/ fev/ mar 1989.

³ REIS, Op. cit., 1989, nº 8.

ultrapassada. Adotando pontos de vista do teórico Niklas Luhmann¹, ele o concebia como uma relação de interdependência:

Esta concepção pressupõe que em ambos os lados da relação – dirigentes-dirigidos, poderosos-subalternos, comandantes-comandados - exista uma situação de dupla contingência, em que as duas partes tenham alternativas de escolha. O poder ocorre quando se verifica uma transmissão de resultados seletivos do poderoso, por meio de códigos generalizados simbolicamente, implicando a reprodução de resultados seletivos por parte do subalterno. A função do poder consiste na regulação (e não eliminação) da contingência. Ele não é resultado da instrumentação da vontade ou de uma imposição de um agir mecânico, mas é resultado de uma relação em que o subalterno dispõe sempre da possibilidade de recusa dos resultados seletivos do poderoso.²

Portanto, o principal fator de poder localizava-se na obtenção da hegemonia e não na violência física. Disputá-lo significava criar alternativas para os dominados, afirmando a sua autonomia no processo seletivo.

Para Marco Aurélio Garcia, a visão petista sobre o poder não devia limitar-se às duas tradições clássicas dos movimentos das esquerdas:

Um dos avanços do PT é abandonar a idéia do poder como um lugar a ser tomado e reformado (proposta social-democrata) ou tomado, destruído e reconstruído (proposta revolucionária clássica). (...) O poder é algo a ser construído e é fundamental captar a complexidade das tarefas que decorrem deste propósito. Não se pode reduzir esta frase a sua leitura reformista: construir o novo gradualmente dentro do velho até que, clic... Não se pode, tampouco, transformar esta tese em uma versão da estratégia de “duplo poder.”³

¹ Niklas Luhmann nasceu na Alemanha (Lünenburg, 8/12/1927 – Oerlinghausen, 6/11/1998). Sociólogo, ele é considerado hoje, juntamente com Jürgen Habermas, um dos mais importantes representantes da sociologia alemã. O elemento central da sua teoria é a comunicação. Sistemas sociais são sistemas de comunicação e a sociedade é o sistema social mais abrangente, definido pela fronteira entre ele mesmo e o ambiente, separando-o de um exterior infinitamente complexo. O seu interior é uma zona de redução de complexidade: a comunicação no interior do sistema opera selecionando apenas uma quantidade limitada de informação disponível no exterior. O critério pelo qual a informação é selecionada e processada é o sentido. Adepto de uma teoria particularmente própria do pensamento sistêmico, Luhmann teorizou a sociedade como um sistema autopoietico. Ao empregar este conceito ao direito, o sociólogo consegue reduzir a complexidade social. O direito, em seu viés autopoietico, se (re)cria com base nos seus próprios elementos. Sua auto-referência permite que o direito mude a sociedade e se altere ao mesmo tempo, movendo-se com base em seu código binário (direito/não-direito). Tal característica permite a construção de um sistema jurídico dinâmico mais adequado à hipercomplexidade da sociedade atual. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>.

² FORNAZIERI, Aldo. Limites da estratégia. in: *Teoria e Debate*, nº 13, jan/fev/mar 1991.

³ GARCIA, Marco Aurélio. *Terceira via. A social-democracia e o PT*. in: *Teoria e Debate*, nº 12, out/nov/dez 1990.

No campo das correntes “marxistas revolucionárias” encontravam-se as definições clássicas sobre os processos revolucionários do século XX. Revoluções socialistas na sua essência, elas lideraram uma miríade de mobilizações. Observavam-se, assim, traços característicos, apesar da existência de várias estratégias.

Golpe ou revolução? Entrelaçado à questão da tomada do poder estava o caráter da revolução russa. Discordando das avaliações críticas sobre o processo insurrecional dirigido pelos bolcheviques em outubro, Jorge Almeida, dirigente da Força Socialista, comparava a situação dos russos com a do PT. Ele questionava a idéia do golpe:

*É comum dizer-se que os bolcheviques eram uma força minoritária que se aproveitou de um momento de crise para, com o apoio de uma população trabalhadora cansada do czarismo e sem confiança na burguesia, dar um “golpe” e tomar o poder. Exageros à parte, perguntamos: e no Brasil, caso tivéssemos ganho as eleições em 89, poderíamos dizer que já éramos força hegemônica na sociedade? Ou seria mais coerente dizer que aproveitamos a insatisfação do povo com tudo e demos um golpe eleitoral?*¹

A comparação estabelecia semelhanças entre duas situações bastante distintas. Mesmo sem conquistar a hegemonia na sociedade é possível que partidos políticos ganhem as eleições e governem os seus países legitimamente, sem que isto se constitua num golpe de qualquer natureza. Golpe seria se, uma vez instalados no poder, os petistas não quisessem mais falar em eleições. O que Almeida não explicita é a sua visão sobre o processo de outubro: ao desbancar o governo provisório a ação bolchevique não produziu um golpe de Estado clássico?

Ao contrário de Almeida, Jacob Gorender defendia o caráter do outubro russo. Para ele nem todos os golpes de Estado eram necessariamente reacionários. No caso da Rússia, sob a vigência de um duplo poder, ele precisava ser compreendido como uma resposta às negativas do governo provisório em atender às reivindicações dos soviets, já conquistados pela maioria bolchevique. Portanto, “o que começou sob a forma de um golpe de Estado, constituía, na verdade, a mais profunda revolução dos tempos modernos. Revolução que precisou ser assegurada por meio da guerra civil travada de 1918 a 1921”.²

¹ ALMEIDA, Jorge. Cara a cara com a realidade. in: *Teoria e Debate*, nº 13, jan/fev/mar, 1991.

² GORENDER, Jacob, A revolução de outubro: revolução ou golpe de Estado?. in: **COGGIOLA**, Osvaldo (org). *Trotsky Hoje*. SP: Ensaio, 1994. p. 44.

Nos embates da história, esta é uma das polêmicas mais importantes a respeito do balanço das revoluções do século XX. Até que ponto tais processos não expressaram o programa e as estratégias de um partido que, entendendo-se como portador da verdade revolucionária, impôs a sua dinâmica ao conjunto da sociedade? É indubitável o caráter revolucionário do movimento russo de 1917. Concordando com Aarão Reis ¹, a força da ação dos bolcheviques em outubro originou-se das múltiplas mobilizações em curso no império. Essas não encontraram o reconhecimento das suas reivindicações pelos governos estabelecidos após fevereiro. Por um lado, então, a vitória da insurreição liderada por Lênin deveu-se ao atendimento imediato das exigências destes movimentos sociais. Entretanto, a opção efetivada pelos bolcheviques – alvo de tensas discordâncias no interior da própria organização – desvelou a concepção que conferia ao partido e à sua vanguarda a supremacia sobre os soviets: único partido da classe, portador da verdade revolucionária, e, portanto, autorizado a exercer o poder em nome dos trabalhadores e sobre os mesmos.

Nesta medida, outras interpretações, como a de Marc Ferro, demarcam o caráter autoritário da insurreição de outubro de 1917. E autoritário porque a decisão quanto ao desencadeamento da sublevação coube, exclusivamente, ao partido bolchevique. Ao passar por cima das forças vivas mais importantes do processo revolucionário russo, ele golpeara não apenas o governo provisório, mas, principalmente, os poderes da organização soviética. Apesar da insígnia *“todo poder aos soviets”*, a partir desse evento, as decisões concentraram-se cada vez mais nas mãos do partido, evoluindo para uma ditadura de partido único.

Outra questão também se colocava: compreender a lógica de tais organizações populares significava descobrir nelas uma pluralidade de processos ativados pelo movimento revolucionário de 17. A dicotomia estabelecida pela teoria do duplo poder escondia a grande heterogeneidade existente no seu interior: operários, camponeses, vários segmentos sociais das nacionalidades, anarquistas, socialistas revolucionários,... Enfim, os soviets expressavam, eles mesmos, uma multiplicidade de poderes que não desaguavam necessariamente nas concepções e no comando do partido bolchevique.²

¹ REIS, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético*. 1ª ed., SP: Fundação Perseu Abramo, 1996.

² *Ibid.* p. 75.

A discussão sobre a tomada do poder remetia-se diretamente à questão da violência revolucionária. Esse assunto marcou uma das principais polêmicas do I Congresso do PT. As correntes petistas, em sua maioria, não condenavam nem descartavam o emprego da violência. A experiência concreta do Movimento dos Sem Terra nos conflitos agrários tornava-se um forte fator de pressão sobre as concepções contrárias, inclusive no interior da maior corrente do partido, a Articulação. Em geral, defendia-se o uso da violência defensiva, como uma resposta aos ataques das classes dominantes aos processos revolucionários. Sustentavam tal argumento vários campos do partido; petistas da Articulação, como Paulo Vanucchi, e trotsquistas, como Marcus Sokol e Juarez Guimarães.¹

Renovação ou restauração? As visões da crise no bloco soviético

As visões diferenciadas, muitas vezes dicotômicas, que conviviam no PT, possuíam pontos em comum quando o assunto era a caracterização do Estado soviético. Muitos reivindicavam o processo revolucionário ocorrido em 1917. Mas, por caminhos distintos, grande parte das correntes e dos militantes petistas defendia a inexistência do socialismo na URSS, e, por conseqüência, nos demais países do bloco comunista. A exceção ficava por conta do caso cubano e do pouquíssimo conhecido “*enigma chinês*”.²

Os países do chamado socialismo real recebiam muitas denominações que tentavam destacar algum aspecto deste modelo: ditaduras burocráticas, estados pós-

¹ **VANNUCHI**, Paulo. Caminhos estratégicos: adeus às armas?; **SOKOL**, Marcus. De volta para o futuro. **GUIMARÃES**, Juarez. A estratégia da pinça. in: *Teoria e Debate*, nº 11, jul/ago/set, 1990, nº 12, out/nov/dez, 1990 e nº 13, jan/fev/mar 1991 respectivamente.

² Este termo intitula o livro de Wladimir Pomar, publicado em 1987, resultado de pesquisas e de viagens àquele país, cujo objetivo inicial era a divulgação de reportagens sobre as surpreendentes reformas empreendidas pelo socialismo chinês. Estas, segundo o autor, espantavam o mundo capitalista, que enxergava nas mesmas a expressão irrefutável do retorno da China à economia de mercado. Era o triunfo do capitalismo no país mais populoso do globo. As reformas também deixavam perplexas as esquerdas mundiais que, dissonantes, possuíam várias interpretações para o que acontecia no império do meio: revisionismo, desvios de direita, burocratização do PC chinês e da própria revolução, ausência do sistema socialista naquele país, dentre outras tantas definições. Estas explicações, entretanto, não conseguiam apreender os profundos sentidos das avassaladoras transformações em curso no país. Tentando compreender a originalidade do caminho chinês para o socialismo, para além da propaganda norte-americana e da rigidez da ortodoxia marxista, Pomar procura desvendar o enigma que, até hoje, em pleno século XXI – onde a China se tornou a economia mais arrebatadora do planeta – não consegue ser totalmente decifrado. **POMAR**, Wladimir. *O enigma chinês. Capitalismo ou socialismo*. SP: Alfa-ômega, 1987.

capitalistas, estados operários degenerados ou deformados, sociedades pós-revolucionárias, dentre outras nomenclaturas. Geralmente os militantes petistas encontravam dificuldades para fixar como socialistas as formações econômico-sociais existentes, fruto de revoluções sociais ou da ocupação do Exército Vermelho após a II guerra mundial. O socialismo deveria ser inerentemente democrático, tornando inconcebível a existência de uma matriz de tipo autoritário. Refugar esta idéia levava à reprodução de um pressuposto comum: a visão de um verdadeiro marxismo, puro, nunca implementado ou do qual tais processos haviam se desviado:

o “verdadeiro socialismo” poderia ser descoberto com um retorno aos clássicos marxistas? Mas sabemos que os próprios clássicos são contraditórios e deles podemos retirar, no mínimo, duas concepções distintas. (...) Assim, o problema do “verdadeiro socialismo” só pode ser resolvido com juízos puramente teóricos.¹

Essas concepções delimitavam um balanço mais profundo sobre a essência e o caráter do projeto socialista posto em prática naqueles países. Mesmo assim, havia os que não questionavam o caráter de tais experiências. Dentre eles, Daniel Aarão Reis:

Se milhões de pessoas engajadas em processos históricos da maior relevância, há dezenas de anos, se dizem socialistas, fica um pouco infecundo descaracterizar isso como socialismo, pretender que o projeto com o qual nós nos identificamos é que será o puro, o verdadeiro socialismo.²

Por outro viés, assinalando o anti-sovietismo presente nos debates sobre os setenta anos da revolução russa, vários comunistas da geração pré-64, como Jacob Gorender, também identificavam a URSS como um Estado socialista, apesar das sérias deformações existentes no país.³

Entre aqueles que elaboravam uma crítica radical ao legado da III Internacional, também não era um ponto pacífico a definição da natureza de tais países. Para Augusto de Franco, eles representavam um “socialismo realmente inexistente”. E refutava a

¹ MULLER, Op. cit.

² 1917 – 1987. *Socialismo em debate*. Coleção Universidade Livre dos Trabalhadores. SP: Instituto Cajamar, agosto de 1988. p. 48.

³ *Ibid.* p. 24.

matriz da “teoria da degeneração” – a existência de uma fase socialista na revolução russa, posteriormente burocratizada e degenerada:

*Assim como não acredito na existência passada ou presente de países socialistas, também não acredito que tenha existido alguma vez na história um Estado realmente operário (quer dizer, baseado em instituições proletárias: organismos soberanos e democráticos legislativo-executivos de participação direta da classe operária em todos os níveis e organizações armadas subordinadas a esses organismos). Por isso, não posso abraçar a hipótese do “paraíso perdido”, do “pecado original”, da “corrupção do anjos” ou do “desvio da rota”.*¹

Para ele a cartilha da Secretaria Nacional de Formação Política do PT também reproduzia a “teoria do defeito”. O socialismo não seria um projeto humano, mas uma necessidade histórica objetiva, uma transição para se atingir o “paraíso comunista”, fechando um ciclo linear e evolucionista.²

Maurício Tragtenberg estabelecia o fim do sonho socialista de outubro de 17 a partir de 1920. Sob Stálin, emergira na União Soviética um Estado burocrático, hierárquico e policial “empregado especialmente contra trabalhadores ‘dissidentes’ ”:

*Pode-se dizer que o socialismo não foi derrotado, porque sequer existiu nessas regiões. O que sai derrotada é uma estrutura de produção econômica e dominação política burocrática, que seus beneficiários tentavam impingir ao proletariado mundial como “o socialismo real”. Isto é que está em crise, isto é que está em discussão.*³

Adquirindo a forma de uma elite industrializante que procurou construir o chamado “socialismo em um só país”, a crise na URSS e no Leste confirmava as antevisões dos clássicos do marxismo sobre a impossibilidade desta tese, uma concepção bastante comum à maioria das correntes petistas. A diferença situava-se nas avaliações sobre o momento da degeneração. Para alguns o massacre de Kronstradt. Para outros a ilegalidade das demais organizações e a proibição de frações no interior do partido bolchevique. Os trotsquistas delimitavam o final dos anos 20 como

¹ FRANCO, Op. cit., 1990.

² A cartilha de formação política, intitulada “O que é Socialismo?”, foi editada como “Texto para debates” em junho de 1989.

³ TRAGTENBERG, Maurício. Reunificação Alemã. Passado que não Passa. in: *Teoria e Debate*, nº 13, jan/fev/mar 1991.

o marco da vitória da contra-revolução burocrática; ou seja, após a morte de Lênin e da derrota de Trotsky na disputa dentro do PCUS.

Em vez de pós-capitalistas, sociedades burocráticas pré-capitalistas. Defendendo esta visão, que tinha como expoente internacional o historiador Fernando Claudín ¹, Vladimir Palmeira afirmava que os soviéticos, diante do fracasso de uma possível revolução europeia, levaram adiante somente um processo de independência nacional e de industrialização:

Numa primeira etapa, sucesso relativo, marcado por formas de violência que evocam a acumulação primitiva burguesa. Com o pós-guerra e os novos padrões de divisão internacional do trabalho dos anos 60/70, as primeiras nuvens. Estas economias perdem ritmo e mostram seu caráter duplamente conservador: são incapazes de superar o modelo industrial de produção (relações técnicas e processo de trabalho) herdado do capitalismo, são incapazes reproduzir internamente o dinamismo tecnológico do capitalismo.²

A partir de 1985 o “fenômeno Gorbachev” modificava o cenário internacional. As reformas em curso na URSS suscitavam grandes interesses e muitas dúvidas. Jamais indiferença. Havia o incentivo da cobertura da mídia ocidental, primeiramente temendo um novo fôlego do socialismo; depois apostando no sentido pró-capitalista das transformações. As autoridades soviéticas também realizavam uma verdadeira ofensiva midiática para reformar o país e a sua imagem no mundo. No meio do turbilhão as esquerdas encontravam-se perplexas. Atônitas, elas tinham enormes dificuldades para caracterizar as mudanças no antigo “monólito”.

Progressivamente o tema conquistava importantes espaços nas discussões do Partido dos Trabalhadores. Comemorando os setenta anos da revolução russa, no ano de 1987, o PT realizou um importante seminário internacional, em São Paulo. Objetivando fazer um balanço das experiências de construção do socialismo, este evento contou com a participação de dirigentes petistas e de outras afiliações – como Luís Carlos Prestes –, teóricos, lideranças sindicais, partidárias e populares. Em 1991,

¹ Ver **CLAUDÍN**, Fernando. *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform*. Ruedo Ibérico, Paris, 1970 e *La oposición en el «socialismo real»: Unión Soviética, Hungría, Checoslovaquia, Polonia: 1953-1980*, Siglo Veintiuno de España, Madrid, 1981.

² *Teses sobre socialismo*. Pré-Tese nº 5. Op. cit., p. 14.

outro seminário, preparatório para o I Congresso, visava discutir o legado dos marxismos.¹

Perestroika e Glasnost: “Duas palavras de (des)ordem”. Assim, a *Teoria e Debate* anunciava, em seu primeiro número, as suas percepções sobre o tema. Para os “velhos burocratas soviéticos”, um incômodo. Para os “críticos mais ferozes”, apenas um truque de marketing. Mas a *T&D* recebia a notícia como “algo de novo na União Soviética”, “um fator de esperança”. Reivindicando os setenta anos da revolução russa, a publicação concordava com o líder da URSS e identificava na burocratização um grande obstáculo.²

No número seguinte, o debate continuava com as impressões de David Capistrano Filho e Luís Favre.¹ O primeiro ressaltava o imenso significado político da *Perestroika* e da *Glasnost*. O sucesso de Gorbachev ratificava a superioridade do sistema diante da propaganda burguesa sobre o fracasso do socialismo. Quanto às reformas, a necessidade de um caráter democrático, mesmo que esta não pudesse ser avaliada por “modelos abstratos”. Talvez o pluripartidarismo continuasse improvável, pois as mudanças ocorriam através do partido e do Estado. Capistrano não acreditava na hipótese “das reformas abrirem caminho ao desenvolvimento do capitalismo” devido à liquidação da burguesia naquele país, à cultura socialista enraizada nos trabalhadores e à sua consciência quanto à superioridade do sistema. Setenta anos após a vitória do “outubro vermelho” discutia-se o futuro do socialismo na União Soviética.

Luís Favre comparava a repercussão das reformas na URSS ao fenômeno da “desestalinização” da época de Kruchev, assumindo um impacto ainda mais superior. Elaborando avaliações mais cautelosas, para ele, a reversão do quadro de declínio econômico não era possível sem a modificação das relações políticas estabelecidas entre o poder e a sociedade. Grandes resistências tornavam-se um obstáculo ao projeto de Gorbachev. Havia divergências na nomenclatura dominante quanto à associação entre a URSS e os países imperialistas – cujo acordo não questionaria a dominação do mercado mundial pelo imperialismo. Da mesma forma, o cerne da

¹ Ambos os seminários – “*Socialismo em debate*” e “*O PT e o marxismo*” – transformaram-se em livros que apresentavam as formulações orais e/ou escritas dos palestrantes, e, no caso da publicação de 1987, do próprio público presente ao debate. Ver o conteúdo: 1917 – 1987. *Socialismo em debate*, Op. cit., e *O PT e o Marxismo*, Op. cit.,

² **EDITORIAL.** Duas palavras de (des)ordem. in: *Teoria e Debate*, nº 1, dezembro de 1987.

associação com o capital misto – liberdade de repartição de lucros, mão-de-obra barata e estabilidade política – também gerava problemas entre os trabalhadores e no interior do próprio aparelho burocrático. No plano internacional, a colaboração com os EUA e as concessões da URSS para uma distensão “*mutuamente benéfica*” também provocariam crises no bloco socialista.

Na visão do petista, o PT devia apoiar todas as medidas de democratização como ponto de partida para reforçar a luta para acabar com a burocracia stalinista. Porém muitos caminhos estavam em disputa. Para numerosos militantes, as medidas representavam a correção dos “erros” do socialismo pelos dirigentes do PCUS, possibilitando a sua defesa por aqueles que haviam rompido com os PC’s. Por outro lado, diversos segmentos não estabeleciam “*qualquer diferença entre a política de Gorbachev e a de Stalin*”, negando-se a interferir no conflito entre “*conservadores*” e “*reformadores*”.²

Principais defensores da tese da revolução política, as correntes trotsquistas possuíam uma visão muito particular do processo. Baseando-se nas concepções do revolucionário russo Leon Trotsky, definiam a URSS como um estado operário degenerado, congelado na transição do capitalismo para o socialismo. Com a estrutura econômica estatizada, esses países eram dirigidos por uma casta burocrática, instalada no poder desde os anos trinta, marco da vitória da contra-revolução. Os prognósticos indicavam a emergência de uma crise, de crescentes mobilizações de massas que realizariam uma insurreição na URSS, liquidando os setores da burocracia. Assim, a implantação do socialismo democrático devolveria o poder político para as mãos dos trabalhadores. Para a Democracia Socialista, os acontecimentos de 1989 confirmavam o início da revolução política. Tal como havia ocorrido antes na Hungria, Tchecoslováquia e Polônia, aquele processo alcançava uma escala mais ampla visto que envolvia também a URSS. Dessa forma a retomada da construção do socialismo, em curto prazo, deixava de ser uma hipótese.³

Mas as avaliações sobre o “fenômeno Gorbachev” variavam. A DS separava o conteúdo da *Perestroika* e da *Glasnost*, vislumbrando nesta última alguns aspectos

¹ **CAPISTRANO FILHO**, David e **FAVRE**, Luís. Duas maneiras de ver (e criticar) a “glasnost” e a “perestroika” soviéticas. in: *Teoria e Debate*, nº 2, mar 1988.

² **Ibid.**

³ **MACHADO**, João. Pela tradição marxista. in: *Teoria e Debate*, nº 10, abri/jun 1990. p. 15.

progressivos além da necessidade do seu aprofundamento. Criticando essa visão – qualificada como um “apoio crítico” e uma “regressão política do Programa” (da IV Internacional) –, a Convergência Socialista, também uma corrente trotsquista, condenava o conjunto das mudanças em curso naquele país. Se o secretário-geral era “o principal sócio de Bush para uma restauração capitalista da URSS”, as reformas, desde o início, visavam a esse objetivo, estabelecido num jogo previsto de comum acordo com os EUA. Assim, todos os setores do PCUS eram, no mínimo, cúmplices daquelas medidas.¹ Valério Arcary, dirigente da tendência, observava um papel secundário da *Glasnost* em relação às mobilizações populares no país. Tais concessões democráticas direcionavam-se, fundamentalmente, para os setores da própria burocracia, atrasando o processo de implosão das mil frações que existiam dentro do partido soviético. As massas estavam impondo na lei aquilo que já haviam conquistado na prática.

As análises das correntes trotsquistas, permeadas pelas esperanças de confirmação dos seus prognósticos, expressavam um sentimento ufanista em relação à realidade, apesar da incontestável ofensiva liberal. As gradações existiam, todavia as mesmas compreendiam a crise do Leste como o “fim das amarras” e a liberação de promissoras perspectivas para a utopia socialista. Segundo a DS, pela primeira vez, democracia e liberdade passavam para o lado do socialismo.² O Trabalho assinalava como tendência principal o fortalecimento do caminho socialista:

*“A corrente O Trabalho (em tese ao Diretório Municipal de Florianópolis) afirma: ‘As revoluções que derrubaram e estremeceram os governos e regimes políticos dessa região representam um passo a frente na luta pelo socialismo. (...) Hoje, no Leste, os trabalhadores estão construindo um novo poder operário e democrático, como se vê nos comitês e conselhos democraticamente eleitos que cobrem a Romênia, por exemplo. É evidente que o processo está longe de ter-se encerrado, mas a tendência principal é essa ‘ ”.*³

A Convergência Socialista não admitia como uma possibilidade concreta a restauração capitalista ou o descenso na conjuntura internacional. Impressionada com a magnitude das mobilizações, ela afirmava, em tom categórico, que a crise na URSS

¹ AZEVEDO, Ricardo. Qual é a tua, Convergência? Entrevista com Valério Arcary. in: *Teoria e Debate*, nº 10, 1990.

² MANDEL, Ernest. Reforma e revolução na Europa Oriental. in: *Teoria e Debate*, nº 9, 1990.

³ MULLER, Op. cit.

havia aberto uma nova etapa, um novo “giro histórico”. Com a vitória da revolução política e o surgimento de novas direções revolucionárias, “novos outubros” estariam na ordem-do-dia:

Não, pelo contrário, nunca a situação foi tão favorável à luta pelo socialismo no nosso século. Vou fazer uma afirmação mais chocante: nunca o Leste foi tão favorável ao socialismo! Porque as massas estão em movimento, e um elemento fundamental da ideologia marxista é acreditar profundamente que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Nós temos uma profunda fé no proletariado. Não uma fé religiosa, porque não é apoiada num dogma, mas numa compreensão do processo histórico, de qual o lugar reservado para o operariado nessa sociedade. O proletariado se colocou em movimento. É um exemplo para todo mundo. Nós temos que entender esse movimento de construção da consciência de classe. As massas querem o capitalismo? Não. As massas não querem o capitalismo. As massas querem melhores condições de vida. Há uma explosão de liberdades na Europa do Leste. São as liberdades que foram conquistadas nas ruas pela revolução.¹

As enormes expectativas da CS refletiam-se no documento interno de 1990. A nova etapa mundial, aberta a partir de 1989, demarcava-se pela impossibilidade de retrocesso da revolução política, pelo aprofundamento do ascenso revolucionário no coração da Europa capitalista e pela sua penetração nos EUA e no Japão. O pêndulo pendia para o lado da revolução.² Empregando como modelo teórico as fases da insurreição russa de 1917, a corrente indicava que, na nova etapa, os “fevereiros” – o momento das revoluções democráticas – eram os prólogos dos “outubros”, colocando para o planeta a realidade imediata da revolução socialista ou da barbárie mundial. Essas caracterizações, combinadas aos graves problemas do MAS (Movimento ao Socialismo), sua congênere argentina, foram responsáveis por uma profunda crise na LIT (Liga Internacionalista dos Trabalhadores), seção internacional à qual pertencia. Embora a organização tenha realizado vários balanços críticos e elaborado um novo documento internacional, em 1991, ele continuava reafirmando as principais orientações do texto anterior: o fortalecimento objetivo do campo da revolução e o problema central da crise de direção com o não aparecimento de lideranças revolucionárias (apreendidas como trotsquistas ou “trotsquizantes”, ou seja, sob a

¹ AZEVEDO, Op. cit.

² CONVERGÊNCIA SOCIALISTA (documento interno). “Teses sobre a situação política mundial”. Ano 1990. p. 2.

influência programática da LIT). Mesmo sem atingir o coração dos países imperialistas, a corrente definia a situação mundial como revolucionária, visto que os processos nos países socialistas se refletiam e se estendiam para o conjunto dos movimentos populares e operários.¹

Para o petista Wilson Muller, a interpretação do trotsquismo sobre os acontecimentos do Leste Europeu decorria de uma série de pressupostos existentes no “marxismo ortodoxo”: a existência de uma consciência socialista imanente entre os trabalhadores, a desconsideração do apoio da sociedade civil às ditaduras burocráticas e a análise centrada quase que exclusivamente no Estado:

Ainda que os trabalhadores não coloquem conscientemente a tarefa de lutar pelo socialismo, a sua imobilização acaba atuando sempre neste sentido. Mesmo que durante décadas nenhuma força socialista tenha disputado a hegemonia na sociedade (já que a burocracia não é socialista), ainda assim os trabalhadores continuariam interessados no socialismo. Ora, se as massas continuam socialistas e se movimentam derrubando as ditaduras burocráticas, só se pode deduzir que a luta é pelo aprofundamento do socialismo.²

Mesmo sem adotar a tese da revolução política, outras correntes e dirigentes petistas também resistiam à idéia da restauração capitalista na região. José Dirceu acreditava que o retorno do capitalismo no Leste era uma utopia, pois a classe trabalhadora jamais aceitaria “esse tipo de relação capitalista clássica”.³ Wilson Muller refutava esta concepção. Diante da disputa ideológica com o seu oponente e devido à sofisticação tecnológica das empresas capitalistas, elas poderiam fornecer melhores salários e condições de trabalho, ganhando aqueles trabalhadores para o projeto de restauração: “e se isso acontecer, será que podemos esperar que os trabalhadores venham a lutar contra estas empresas?”⁴

Imbuídos ou não dos mesmos referenciais, a “teoria da confusão” tornava-se um elemento central para explicar porque as populações do Leste Europeu apoiavam decisivamente a restauração das economias de mercado em seus países. Ao se libertarem das amarras da burocracia, aqueles trabalhadores não cumpriam a sua

¹ Id. “Projeto de documento mundial”. Boletim de Discussão Internacional-CEI. Junho de 1991. p. 07-09.

² MULLER, Op. cit.

³ DIRCEU, José. O pluralismo é inevitável. Entrevistado por Eugênio Bucci e Ricardo Azevedo. in: *Teoria e Debate*, nº 9, 1990.

⁴ *Ibid* à nota 2. Op. cit.

“missão histórica” de realizar o socialismo com democracia. Pelo contrário, votavam em partidos restauracionistas, defendendo o retorno do modelo liberal e dos valores do mundo burguês. A “*confusão*” e as “*ilusões*” dos trabalhadores com o atraente capitalismo avançado abriam caminho para a contra-revolução. Desvirtuavam o processo. Desfaziam a promessa.

Segundo Muller, o “*pior cego*” não queria ver que as supostas reivindicações de esquerda de tais movimentos – democracia e condenação dos privilégios – não significavam necessariamente o engajamento na luta pelo socialismo democrático. O caso alemão era exemplar: o Novo Fórum ¹ havia sido derrotado fragorosamente nas eleições por vários partidos pró-capitalistas, que ganharam o apoio das massas empunhando estas bandeiras, e capitalizando seus sentimentos:

Se houvesse organizações populares e partidos com inserção na massa defendendo concretamente a proposta de retomar o avanço do socialismo, poderíamos adotar este raciocínio como ponto de partida. Mas como isso não acontece, o pressuposto é abstrato e arbitrário. O que se pode dizer é que não houve um início de revolução política para avançar na construção do socialismo, e por isso não houve necessidade de uma contra-revolução capitalista.²

O chamado “*caráter objetivo*” destas sublevações também se tornava uma idéia-força quase irresistível. A primeira ação das massas – objetiva, concreta, mesmo sem consciência – era favorável ao socialismo. A ofensiva da propaganda capitalista e das direções burocráticas e/ou traidoras “*desviava*” o rumo das massas, instalando o elemento da confusão.

1991. O golpe de agosto na União Soviética selava bem mais do que a sôfrega tentativa de setores do Partido Comunista para se manterem no poder. Marco Aurélio Garcia vaticinava: a hora era de reflexão.³ O mundo chegava ao fim de um ciclo aberto

¹ O Novo Fórum era um agrupamento político que aglutinava várias forças de esquerda da antiga Alemanha Oriental. No turbulento processo que resultou na famosa queda do muro de Berlim, em 1989, eles adotaram uma plataforma de renovação do socialismo e uma postura crítica em relação à reunificação alemã. Apesar do sucesso inicial, suas proposições perderam força para grupos que defenderam um programa de reunificação e de restauração do capitalismo na RFA.

² MULLER, Op. cit.

³ GARCIA, Marco Aurélio. Hora de reflexão – O PT e a ‘nova ordem’. in: *Teoria e Debate*, nº 18, 30/ 07/ 1992.

com a revolução russa de 1917 e fechado com o desaparecimento da primeira experiência socialista do planeta.

Teoria e Debate concedia a palavra a Jacob Gorender. Uma “*Testemunha Ocular*” do *putsh*, ele diagnosticava a evolução da sociedade soviética após os acontecimentos de 1985. A grande influência da prosperidade do mundo capitalista desenvolvido e a ausência de uma experiência alternativa de socialismo democrático definiam um sentido ideológico pró-capitalista que tornava o marxismo e o socialismo alvos da aversão e da hostilidade de grande parte da população. A maioria dos cidadãos da URSS reivindicava apenas a revolução de fevereiro de 1917, condenando a insurreição de outubro como a responsável pelo retardo do país.¹

Numa outra perspectiva, a Convergência Socialista procedia a uma leitura muito particular dos eventos de agosto: o golpe na URSS acontecia contra a revolução política em curso naquele país. Assim como Yeltsin e Gorbachev, os golpistas, liderados pelo vice-presidente Ianaiev, também possuíam a sua versão da economia de mercado.²

As edições eram avassaladoras: na capa do jornal, o título: “*Revolução Derruba Ditadura Stalinista*”. As imagens eram inequívocas: a população ocupava a praça pública. Agitava as bandeiras. Em cima dos tanques, tomava o poder em suas mãos.³ Quaisquer semelhanças com as fotografias de outubro de 1917 não eram meras coincidências. Numa outra edição, um soldado tremulava uma bandeira vermelha em

¹ **GORENDER**, Jacob. Testemunha Ocular. in: *Teoria e Debate*, SP, nº 16, out/nov/dez 1991. Vários cientistas sociais destacavam este aspecto da crise do socialismo na URSS. Segundo Jünger Habermas, ao contrário das revoluções clássicas, o processo irrompido a partir de 1985 não procurou constituir uma rede de significações próprias da fundação de um mundo novo, mas definiu-se pela busca de antigos símbolos e resgates de tradições do passado. Assim, o repúdio ao legado de 1917 significava um desejo de recuperar um passado que poderia ter existido, e que fora abortado com a eclosão do movimento de outubro daquele mesmo ano. Os grandes meios de comunicação exploraram este traço distintivo, baseando-se na idéia da *revolução retrospectiva* ou *recuperadora* para realizar as suas interpretações sobre o processo em curso naquele país e sobre o próprio legado do socialismo. Ver: **HABERMAS**, Jünger. “*Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e a necessidade de revisão da esquerda*”. *Novos Estudos CEBRAP*, SP, n. 30, 43-62, Julho. 1991.

² Burocratas lançam tanques contra a revolução política. in: *Convergência Socialista*, nº 304, de 22 a 28/ 08/ 1991. p. 6, 7.

³ Revolução Derruba Ditadura Stalinista. in: *Convergência Socialista*, nº 305, de 28/ 08 a 03/ 09/ 1991. p. 1, 6 e 7.

frente à multidão.¹ Irresistível. Era, enfim, o triunfo da revolução política? O prometido socialismo democrático?

Naquelas semanas marcantes, a CS destacava a heróica resistência dos milhares de trabalhadores e jovens soviéticos e a vitória da revolução democrática. Comparava também o fracasso do golpe a um evento emblemático na história da URSS – a derrota da reação do general Kornilov na guerra civil que consolidou o socialismo no país. A leitura era conseqüente: se o golpe era contra o processo da revolução política, a sua derrota significava o aprofundamento do mesmo. Dessa avaliação, imediatas conseqüências. De acordo com as teses defendidas pela corrente trotsquista, a revolução política significava não apenas um profundo questionamento antiburocrático, mas também a luta pela vitória do socialismo democrático.

Homens e mulheres, de carne e osso, deveriam encarnar aquele projeto. Quem na URSS representava aquele ideal? Para a Convergência Socialista eram elementos objetivos e inconscientes. Apesar das várias candidaturas para o preenchimento da vaga aberta – de direção socialista e revolucionária – nenhum daqueles grupos defendia um projeto de socialismo democrático. Quando ultrapassavam os limites das reivindicações democráticas e antiburocráticas, afirmavam propostas que eram vistas pela organização como “capitulacionistas” ou restauradoras.

A CS discordava do que a realidade demonstrava. Se existiam ainda dúvidas, o golpe de agosto selava o destino do socialismo. Este se encarnava nos setores golpistas. E, para os milhões de proletários soviéticos, a maior de todas as utopias do século XX emitia esses sentidos: burocrática, antidemocrática e conservadora. Assim, a derrota do *putsh* não fortalecia a revolução política. Pelo contrário, Yelstin irrompia a cena com incrível robustez. A imagem de “herói da resistência”, veiculada pela mídia nos quatro cantos do planeta, favorecia e apressava a restauração capitalista.² Aos

¹ Abaixo os planos de restauração de Yelstin. Os desafios e perigos da revolução soviética. in: *Convergência Socialista*, nº 306, de 05 a 11/ 09/ 1991. p. 1.

² A interpretação da mídia internacional destacava o papel de Boris Yelstin no processo de derrota do golpe de agosto de 1991. Ela coadunava-se com as tarefas que o presidente da Federação Russa deveria assumir: a rápida restauração do capitalismo. O principal adversário do presidente soviético ascendia ao patamar de herói. Nos editoriais de *O Globo*, vários epítetos glorificavam a sua nova condição: um “*espírito libertário*”, um “*democrata radical*” (23/ 08/ 1991. p. 6.). Na 1ª página uma ilustração emblemática: como um super-herói, Yelstin irrompia da mancha na frente de Gorbachev. Ele se tornava a legítima encarnação da *Perestroika* e da *Glasnost*. Salvava o mentor de tais reformas e a própria URSS, provocando o nascimento de uma nova Rússia (22/ 08/ 1991. 1ª página).

socialistas, o silêncio. Aos comunistas, a caçada. Fechamento do PCUS (reivindicado inclusive pela LIT¹), prisões e condenação para os seus afiliados. Sem exceção.

Em relação às massas, a tendência petista destacava uma resistência digna de um clássico processo revolucionário. Em sentidos opostos, a CS reproduzia a mesma visão explorada pela grande imprensa mundial. Contradizendo as idílicas imagens, vários dirigentes políticos e historiadores relativizavam a intensidade da mobilização. Ressaltavam uma forte apatia e o pouco envolvimento do conjunto da população por toda a URSS.² O jornal *Em Tempo* também apresentava versões que ratificavam a análise alternativa. David Seppo enfatizava a fraca mobilização popular e a espetacularização do evento pela imprensa ocidental. Ao contrário do discurso midiático, a rápida derrota devia-se mais à “fraqueza política e às divisões internas dos conspiradores” do que à “resistência popular ou à firmeza de Yeltsin”.³

As transformações do inesquecível ano de 1991 selavam definitivamente o destino, pelo menos provisório, das esquerdas: elas mergulhavam numa trajetória defensiva. Necessitavam começar tudo de novo. E refazer a utopia socialista. Entretanto, as profundas mudanças não decretavam o “fim da história”.⁴ O mundo estava marcado por muitas situações de instabilidade que antecipavam a ocorrência de movimentos sociais pelo planeta. Sem compartilhar das análises catastrofistas, Marco Aurélio Garcia observava um capitalismo com grandes dificuldades econômicas, traduzidas no plano social pelo desemprego, pobreza, migrações incontroláveis, marginalização, destruição do meio ambiente, movimentos racistas, xenofobias e fundamentalismos religiosos. A atualidade do socialismo, de uma perspectiva anticapitalista ou pós-capitalista, relacionava-se diretamente aos desdobramentos concretos do “capitalismo realmente existente” em escala mundial.⁵

¹ *Convergência Socialista*, Op. cit., nº 305, 1991.p. 7.

² REIS, Op. cit., 1996. p. 266.

³ SEPO, David. Golpe conservador, golpe liberal. Por que agora? *Em Tempo*: nº 253, 1991. p. 9.

⁴ A tese da vitória final do capitalismo ocidental teve como principal personagem de sua defesa Francis Fukuyama, funcionário do departamento de Estado norte-americano, que, retomando antigas concepções sobre o fim da história, atestava que *a humanidade havia atingido o ponto final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os seus concorrentes no final do século XX*. O fim da história, porém, não seria a cessação de toda mudança ou conflito, mas o esgotamento de quaisquer alternativas viáveis para a civilização da OCDE. Ver: ANDERSON, Perry. *O fim da história. De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 11 e 12.

⁵ GARCIA, Op. cit., 1992, nº 18.

Além da União Soviética e do bloco europeu, as experiências socialistas ocorridas na América Latina também suscitaram intensas discussões no PT. Como não poderia deixar de ser, o socialismo de Cuba marcava sua indelével presença e acirrava o debate partidário. Sem dúvida, a influência do modelo cubano sobre as guerrilhas revolucionárias do final dos anos 60 no Brasil, a passagem de vários militantes pela Ilha durante o exílio e a sua força como contraponto vivo ao imperialismo norte-americano dotavam esta revolução de uma grande ascendência sobre o universo do petista.

No seminário comemorativo dos setenta anos da revolução russa, dialogando com o cubano Juan Valdez, petistas, como Emir Sader, destacavam o caráter, simultaneamente, classista e popular da revolução cubana, unindo temas que as esquerdas brasileiras apartaram: questões democráticas, nacionais, populares e classistas.¹ Mas a revolução cubana também deixava lições importantes. A necessidade do envolvimento e de uma política de alianças com as classes médias assalariadas, que fugiram em larga escala do país, tornando-se um fator importante de resistência. Os problemas existentes com a adoção do modelo soviético e a implantação do partido único, a ausência de um maior controle da direção e de espaços de debate em Cuba.²

Avaliar o processo revolucionário era particularmente difícil para José Dirceu, devido aos seus laços sentimentais com o país. Ao contrário do Leste Europeu, na ilha, o governo e o partido possuíam legitimidade, mas a manutenção da legalidade socialista era um dos dilemas a serem superados, democratizando o socialismo e combatendo as deformações da democracia e do centralismo burocrático.³

Se as críticas eram inevitáveis entre aqueles que apoiavam, as avaliações advindas dos grupos e militantes que condenavam o socialismo cubano eram ácidas e duras. Saudando a revolução do *“primeiro estado operário latino americano”*, a Convergência Socialista identificava na situação do país um sério problema de direção. Apesar da enorme vitória e da sua responsabilidade pela definição socialista de Cuba, Fidel Castro tornara-se um braço da política de coexistência pacífica da burocracia soviética, o grande responsável pela política de colaboração da FSLN, na Nicarágua.

¹ 1917 – 1987. *Socialismo em debate*, Op. cit., 1988. p. 134.

² *Ibid.*

³ DIRCEU, Op. cit.

Assim os trotsquistas da ilha deviam agitar a bandeira da construção de um PT contra Fidel.¹

Vladimir Palmeira, reconhecidamente um crítico do modelo castrista, retirava as suas principais lições da experiência concreta vivida durante os três anos de exílio naquele país. Ele resgatava o apoio do povo cubano aos exilados, seu bom humor, sua simpatia, sua dimensão revolucionária. Mas também destacava a ditadura do partido comunista e da burocracia:

Eu conversei com as lideranças do CDR e lideranças populares, que mostravam que se alguém se queixava do poder do CDR a uma autoridade superior ia para a cadeia. Não era poder democrático nenhum, era poder de espionagem. Dois milhões de pessoas organizadas compulsoriamente, sem direito de criticar. Era uma máquina monstruosa, uma ditadura. Tudo aquilo confirmou algumas das minhas suposições. Primeiro, que a democracia é essencial ao socialismo. Em segundo lugar, aprendi como funcionavam os mecanismos de dominação em Cuba. E como um regime, em tese altamente progressista, oprime a cidadania. Eu vi casos concretos de repressão ao homossexualismo na base de tratamento com choque elétrico. Vi o machismo como expressão da dominação política, e, sobretudo, a ausência de liberdade política.²

Em 1992, o debate sobre a situação da Ilha esquentara as páginas da *T&D*. Criticando o fuzilamento do dissidente cubano Eduardo Betancourt, o conselho de redação da revista condenava o grave erro de Fidel Castro. Ele poderia ter comutado até mesmo a pena de morte, mas não o fez. Violou os direitos humanos e agravou ainda mais a crise política. Para aqueles que, no Brasil, posicionavam-se contrariamente à pena capital, era um contra-senso apoiá-la no estado socialista.³

Confrontando-se a partir de pontos de vista opostos, Marcos Rolim e Emir Sader expunham as suas visões sobre o país. Rolim era severo e taxativo: a posição da esquerda brasileira quanto à revolução cubana era “*extremamente imaginária*”, pois não existia mais nenhuma revolução no país:

Houve uma revolução, definida enquanto tal e pela medida libertária que o movimento político contra a ditadura de Fulgêncio Batista encarnou

¹ AZEVEDO, Op. cit.

² VENCESLAU, Paulo de Tarso; AZEVEDO, Ricardo. Entrevista com Vladimir Palmeira. in: *Teoria e Debate*, nº 20, 1992.

³ CONSELHO DE REDAÇÃO. Editorial. in: *Teoria e Debate*, nº 17, 1992.

*historicamente. Esta dimensão, há muito subjugada por um aparato totalitário resultante da fusão partido/Estado, instituiu na sociedade cubana e nas relações desta com o mundo exterior uma divisão fantástica entre “irmãos jurados de sangue” e “inimigos mortais”.*¹

Uma “*posição crítica*” ou a chamada “*solidariedade à revolução cubana*” só escamoteava a realidade. A necessidade urgente de combate à política norte-americana e a defesa da autonomia do Estado cubano não eram contraditórios com uma firme oposição ao regime castrista. A esquerda devia superar o seu alinhamento com aquele regime, pois ela se fragilizava moralmente na luta contra a barbárie capitalista.

“*Não era difícil encontrar lágrimas nos olhos dos companheiros do PT quando souberam, aturdidos e feridos em sua emoção, da derrota eleitoral da Frente Sandinista*”.² Dos movimentos contemporâneos, a insurreição nicaragüense era “*a revolução de toda uma geração que iniciava a sua militância socialista*”. Coetâneos, a proximidade entre a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e o Partido dos Trabalhadores ultrapassava os limites da solidariedade. Eles formavam uma “*comunidade de destino*”.

A revolução “*Nica*” e, especialmente a FSLN, sempre foram vistas com bons olhos pelas direções e militantes petistas. Assim como o PT no Brasil, eles lutaram contra a ditadura. E foram além. Impulsionaram profundas transformações naquele pobre país centro-americano. Além disso, expressavam os esforços de construção de um novo caminho para o socialismo. Uma via com pluralismo político, economia mista e não alinhamento. Enfim, um socialismo democrático.³

Mas, meses depois dos muros caírem em Berlim, derrapava a Frente Sandinista. A derrota, em plena ofensiva liberal, repercutia mundialmente. Ela seria utilizada pelo imperialismo como a celebração do triunfo do capitalismo após dez anos de heróicas resistências. O balanço era necessário. E ele dividia águas. Para alguns, a derrota corroborava as críticas lançadas ao governo sandinista. Para outros o contexto mundial, a guerra e o boicote determinaram uma *débâcle* tão expressiva.

¹ **ROLIM**, Marcos. Os dias de nossa morte. Seção internacional: “Adonde va Cuba?” in: *Teoria e Debate*, nº 18, 30/07/1992.

² **RODRIGUES**, Sérgio. Tempos difíceis para a revolução. in: *Em Tempo*. Op. cit., nº 243.

³ **ROSA**, Luís Pinguelli. A Primavera da Nicarágua. in: *Teoria e Debate*, nº 3, 1988.

Para a Convergência Socialista o fracasso da FSLN demandava um profundo balanço. As responsabilidades não podiam ser jogadas sobre as costas das massas nicaragüenses. Elas não se tornaram repentinamente pró-imperialistas e contra-revolucionárias. Não capitularam nem traíram a própria luta. Mas a traição existia. E ela estava em outro lugar. Nas suas direções. Na liderança sandinista. A política adotada determinara o retorno da direita ao país: a manutenção do capitalismo sob o nome de “economia mista”, a política externa de capitulação e de não apoio às lutas salvadorenhas, o controle e a desinformação das massas “*nicas*”, os privilégios e a burocracia. Novamente a confusão. O voto à direita, sim, foi um equívoco. Mas “*produto da confusão que o imperialismo pôde criar devido à política mantida pela FSLN*”.¹

Havia caminhos alternativos. A Brigada Simon Bolívar, depois transformada em Partido Revolucionário dos Trabalhadores, lutara desde o início pela derrubada de Somoza. Em Manágua, ela foi reconhecida, e obteve a sua mais expressiva votação. Uma pergunta no ar: mas por que as massas nicaragüenses, no turbilhão de um processo revolucionário, não questionaram a direção sandinista pela esquerda, votando majoritariamente nas organizações críticas ao sandinismo? Mais uma vez a resposta é a confusão e a desinformação? Uma derrota quase comemorada. A confirmação dos prognósticos. Contraditoriamente, ela abria as portas para uma nova etapa da revolução. Ela liberava as massas que, ao terem feito a experiência com as direções traidoras, poderiam decidir pelas verdadeiramente revolucionárias. Engano. Fechavam-se as portas da última revolução latino-americana no século XX.

Para a Democracia Socialista eram “*dias difíceis*”. Publicando o texto do dirigente do PRT mexicano, Sérgio Rodrigues, a corrente expressava as suas visões sobre a derrota eleitoral da FSLN. Ela significava, enfim, o triunfo dos “*conflitos de baixa intensidade*”. Apesar de não conquistarem o apoio das massas, os Contras prepararam o caminho para a vitória da UNO (União Nacional de Oposição). As massas, então, se tornaram contra-revolucionárias? Refutaram a revolução sandinista? Para a corrente petista, categoricamente não. Uma série de fatores conjuntos havia determinado a derrota. Uma grave crise econômica. A fraqueza das organizações de massa após a

¹ Nicarágua. Um balanço necessário. in: *Correio Internacional*. SP: Convergência Socialista Editora e Gráfica, Junho de 1990. p. 5.

revolução. A complicada relação entre partido, Estado e massas. Os privilégios existentes para uma camada de membros do aparelho de Estado. Os acordos. A não ampliação da democracia para além do seu traço sufragista e pluripartidário. Mesmo sem concluir com todas as letras, as massas não se confundiram. Votaram de forma consciente contra os sandinistas. Votaram pelo fim da guerra. Pelo fim do Serviço Militar Patriótico. Pela volta à normalidade: *“uma franja importante da população que não pode ser qualificada de anti-sandinista, mas que duvidava que os sandinistas fossem capazes de pôr fim à guerra”*.¹

III. Pensando o futuro: o socialismo petista e as estratégias da revolução brasileira

As reflexões sobre a crise do socialismo real, cada vez mais avassaladora, se misturavam ao balanço da derrota nas eleições presidenciais. O PT precisava construir definições estratégicas mais claras a respeito da via do socialismo petista. As concepções em confronto expressavam nitidamente os impasses das esquerdas no Brasil e no mundo, e impulsionavam uma série de revisões em conceitos clássicos dos marxismos e dos seus modelos de revolução.

Do final de 1989 até o segundo semestre de 1991, *Teoria e Debate* patrocinou uma ampla discussão em torno dessas questões. Ela, entretanto, deveria ser realizada sem abrir mão da perspectiva utópica:

*Por isso, admitir que erros históricos devem ser desfeitos (...) não significa sucumbir à tentação fácil do modismo que procura negar o avanço formidável que o socialismo proporcionou à humanidade. Muito menos significa render-se ao expediente do revisionismo que procura velar más intenções. Ao contrário, encarar esta polêmica é fazer um pacto com a procura da verdade, a aliada mais forte dos revolucionários. (...) Debatendo e informando acerca dos caminhos e descaminhos do socialismo no mundo estaremos garantindo propostas e práticas mais maduras dentro do nosso país.*²

¹ RODRIGUES, Op. cit, p. 9.

² Editorial de Apresentação. in: *Teoria e Debate*, nº 8, out/nov/dez 1989.

O I Congresso representava para o partido a possibilidade de superação da carência de estratégias e de uma formulação teórica própria sobre o processo revolucionário brasileiro. Muitos petistas, como Paulo Vannuchi, identificavam um esforço de elaboração e de modernização no PT. Este novo enfoque empregava, em maior ou menor grau, uma série de noções gramscianas. A ruptura tornava-se um processo. Agora não mais o *“assalto ao Palácio de Inverno”*, mas a disputa essencial pela hegemonia.¹ O debate atingia inclusive algumas tendências do campo do “marxismo revolucionário”. A Democracia Socialista aparecia no PT como a corrente de origem marxista-leninista-trotsquista que mais ousava na sua elaboração teórica. Compartilhavam dessa visão vários petistas. Augusto de Franco, por exemplo, elegia a corrente como a mais perigosa porque adicionava ao seu núcleo central uma certa flexibilidade. Ambos protagonizaram um embate particular na preparação do Congresso.

Assim, Juarez Guimarães, intelectual e dirigente da DS, identificava a necessidade premente de definições estratégicas no partido. Esta ausência interferia negativamente na sua ação dentro da luta de classes. Sem abrir mão da opção pela ruptura com o Estado, a corrente criticava o caminho da revolução democrático-burguesa e as propostas foquistas. A primeira reduzia a autonomia do movimento dos trabalhadores e a segunda substituía a sua atividade real pela ação de uma vanguarda popular e heróica. A novidade, então, localizava-se na combinação entre a ação sobre a institucionalidade e a criação de um poder popular. Como as duas pernas de uma pinça. Essa concepção selava definitivamente a diferença entre a experiência brasileira e a bolchevique na Rússia, em 1917. Também descartava o modelo da guerra popular prolongada (GPP). Articulando as noções gramscianas de *“guerra de movimento”* e *“guerra de posição”*, a *“estratégia da pinça”* não se prendia a um possível etapismo: *“adota a visão de um confronto de massas prolongado contra o Estado e o grande capital, uma ‘guerra de movimento prolongada’, onde a ocupação de posições está desde o início subordinada a esta estratégia de ruptura com a ordem”*. Mantendo elementos teóricos clássicos do leninismo, Guimarães fixava

¹ VANNUCHI, Op. cit.

como o requisito estratégico fundamental da luta de classes a construção do partido revolucionário. Assumindo um papel dirigente, ele seria o "*articulador da pinça*".¹

A estratégia da Força Socialista baseava-se no conceito do acúmulo de forças prolongado (AFP):

*tem sido identificado com um processo pacífico, que precede uma ruptura revolucionária, mais ou menos rápida em relação ao período anterior de um acúmulo. Diferentemente, por exemplo, da Guerra Popular Prolongada (GPP), que prevê a luta armada por um longo espaço de tempo. Diferentemente também de uma estratégia reformista. Neste caso, os avanços políticos, organizativos e institucionais não seriam 'acúmulo de forças', mas a própria transformação social.*²

Apresentando a tese, o dirigente Jorge Almeida destacava a compatibilidade entre a AFP e um processo insurrecional. Mas a "*guerra de posições*" não poderia ser confundida com uma luta meramente legalista e institucional. A consolidação da hegemonia política passaria pela conquista do poder e o seu exercício com a participação direta das massas populares. Dialogando com os conceitos gramscianos, ele questionava a definição do Brasil como um país ocidental. As classes dominantes nacionais não seriam capazes de "*dominar por consenso*" devido à ausência de estabilidade no país, fruto das condições gerais da vida do povo e de um capitalismo monopolista dependente.³

Para a tendência O Trabalho, o PT vivia tempos de uma "*verdadeira descoberta do Brasil*". Alguns militantes acreditavam apresentar fórmulas inovadoras para a estratégia socialista. Entretanto, segundo o dirigente Marcus Sokol, as premissas retomavam velhos dilemas do movimento de esquerda internacional. A concepção estratégica baseada num processo ininterrupto de "*várias rupturas*" tornava-se a principal bandeira desfraldada pelos reformistas petistas. Se, no início do século XX, ela gerara um reformismo honesto, devido às possibilidades de concessão do capitalismo mundial, naquele momento a proposta significava apenas uma "*adaptação pernicioso*" ao parlamento.⁴ Trotsquista, a vitória do socialismo no Brasil somente se consumaria

¹ GUIMARÃES, Op. cit., 1990, nº 12.

² ALMEIDA, Jorge. Cara a cara com a realidade. in: *Teoria e Debate*, nº 13, jan/fev/mar 1991.

³ *Ibid.*

⁴ SOKOL, Op. cit.

através da expansão de um movimento revolucionário mundial. Dessa forma, a estratégia petista não poderia prescindir dessa dimensão. E a revolução possuía um método. Mesmo criticando a cópia de modelos, a insurreição de 1917 apresentava-se como o grande paradigma do processo revolucionário mundial.

A presença da Convergência Socialista não passava despercebida no PT. Com uma expressiva atuação em determinados setores do sindicalismo brasileiro, as suas posições demarcavam águas no debate interno do partido. Valério Arcary, dirigente da corrente, afirmava a existência de uma grave crise de identidade no Partido dos Trabalhadores. Ela não podia ser reduzida a um simples problema de crescimento. Possuía um caráter regressivo. A raiz do problema localizava-se na “*crecente adaptação do partido ao status quo da institucionalidade democrático-burguesa*”.¹ Assim, a CS reivindicava a estratégia do programa elaborado pelo V Encontro Nacional, no ano de 1987: anticapitalista, antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário. Ela denunciava que a lógica dos *refundadores* mudaria o programa histórico da agremiação. Rompendo com o passado, o PT tornava-se um prisioneiro da legalidade burguesa.

Reivindicar tais resoluções significava não detalhar a estratégia socialista para o Brasil. Conforme os objetivos da corrente, a definição de um conteúdo mais amplo e vago possibilitava a convivência no interior do partido sem que suas propostas colidissem diretamente com o programa petista. Uma realidade cada vez mais difícil diante de concepções e de avaliações da conjuntura tão distintas.

“*Socialismo ou barbárie*”.² A proposta da Convergência Socialista estampava o principal dilema da humanidade; portanto, a questão fundamental do I Congresso. A estratégia rupturista do “marxismo ortodoxo” predominava. Apesar da falência da tese da inevitabilidade do socialismo, o capitalismo encontrava-se esgotado como modo de produção. O que esperar dele? Somente mais crises, miséria, exploração e destruição. Novamente a catástrofe como propulsora das revoluções. Assim, a estratégia não poderia ser reduzida à disputa da hegemonia no interior do Estado burguês. Uma nova roupagem do velho reformismo. No lugar da reforma do mesmo, a sua destruição e a construção do democrático Estado operário. Para alcançar aquele processo, a CS

¹ ARCARY, Valério. Prisioneiros da legalidade?. in: *Teoria e Debate*, nº 14, abr/mai/jun 1991.

² Socialismo ou Barbárie. Pré-Tese 19. in: *Jornal do Congresso do PT*, Op. cit.

criticava a essência militar da linha de ação foquista e a mítica “tomada do Palácio de Inverno”. Ela via a revolução como o ápice “de um profundo movimento social”.

A revolução russa de 1917 era o grande paradigma da estratégia revolucionária da Convergência Socialista. Formulando conceitos derivados do “outubro russo”, a organização estudava o processo clássico para definir “em traços gerais, suas distintas etapas e os fenômenos que nelas se deram, para depois tomá-los como pontos de referência, comparando-os com os de outras revoluções”.¹ Mais do que pontos de referência, a corrente tentava enquadrar a situação revolucionária de cada nação nas etapas da revolução bolchevique. Dessa forma, conceitos como “duplo poder”, “revolução de fevereiro”, “regime kerenskista”, “golpe korniloviano” e “revolução de outubro”² povoavam as suas caracterizações.

Entre os “reformistas revolucionários”, marxistas ou não, a crítica central assinalava a permanência da visão rupturista no debate estratégico do PT. Mesmo entre aquelas tendências que apresentavam formulações inovadoras, a visão leninista ainda predominava. Era o caso da Democracia Socialista:

*Do momento da batalha decisiva com as forças do grande capital. Daí a necessidade de tantas 'subordinações': da guerra de posição à guerra de movimento; da luta institucional à luta popular; da luta pela hegemonia à luta pelo poder. No fundo, a concepção de revolução que sustenta esses apontamentos estratégicos continua sendo a da 'tomada do poder'. Coisas do leninismo.*³

Os dirigentes da Vertente Socialista Augusto de Franco e Juarez de Paula apostavam na existência de várias rupturas: comportamentais, ideológicas e até mesmo espirituais. Todavia esses rompimentos não se constituíam no principal objetivo da luta

¹ **CONVERGÊNCIA SOCIALISTA**. Op. cit., 1990, apostila nº 1, p. 2.

² Os conceitos empregados pela CS originavam-se das formulações do principal dirigente da sua organização internacional, a LIT-QI, Nahuel Moreno. Eles caracterizavam tanto os processos revolucionários em curso nos países capitalistas quanto os movimentos ocorridos nas nações do bloco soviético. A “revolução de fevereiro”, uma mobilização operária e popular urbana, de caráter insurrecional, sem direção política partidária, tem como objetivo imediato a revolução democrático-burguesa, que faz parte da revolução socialista internacional. O “regime kerenskista”, extremamente fraco devido ao grande ascenso revolucionário e a existência de um poder dual, aparece após o triunfo da revolução democrática. O “duplo poder” significa o surgimento de organismos de poder alternativos, os famosos soviets, coexistindo com um governo fraco. O “golpe Korniloviano” representa a contra-revolução, de caráter fascista e burguês. A “revolução de outubro” é a vitória da revolução socialista, dirigida e organizada pelo partido operário marxista revolucionário, os bolcheviques. **Ibid.** p. 2, 3 e 4.

³ **FRANCO**, Augusto e **PAULA**, Juarez de. Revolução: que ruptura? in: *Teoria e Debate*, nº 12, out/nov/dez 1990.

revolucionária, pois eles poderiam acontecer em qualquer momento, sem, contudo, criar um novo poder. Para múltiplas rupturas, vários contrapoderes. Assim, os petistas questionavam o clássico conceito de poder dual. A essência do conflito era multipolar através da difusão de miríades de núcleos de resistência e enfrentamento. Esta multipolaridade, entretanto, não significava uma pulverização, resquícios de foquismo ou a constituição de grupos táticos autônomos. Ela representava a unidade das forças revolucionárias numa ampla frente sob a hegemonia de um partido de massas socialista e revolucionário como o PT.

Por isso a tarefa central do partido e dos movimentos sociais era a luta para estabelecer uma contra-hegemonia à dominação burguesa. A construção deste poder alternativo começava dentro da própria sociedade capitalista. Num contexto marcado pela onda neoliberal e por uma correlação de forças desfavorável, a estratégia da VS elegia a pressão social sobre a institucionalidade como uma medida fundamental para o estabelecimento de um novo poder. Impulsionado pela ação dos governos e de parlamentares, o encontro entre a reforma do Estado e as iniciativas políticas autônomas dos movimentos sociais poderiam fortalecer-lo.¹

Mais “heterodoxas” ainda eram as propostas de Aldo Fornazieri, da Nova Esquerda. Ele questionava tudo: leninismo, marxismo, gramscismo. Combinavam-se novos conceitos. Para muitos petistas, um reformista, liberal ou até mesmo contra-revolucionário que propunha teses “estranhas” às tradições das esquerdas. Fornazieri trabalhava com o conceito de hegemonia, mas discordava da sua relação com a noção instrumental de acúmulo de força e de dirigismo partidário. Preferia relacioná-la à idéia da construção de consentimentos. Acoplava à mesma as concepções de Luhmann, os conceitos de política de Cornelius Castoriadis e, principalmente, os pressupostos do “*agir comunicativo*” do frankfurtiano Habermas.² Como fundamento da política, o

¹ **Ibid.**

² Cornelius Castoriadis, filósofo, crítico social e psicanalista grego, naturalizado francês, é considerado um dos mais importantes intelectuais do século XX. Filiou-se em 1942 ao partido trotskista, dirigido por Spiro Stinas. Após a guerra, mudou-se para Paris, integrando-se ao Partido Comunista Internacionalista de Claude Lefort. Em 1948, rompeu com a organização, fundando o grupo esquerdista e a revista “*Socialismo ou Barbárie*”. Destacou-se pelo estudo das formas autoritárias do Estado e pela crítica ao regime burocrático da ex-URSS. Tornou-se psicanalista prático e diretor da *Ecole des Hautes Etudes en Sociales Sciences* (1979). Sua obra maior foi “*L’institution imaginaire de la société*” com sucessivas edições revisadas e ampliadas. Ele morreu de problemas cardíacos na França, em 1997. Nota adaptada dos sites: <http://www.netsaber.com.br> e <http://wikipedia.com.br>.

projeto. Orientando a ação e lhe conferindo representações e significados, ele seria capaz de explicitar os problemas da sociedade, mas não de “*criar artificialmente uma nova totalidade*”.¹

“*Um jogo entre dois sujeitos cujo resultado era zero*”. Através de oposições como burguesia/proletariado e revolução/contra-revolução, as teorias estratégicas das esquerdas simplificavam a complexidade social, reduziam a multiplicidade de sujeitos, e anulavam a especificidade do agir político, apresentando-o como um mero subproduto da estrutura sócio-econômica. O “*agir orientado para o entendimento mútuo*” contraposto àquele “*orientado para o sucesso*” apontava novas possibilidades para se repensar a ação política, elaborando um novo paradigma de ação. Entretanto, na realidade dos países do hemisfério sul, a mudança de visão seria mais difícil e complexa. A transformação, então, passaria pela luta por reformas radicais e pela instituição de direitos.

Apesar da grande diversidade de concepções e de origens sociais e políticas em seu interior, a principal tendência do Partido dos Trabalhadores, a Articulação, também se apresentou com uma tese própria no I Congresso, em 1991. Denominada “*Por um Brasil Democrático e Popular*”, ela significou um esforço de síntese elaborado pela corrente.² A tese nº 11 tornou-se a tese-guia, sendo aprovada sem muitas alterações, visto que a mesma possuía a maioria absoluta do plenário, e nada era aprovado, no mínimo, sem a divisão dos seus signatários e apoiadores.

Para a Articulação, diante da grave crise do socialismo real, as esquerdas assistiam não apenas à falência do modelo stalinista, mas também ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado a partir de 1917. Mesmo que as críticas a estas

¹ FORNAZIERI, Op. cit.

² Exemplos claros desta dinâmica podem ser encontrados no debate de alguns temas, como o caso cubano. A simpatia ao socialismo e às suas lideranças predominava. A tese construía uma crítica leve aos impasses políticos vividos pela Ilha – “*a melhor e mais eficaz defesa da revolução cubana é a liberação das potencialidades revolucionárias dos trabalhadores, através da instituição dos mais variados mecanismos democráticos de expressão e representação*” (*Jornal do Congresso*. Tese nº 11, “*Por um Brasil Democrático e Popular*”. Publicação da Coordenação Política geral do Congresso, nº 5, setembro de 1991. p. 82). Mas nem todos compartilhavam desta visão. Após intensas polêmicas, o historiador Daniel Aarão Reis, chegou a aprovar, junto com Vladimir Palmeira, num dos grupos do Congresso, uma emenda mais dura e crítica ao governo e ao socialismo cubano. Segundo o petista, apesar da sua aprovação, a proposta não foi apresentada para a votação na plenária final. Na verdade, ela havia “desaparecido” do conjunto das proposições originadas dos grupos... Táticas das articulações pró-cubanas...

experiências estivessem nas origens do próprio partido, o “*petismo real*”¹ carregava consigo uma grande contradição: complacente na defesa dos regimes de tipo soviético, ele manteve uma nostalgia em relação à criação de um partido de vanguarda e a concepção de defesa do estatismo e da democratização da sociedade a partir do Estado. Outros obstáculos no “*caminho para o socialismo*” do PT: uma quantidade exagerada e perigosa de aparelhismo, sectarismos, manobras espúrias e falta de democracia.

Indicado o caráter daquele *fin de siècle* e a crítica ao “*petismo realmente existente*”, a tese 11 expressava a sua visão do socialismo petista. Ele incorporava definitivamente a necessidade estratégica da democracia e da construção de um estado socialista de direito: a defesa das liberdades civis e políticas, a existência de mecanismos de democracia representativa combinados aos de democracia direta e participativa, a alternância do poder e do respeito às minorias políticas e sociais. Neste sentido, a ação do socialismo petista deveria apostar na construção e no fortalecimento da esfera pública, defendendo por isso mesmo a descentralização do poder e a socialização dos meios de governar.

Hegemonia. Palavra-chave no desenvolvimento da estratégia da Articulação para a transformação revolucionária do Brasil. Refutando a conquista do socialismo como o assalto ao poder de Estado ou como um processo ininterrupto e linear do crescimento das forças socialistas na sociedade, a tese previa a existência de choques e confrontos. Derivados de um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, eles representariam o avanço da disputa hegemônica dos trabalhadores pela superação do modelo excludente brasileiro.

Até 1987, a ausência de uma crise revolucionária ou de condições para a tomada do poder reforçara o desenvolvimento de uma política de acumulação de forças. Entretanto, a partir de 1989, diante de um novo contexto internacional em que as perspectivas da revolução distanciavam-se mais ainda, a corrente elaborava importantes adequações nas suas proposições: a disputa pela hegemonia, agora, passava pela conquista do governo federal, em 1994. Dessa forma, após contornar o círculo, a Articulação retornava ao mesmo ponto de partida que tanto criticara no início

¹ Termo cunhado pela tese 11.

da tese, concentrando a sua estratégia na conquista do aparelho de Estado. Essa política, eleita como eixo central, numa conjuntura marcada pela ofensiva liberal e pelo recuo do projeto socialista não levaria a uma perspectiva puramente eleitoral? Não estaria indicada aqui uma política de recomposição do campo das esquerdas no Brasil através da prioridade da eleição de Lula presidente? Não seria uma perspectiva aquém do tamanho da crise e da necessidade de reconstrução da própria utopia socialista?

Estado e mercado na estratégia do socialismo petista

As distintas visões sobre o papel do Estado e do mercado numa sociedade socialista mobilizaram amplos debates no interior do Partido dos Trabalhadores. Várias teses defendiam como elemento estratégico da transição socialista o desaparecimento gradual do Estado. Todavia, contrariando a hipótese clássica de Marx e de Engels, as experiências socialistas não efetivaram o desaparecimento da organização estatal. Pelo contrário. Em nome da sociedade, ele tornara-se o depositário dos seus bens. Um grande nó do socialismo. Se, por um lado, Jacob Gorender destacava aspectos positivos de tal realidade, pelo menos por um lapso de tempo, o conteúdo negativo certamente encontrava-se no crescimento de uma camada de administradores, especialistas e burocratas. Na perspectiva do comunista petista, a deficiência do modelo soviético localizava-se na constituição de uma imensa máquina burocrática e na alienação do trabalhador do controle da produção. E não na estatização de toda a economia.¹

Diante do quadro realmente existente no transcorrer do século XX, José Dirceu repensava a teoria geral do Estado socialista.² Combinado ao planejamento estratégico e democrático do Estado, era necessário alterar a sua forma de organização e de produção, retirando os entraves ao crescimento econômico, à criação de riquezas e à sua distribuição entre os produtores. Um dos totens do comunismo era revisto: o petista defendia a manutenção da propriedade coletiva dos meios de produção essenciais e a

¹ 1917– 1987. *Socialismo em debate*, Op. cit., p. 56.

² DIRCEU, Op. cit.

permanência de pequenas e médias propriedades com a prestação de serviços nas mãos de particulares.

Renegando, com a mesma ênfase, o estatismo e a livre iniciativa, Ozéas Duarte procurava novos padrões humanistas de vida social para a renovação do pensamento de esquerda: *“numa sociedade socialista renovada não deverá haver lugar nem para a livre iniciativa, que se alimenta do culto ao indivíduo empreendedor-consumidor, nem para o estatismo, que se baseia no enquadramento do indivíduo produtor dentro da regra estabelecida através do plano”*.¹

Vladimir Palmeira também refutava a combinação entre estatização e socialismo, predominante no pensamento das esquerdas no século XX, mas adversa às concepções de Marx e Engels: *“o que defendia era o fim do estado político, e não o fim de mecanismos e estruturas sociais voltados para a administração. Nestes limites, claramente Marx era anti estatista e anti centralista”*.² Assim a abolição da propriedade privada não poderia ser pensada como estatização. A autogestão seria o princípio básico de organização da produção. Esse não se opunha à idéia de planificação, mas deveria partir das unidades e dos coletivos de trabalho. O petista refutava as críticas a respeito do surgimento de possíveis corporativismos naquele modelo, indicando a decisão soberana do conjunto dos cidadãos sobre os planos a serem adotados como uma forma de controle. A administração pública somente interviria, transitoriamente, numa unidade de produção, em casos de crise comprovada com autorização expressa de um parlamento eleito livremente.³

Se no nascedouro o PT elaborara uma forte crítica ao estatismo das experiências comunistas e também nacional-desenvolvimentistas do trabalhismo – um profundo sentimento antiestatal advindo dos segmentos sindicalistas, notadamente aqueles do setor privado, mas também da grande desconfiança de intelectuais e das lideranças populares em relação ao Estado –, rapidamente essas heranças despontaram e confirmaram-se nas proposições petistas. O Plano Econômico Alternativo de Emergência do PT (PEAE), proposto no programa da campanha Lula presidente nas

¹ DUARTE, Op. cit.

² Teses sobre Socialismo, Op. cit., p. 15.

³ Ibid. p. 16.

eleições de 1989, é um representante genuíno da força de tal tradição. A sua lógica partia do papel indutor do Estado brasileiro para o desenvolvimento nacional.¹

“Heréticos”. Antecipando-se às críticas e denúncias avassaladoras, Maurício Borges e Fernando Pimentel ² estavam dispostos a pagar o preço na sua busca pela construção de um socialismo possível. Nos tempos neoliberais dos anos noventa, os professores mineiros decidiram comprar briga com o tema mais explosivo das esquerdas: as privatizações. Se havia um campo propenso às “heresias” esse era um deles. E as suas teses ousaram. Questionaram princípios enraizados e a principal bandeira unificadora de distintos setores das esquerdas nacionais. Quem era a favor de privatização, naqueles anos, recebia as piores acusações.

Assim como Palmeira, Borges e Pimentel identificavam uma confusão entre socialismo e estatização na obra de Karl Marx. Essa visão baseava-se numa simplificação das relações sociais no curso do desenvolvimento do capitalismo – as tarefas administrativas do Estado e do setor produtivo se tornariam irrelevantes qualitativa e quantitativamente – e na concentração e centralização dos capitais. Por um lado, tais prognósticos confirmaram a segunda concepção. Mas em relação ao primeiro fenômeno o resultado foi negativo; uma crescente qualificação do trabalho no desempenho das funções estatais. Apesar de defenderem a participação decisiva do Estado para o processo de acumulação, os petistas condenavam como ineficiente um sistema amplamente estatizado. O viés estatizante não era uma alternativa à privatização neoliberal:

Tem sido comum ouvir (e mesmo dentro do PT há vozes importantes que o dizem) o argumento de que ‘há empresas que só o Estado pode tocar’, seja porque estão em setores ‘estratégicos’ nunca muito bem definidos (estratégico pode ser o tecnologicamente avançado, o monopólio de recursos naturais, ou apenas um chavão para fugir do debate central), seja porque ‘não podem ser

¹ No plano externo, as medidas de ajuste indicavam o rompimento do acordo com o FMI e a suspensão imediata do pagamento da dívida externa, com a convocação de uma CPI para apurar causas e responsabilidades. No plano interno, a previsão do controle de preços dos setores oligopolistas da economia, a suspensão e a revisão da política indiscriminada de privatização, a implantação de imposto especial sobre o lucro das instituições financeiras, a criação de um fundo especial de investimentos alocados nos setores estratégicos da economia, dentre outras propostas. **PT. As saídas do PT para a crise. Plano econômico Alternativo de Emergência da campanha Lula presidente.** 1989.

² **BORGES**, Maurício; **PIMENTEL**, Fernando da Mata. Nova velha era. in: *Teoria e Debate*, nº 19, 30/10/1992.

lucrativas', pois precisam cumprir uma 'função social'. O que se percebe é uma visível (e daninha) confusão entre o estatal e o social (público).¹

Para os professores petistas, a postura das esquerdas contribuíra para a privatização do Estado: tarifas subsidiadas, orçamentos obscuros, financiamentos pródigos, privilégios corporativos injustificáveis, corrupção, o desmesurado poder dos eventuais ocupantes do Estado. Era necessário desfazer a confusão básica entre estatal e social (público), e entre empresa e Estado. Todavia, discordando de Vladimir Palmeira, eles criticavam outra concepção que se apresentava como alternativa ao viés estatizante: a auto-gestão. Certamente um caráter mais democrático do que a propriedade privada ou sua alternativa estatal, mas inconveniente para a aplicação ao núcleo básico da economia. Este princípio, para não criar profundas distorções e corporativismos, só seria aceitável em regime de concorrência.

A “quarta via” de Borges e Pimentel tentaria superar as dicotomias "mercado x Estado" ou "propriedade privada x propriedade estatal". Ela poderia ser aplicada para solucionar o problema da “dívida social”; ou seja, a situação falimentar dos fundos sociais como o FGTS, o PIS PASEP e a Previdência. Defendiam por isso a criação de um fundo previdenciário, um fundo de pensão autônomo e público, com direção eleita pelo voto direto:

Esta via consiste em estabelecer o controle social direto sobre o núcleo dinâmico da economia, desestatizando-o sem torná-lo privado. (...) É preciso desestatizar estes fundos, torná-los autônomos e, ao mesmo tempo, quitar a dívida que o Estado contraiu para com eles, em décadas de má-gestão e de desvio 'legal' de seus recursos para os cofres do Tesouro.²

Junto à discussão sobre o caráter do Estado, a controvérsia do mercado no socialismo. Ele somente poderia existir nas sociedades capitalistas? Ou determinados mecanismos do mesmo se adaptariam às economias socializadas?

Rompendo com uma concepção predominante no marxismo, Jacob Gorender admitia a permanência de elementos capitalistas na etapa de transição ao comunismo. O mercado apresentaria aspectos positivos para o seu funcionamento, como o estímulo

¹ *Ibid.*

² *Ibid.*

à economia, à produtividade, à introdução de tecnologias novas e o oferecimento de uma variedade maior de bens de consumo. O controle social seria, então, o grande desafio, onde o Estado poderia impedir a prevalência das desigualdades.¹

A tese da Articulação ao I Congresso também defendia a manutenção das relações mercantis, criticando uma perspectiva voluntarista que visava aboli-lo “*como espaço social da troca por decreto*”. Sob controle do planejamento democrático, estratégico e orientado socialmente, ele seria compatível com a concepção do socialismo petista.²

A adoção das estratégias de mercado apresentava novas perspectivas para a crise do socialismo. Assim, a obra de Alec Nove, “*A economia do socialismo possível*”³, contribuiu, sem dúvida, para o desenvolvimento de inúmeras polêmicas no PT. Estas envolveram vários protagonistas e uma série de respostas em outras publicações.

Defendendo as principais teses de Nove, Luís Koshiba, na *Teoria e Debate*, refutava uma premissa básica predominante nas esquerdas: a idéia do modelo soviético como uma degeneração burocrática e não como uma das possibilidades inerentes aos pressupostos idealizados pelo próprio Marx. As definições de socialismo democrático, portanto, limitavam-se a reproduzir um esquema mantendo as suas características originais:

*Na pior das hipóteses, o socialismo democrático já está definido. A abolição da propriedade privada dos meios de produção e a substituição do mercado pela planificação integral e centralizada da economia + democracia política = socialismo democrático. Em outros termos: socialismo marxista - stalinismo = socialismo com democracia.*⁴

O despotismo econômico estava na raiz do stalinismo. Para solucionar essa questão central, o retorno a Marx não ajudava. Ele muito pouco dizia sobre a economia socialista e, ao simplificar os problemas econômicos daquele regime, repetia o utopismo que tanto criticara. Dessa forma, no projeto de socialismo de Alec Nove o mercado assumiria um papel central. Reabilitado, ele tornava-se o único meio para a livre

¹ GORENDER, Jacob. Crise mortal ou reconstrução? in: *Teoria e Debate*, nº 8, out/ nov/ dez 1989.

² Por um Brasil Democrático e Popular. Tese nº 11, *Jornal do Congresso*. Op. cit., p. 84.

³ NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. SP: Ática, 1989.

⁴ KOSHIBA, Luís. Mercado reinventado: O socialismo (é) possível. in: *Teoria e Debate*, nº 12, out/ nov/ dez 1990.

manifestação das preferências, para a regulação e a democratização das decisões microeconômicas. Junto ao mesmo, a importância da flexibilização do aparato econômico para o produtor a fim de permitir a livre escolha das condições de trabalho. A reintrodução do mercado, entretanto, não significava a volta à economia capitalista. Ele era uma alternativa necessária ao poder burocrático. Ele cumpriria um papel diferente visto que a obtenção do lucro não seria mais o seu objetivo fundamental.

Contra-pondo-se a tais argumentações, petistas como Eduardo Albuquerque, criticavam a visão de que o stalinismo fosse uma consequência da estatização absoluta da economia. Pelo contrário, ele era a raiz do processo de burocratização e o grande responsável pelo atraso científico e tecnológico.¹ Em resposta Ao dirigente da DS, Luís Koshiba identificava nas suas críticas a prevalência de uma oposição rígida entre planificação e mercado, sem considerar as relações de propriedade subjacentes que presumiam a combinação entre as mesmas. Ele também considerava idílico achar que a contradição entre consumidor e produtor desapareceria rapidamente no socialismo. A abolição da propriedade não eliminaria a contradição entre oferta e procura e, portanto, a predominância do produtor poderia estabelecer uma ditadura da oferta sobre a procura. Para Koshiba, Alec Nove ultrapassava os messianismos e *“reinseria o socialismo na ordem do dia das imperfeições humanas e orientava suas reflexões para resolver os problemas práticos levantados pelo ‘socialismo real’ ”*.²

Democracia e socialismo na estratégia petista

Da realidade imposta pela derrota das guerrilhas, pelos exílios e presos políticos emergia o tema da democracia nas reflexões das esquerdas. Segundo o petista Marco Aurélio Garcia, a brutal restrição das liberdades democráticas deixava como um grande aprendizado o valor estratégico da mesma.³

“O socialismo é intrínseca e conceitualmente democrático”. *“Democracia no limite é socialismo”*.⁴ Estes pressupostos demarcaram durante anos as definições do Partido dos

¹ ALBUQUERQUE, Ricardo. O socialismo e o ‘moinho satânico’. in: *Em Tempo*: Op. cit., 1991, nº 255. p. 16.

² KOSHIBA, Luís. Crítica ao ‘socialismo produtivista’. in: *Em Tempo*, Op. cit., 1990, nº 246, p. 18.

³ 1917 – 1987. *Socialismo em debate*, Op. cit., p. 298.

⁴ FORNAZIERI, Op. cit. e BUCCI, Op. cit., respectivamente.

Trabalhadores a respeito da ligação entre socialismo e democracia. O conteúdo pouco nítido, entretanto, revelava a sua problemática relação com o conceito.

Sem dúvida, o I Congresso avançou em direção às formulações mais precisas para a questão democrática, incorporando-a à estratégia partidária. Mas, de fato, somente o II Congresso do PT, no ano de 1999, lhe conferiu centralidade no programa petista. Na conjuntura da década de noventa, delimitada pela profunda crise do socialismo, pelo refluxo dos movimentos sociais no Brasil e no mundo, mas também pelas conseqüências da aplicação das políticas neoliberais, o partido desenvolvia enquanto eixo da sua ação política, o conceito da “*Revolução Democrática*”:

13. O Programa da Revolução Democrática tem três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. Eles se traduzirão em um conjunto de reformas econômicas e políticas radicais a serem realizadas por um novo governo apoiado por ampla coalizão de forças sociais e políticas. A aplicação dessas reformas terá um efeito profundamente desestabilizador sobre o capitalismo realmente existente no Brasil. Para desencadear esta ofensiva reformadora será necessária nova relação de forças na sociedade, condição para que as esquerdas cheguem ao governo e enfrentem com êxito o problema do poder.¹

Até meados dos anos oitenta, a democracia era definida a partir da crítica à ditadura, do seu caráter nas sociedades capitalistas e da sua ausência nas experiências socialistas. Para Percival Maricato, o pensamento petista ainda impregnava-se da idéia da democracia como um “*instrumento tático para levar à ditadura do proletariado*”.¹ Com o aprofundamento da crise do socialismo real a questão democrática adentrara a cena principal. Era necessário pensar uma alternativa para o modelo que ruía. As polêmicas eram muitas e o seu caráter estava em jogo. Uma conquista ou uma concessão burguesa? Uma estratégia de cooptação das massas?

Na década de noventa, diferenças abissais se cristalizaram.

Para muitos militantes petistas, as instituições democráticas – da “democracia burguesa” – não passavam de acessórios condenados ao desaparecimento no regime socialista. Em seu lugar, ascenderia a democracia operária e direta. Assim, os organismos criados pelas massas para a tomada do poder seriam a base do Estado

¹ *Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores*. Belo Horizonte (MG), 24 a 28 de novembro de 1999.

operário democrático. Eram as Comunas ou os soviets: *“eles decidem tudo, desde o menor problema local até no econômico nacional”*. Era a *“democracia dos nervos e músculos”*.²

Defendendo a presença de instituições de tipo parlamentar, constituídas sob a ótica socialista, Marco Aurélio Garcia identificava no modelo oriundo da experiência da Comuna de Paris uma certa ingenuidade:

*em pensar que seria possível gerir um país de extensão da Rússia, da futura União Soviética, simplesmente com mecanismos de tipo soviético, com processos constantes de revogabilidade, etc. Era óbvio que algumas instituições, de tipo mais classicamente parlamentar, sem as deformações do parlamentarismo liberal, deveriam ser tentadas e aprofundadas.*³

A democracia assumia cada vez mais um caráter estratégico para diversos segmentos do partido. Não cabiam mais as adjetivações do termo. Uma conquista universal, ela originava-se dos princípios contidos na Revolução Francesa, mas também das lutas dos trabalhadores, ferrenhamente combatidas pela burguesia. O lugar do centralismo democrático era o museu.⁴ Logo os complexos Estados socialistas só poderiam ser Estados de direito, obedientes à legalidade instituída, promotores dos direitos humanos e controlados por uma sociedade organizada e democrática, onde a democracia representativa cumpriria um papel fundamental.

A democracia penetrava nos conceitos das esquerdas. Transformando-se numa clara referência, muitos reconheciam que a sua incorporação na estratégia socialista era um importante fator de renovação. Para outros, não. Nenhum dos valores da *“democracia burguesa”* acrescentava qualquer aspecto positivo ao pensamento socialista. Pelo contrário. Para a Convergência Socialista, ela representava a principal arma do imperialismo para tentar enfrentar o ascenso das massas e as novas possibilidades de revolução na década de oitenta. Era a *“reação democrática”*.⁵ Uma estratégia difícilíssima de ser superada já que combinava elementos muito contraditórios. Essencialmente cooptadora, ela envolvia grande parte das direções operárias, e educava as massas na *“falsa consciência”* de que o melhor regime era a *“democracia*

¹ MARICATO, Percival. Começar de novo. in: *Teoria e Debate*, nº 14, 1991.

² Socialismo ou Barbárie. Pré-Tese nº 19. Op. cit, p. 63.

³ 1917 – 1987. *Socialismo em debate*, Op. cit., p. 255.

⁴ FORNAZIERI, Op. cit.

⁵ CONVERGÊNCIA SOCIALISTA. Op. cit., 1991, p.18.

burguesa". Na visão da corrente trotsquista: "o estado operário é, por definição, mais democrático que o mais democrático dos estados burgueses, porque está a serviço da maioria da população e não de uma minoria de exploradores".¹ Ou seja, a condição de Estado operário intrinsecamente tornava a Romênia, por exemplo, um país mais democrático do que a Suécia. O caráter econômico determinava a democracia. Mas, mesmo nesse campo, as experiências socialistas não conseguiam se firmar como um modelo. Elas não estavam a serviço da maioria da população.

A democracia era "burguesa" ou "operária"? "Universal"? "Estratégica" ou "instrumental"? Eugênio Bucci descartava a via da democracia operária. Plena de significado, ela se confundia com o centralismo democrático, com a noção de autocrítica e purgatório. Historicamente burguesa, a democracia era também uma conquista da humanidade. Mas trazia consigo uma contradição: ao atingir o grau da cidadania plena, se converteria na sua própria negação, pois deixaria de atender apenas aos interesses da burguesia. Era a transformação do seu caráter político e formal em material e econômico:

*Nesse patamar, ocorre o sacrifício do pilar do liberalismo, que é a propriedade privada e as relações de produção capitalistas, pois sem esse sacrifício não estaria rompido o limite meramente formal da democracia burguesa, ou o limite burguês da democracia formal. É nesse sentido que a democracia, no limite, é socialismo.*²

Os embates mais acirrados no Partido dos Trabalhadores a respeito da questão democrática tiveram como epicentro o tema da democracia como um valor universal. Originando-se das estratégias elaboradas por alguns Partidos Comunistas da Europa Ocidental, na década de setenta, o Eurocomunismo teve uma vida relativamente breve, mas deixou importantes marcas nas reflexões das esquerdas mundiais. Os principais expoentes eram os PC's italiano e espanhol. Privilegiando a diversidade e recusando novos modelos, existiam características comuns entre eles. Criticando a social-democracia e o socialismo real, os eurocomunistas repensavam a estratégia revolucionária nas sociedades capitalistas centrais, adequando-se às novas e, cada vez

¹ *Socialismo ou Barbárie*. Pré-Tese nº 19, Op. cit., p. 63.

² **BUCCI**, Op. cit.

mais, complexas realidades contemporâneas. Também buscavam responder às mudanças ocorridas no movimento comunista internacional a partir de 1956, com a divulgação do relatório Krushev. Abandonando a noção de ditadura do proletariado – inadequada à condição de seus países e ao modelo político pelo qual lutavam –, a via democrática tornava-se estratégica. Um caminho pacífico que resultava de um amplo movimento popular nascido a partir de cada realidade nacional.¹

Alvo de apaixonados apoios e críticas, o conceito foi introduzido no Brasil por intelectuais oriundos, em sua maioria, do Partido Comunista Brasileiro. Carlos Nélon Coutinho e Leandro Konder, membros do PCB, e Francisco Weffort, fundador do PT, foram os principais representantes dessa concepção. Em particular, o historiador Marco Aurélio Nogueira ressalta o impacto do ensaio de Coutinho, *“A Democracia Como Valor Universal”*² sobre o campo das esquerdas – *“onde havia ajudado a consolidar entre muitos revolucionários, uma cultura política democrática e uma visão moderna do socialismo”*– mas também as marcas renovadoras deixadas sobre o próprio liberalismo brasileiro.³

Criticando veementemente o conceito, Jacob Gorender⁴ considerava-o vazio. Ao colocar no mesmo plano a democracia “burguesa” e a “socialista”, legitimava-se o conteúdo de ambos os modelos. A polêmica incorporava vários segmentos do partido. Adentrava assim no debate, Ronald Rocha, dirigente petista da Tendência Marxista. Remontando à tradição da II Internacional, Eduard Bernstein, Karl Kautsky e o austro-marxismo difundiam os mitos de uma possível transição ao socialismo pela via eleitoral e da autonomia radical das instituições democráticas frente ao Estado. No Brasil essa estratégia reformista aferrava-se à chamada etapa democrático-burguesa. Apesar da importância do tema como uma contraposição ao *“corporativismo e ao doutrinário economicista”*, Rocha preocupava-se com este *“deslocamento temático”*.

Era necessário preservar a revolução como categoria estratégica e a dimensão destrutiva da política revolucionária. Por isso a democracia como um valor universal era

¹ KANAPA, Op. cit., p. 19.

² COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª ed., ampliada. RJ: Salamandra, 1984.

³ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. in: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). *Gramsci e a América Latina*. 2ª ed., RJ: Paz e Terra, 1988. p. 137.

⁴ GORENDER, Op. cit.

incompatível ontologicamente com a concepção marxista. Somente uma sociedade comunista realizaria esta idéia, desaparecendo de seu conteúdo o caráter de instituição de Estado e de sociedade civil classista. Na realidade, uma “não-democracia”: “Nessa perspectiva, como conceito histórico-social, a liberdade se converte em não-democracia política, pois o direito já não será o parâmetro do monopólio de uma coerção e uma hegemonia de classe, nem mesmo da ditadura proletária: ou seja, deixará de ser ‘o direito da desigualdade’”.¹

Aldo Fornazieri criticava ferozmente as análises de Ronald Rocha. Naquelas “mirabolâncias dialéticas” suicidava-se misteriosamente a democracia através da idéia da realização de uma “não-democracia”. O petista da Nova Esquerda não via legitimidade nem legalidade na dissolução do direito. As idéias de Rocha corresponderiam àquelas desenvolvidas pelos regimes totalitários, nas suas versões nazista e stalinista, que acabaram com a diferença entre Estado jurídico e sociedade civil.²

O indivíduo e a estratégia socialista

As reflexões sobre o socialismo petista adquiriram tonalidades muito singulares – e muito pouco exploradas – com as análises do filósofo Renato Janine Ribeiro. Uma premissa central da atuação política dos partidos de esquerda: dar à militância um sentido de abnegação e sacrifício, constituindo-se num *pathos* – “uma maneira altamente emotiva pela qual se vivencia a coisa política”.³ Uma questão nodal: as reais possibilidades de uma política emancipadora por meio desta forma de vivência do político.

Sacrifício da vida pessoal. Subordinação à vida pública. Tais características não eram uma exclusividade dos militantes do século XX. Elas também qualificavam a ação do cidadão da Antigüidade Clássica Ocidental, na democracia ateniense e na república romana. Mais tarde, no século XIX, a crítica liberal aos primeiros anos da Revolução Francesa contestava o problema da subordinação do privado ao público:

A idéia essencial de Constant era que para os antigos a liberdade consistia no direito que tinha a coletividade de resolver qualquer questão em público, ao passo que para os modernos a liberdade é o direito que tem cada indivíduo de

¹ ROCHA, Ronald. Democracia Profana. in: *Teoria e Debate*, nº 11, jul/ago/set 1990.

² FORNAZIERI, Op. cit.

³ RIBEIRO, Renato Janine. Custo e benefício. O bolchevista e o cidadão romano – ajuste de contas. in: *Teoria e Debate*, nº 16, out/nov/dez 1991.

*resguardar sua vida privada das interferências externas, provenham estas de outros indivíduos ou da própria coletividade.*¹

No mundo contemporâneo, a concepção leninista do revolucionário profissional e da prática do centralismo democrático propiciou a este *pathos* excessivo a sua forma modelar. Assim, Janine debatia o custo deste tipo de militância nos dias atuais, numa realidade onde *“o cidadão moderno não tinha pela coisa pública o mesmo entusiasmo do cidadão antigo”*. A abnegação militante entraria em choque com as principais características das sociedades modernas, tornando a vida privada apenas um valor burguês. Compreendendo-a como uma *“esfera da intimidade e dos afetos”* e *“um mundo no qual boa parte da regeneração energética e do interesse pela vida passam pelas relações imediatas, íntimas, e não pela participação coletiva”*, embutia-se nessa visão um alto custo para a participação.

Indo mais além, ele indagava se a militância não se baseava nas relações pessoais e privadas. Como um ideal ou uma paixão ela se desligava do mundo em que vivia: *“Basta ver como certos agrupamentos militantes se convertem num agente privilegiado de socialização de seus membros. (...) embora se coloquem a serviço de um propósito coletivo, estas pessoas estariam vivendo segundo uma percepção que é a das relações imediatas”*.² Outro problema residia na separação nítida entre os *“que trabalhavam politicamente”* e os *“seus beneficiários”*. Julgando-se mais esclarecidos, essa postura possibilitava a constituição de um aparato opressivo. Era necessário repensar o fazer político a partir de um custo psicológico menor. Criar outras formas de intervenção política que permitissem às mulheres e àqueles que não tinham como projeto a militância de tipo bolchevista, uma atuação pública mais interessante do que o superado modelo.

Da mesma maneira, Eugenio Bucci interpretava o partido. Apesar da mitologia construída, o PT não rompera com o leninismo. A mesma e antiga concepção predominante nas esquerdas cobrava do filiado um vínculo de abnegação revolucionária. As conseqüências eram funestas. Estimulava o surgimento de um mosaico de funcionários. Abria espaço para a criação e a expansão de uma burocracia:

Cria-se um mosaico de funcionários em permanente estado de transe, candidatos a redentores da espécie humana. Como a realidade não carece de

¹ *Ibid.*

² *Ibid.*

redenção, está franqueado o acesso dos funcionários menos ingênuos, os dignos representantes dessa nova esperteza petista, aos postos da neoburocracia em expansão.¹

“Herético”, questionava o mito da democracia petista. Apesar do nascimento autêntico, quase espontâneo e independente, que inclusive impediu que o próprio se tornasse o “último partido comunista do mundo”, o PT se formara sob os ensinamentos teóricos e sob a estrutura de instâncias decisórias herdadas do modelo stalinista. Os exemplos eram muitos: os materiais de formação política do Instituto Cajamar – difusores de um marxismo oficial – o apoio ao regime cubano e o envio de dirigentes aos países do socialismo real. Definitivamente o stalinismo estava entranhado no PT. Mas, procurar por ele não significava encontrar velhos combatentes. Ele estava no robusto fortalecimento do aparelho partidário, no acirramento da disputa do mesmo, na cristalização dos cargos enquanto fatores da famosa luta interna:

Fisiologismo e stalinismo são mesmo parentes. Ou melhor, o stalinismo é fisiológico, por definição. Nesse sentido, pode haver menos carga genética stalinista num defensor declarado da burocracia cubana, a “hacienda” modelo, do que num dissimulado oficial de gabinete que despoltize todas as questões e omita suas opiniões em prol da manutenção de seu cargo, a serviço de rusgas fisiológicas.²

A administração petista na estratégia socialista

Sob este título, *Teoria e Debate* estimulava as reflexões a respeito do papel das prefeituras petistas no processo de construção do socialismo. “Fazer prefeitos” não era o objetivo estratégico do PT. Em perspectiva o trabalho de construção de uma sociedade socialista que transformasse todo o Brasil. E isto exigia rupturas.³

Resguardadas as diferenças no tocante aos ritmos e ênfases, até a eleição presidencial de 1989, a agremiação ressaltava o equilíbrio instável da transição conservadora no país. Ele possibilitava uma conjuntura de acúmulo de forças e de vitórias democráticas e populares. Indo além, alguns petistas, como Perseu Abramo,

¹ BUCCI, Op. cit.

² *Ibid.*

³ *Teoria e Debate*, nº 6, abr/mai/jun de 1989.

destacavam a existência de “*elementos embrionários de um processo brasileiro de transformação socialista*”.¹

Para Marcos Rolim² o sucesso das administrações relacionava-se diretamente à capacidade do partido construir um projeto global, uma visão teórica sobre o Estado e as formas específicas de dominação do capitalismo no país. E essa complexidade excluía da luta revolucionária no Brasil o modelo bolchevique. Voltava-se ao dilema da tomada do poder. Inspirado nas teses de Antonio Gramsci, as administrações populares tornavam-se a expressão da “*guerra de posição*”. Elas contribuiriam para a luta do socialismo se fossem capazes de constituir uma nova esfera pública, despertando a população para a participação na mesma, radicalizando na democracia e na ética, difundindo uma nova visão a respeito do exercício da cidadania. Enfim, abrindo a possibilidade de criação de uma consciência socialista.

Um socialismo municipal. Daniel Aarão Reis traçava um paralelo pouco explorado nessas discussões: a relação entre poder local e socialismo nas experiências desenvolvidas nos anos de ouro da social-democracia (do final do século XIX até a I guerra mundial). O petista apresentava as propostas dos ingleses *fabianos* e dos franceses *allemanistas*. Ambos situavam-se em extremos opostos do movimento socialista internacional. Os primeiros, mais moderados, não se constituíam num partido político, a sua composição social era demarcada pela presença de intelectuais e da classe média e a sua ação política voltada para o parlamento. Os segundos integravam um partido radical que priorizava o trabalho sindical operário e a ação direta. Apesar das visíveis diferenças, eles foram capazes de construir um programa baseado na autonomia cidadina, no controle público sobre a vida econômica e social, na ampliação da participação popular, na melhoria das condições de vida da população. Apoiando-se nessa convergência o Partido dos Trabalhadores poderia pensar as relações entre reforma e revolução, integrando a gestão municipal na estratégia socialista, utilizando-a como um caminho para o processo de acúmulo de forças e de disputa pela hegemonia na sociedade.³

¹ **ABRAMO**, Op. cit.,

² **ROLIM**, Marcos. O futuro como referencial. in: *Teoria e Debate*, nº 6, abr/mai/jun de 1989.

³ **REIS**, Daniel Aarão. Democracia e poder local. in: *Teoria e Debate*, nº 19, 1992.

O poder local era a vitrine. Ele serviria de exemplo para demonstrar a nova forma de governar que o PT propunha ao país. Durante muito tempo, a idéia chave da propaganda petista na disputa dos vários governos baseava-se na referência das suas prefeituras como exemplos de gestão honesta da coisa pública. Mas havia problemas. E eles eram muitos. Nem tudo funcionava conforme havia sido pensado. O debate interno exprimia as contradições existentes: como administrar e lidar com o ônus advindo de governar instituições de uma sociedade capitalista e realizar profundas transformações no país? Os dilemas também expressavam um forte traço cultural do PT: a grande e radical desconfiança em relação ao Estado: *“A desconfiança visceral ante o Estado não me parece apenas fruto de inexperiência, mas antes, de uma determinada experiência histórica, de uma relação Estado/povo trabalhador que se poderia dizer recorrente – mutatis mutandis – ao longo de nossa história”*.¹

Assim, Luís Dulci constatava e questionava as limitações dessa cultura. Ela não mais se coadunava à política de acumulação de forças aprovada no V Encontro Nacional. Definindo-se pela disputa com as classes dominantes, o caráter e a modalidade de gestão do aparelho estatal tornavam-se um requisito indispensável para a afirmação da alternativa socialista petista. A atuação nas instituições de Estado tornava-se o centro da sua estratégia.

O partido vivia um paradoxo: ao mesmo tempo *“ameaçador”* e *“ameaçado”*.² Para Vladimir Palmeira e Carlos Vainer, defronte às possibilidades de avanço de uma crise revolucionária no Brasil com a chegada de Lula à presidência da república, os problemas nas administrações do PT expressavam nitidamente as ameaças de domesticação. Elas não representavam o acúmulo necessário diante dos significados de uma possível vitória: o aumento do confronto social e da mobilização popular para realizar as reformas. Assim eles avaliavam criticamente as administrações municipais: convencionais, sem nenhuma mudança estrutural e sem democratizar quase nada. E um dos dilemas centrais era exatamente a questão da democratização – a forma de participação das massas.

“À esquerda” e “à direita” eram procedentes os questionamentos elaborados no partido à *performance* da maioria das prefeituras petistas: faltavam ousadia, criatividade

¹ **DULCI**, Luís. Conselho popular: sujeito subversivo. in: *Teoria e Debate*, nº 6, abr/mai/jun 1989.

² **PALMEIRA**, Vladimir e **VAINER**, Carlos. Ameaçador ou ameaçado. in: *Teoria e Debate*, nº 8, 1989.

e um projeto global para que elas não se limitassem ao gerenciamento das mazelas do capitalismo em âmbito municipal. Entretanto é preciso não esquecer uma tendência existente no PT, principalmente nas primeiras experiências dos anos oitenta: um ultra-esquerdismo que desejava transformar as municipalidades num verdadeiro *bunker* da luta anticapitalista. Exigia-se das administrações locais transformações radicais que não se coadunavam com a realidade cada vez mais defensiva das esquerdas, e, muito menos, com os desejos daqueles que eles diziam representar. A população, muitas vezes preferia, outros caminhos, não compreendia e não aceitava determinadas propostas de mudança.

Um certo messianismo e espontaneísmo perduravam na ação petista. Levando-o a subestimar as imensas dificuldades de alteração do cenário nacional, mesmo no âmbito da gestão das cidades, presumia-se que bastava a chegada da proposta transformadora ao poder para que a verdadeira consciência popular emergisse. Mas, obviamente, este automatismo jamais existiu. Recém-saída de um longo período de exceção e com um acúmulo de experiência política e democrática bastante frágil, as classes populares e trabalhadoras no Brasil inovavam nas suas práticas sociais, mas também reproduziam uma série de relações fortemente marcadas pelo clientelismo e personalismo tão característicos da história nacional. Em muitos casos a organização das demandas não conseguia ir além do seu aspecto corporativo. Abria-se mão de travar uma intensa luta contra-hegemônica, uma verdadeira “*revolução cultural*”, na acepção de alguns petistas, para a construção das bases da transformação do país.

Estes impasses também estavam presentes na principal novidade do modo petista de governar: os conselhos populares. Apreendidos como a tradução local da luta pelo socialismo, ele seria um instrumento necessário para a construção de uma nova hegemonia, capaz de proporcionar o acúmulo de forças e o crescimento da alternativa popular.¹ Mas conquistando os governos municipais, na maioria das vezes, a agremiação não conseguia retirar do papel a sua principal bandeira. Ou via-se paralisada diante de uma série de dilemas entre os interesses imediatos da população e os projetos do partido. Dessa forma, de que maneira as múltiplas experiências das

¹ **MARTINEZ**, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado. in: **RIDENTI, REIS**, Op. cit., 2007, vol. 6, p. 251.

esquerdas nas suas realidades locais influenciaram o projeto petista? Não houve um profundo balanço sobre esses processos para que os mesmos problemas não fossem repetidos. De forma empírica, prevalecia uma sensação de que não existiam referências. Parecia que o PT administrava as primeiras prefeituras de esquerda do planeta.

IV. Um passo à frente na construção do socialismo?

O PT talvez tenha sido um dos pouquíssimos partidos das esquerdas mundiais que conseguiu sobreviver à *débâcle* do socialismo real, e passar pelos anos mais duros da ofensiva liberal sem sofrer enormes divisões ou o definhamento da sua base de apoio.¹ Pelo contrário, ele cresceu durante toda a década de noventa.

Mas uma pergunta se coloca: apesar das importantes vitórias em pleno auge do neoliberalismo e do seu crescimento praticamente ininterrupto, o Partido dos Trabalhadores conseguiu preparar-se para enfrentar a crise do socialismo? Ou ele cedeu à ilusão de que a “*fábula*” contada não lhe dizia respeito? ²

A fase era conservadora e defensiva. A conjuntura indicava grandes dificuldades. Contraditoriamente, a situação mundial, em especial da América Latina, tornava-se a expressão mais viva de que a história não havia chegado ao seu fim. O socialismo continuava atual diante das instabilidades e barbáries criadas pelo “*capitalismo realmente existente*”. Todavia, tal qual se encontravam, as esquerdas não seriam capazes de responder aos novos tempos. Havia a necessidade de uma profunda recomposição do projeto socialista, resgatando e reconstruindo o espaço público “*com a conseqüente reabilitação da política como atividade transformadora e instrumento de libertação de homens e mulheres*”.³

¹ Para Jorge Castañeda, em nenhum outro lugar do planeta o impacto do fim da guerra fria e o colapso do bloco socialista foram tão claros e contundentes como na América latina. Quase todos os países da região passaram a ser governados por tecnocratas ou empresários conservadores e fanáticos pelos EUA, levados ao poder pelo voto, expressão inegável do êxito de uma guerra inclemente e sem quartel. **CASTAÑEDA**, Op. cit., p. 19.

² Alusão às indagações elaboradas no texto citado no transcórre do capítulo. **REIS**, Op. cit., 1989, nº 8.

³ **GARCIA**, Op. cit., 1992, nº 18.

Diante do cenário internacional, o Conselho de Redação da *Teoria e Debate* elaborava analogias entre a posição das esquerdas e a dos militantes políticos nas épocas de repressão. Relembrando os profícuos estudos de Trotsky e Gramsci durante o período de prisão, os jornalistas conferiam às mesmas o status de prisioneiras:

Acontece, senhores, que a esquerda foi colocada na 'cadeia' do isolamento político pelos acontecimentos mundiais dos últimos anos. Somos prisioneiros de nossos próprios embustes, flagrados pelos faróis do capitalismo na prática de crimes hediondos. A lamentável impostura do que se chamou 'socialismo real', no imaginário dos que não o tiveram como tragédia, tornou-se um defunto grotesco. Ninguém parece querer ouvir falar em socialismo. Sim, vivemos dias de cárcere. E no cárcere o que fazemos? Estudamos.¹

O momento era de estudo. A revista chamava a atenção para a proliferação de publicações alternativas. Todavia, a condição de prisioneiros não conferia autoridade à nova ordem mundial e à direitização do planeta: a crítica deveria ser a mais radical possível, mas não poderia ser “o passaporte para os dissidentes”. “Descer a pua do socialismo real” não significava revogar a solidariedade nem aposentar o combate. A *T&D* situava-se à esquerda disso, declarava-se socialista e inimiga da ordem conservadora, dos pelegos e dos tiranos. Acreditava na transformação do mundo: *É a serviço disso que colocamos nosso espírito crítico e que pretendemos seguir esta trajetória de quatro anos. Enfim: estamos cumprindo nosso paradigma, uma vez mais. Eles não nos condenaram à morte, apenas nos isolaram. Isso é meramente transitório.²*

Dessa forma o debate e as definições efetivas do Partido dos Trabalhadores acerca do socialismo, dos marxismos e das estratégias revolucionárias aconteceram em meio a mais grave crise das esquerdas mundiais. Este aspecto proporcionou um impacto decisivo sobre o desenvolvimento do seu projeto socialista.

Do final do século XIX até as últimas décadas do século XX, a maioria das organizações do campo político das esquerdas formou e amadureceu as suas convicções numa época onde o socialismo era uma referência essencial para aqueles que, partidários do modelo social-democrata ou comunista, almejavam mudar o mundo. Apesar dos terríveis períodos pelos quais passara o planeta, sabia-se pelo que lutar. E morria-se por esses ideais. Não foi bem assim com o PT. Certamente, o impacto da

¹ CONSELHO DE REDAÇÃO, Op. cit., 1991, nº 16.

² *Ibid.*

derrota dos EUA no Vietnã, a luta contra as ditaduras pelo mundo afora e principalmente a forte atração da revolução nicaragüense reacenderam os ânimos das utopias revolucionárias. Mas, desde a sua fundação, o movimento socialista internacional encontrava-se envolvido numa profunda crise: entre os comunistas, desde a morte de Stálin, os descaminhos do socialismo de tipo soviético. Na social-democracia europeia, as dificuldades diante das experiências de governo, como o caso do PSF¹, e das profundas transformações no sistema produtivo do capitalismo central.

Discussão apresentada no começo deste capítulo, a origem socialista do Partido dos Trabalhadores sempre suscitou significativas controvérsias. Mesmo que a proposta não tenha sido claramente incorporada no início da sua formação, desde cedo a agremiação confrontou-se com essa questão. O pensamento socialista, presente em seu interior, era forte demais para que fosse apenas uma expressão marginal. Ele perpassava não apenas as correntes marxistas-leninistas e os militantes oriundos da luta armada, mas também vários adeptos da Igreja Católica, identificados com a Teologia da Libertação², intelectuais e algumas lideranças do movimento sindical como Olívio Dutra e Djalma Bom. O partido nascia, crescia e elaborava afirmações distintas sobre o seu próprio socialismo: *“nem socialismo real nem social-democracia”*. Essa palavra-de-ordem sintetizava o compromisso com o projeto de transformação, mas, sobretudo, o desejo de construir uma alternativa aos dois pólos tradicionais das esquerdas.

O mito do novo influenciava diretamente as elaborações do socialismo petista. Distingua-se a visão espontaneísta de que todas as respostas originavam-se da experiência concreta. Era o momento da práxis. Apreendida, muitas vezes, apenas como a expressão das práticas cotidianas, desprezava-se uma outra dimensão que deveria ser indissociável, a da teoria. Se havia a reprodução de um messianismo operário, existia também um messianismo popular. A sapiência do povo bastava para o amadurecimento dos caminhos socialistas do PT. Portanto tudo era novo. “Novo Sindicalismo”. “Novo partido de massas”. “Novos movimentos sociais”. Um “Novo

¹ ANDERSON; CAMILLER, Op. cit.

² Estes possuíam uma grande sintonia com o marxismo como método de análise e de interpretação do processo histórico, defendendo o socialismo como o melhor modelo de sociedade para o desenvolvimento pleno dos ideais cristãos. REIS, Daniel Aarão. Marxismo, sociedade e partidos políticos hoje. in: RIDENTI, REIS, Op. cit., 2007, vol. 6, p. 445.

Socialismo”. Mas, apesar da grande força explosiva de tais movimentos, emergidos da ditadura civil-militar no final dos anos setenta, eles careciam de um maior acúmulo, fruto de um contexto histórico nacional demarcado pelo autoritarismo e pela fraca organização popular, onde a experiência democrática havia perdurado apenas dezenove anos.

Num sentido negativo, permanecia latente no Partido dos Trabalhadores a tendência à rejeição das heranças pregressas. De fato a discussão interna havia sido intensa, mas faltava encontrar o PT dentro daquele debate. De que forma as tradições comunistas, social-democratas, trabalhistas, anarquistas influenciavam o pensamento e a ação petista? Como os descaminhos, já perceptíveis, na gestão das prefeituras, na relação com os movimentos sociais e com os aparatos sindicais expressavam os impasses históricos das experiências socialistas? Concordando com Alexandre Fortes, essa repulsa teve como principal efeito *“alimentar a ignorância em relação à história e à idéia, fundamentalista e prepotente”*, de que o partido detinha a política correta e de que o seu futuro estava garantido.¹ E isto parecia verdadeiro. Em meio ao turbilhão, o PT crescia. Politicamente, consolidando-se como uma das principais alternativas das esquerdas em âmbito internacional. Eleitoralmente e numericamente conquistando personalidades e postos estratégicos na institucionalidade.

As discussões sobre as estratégias do socialismo petista e as condições para a revolução brasileira podem ser divididas nas seguintes fases: um primeiro momento que vai da sua fundação até 1989-1991, um segundo período que se desenvolve no decorrer dos anos noventa e uma terceira fase aberta a partir da eleição de Lula à presidência da república em 2002.²

Até 1991, o PT vive uma fase hegemônica por distintas concepções revolucionárias. O partido elabora a partir da idéia de uma ruptura anticapitalista, consagrada nas resoluções do V Encontro Nacional. Os debates em torno das administrações das primeiras prefeituras petistas são exemplos das contradições existentes entre o seu projeto de ruptura em direção ao socialismo e o governo de

¹ FORTES, Op. cit., p. 201.

² Esta divisão segue a lógica elaborada por Paulo Henrique Martinez sobre a trajetória do PT. MARTINEZ, Op. cit. p. 239-288.

idades nos marcos do capitalismo, num momento já demarcado pelo refluxo internacional das esquerdas e pelo avanço liberal.

Ao longo dos anos noventa, duas orientações paradoxais: uma cerrada oposição ao projeto neoliberal – chegando a refutar toda e qualquer proposição apresentada pelo PSDB no Congresso Nacional – e a prevalência cada vez maior do pragmatismo. As referências revolucionárias – inclusive com formulações mais sofisticadas acerca do papel do Estado, da hegemonia e da democracia enquanto estratégias centrais para o desenvolvimento concreto do socialismo petista – permaneciam, mas possuíam um impacto muito marginal sobre a ação cotidiana do partido. Neste sentido, havia um processo de autonomização da discussão em relação às práticas partidárias. Se os revolucionários, ou os reformistas radicais, continuavam melhores e mais incisivos no domínio do verbo, os mesmos não assumiam, a não ser muito raramente, postos de comando nas instituições. E quando o assumiam, muitas vezes tornavam-se “pragmáticos”¹. É fato que os revolucionários se lançaram e tentaram ocupar lugares na institucionalidade. Mas, comumente, não obtinham o apoio das massas. Não havia, então, um apartamento entre ambos?

Nos movimentos sociais uma dinâmica semelhante se desenvolvia. À medida que a sua vitalidade refluía, uma crescente institucionalização ocupava as ações e os objetivos das suas organizações. Num momento de consolidação dos canais democráticos no Brasil, o colapso do bloco socialista acentuou ainda mais este processo. Era a busca pela realização das demandas populares por dentro do Estado através dos mecanismos institucionais existentes. As perspectivas de longo prazo encontravam-se totalmente em cheque.

Assim, quem influenciava quem? Diante da interpretação tradicional do marxismo revolucionário, o partido era o responsável central pelos “desvios” dos movimentos sociais. Ele era a direção, a vanguarda consciente das classes trabalhadoras. As mudanças de projetos revelavam a sua “traição” aos desígnios dos oprimidos. Essa

¹ Entendido por mim como a destituição dos princípios e das concepções estratégicas diante da necessidade de alcançar e de se reproduzir nas diversas formas de poder, e não como a necessidade de articulações, alianças e concessões para atuar no mundo da política real.

mesma questão esteve colocada em outros momentos históricos cruciais, como, por exemplo, no caso alemão. Houve “traição” ou não da social-democracia? ¹

Todavia é possível desenvolver análise alternativa, identificando a circularidade entre as idéias do partido na sociedade e vice-versa. Ele influencia e é influenciado. Então, numa via de mão dupla, o PT, ao mesmo tempo, foi responsável e refletiu as mudanças de rumo e de estratégia constatadas não apenas no movimento sindical, mas também nos movimentos sociais de novo tipo como os feministas e os ambientalistas.

Em relação às interpretações petistas acerca das sociedades do Leste europeu e da crise do socialismo real predominavam aquelas que negavam a sua natureza socialista, destacando-se as leituras centradas na tese da burocratização e da degeneração. Entretanto, dialogando com o cientista político Luís Fernandes², é possível ressaltar alguns impasses que questionam a sua validade como teoria explicativa.

Tendo como principal referência as avaliações do revolucionário russo Leon Trotsky, a concepção defendia a insustentabilidade do desenvolvimento do socialismo nos marcos nacionais. Ao não ocorrer revoluções sociais nos países capitalistas avançados, a revolução russa estava condenada ao isolamento internacional e à emergência de alguma forma de deformação burocrática. A causa fundamental daquele

¹ Ver a interessante discussão elaborada por Barrington Moore sobre a classe operária alemã e o Partido Social-democrata. **MOORE**, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. SP: Brasiliense, 1987. Esta mesma análise também se encontra presente em **PRZERWORSKI**, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. SP: Cia das Letras, 1991.

² De acordo com o autor, as análises sobre o “*enigma soviético*” se desenvolveram em duas arenas distintas: a dos meios acadêmicos ocidentais e a do pensamento de inspiração marxista. Carregados de apaixonado subjetivismo, a ascendência da Teoria do Totalitarismo foi marcante. A origem do vocábulo político localiza-se na auto-descrição do projeto fascista italiano nos anos 20. Entretanto, a sua difusão ligou-se ao contexto do pós-guerra e da guerra fria. As principais sistematizações que propagaram o conceito procederam das teses de Hannah Arendt, ampliadas por Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinsky. Os Estados totalitários demarcavam-se pelo fenômeno da entrada das massas na cena política e a formação de regimes baseados no terror total sobre indivíduos atomizados em sociedade; por uma ideologia oficial envolvendo todos os aspectos da vida humana; por um partido único e um ditador; pelo monopólio dos meios de comunicação e das armas, por um sistema de terror exercido através do partido e pelo controle da direção central de toda a economia. Apesar da crise da tese, ela permaneceu largamente empregada pelo discurso político e jornalístico. O lançamento das reformas por Mikhail Gorbachev, antes da eclosão de rebeliões em larga escala naquela nação, invalidou a teoria do totalitarismo, que imputava a quebra do sistema a uma violenta intervenção externa ou a uma implosão interna. **FERNANDES**. *O Enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. RJ: Mauad, 2000.

processo localizava-se na corruptela originada dentro do próprio Partido Comunista. Mesmo assim, Trotsky destacava o papel contraditório da burocracia soviética: internamente, ela ainda assumia um papel progressista. Externamente, porém, adquiria um perfil abertamente contra-revolucionário através da política de boa vizinhança com o imperialismo.¹ “*A revolução Traída*”² tornou-se a principal obra que sistematizou a tese, caracterizando definitivamente a URSS como uma sociedade intermediária, presa na transição do capitalismo para o socialismo.

Luís Fernandes identificava importantes problemas no estabelecimento da degeneração como uma decorrência do isolamento internacional e de uma revolução numa sociedade atrasada. Se assim o fosse, por que a crise de 1989 não democratizou aquele poder político, mas encaminhou-se para o desmantelamento do regime? Segundo o autor, é possível que a autonomização daquele poder tenha se originado de características estruturais do próprio socialismo. Além disso, ele também apontava uma grande inconsistência na identificação dos grupos que compunham a “*casta burocrática*”. Se o poder estatal-partidário soviético era uma expressão da dominação da burocracia, a tese deixava sem resposta o porquê dos violentos expurgos contra o mesmo na “*grande virada*” de 1928.³

Entretanto, na busca por novas respostas para a compreensão do fenômeno, indo além da tese da degeneração do Estado soviético, vários petistas enriqueceram as suas análises com novas abordagens. Os estudos baseados na cultura política, na sociologia histórica e na história social de autores como Eric Carr, Moshe Lewin e Alec Nove, emergiram para o plano central das análises as tensões contraditórias e as pressões sociais existentes na URSS.

Reconhecendo os distintos graus de apreensão, a ampla maioria dos petistas demarcava-se muito claramente da experiência soviética. Mesmo entre aqueles que ressaltavam as importantes conquistas do regime, e reivindicavam os primeiros anos do socialismo na URSS, o balanço era negativo. Destacava-se também, numa dinâmica crescente, uma rejeição aos desdobramentos ocorridos, principalmente, a partir de outubro de 1917.

¹ **Ibid.** p. 85, 88.

² **TROTSKY**, Leon. *A Revolução Traída*. SP: Global, 1980.

³ **FERNANDES**, Op. cit., p. 90; 92.

As batalhas entre as diversas interpretações sobre as primeiras nações socialistas do planeta também envolviam as heranças dos marxismos. No campo “marxista revolucionário” as divergências não eram menores. Elegendo a obra como o melhor método de análise das sociedades capitalistas e de construção de um projeto alternativo, um núcleo, mais “ortodoxo”, defendia a retomada da leitura original de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo para a sua renovação. Outras correntes advogavam a importância do influxo de novas leituras marxianas, acadêmicas ou não, e até mesmo de outras vertentes de pensamento para a elaboração de respostas condizentes aos desafios de uma realidade em profunda transformação. Dessa forma, grandes polêmicas se instalavam: O que questionar? A ditadura do proletariado? A visão fatalista? O viés missionário do operariado? A forte influência da idéia de progresso e da modernidade iluminista no seio dessa obra?

Essas controvérsias também se estendiam ao caráter do Partido dos Trabalhadores. A grande maioria do campo “marxista-revolucionário” sustentava a definição programática do PT como uma organização marxista. Entretanto, outros segmentos chamavam a atenção para os perigos de uma resolução apressada. Logo, ele deveria incorporá-lo como a sua referência mais importante sem, contudo, fechar-se nessa opção. Entre os “reformistas” a posição era taxativa: desde a sua fundação, o partido havia escolhido a via não religiosa, mantendo-se como um partido laico, sem ideologias oficiais.

As leituras “reformistas”, “revolucionárias” ou não, elaboravam questionamentos mais profundos aos marxismos. Inexistia, contudo, uma crítica homogênea. Sem desconsiderar a validade do mesmo enquanto uma teoria explicativa, eles ressaltavam muitas inadequações e a ausência de respostas às alterações do sistema capitalista no final do século XX. Portanto, a obra de Marx deveria ser modernizada e complementada à luz de novos conceitos e autores. Revisavam, por exemplo, a visão fatalista, o messianismo operário, a inevitabilidade do socialismo e a idéia de progresso presentes nos seus pressupostos. Ainda entre os “reformistas” – minoritários, no início, mas muito influentes –, havia aqueles que evoluíram da necessidade de revisão dos marxismos para a defesa aberta do seu abandono. Muitos, formalmente, conservaram uma

reverência a Marx, mas que já não possuía qualquer conseqüência prática para as suas formulações.

As interrogações a respeito da II Internacional também existiam. Originando-se de todos os campos do PT, elas eram expressivas. Mas faltava um balanço profundo sobre os partidos da social-democracia nos séculos XIX e XX. Um conhecimento histórico concreto sobre as experiências desenvolvidas por eles nos espaços de poder local e nos governos das suas respectivas nações. Em que medida os problemas existentes naquela via estavam presentes na tradição da III Internacional e no próprio marxismo? As demandas eram muitas para quem possuía como estratégia governar o Brasil e executar profundas transformações. Entretanto, elas se perdiam nas análises que determinavam tais experiências como “traições”. Dessa maneira como discutir e avaliar alguma positividade em “traições”? O partido, refutando ou apoiando, optava por esconder-se na definição genérica de “social-democratização”. Mas continuava ignorante em relação aos seus desafios e impasses. Alguns petistas tentaram colocar questões mais significativas para as heranças da II Internacional: a incorporação da democracia e da via representativa na sua estratégia de poder, as políticas de reforma do Estado e de distribuição de renda, entre outras. Mas, em geral, elas também terminavam na tese dos “desvios”.

Formalmente, ninguém – ou pouquíssimos – defendia o modelo da social-democracia para o Partido dos Trabalhadores. Na verdade, poucos se aventuraram em tal reflexão. Se stalinismo era um termo maldito nas esquerdas, no PT, pior ainda era ser rotulado de “social-democrata”. Os “demônios” materializavam-se: sempre à espreita, esperava a hora certa para “trair”. Um ser dissimulado e até mesmo – caso relembressem do assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebtineck – assassino. Um xingamento terrível.

Nas avaliações elaboradas pelas várias correntes e militantes do Partido dos Trabalhadores havia um desequilíbrio entre as duas Internacionais. Os problemas do socialismo eram analisados, principalmente, sob a ótica das heranças deixadas pelo modelo comunista. O stalinismo ascendia à condição de principal “*bode expiatório*” das arengas petistas. A burocratização, a profissionalização de dirigentes e militantes, o crescimento cada vez mais tentacular dos aparatos partidário e sindical eram a

expressão desse fenômeno. Fisiologismo e stalinismo significavam a mesma coisa.¹ Evidentemente a versão soviética tornou-se a expressão mais concreta de um poder socialista. Mas o modelo social-democrata, mesmo abandonando a perspectiva rupturista como o caminho para a transformação, fincara profundas marcas nas esquerdas. Assim a II Internacional saía praticamente ilesa de uma análise mais acurada sobre as suas experiências institucionais e sociais.

Acossando o “*cachorro morto*”, o “*filho feio sem pai*” – como bem definem os ditados populares – o partido perdia a oportunidade de refletir sobre as razões da construção e dos descaminhos impostos pela estruturação de poderosas máquinas partidárias e sindicais – dotadas de problemas tão graves como aqueles existentes na tradição comunista – pelas esquerdas mundiais.

Em termos programáticos, o desfecho da primeira etapa da história do Partido dos Trabalhadores não significou a sua rendição à “ordem burguesa” com o abandono do socialismo, mas o amadurecimento de uma série de discussões abertas desde o V Encontro Nacional. Em meio às crises, perplexidades e enormes mutações verificadas no diverso campo das esquerdas mundiais – muitas vezes influenciado pelas concepções do triunfo do capitalismo e do surgimento de uma nova ordem mundial – o PT direcionou suas críticas a alguns conceitos clássicos marxianos e da tradição da III Internacional sem, contudo, aderir às teses das direitas. Contraditoriamente, a implosão do campo permitiu o desenvolvimento de novas temáticas, conceitos e autores, antes interditados ou “heréticos”, que contribuiu para a renovação do pensamento socialista petista. Assim, a não ser que todo o questionamento seja visto como uma “mudança de lado”, o PT saiu do I Congresso reafirmando o compromisso com o socialismo.

Neste sentido as propostas favoráveis e contrárias à “refundação” da agremiação mobilizaram acalorados debates. Mas quais foram os sentidos produzidos em torno daquele tema em 1991? Ele se tornaria enfim um “partido da ordem”? Social-democrata? Uma organização marxista? Ou uma terceira via entre as duas tradições?

Nas suas mais dilacerantes crises, várias agremiações das esquerdas mundiais procuraram a superação através de processos refundacionais. Novas sínteses. Ou um novo começo. Na maioria das vezes tais movimentos resultaram em rupturas e

¹ BUCCI, Op. cit.

fragmentações, gerando muito poucas fusões. No Partido dos Trabalhadores a “refundação” também se apresenta como um tema central das épocas de crise. E ele compareceu de forma latente em dois dos seus mais importantes Congressos, em 1991 e em 2007. Ambos os encontros ocorreram em períodos de gravíssimos dilemas. O primeiro em pleno processo de *débâcle* do socialismo real. O Terceiro realizou-se durante o mais dramático momento da história do partido, envolvido, desde o ano de 2005, numa série de escândalos de corrupção que atingiu altos dirigentes partidários. Se o clima de insatisfação era o mesmo no seio da militância petista, os sentidos produzidos em 1991 e em 2005-2007, entretanto, adquiriram significados diversos em relação aos termos da “refundação”.

No final dos anos oitenta, o assunto originou-se de um grupo que havia operado mudanças radicais em suas concepções, “refundando” a si próprio em primeiro lugar. Seguindo a tendência de muitas organizações leninistas, o Partido Revolucionário Comunista (PRC) protagonizou acirrados debates internos que resultou na formação de duas correntes petistas: a Nova Esquerda (NE) e a Tendência Marxista (TM). Portadoras de visões opostas de revolução, de partido e de marxismo, o processo expressava a profunda crise de identidade no seio da tradição comunista. Assim o PRC assumira duas identidades distintas, impossíveis de conviverem numa mesma tendência.

Em comum, as críticas aos descaminhos do socialismo real e à “ortodoxia” predominante na tradição da qual partilhavam. Entretanto, a TM, liderada por petistas como Ronald Rocha e Arthur Scavone, mantinham-se fiéis às concepções clássicas do marxismo, incorporando novos conceitos como os do italiano Antonio Gramsci. Entre os militantes da NE uma variedade expressiva: intelectuais identificados com determinados conceitos de Marx, Gramsci e Rosa Luxemburgo como Tarso Genro, até aqueles que refutavam totalmente a atualidade da aplicação do marxismo para responder aos desafios da sociedade capitalista contemporânea. Era o caso de Aldo Fornazieri.

A Nova Esquerda apresentava-se como a grande promotora da “refundação” do PT. Essa visão propugnava um novo papel para o partido junto à sociedade civil, aos movimentos sociais, às agremiações de esquerda e de centro-esquerda: criar uma ampla ação visando à construção de um programa e de uma estratégia comum e

unitária que tivesse como cerne a mobilização da sociedade e a conquista do governo federal. Logo, o PT precisava mudar. Para cumprir novas tarefas no planeta pós-Muro de Berlim, ele precisava superar o esgotamento e se adequar às exigências das disputas políticas que envolviam a sociedade, desenvolvendo suas características inovadoras em contraposição às tradições negativas da esquerda. Agora o caminho central do partido era o democrático, adotando um programa radical de reformas.¹

Contrários à tese da “refundação”, militantes de várias correntes e principalmente as esquerdas petistas. Afirmando que o PT não precisava nascer de novo², eles rejeitavam a idéia de um “*congresso constituinte*”, incoerente com a sua trajetória tão positiva. Mas a grande insatisfação dos ativistas e simpatizantes com os rumos do partido tornava urgente a necessidade de revitalizar a sua perspectiva socialista, classista, anticapitalista e humanista.³

Entre os “anti-refundacionistas” destacava-se a tese da Convergência Socialista. Juntamente com a tendência Brasil Socialista (BS), entusiasticamente defendiam o retorno do PT às suas origens. Certamente, no início dos anos oitenta, as ações partidárias se aproximavam mais do modelo clássico revolucionário. Mas a questão central era: aquele PT conseguia de fato formular alternativas de poder para a sociedade brasileira? Apesar do mérito de perceber a contradição entre o que o partido foi e o que estava sendo, a bandeira das correntes reforçava a idéia do retorno ao marco zero, a um tempo de antes idealizado. Divergindo dos dois pólos, muitos petistas denunciavam a existência de uma visão simétrica entre as duas teses.⁴

Já em 2005, os sinais embaralhavam as peças do tabuleiro petista. Ao contrário de 1991 a polarização não estava bem demarcada pela divisão entre “esquerda” e “direita” partidária. A proposta procurava retomar o perfil histórico do petismo e, na visão de alguns segmentos, o projeto socialista. A novidade era o deslocamento de certos grupos do Campo Majoritário e a aproximação entre setores da esquerda e do centro, tendo no grupo liderado por Tarso Genro e na Democracia Socialista as principais expressões desse processo.

¹ Desafios ao I Congresso do PT. Pré-Tese 17. Op. cit., p. 57 e 58.

² Em Defesa do PT. Pré-tese 15. in: *Jornal do Congresso do PT*. Op. cit., p. 50.

³ Revitalizar a perspectiva socialista. Pré-Tese 13. Op. cit., p. 44.

⁴ Agora PT. Ação política e econômica rumo à sociedade socialista. Op. cit., p. 5.

Na verdade, o tema da “refundação” foi apresentado em um documento assinado por vários membros do Diretório Nacional, incluindo algumas lideranças que, logo depois, tornaram-se as principais oponentes da idéia, como Ricardo Berzoini. Integrando também o manifesto, Aloísio Mercadante, Marco Aurélio Garcia, Paulo Pimenta e Humberto Costa (dirigente envolvido no escândalo da “Máfia dos sangue-sugas”) lançavam o movimento “*Refundação Democrática*” : “*buscando constituir um novo campo político, com o firme propósito de forjar um novo núcleo dirigente, aberto a todas as posições do partido que concordem com o programa mínimo de reconstrução partidária, que nos conduza a uma Refundação Democrática do Partido dos Trabalhadores*”.¹

O eixo da proposição concentrava-se na restituição do patrimônio ético do partido, na formação de um novo núcleo dirigente, voltando-se essencialmente para as questões institucionais. Nenhuma referência ao resgate da estratégia socialista do PT. Entretanto, apesar das grandes limitações, o documento caiu como um raio: atordoou ainda mais o Campo Majoritário, deixando-o em profunda crise. Os sentidos da refundação petista estavam em disputa. Percebendo a importância do manifesto e as perspectivas mais positivas para a luta contra a direção majoritária, acuada, porém ainda muito viva e articulada, a DS apoiava de primeira hora a proposta. Todavia apresentava uma outra leitura. Sem desqualificar os objetivos do documento ela propunha ir mais além, e defendia uma “*Refundação Socialista do PT*”.

Raul Pont, a principal personalidade política da tendência, caracterizava a crise como uma questão de ruptura e não de origem: a diluição dos valores do socialismo na cultura petista, as alianças puramente eleitorais sem nenhum compromisso ideológico, a dominação do partido pelo Campo Majoritário asfixiando a democracia interna e os projetos pessoais de determinados dirigentes do grupo. Como resposta à crise, a DS propugnava a imediata convocação de uma constituinte petista.²

Do campo majoritário emanavam várias críticas. Nilmário Miranda refutava: “*Como falar em refundar?*” O PT era um partido vitorioso – elegera a maior bancada,

¹ Manifesto *Por uma Refundação Democrática do PT*, 03/ 09/ 2005. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>.

² PONT, Raul. *Refundar o PT*. Disponível em <http://www.democraciasocialista.org.br>.

governadores e pela segunda vez Lula tornara-se o presidente da nação. Sim, era preciso corrigir os erros.¹ Mas o rumo estava correto.

Outras correntes tentavam, contudo, escapar da polarização. Valter Pomar, da Articulação de Esquerda, criticava a tentativa de imposição da idéia da “refundação” aos demais setores do partido. Para ele as suas bases eram insuficientes. Apresentando uma visão limitada e pouco autocrítica da crise política, a proposta não vinculava *“adequadamente a crise ao abandono do ideário socialista e à adesão à estratégia de centro-esquerda”*¹

Assim, entre origens e “refundações”, as teses aprovadas no I Congresso do PT em 1991 expressaram rupturas no sistema de crenças catalisador das esquerdas mundiais, especialmente aqueles valores predominantes da herança leninista. Apesar da variedade de filiações ideológicas, a maioria dos grupos compartilhava importantes premissas. Das correntes leninistas – como a Democracia Socialista – àquelas sem filiação doutrinária – como a Articulação – havia uma avaliação comum de que a estratégia revolucionária no Brasil possuía diferenças marcantes com o modelo bolchevique. Crescia a importância do tema da democracia política e da intervenção institucional. Ideologicamente a incorporação do conceito gramsciano de hegemonia pretendia responder à realidade nacional superando o modelo do *“assalto ao Palácio de Inverno”*.

Entretanto a arena real dos embates do I Congresso encontrava-se fora do partido. Na sociedade. Assim a “incorporação do PT à ordem burguesa” não acontecia devido à adoção programática das teses social-democratas. Intolerante com a investigação analítica da realidade social e com a discussão teórica, o avanço do “pragmatismo”, na maioria das vezes destituído de qualquer viés ideológico, ditava crescentemente a dinâmica no que dizia respeito aos dilemas da ação concreta e cotidiana na institucionalidade, nos aparelhos de Estado e na máquina sindical. As principais lideranças sindicais petistas, principalmente aquelas organizadas em torno da Articulação, desempenharam um papel crucial no seu avanço dentro do partido. Aarão Reis ressaltava o distanciamento desse grupo das tradições marxistas desde a

¹ Nilmário Miranda rejeita refundação do vitorioso PT. Entrevista de Nilmário Miranda ao Jornal *Bahia de Fato*, em 9/ 02/ 2007. Disponível em <http://bahiadefato.blogspot.com.br>.

fundação do PT. Eles aceitavam o desenvolvimento do debate de ordem doutrinária desde que este não interferisse nas questões práticas. De acordo com Francisco Martinho, a postura da principal estrela petista diante dos acalorados debates do I Congresso era exemplar:

Enquanto as diversas correntes do PT apresentaram as suas propostas, mais ou menos críticas em relação à história da esquerda e de suas matrizes, Lula se manteve distante do grande debate. Próximo da realização do Congresso, distribuiu um texto com ampla circulação em que as questões referentes à ética e à moral tinham predominância sobre a política. Evitando o debate sobre o papel da esquerda na última década do século, pós-queda do Muro de Berlim e da própria União Soviética, fortalecia a idéia de um partido descomprometido com o legado construtor da própria esquerda.¹

No final dos anos oitenta essa lógica envolvia outros extratos do petismo para além dos sindicalistas. O viés “pragmático” também revolucionava a bipolaridade esquerda e direita no seio do PT. A incorporação às instituições estatais e sindicais e a institucionalização dos movimentos sociais perpassavam a todos os setores petistas. Um discurso radical e revolucionário servia de anteparo para a reprodução de práticas “aparelhistas” e autoritárias. Por outro lado ações alternativas podiam ser encontradas entre aqueles que “*moderavam*” o discurso ou defendiam a “*reforma*”.

Enquanto estive à frente da oposição cerrada ao neoliberalismo, durante a década de FHC, essa tendência permaneceu relativamente contida, crescendo e escoando-se pelos poros dos poderes locais e dos aparatos dos movimentos sociais. Com a chegada ao governo federal, aquilo que se apresentou como uma grande surpresa para os olhos da maioria da população brasileira revelava os bastidores de uma intensa e fratricida disputa no interior do PT, permeando o conjunto das relações partidárias. Era a resposta à impossibilidade de implantar num curto e médio prazo o socialismo no Brasil. Mas também era a expressão dramática das lacunas e impasses existentes no projeto estratégico petista.

O Partido dos Trabalhadores fundamentou o imaginário de si mesmo sob o signo do “novo”. Através dos sentidos elaborados com esta marca distintiva ele foi capaz de

¹ Tarso Genro recebe ataque da esquerda do PT. Reportagem *Valor Econômico*, em 07/ 02/ 2007. Disponível em <http://www.noticias.uol.com.br>.

seduzir importantes atores dos movimentos sociais em plena ebulição no Brasil desde o final da década de setenta. Por isso tornou-se um partido com as características mais singulares da história do país. Durante muito tempo ele foi apreendido como uma resposta concreta às velhas e carcomidas práticas que assolavam as esquerdas brasileiras, do “populismo” ao comunismo. Assim, desde cedo, o PT empolgava vários jovens militantes que emergiam para a ação coletiva. Acompanhando as profundas mudanças nos focos das mobilizações em curso na Europa e nos Estados Unidos – novas abordagens e agentes das lutas feministas, juvenis, ecológicas, gays, entre outros – o partido parecia encarnar essas outras formas de fazer política.

No I Congresso o estabelecimento da cota mínima de trinta por cento de mulheres em todas as direções petistas tornou-se uma das principais polêmicas. O debate chamou a atenção para a importância da luta feminina e da distante igualdade política entre gêneros mesmo numa entidade como o PT. Entretanto, a grande maioria das teses que circulou pelos fóruns partidários não incorporou as novas abordagens à discussão sobre a estratégia socialista do Partido dos Trabalhadores. Todos frisavam a sua relevância. Porém poucas correntes, de fato, integraram o socialismo à ótica do feminismo, do ecológico e do popular, por exemplo. É verdade, a agremiação possuía muitas reflexões a respeito da centralidade da atuação naquelas várias formas de movimentos sociais. E algumas teses evoluíam em direção à sua incorporação nas opções estratégicas do partido.² Mas o seu lugar de reflexão ainda era, por excelência, o espaço setorial: mulheres, GLS's, portadores de necessidades especiais. Cada nicho refletia sobre a questão que lhe mobilizava, e dali tentava interferir sobre as resoluções programáticas do PT.

Manifesto na convivência entre as várias leituras marxistas e não marxistas, nas profundas críticas, mas também na sustentação de determinadas experiências comunistas, como o caso cubano, o ecletismo existente no PT tornou-se um traço negativo da sua personalidade? É possível responsabilizá-lo pelos descaminhos da

¹ **MARTINHO**, Francisco Carlos Palomanes. A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente. In: **FERREIRA, REIS**, Op. cit., 2007, vol. 3, p. 554.

² Destacavam-se as seguintes teses: Pré-Tese nº 9, Um rumo revolucionário para o PT, da Democracia Socialista; Pré-Tese nº 4, Socialismo democrático e humanista, encabeçada pela deputada federal Irma Passoni; Pré-Tese nº 17, Desafios ao 1º Congresso do PT, da Nova Esquerda; A Pré-Tese nº 8, Socialismo, estratégia e democracia, da Articulação. in: *Jornal do Congresso do PT*, Op. cit..

construção do seu projeto socialista? Seria ele a principal expressão da impossível síntese petista, reforçando o seu caráter federativo? Nos primórdios da sua formação, uma qualidade bastante explorada que simbolizava a distinção da agremiação em relação ao monolitismo clássico das esquerdas comunistas. No final dos anos oitenta, “à esquerda” e “à direita”, a virtude transformava-se em pecado. Em vez de pluralidade uma cacofonia: *“esta impressão se reforça cada vez que a voz ruidosa de alguns grupos e tendências existentes no PT se faz ouvir mais do que a do próprio partido, produzindo uma cacofonia comprometedora”*.¹

Tornando-se um efeito desagradável, desarmônico aos ouvidos e, por que não, ao exercício da tolerância, a solução encaminhava-se para a necessidade de uma maior homogeneidade. Advinda das várias extremidades, solidificava-se cada vez mais a idéia da expulsão como forma de afinar o partido. O PT assim ia perdendo a sua principal originalidade no campo das esquerdas: congregar as várias dissonâncias e tentar produzir o original a partir de sons atonais. Tal qual o impasse de um músico incompreendido, ele preferia o caminho da harmonia trivial.

Na percepção do crítico literário soviético Mikhail Bakhtin todo discurso está impregnado por uma multiplicidade de vozes de outros discursos. Havia uma polifonia em constante interação.² Pensando a partir deste conceito, mais do que dissonâncias inaudíveis, o ecletismo petista expressava uma grande modulação de tons existentes nas esquerdas, refutando a uniformidade, garantindo uma pluralidade singular. Dessa forma ele assumiu um sentido positivo, que permitiu ao partido passar pelos piores momentos da crise do socialismo real sem sofrer grandes convulsões. Paradoxalmente ele foi viabilizado pela desagregação do mesmo.

O ecletismo do PT apoiava-se em alguns pontos em comum. Mas, certamente, a convivência e a sobrevivência dessa pluralidade foram garantidas a partir da unidade forjada em torno da luta antineoliberal no Brasil e no mundo, da centralidade da conquista do governo federal e da bandeira da ética na política.³ Contraditoriamente, nos anos noventa, a tendência predominante no partido procurou dotá-lo de um discurso e de uma atuação mais homogênea, diminuindo os canais de participação e de

¹ GARCIA, Op. cit., 1990, nº 12, 1990. p. 38.

² STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. SP: Ática, 1992.

³ MARINHO, Op. cit., p. 53.

expressão da sua pluralidade. Nos anos subseqüentes ao I Congresso, o PT não conseguiu avançar e aprofundar as estratégias do socialismo petista. Tentando retroceder na forma-partido singular do petismo, a perspectiva “pragmática” conseguiu se firmar. Assim, equilibrando-se entre as duas grandes tradições em choque no seu interior, a comunista e a social-democrata, o processo não proporcionou uma nova síntese.

Capítulo III

E o comunismo tem futuro? *Os comunistas do PCB na crise do socialismo real*

I. O PCB entre as suas diversas memórias

O Partido Comunista Brasileiro possui muitas histórias escritas e lembradas. Nos últimos anos os historiadores têm esmiuçado as suas memórias e identidades, interpretando a sua trajetória mais recente. Fundado em 25 de março de 1922, dos relatos comunistas emergem vários PCB's. Não importava o lugar ocupado no partido. Dirigentes ou militantes, históricos ou simpatizantes, ele incorporava distintos significados, apreendidos de maneira muito particular pelo universo comunista. Assim a organização mais longeva das esquerdas brasileiras combinava todas essas representações numa só organização através do seu longo percurso.

Das clandestinidades heróicas ao reconhecimento público. Das lealdades internacionais aos objetivos nacionais. Da organização de vanguarda à agremiação de massas. Da revolução às reformas. Do partido conspirador ao “quase governo”. Nas várias versões assumidas pelo PCB esses contrastes formavam linhas tensas que guiavam o debate partidário. À primeira vista, alguns deles pareciam superados definitivamente pelo Partidão. Uma impressão superficial. Retornavam, às vezes com força redobrada, na eclosão da primeira crise, gerando quedas de dirigentes e expulsões.

As defecções desvelavam os paradoxos do pecebismo, entremeado pelo centro soviético e pelas suas posturas diante da realidade brasileira. Esse foi o caso da experiência do BOC, substituída pela linha obreirista da Internacional. O retorno da concepção frentista, alinhado com Getúlio Vargas, e a reviravolta ultra-esquerdista do início dos anos cinqüenta, definindo-o como um governo de “traição nacional”. Mais uma inflexão em 1958 em direção aos governos nacional-democráticos. Entretanto o

PCB estava longe de ser uma mera “correia de transmissão” da URSS. Se as rupturas e os afastamentos revelavam uma organização heterogênea, eles também indicavam que a conjuntura nacional muitas vezes era mais forte do que a linha oficial do partido. E nas suas frentes de atuação, vários militantes comunistas contornavam as diretivas partidárias, aplicando na prática uma outra política. Essa característica permeou toda a história pecebista. Nos anos oitenta, cada vez mais regionalizadas, as seções locais, a despeito do comitê central, em muitos momentos encaminharam a linha política eleita como a correta para a sua realidade, gerando intervenções da direção nacional.¹

Dentre as várias mutações operadas pelo Partidão, as inflexões realizadas nos anos cinquenta adquiriram uma forte carga simbólica entre os comunistas. Na interpretação oficial, incorporada também por determinadas análises históricas, a Declaração de Março de 1958 é compreendida como a refundação do PCB, o marco da sua modernização, uma virada radical da sua política. O documento representava uma espécie de atestado democrático e anti-stalinista da organização. Divergir significava, automaticamente, defender tudo o que havia sido condenado. Poucos pecebistas ousaram questionar a Declaração, mas quase todos se apropriaram do seu conteúdo, realizando uma leitura muito específica da mesma.² No final da década de oitenta novas avaliações, discutindo-se as suas limitações, e reabilitando antigos comunistas renovadores como Agildo Barata.

Tais inflexões também são marcantes porque expressaram duas tendências permanentes na organização. Uma solução pelo alto. A Declaração de Março de 1958 representava a leitura que se tornou hegemônica no comitê central. Elaborada de cima para baixo, e, sem convocar um novo fórum, a resolução alterava as deliberações do IV Congresso de 1954. Embora reordenasse a política partidária, aproximando-a da realidade nacional, o documento expressava o enquadramento do debate que se

¹ O caso do Rio Grande do Sul é emblemático. O PCB gaúcho lança candidatura própria, de Domingos Todero, para o governo do estado, em 1986, e logo depois retira a mesma devido à intervenção da direção nacional. Documento da conferência Estadual do PCB do Rio Grande do Sul, em 1986. Arquivo pessoal do ex-presidente do PCB- RS, Domingos Roberto Todero.

² O historiador Raimundo Santos relativizava a concepção do Leôncio Martins Rodrigues de que “as mudanças na política comunista dos anos 50 tenham sido uma virada brusca e definitiva”. Também discordava da direção pecebista que definia a Declaração de Março de 1958 como a conclusão da evolução modernizante do partido, da qual ela seria herdeira renovadora. **SANTOS**, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos cinquenta. in: **REIS**, Daniel et alii. *História do marxismo. O impacto das revoluções*. Vol.1, RJ: Paz e Terra, 1991. p. 135.

radicalizava. Ele impunha os limites da renovação. Um *aggiornamento*. O V Congresso do PCB, em 1960, operou importantes mediações no texto da Declaração. Revelando um delicado equilíbrio de forças, a nova resolução permitia a convivência de distintas interpretações sobre as estratégias para a revolução brasileira no seio da organização. No acirramento das lutas daquele período, a tensão latente entre reforma e revolução, via processual e insurrecional, expressou-se vivamente no debate partidário, interferindo nas ações do Partidão.

A eclosão do golpe civil-militar de 64 protelara esse embate no PCB. Adiado, mas não superado. Desde 1958 um foco de tensão, a agremiação cedera espaço para as estratégias insurrecionais, demonstrando que a visão processual ainda não havia sido claramente absorvida pela sua cultura política. Avaliando positivamente as forças do movimento popular, e acreditando na maturidade do país para realizar tal empreitada, a via processual era relegada à condição de instrumento.

Entre expulsões e defecções no cenário do pós-64, a derrota da luta armada unificara o PCB, pelo menos provisoriamente, dando-lhes a convicção de que a estratégia correta havia sido estabelecida pela Declaração de Março de 58. O caminho era o democrático e a principal tarefa era garantir as liberdades e reconstituir o Estado de direito no Brasil. Assim o PCB adentrava os anos setenta com o temor de repetir os mesmos erros de outrora. E não deu margens para que isso ocorresse. Mesmo que a conjuntura apontasse para outras possibilidades, o partido mergulhou fundo na política da frente democrática. Apostou todas as suas fichas no protagonismo das forças democrático-liberais.

Nos anos oitenta, uma organização extremamente debilitada: o desafio de constituir um partido de massas atuante na legalidade. O peso do “fantasma” comunismo na sociedade brasileira. A concorrência de novos partidos de esquerda. As dificuldades de interlocução com os movimentos sociais. O Partidão encontrava-se cindindo. A divisão manifestava-se por todos os lados e em todos os sentidos. A expulsão da “fração” dissidente não era mais um expediente possível ao núcleo dirigente. Todos eram divergentes. Nesse processo as múltiplas discussões, historicamente represadas no PCB, foram finalmente liberadas. O marxismo, a estratégia comunista na conjuntura brasileira, a questão da democracia e do socialismo,

as práticas partidárias. Tudo estava em discussão. A direção não conseguia mais controlar ou direcionar o debate. O profundo inquérito realizado pelos pecebistas acionou um caminho sem volta. Contudo, ele revelara não apenas um partido à beira do colapso, mas também uma organização que adquiria de forma dramática uma intensa pluralidade. Por isso os debates ocorridos até 1992, demonstravam muito mais do que a polarização entre dois extremos. Havia um caminho do meio. Ou melhor, existiam vários meios.

II. O PCB e as revoluções socialistas no século XX

Os significados da Revolução Russa de 1917

A revolução russa de 1917 era o símbolo mais importante da tradição do PCB. A criação do partido demarcara-se pelo impacto desse processo revolucionário sobre militantes operários, anarquistas e socialistas. As façanhas da pátria soviética durante as guerras civil e mundial também aguçaram a imaginação de jovens militares dispostos a lutar pela libertação nacional. A partir dos anos trinta, com a opção de Luís Carlos Prestes pelo comunismo, eles tiveram uma presença marcante na organização.¹

A crise do movimento comunista internacional nos anos cinqüenta promoveu alterações importantes na estratégia apregoada pelo PCB. Mesmo assim, a possibilidade de implementar um processo revolucionário baseado na ótica insurrecional bolchevique ainda permanecia como um forte componente presente no imaginário dos militantes comunistas. E ele emergia nos momentos de acirramento da luta social.²

¹ Segundo Dulce Pandolfi, o ingresso de Luís Carlos Prestes no PCB atraiu diversos militares, revoltosos dos anos vinte e desiludidos com os rumos da revolução de trinta, estendendo a influência do partido para setores mais amplos da sociedade. **PANDOLFI**, Dulce Chaves. A trajetória de Luiz Carlos Prestes. in: **FERREIRA, REIS**, Op. cit., 2007, vol. 3, p. 227.

² Nas polêmicas travadas na academia e no mundo da política a respeito dos quarenta anos do golpe civil-militar, destacavam-se aquelas que frisavam a crescente organização e radicalização dos movimentos sociais no período 1961-64. Adquirindo um cunho nacionalista, anti-imperialista e estatista, os movimentos reformistas incorporaram um discurso e uma dinâmica crescentemente de confronto revolucionário. Uma das principais referências para este tipo de análise encontra-se na obra *O golpe e a*

A interpretação do Partido Comunista Brasileiro acerca da revolução russa de 1917 não sofreu alterações significativas até o advento das reformas na URSS. A revisão mais importante ocorreu a partir das reavaliações fixadas pelo XX Congresso do PCUS em 1956, absorvendo a crítica ao stalinismo e aos desvios existentes na revolução durante os anos trinta. Nem mesmo o advento da vaga eurocomunista nos anos setenta conseguiu modificar a visão do partido sobre o legado da revolução soviética. A principal dissensão da época – resultando na formação do PC do B – expressava claramente uma recusa às inflexões na estratégia insurrecional do partido e às críticas ao período de Stálin.

Corrigidos os erros de percurso nos anos cinqüenta, no início da *Perestroika* o jornal dos comunistas, *Voz da Unidade*, assim interpretava os significados do aniversário da revolução russa – um “*glorioso outubro*”.¹ Brilhante não apenas devido ao processo revolucionário de 1917, mas porque ele significava a vitória da “*passagem do capitalismo ao comunismo através da transição socialista*”. O socialismo soviético estava na “*vanguarda em todos os campos da vida social*” : eliminara todas as formas de opressão, possuía um desenvolvimento industrial prodigioso fruto de um planejamento econômico racional e participativo. Na URSS, portanto, havia um enorme espaço para o crescimento da revolução científico-técnica. A corrida armamentista era o grande entrave para o avanço maior, sugando vultosos recursos do estado socialista.

Em 1987, as comemorações dos noventa anos da revolução russa aconteciam em pleno desenvolvimento da principal novidade do antigo *monólito*: a *Perestroika* e a *Glasnost* de Mikhail Gorbatchev.² As reformas pareciam indicar o novo fôlego do socialismo. Imerso nesse espírito o PCB realizara uma grande festa, cujo objetivo era demonstrar “*o apoio inequívoco dos comunistas brasileiros a todas as iniciativas positivas as que vêm sendo tomadas pela URSS*”.³ Convictos de que as mudanças reabririam uma nova fase alvissareira, ao contrário de outras organizações do campo das esquerdas, a direção

ditadura militar. 40 anos depois (1964 – 2004); em particular no artigo de Daniel A. Reis, *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. in: **REIS, RIDENTI, MOTTA**, Op. cit.

¹ *Voz da Unidade*, nº 275, 08 a 14/11/1985, p. 20.

² Diante das mídias e dos governos ocidentais surpresos, Mikhail Gorbatchev foi recebido como um verdadeiro fenômeno, que poderia renovar o socialismo e o “antigo monólito”. A sua performance, marcante durante o ano de 1987, levou-o às capas das principais revistas internacionais e a ser eleito “*o homem do ano*” para a revista norte-americana *Times*. *Veja*, ano 20, 06/ 01/ 1988.

³ *Voz da Unidade*, nº 367, 16 a 22/10/1987, p. 10.

pecebista não aproveitou o momento para, além de festejar, realizar discussões e seminários que refletissem sobre os inequívocos impasses do projeto socialista no final do século XX.¹

As reformas suscitavam revisões inéditas. Mas também revelavam que o ritmo dos pecebistas acompanhava a evolução que vinha da URSS. Dessa forma, *Voz* destacava o debate realizado pelo PCUS, “reavaliando” duas personalidades centrais – e *demoníacas* – da revolução russa, Bukharin e Trotsky. Na coluna “*Conversa de Balcão*”, Renato Pompeu interpretava os significados da “reavaliação” feita pelo PCUS, no 70º aniversário da revolução. O comunista resumia assim o posicionamento do partido soviético: “*inevitável*” e “*sem surpresas*” no curso dos avanços da construção do socialismo. Apesar das divergências ambos haviam dito coisas certas em momentos errados.²

O artigo suscitou muitas polêmicas. Em especial, a resposta de Hamilton Garcia.³ Desvelando a vulgarização e a simplificação de Pompeu, ele negava o caráter impreciso conferido pelo colunista à histórica decisão do PCUS, enfatizando a autocrítica realizada sobre um assunto que durante anos havia sido motivos de condenações – morais e físicas – no movimento comunista internacional. Apesar da ressalva – dizer coisas certas em momentos errados – a reabilitação reconduzia os dois dirigentes ao seu posto de origem, resgatando a sua contribuição para o processo de 17, saindo da condição de traidores e sabotadores.

Renato Pompeu ressaltava as continuidades. Sem aprofundar maiores reflexões sobre os porquês da situação daqueles líderes russos e das suas reabilitações, o processo não indicava alterações essenciais na política soviética. Garcia enfatizava as mudanças. E afirmava que no PCB a visão de Pompeu não estava isolada. Era um senso comum presente no partido.

Uma linha contínua ditava a tônica nas avaliações sobre as reformas na URSS. Elas não representavam rupturas no modelo. Assim, em 1987, o presidente do PCB,

¹ Destaca-se a promoção do seminário – 1917 – 1987. *Socialismo em debate* – pelo Partido dos Trabalhadores, cujo conteúdo do debate foi divulgado através da edição de um livro pelo Instituto Cajamar. in: 1917 – 1987. *Socialismo em debate*, Op. cit.

² **POMPEU**, Renato. Trotsky, Bukharin: a nova avaliação. in: *Voz da Unidade*, nº 364, 25/09 a 10/10/1987, p. 4.

³ **GARCIA**, Hamilton. Trotsky, Bukharin e a ‘nova’ avaliação de Renato Pompeu. in: *Voz da Unidade*, nº 364, p. 4.

Salomão Malina, escrevia sobre “*O Significado da Revolução de Outubro*”¹, expressando a visão oficial do partido. O texto era ufanista. Recusando o suposto sinal de exaustão da experiência soviética, ele destacava a sua capacidade de renovação. A revolução havia deixado um legado generoso para a humanidade na luta contra o nazi-fascismo e a barbárie do capitalismo monopolista. Os problemas existiam, mas eram “*percalços na caminhada*” marcada por um balanço global positivo e progressista.

Com a evolução da crise no bloco socialista, especialmente a partir de 1989, as reflexões críticas ao legado de 17 tornaram-se mais significativas no partido. Na Revista *Novos Rumos*, as interpretações de José Antonio Segatto iam de encontro à tradição do PCB. A revolução russa de outubro possuía um “*Pecado Original*”. Baseando-se nas elaborações de Marx e de Engels do período de 1848 a 1850, os revolucionários bolcheviques concebiam o Estado capitalista como um comitê executivo da burguesia, apregoando o caráter violento e o processo permanente da revolução proletária. Esse modelo tornara-se universal e norteara a montagem da via de transição socialista na Rússia: “*se o stalinismo degenerou, deformou e operou transformações nos ideais libertários e igualitários do socialismo, não é menos verdade que muitos dos caracteres do ‘socialismo real’ foram projetados antes e com a revolução de outubro*”.¹

Para Segatto a crítica desdobrava-se em conseqüências imediatas. Era necessário romper com a cultura da Terceira Internacional, à qual o partido ligava-se umbilicalmente. Recriar a transição socialista superando o modelo da revolução de outubro, substituindo-o pela via processual, centrada na democracia como valor universal, na socialização da política, na publicização do Estado, no pluralismo e nos direitos humanos. E Repensar a fratura do movimento socialista, operada a partir de 1914, através da construção de uma nova Internacional Socialista.

Roberto Freire reintroduzia uma discussão marcante no movimento socialista do início do século XX. A revolução russa de 1917 devia ter consolidado o seu caráter democrático-burguês, constituindo-se então num equívoco a insurreição de outubro? Numa entrevista concedida à revista *Teoria e Debate*, o dirigente comunista expunha a idéia polêmica. Para ele, a crise do bloco soviético significava a retomada da tese

¹ **MALINA**, Salomão. O Significado da Revolução de Outubro. in: *Voz da Unidade*, nº 370, 06 a 12/11/1987, p. 3 e 4.

original de Karl Marx. A primeira revolução socialista do planeta tratava-se de “*uma contingência histórica*”. A sua ocorrência no elo mais fraco do capitalismo colocava-se em contradição com as previsões marxistas – “*o socialismo não pode ser entendido como solução para os problemas que o capitalismo não resolveu; mas sim como algo superior ao capitalismo*”.² O fracasso da experiência reforçava a concepção clássica de que uma economia socializada somente poderia se desenvolver a partir das sociedades capitalistas centrais.

Neste sentido, a análise de Freire incorporava não apenas uma concepção gradualista do processo revolucionário. Ela se coadunava com uma determinada idéia de “*revolução retrospectiva ou recuperadora*”.³ Segundo Jürgen Habermas, ao contrário das revoluções clássicas, o processo irrompido a partir de 1985 na URSS não procurava construir uma rede de significações próprias da fundação de um mundo novo. Ele definia-se pela busca de antigos símbolos e valores. Logo a noção abrigava sentidos distintos para aquelas transformações. Para alguns as reformas representavam a oportunidade de reviver as tradições do passado. Mas, para outros, a *débâcle* significava reintroduzir a importância fundamental da revolução de fevereiro. Ela se coadunava com as tarefas possíveis para a Rússia do início do século XX. Desejando recuperar um passado que poderia ter existido, o desenvolvimento da democracia e do capitalismo naquele país atrasado poderia ter criado as bases para insurreições futuras.

Chegava a hora também das críticas à modernização da URSS. Até o final dos anos oitenta, predominava entre os pecebistas uma avaliação positiva sobre o rápido processo de industrialização da pátria do socialismo. Certamente havia problemas, mas eles não se relacionavam à proposta de modernização, que se tornara hegemônica entre os revolucionários russos durante os debates dos anos vinte no seio do PCUS. Os “desvios” originavam-se das “aberrações” promovidas por Stálin. Assim a dissociação entre os ganhos trazidos pela revolução de 17 e o período stalinista explicava a degenerescência do regime: “*Transformações introduzidas em 1917 na arcaica sociedade czarista trouxe um padrão de desenvolvimento social ao atendimento das necessidades dos*

¹ **SEGATTO**, José Antonio. A crise e o futuro do socialismo. in: *Novos Rumos*, ano 5, nº 18/19, 1990, p. 108.

² **MACHADO**, João. PCB: entre o passado e o futuro. Entrevista com Roberto Freire. in: *Teoria e Debate*. nº 15, jul/ago/set 1991, p. 3.

³ **HABERMAS**, Op. cit.

trabalhadores, próprio do socialismo, que a autocracia stalinista não pôde remover, apesar de todas as aberrações que criou.¹ Todavia, mesmo após a morte de Stálin e o processo de desestalinização dos anos cinqüenta, os supostos “desvios” não foram superados. Mais do que deturpações posteriores, eles se encontravam na raiz da modernização realmente existente na URSS, dirigida com mão de ferro pelo “guia genial”.

A outra via alternativa, a NEP, havia sido derrotada nos debates dos anos vinte. Apesar do seu resgate pelo líder soviético Mikhail Gorbatchev, os pecebistas resistiam em incorporá-la como a expressão concreta de um outro caminho possível para o desenvolvimento do socialismo na URSS. As críticas direcionadas ao modelo de industrialização e à absorção dos paradigmas taylorista e fordista lentamente ganharam terreno nas interpretações pecebistas.²

Dessa forma vários militantes e dirigentes do PCB trabalhavam ainda com a tese da “única opção”.³ Diante das ameaças externas, da destruição da guerra e do atraso econômico, “aquela opção – ditada pela vida – provou ser justa”⁴, tornava-se uma justificativa fundamental para o tipo de industrialização efetivada pela URSS.

A crise abriu as portas para a revisão de tais concepções. Muito mais do que percalços, os problemas localizavam-se na raiz, na essência do próprio modelo do socialismo real. Dessa forma, em 1990, o material de campanha dos candidatos do PCB no Rio Grande do Sul à câmara federal e legislativa, Domingos Todero e Lauro Hagemann, examinava alguns aspectos da crise. O pensamento revolucionário havia subestimado os enormes desafios a serem enfrentados na construção do socialismo: “(...) A ausência de concepções democráticas e processuais, a pressão do atraso econômico e a necessidade de edificar rapidamente a base técnico-material da nova sociedade gestaram experiências como a industrialização e a coletivização forçadas”.⁵ Subestimando-se a teoria, a democracia, o

¹ **MAGALHÃES**, Clóvis. O legado do socialismo real. in: *Voz da Unidade*, nº 487, 29/03 a 04/04/1990, p. 6

² *Novo partido de esquerda*. in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 01/ Série 01/ da Política Geral do Partido, s/d. p. 3.

³ **VALENTIM**, Amaro. O socialismo não fracassou. in: *Voz da Unidade*, nº 458, 11 a 17/08/1989, p. 10.

⁴ **MALINA**, Salomão. Avanços no mundo. Avanços no Brasil. in: *Voz da Unidade*, nº 378, 15 a 21/01/1988, p. 8.

⁵ O material de campanha para as eleições para o governo do estado do Rio Grande do Sul expressava as posições do grupo gaúcho que, no IX Congresso do PCB, apresentou-se com uma perspectiva alternativa aos dois campos que polarizavam o congresso, articulando-se na terceira tese “*Política de Esquerda pelo Novo Socialismo*”. in: *Neoliberalismo, crise e renovação do socialismo*. Material de campanha de Domingos Todero e Lauro Hagemann, p. 3.

protagonismo das massas, o papel do indivíduo e os valores humanistas presentes no pensamento marxista, o projeto soviético optou pelas soluções autoritárias, pelo alto, baseadas numa concepção hipertrofiada do Estado, estruturando uma economia supercentralizada e estatizada, com precária socialização. Assim abria-se mão da luta pela hegemonia no processo de construção do socialismo. Reprimia-se a participação política das massas, e anulava-se a reabsorção do Estado pela sociedade civil como um elemento central dessa utopia.

Renovação ou restauração? As visões da crise no bloco soviético

A direção do PCB e os “*amantes da paz*” entusiasmaram-se com a posse de Mikhail Gorbatchev na liderança inconteste da União Soviética. Apreendido como uma expressão da nova geração de quadros políticos daquele país, ele não representava uma descontinuidade no processo de construção do comunismo: “*o exercício da direção coletiva, na herança preservada de Lênin, já é uma constante na vida da URSS*”.¹

Assim como na mídia ocidental, as relações internacionais da União Soviética ocupavam a cena principal na abordagem do jornal *Voz da Unidade*. Os títulos eram animadoramente sugestivos: “*Gorbatchov e Willy Brandt acertam os ponteiros*”, “*Gorbatchov foi show de paz em Paris*”, “*Gorbatchov joga duro pela paz*”.² As matérias comparavam a performance do líder soviético e a do seu principal oponente, o presidente dos EUA Ronald Reagan. O prestígio e a influência do primeiro estavam em alta. O dirigente norte-americano – que conferiu à URSS o famoso epíteto de “*império do mal*”, reacquecendo as tensões entre os dois blocos na chamada segunda guerra fria³ – encontrava-se na defensiva: “*Gorbatchov faz Reagan mudar de hábitos*”.⁴

¹ *Voz da Unidade*, nº 241, 16 a 22/03/1985. p. 16.

² Id. nº 252, 01 a 7/6/1985, p. 13; nº 271, 12 a 18/10/1985, p. 15; nº 283, de 24 a 31/01/1986, p. 2, respectivamente.

³ Na verdade, a segunda guerra fria (1979-1985) iniciou-se com a estratégia de recuperação hegemônica de Kissinger-Nixon-Ford, continuada no governo Carter. Esta atingiu o ápice durante os anos neoliberais da era conservadora Reagan-Bush. A estratégia da nova direita baseava-se na restauração de uma estrita bipolaridade, na ausência de diálogo norte-sul, na intensificação da corrida armamentista e na política de confrontação regional. No plano ideológico, a bandeira dos direitos humanos foi substituída pela defesa da democracia, pelo combate ao narcotráfico e ao terrorismo. **VIZENTINI**, Paulo G. Fagundes. A guerra fria. in: **REIS**, Daniel Aarão; **FERREIRA**, Jorge; **ZENHA**, Celeste. *O século XX. O tempo das crises*. Vol. 3, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

⁴ *Voz da Unidade*, nº 270, 05 a 11/10/1985, p.17.

Em consonância com as transformações ocorridas no movimento comunista internacional desde o final dos anos cinqüenta, o editorial do *Voz* ressaltava os temas do desarmamento, da paz mundial e da coexistência pacífica como as principais ações de política externa do secretário-geral do PCUS. Desejando banir o empecilho nuclear do planeta até o ano 2000, ele desmascarava o projeto Guerra nas Estrelas.¹ A atuação de Mikhail Gorbachev na cena mundial era irrepreensível. Ela expressava uma nova mentalidade. O jornal percebia a preferência da imprensa mundial pelos aspectos midiáticos – “*Gorbashow*” – e pelas preferências pessoais.²

O viés internacionalista manifestava-se no PCB através da participação de seus militantes em instituições em prol da paz mundial e de várias ações que tinham como objetivo central a propaganda e a defesa da URSS.³ Mas o discurso de Mikhail Gorbachev também favorecia as conexões entre União Soviética e Brasil, incluindo o cenário brasileiro no panorama internacional. A chave de entrada era o grave problema da dívida externa no Terceiro Mundo. Os dois países constituíam sistemas distintos, mas a política da URSS: “*as posições do Brasil estão objetivamente em contradição com as potências imperialistas e são cada vez mais coincidentes com as posições da União Soviética e outros países socialistas, inclusive no Conselho de Segurança da ONU*”.⁴ A partir desta nova ótica, *Voz da Unidade* advogava a necessidade do partido repensar teorias e elaborar um projeto nacional de integração soberana nas novas relações globais. As reavaliações preconizadas pelo jornal modificavam concepções clássicas da agremiação. Uma delas se referia ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Propugnando uma postura “*sem dogmas e estereótipos*”, o comunista Eduardo Rocha advogava o reingresso do país

¹ Id., nº 283.

² Ibid., nº 271, p. 15. O jornal *O Globo*, por exemplo, explorou bastante a imagem e os aspectos pessoais de Mikhail Gorbachev, destacando o seu estilo ocidentalizado, distinto dos líderes soviéticos anteriores a ele. O dirigente soviético também tinha no marketing individual um elemento fundamental da sua política. Era a chamada “*ofensiva de charme*”. Ver COSTA, Op. cit.

³ Enquanto no cenário brasileiro a política pecebista do início dos anos cinqüenta pregava a guerra revolucionária, originou-se do contexto internacional, aquecido pelas tensões da guerra fria, o único movimento inspirado e liderado pelos comunistas que adquiriu uma certa dimensão social naquela época. Propugnando a luta pela paz mundial, o PCB realizou uma ampla campanha contra o envio de uma força expedicionária brasileira para combater, sob o manto da ONU, na Guerra da Coréia. REIS, Op. cit., 2007, vol. 5, p. 85.

⁴ EDITORIAL. Guerra e paz. in: *Voz da Unidade*, nº 414, 30/09 a 06/10/1988, p. 2.

socialista à instituição. Esse fato poderia desbloquear e criar um novo tipo de relação econômica.¹

No início da *Perestroika*, o PCB interpretava as reformas como uma evidência da maturidade do socialismo soviético. Os problemas fundamentais da sua construção estavam resolvidos e o país rumava para a fase de reestruturação e de modernização. A superioridade do sistema era incontestável: “a URSS dá um impressionante exemplo da capacidade renovadora do socialismo, em vivo contraste com a estagnação e decadência do mundo capitalista”.² Baseando-se nessa concepção, a resolução política do VIII Congresso estabelecera uma dicotomia que opunha em situações diametralmente opostas os dois sistemas planetários. De um lado, o enfraquecimento do imperialismo, da sua influência ideológica e do seu prestígio. De outro, o crescimento do êxito do bloco socialista impulsionado pela aceleração do desenvolvimento sócio-econômico da URSS e pelo aprimoramento do trabalho do PCUS.³

Nessas análises encontravam-se ausentes outros elementos que complicavam, tornavam mais complexos, a situação mundial. Era verdade que o capitalismo, encarnado principalmente no sistema norte-americano, vivia um momento de desprestígio, ainda amargando as conseqüências políticas da derrota no Vietnã e das revoluções vitoriosas no Irã e na Nicarágua. Mas também não era menos correto que, desde o início dos anos oitenta, ele estava registrando importantes progressos na construção de uma visão hegemônica de mundo, baseada nos valores neoliberais. Ascendia como estilo moderno o modo de vida dos *yuppies*. Apesar da novidade do fenômeno Gorbatchev e das esperanças de renovação do socialismo, os problemas do bloco comunista também não eram menores e não davam mostras de superação.

Que sinais irradiavam da *Perestroika*? Os significados emitidos pelas reformas eram bastante claros. Diante da decadência do capitalismo, emergia um socialismo renovado. O editorial do *Voz da Unidade* saudava as mudanças como uma profunda revolução social cujas origens se radicavam no “caminho de outubro”. As transformações então expressavam o aprofundamento da democracia na União Soviética. Só havia

¹ *Voz da Unidade*, nº 473, 30/11 a 06/12/1989, p. 4.

² *A situação internacional*. in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 01/ Série 01/ Da política geral do partido. Pcb, s/l, s/d.

³ *Declaração Política do VIII Congresso Extraordinário do PCB*. SP, Edições Novos Rumos, julho de 1987, p. 8. in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 02/ Dos Congressos.

continuidades e não rupturas nos setenta anos de história do socialismo no país. Apesar das dificuldades, o movimento era de natureza superior e mais avançada do que qualquer outro liderado pela burguesia, pois se assentava na propriedade socialista e na ausência de exploração.¹

Comunistas como Luiz Carlos Azedo destacavam o caráter profundamente renovador das reformas sobre o conjunto do comunismo internacional. Elas poderiam encaminhar o país para um verdadeiro Estado de direito socialista, democrático e humanista. Mas as mazelas e as deformações existentes refletiam a pesada herança do modelo soviético: lentidão, conservantismo, inércia e dogmatismo.²

A *Perestroika* significava um retorno à Nova Política Econômica de Lênin? As comparações se originavam do próprio mentor das reformas no país. Em discursos e no seu livro mais importante – um *best seller* da época³ – ele invocava aquela fase da história soviética. Contrariando tal perspectiva, Roberto Bertelli discordava das similitudes entre os dois processos. As diferenças entre a situação da URSS em 1921 e em 1985 eram inequívocas. Após a guerra civil e a experiência do comunismo de guerra, a NEP propunha reerguer uma economia destruída, que precisava voltar a funcionar e a produzir bens básicos. Para Bertelli essa política não representava uma resposta circunstancial aos impasses do socialismo soviético. Ela era “*condizente com os parâmetros do modelo leninista de transição do capitalismo ao socialismo numa sociedade específica como a Rússia*”. Dessa forma, mais do que conceber a *Perestroika* como uma neo-NEP, estavam abertas as possibilidades de uma reavaliação criteriosa, estudando a proposta madura do pensamento leninista de transição ao socialismo.⁴

Desvelando os graves problemas do regime soviético, as reformas significavam “*um nítido giro à esquerda na política de construção do socialismo na URSS*”. O membro do diretório regional paulista, Ricardo Zaratini, refutava as distorções feitas por setores da mídia e das esquerdas em relação ao conteúdo das reformas. Os meios de comunicação ocidentais alardeavam o retorno da Rússia ao capitalismo. E determinados partidos, como o PC do B, faziam “*coro com a grande imprensa e a burguesia ao afirmar que ‘o revisionista*

¹ **EDITORIAL**, No caminho de outubro. in: *Voz da Unidade*, nº 370, op. cit., p. 2, 9.

² **AZEDO**, Luiz Carlos. O Caminho ao Andar. in: *Voz da Unidade*, nº 404, jul – ago 1988. p. 3 e 8.

³ **GORBATCHEV**, Mikhail. *Perestroika. Novas idéias para o meu país e o mundo*. 3ª ed., SP: Ed. Best Seller, 1987.

⁴ **BERTELLI**, Roberto. A era Gorbatchov e a NEP. in: *Voz da Unidade*, nº 370, p.11.

*Gorbatchov aprofunda a restauração do capitalismo na URSS' ”. Todavia chocantes mesmo eram as incompreensões localizadas dentro do próprio PCB: “Esses companheiros mantêm sempre um pé atrás em relação a atual etapa da revolução na URSS, e só não denunciam em voz alta o perigoso desvio de ‘direita’ porque se trata da URSS e do PCUS, em relação aos quais tiveram sempre uma equivocada postura acritica”.¹ O presidente do PCB, Salomão Malina, também partia para a ofensiva. Avaliando como uma “arrematada tolice”, ele discordava da seguinte suposição: a *Perestroika* “porque vai fomentar o interesse material, a iniciativa de cada um e avaliar os resultados dessa economia – levará inevitavelmente a um modelo capitalista”.²*

À medida que evoluía a crise do socialismo real, as diferentes interpretações sobre os significados e os alcances das reformas na URSS tornavam-se mais nítidas. De um extremo ao outro, encontravam-se aqueles que viam no avanço das mesmas o perigo da restauração capitalista e o rompimento com o legado leninista. Vários militantes reivindicavam o aprofundamento da *Perestroika* em direção à introdução de mecanismos clássicos das economias capitalistas.

Alguns pecebistas procuravam em outros caminhos respostas para compreender o que se passava naquele país. Eles abriam-se para novas avaliações, mas também para antigos prognósticos, anteriormente inconcebíveis de serem incorporados. Assim, as idéias de Leon Trotsky inspiravam certas expectativas existentes no PCB. Talvez a revolução política prevista pelo dirigente russo já estivesse ocorrendo na URSS. Por que não? Jovens comunistas, como Ricardo de Castro, esperavam do processo de transformações a eclosão de uma revolução popular, socialista, que acirrasse o socialismo e derrubasse a burocracia.³

Sobretudo, os comunistas estavam perplexos. Rogério Marques escrevia sobre um partido “atordoado”, tentando manter-se “em cima do muro”. O socialismo do PCB era ao mesmo tempo aquele da multidão e o olhar reprovador de Eric Honecker: “e passamos a acompanhar os protestos em cima do muro, aquele mesmo muro que até ontem defendíamos com unhas e dentes – e que agora está desmoronando”.⁴ Perdida no auge da desagregação do socialismo real, a agremiação titubeava e não possuía mais um discurso próprio. Para Silas Lima,

¹ ZARATINI, Ricardo. A Perestroika e a revolução brasileira. in: *Voz da Unidade*, nº 398, 10 a 16/06/1988, p. 4.

² MALINA, Op. cit., nº 378, p. 8.

³ Entrevista do ex-militante do PCB e um dos editores da revista *Arrabalde*, Ricardo Figueiredo de Castro, em 01/04/2008.

⁴ MARQUES, Rogério. O dedo na ferida. in: *Voz da Unidade*, nº 473, p. 2.

eram constrangedoras as declarações do partido diante da crise, como aquela expressa no editorial do VU – “é duro (*sic*) desencarnar da teoria marxista leninista (...) que na verdade se chama modelo stalinista”. Elas revelavam a “incompletude do ‘ciclo’ histórico da Declaração de Março de 1958”.¹

Atônito também estava o Partidão diante dos cenários na Europa comunista. Até o efeito dominó de 1989, *Voz da Unidade* divulgava reportagens, comentários e artigos positivos sobre a evolução daqueles países. Da República Democrática Alemã, a matéria de Reinaldo Mestrinel destacava as impressões de viagem de Mário Honório Teixeira Filho, membro do Instituto Cultural Bertold Brecht: “na Alemanha Democrática, socialização de todos os benefícios de uma sociedade desenvolvida”.² Em pleno ano de 1989, o PCB saudava os dirigentes comunistas alemães orientais pelas comemorações do 40º aniversário da RDA.³ Nenhuma nota sobre a traumática divisão de uma nação, de um povo no contexto da guerra fria.

A postura do PCB sobre os acontecimentos no socialismo polonês é um exemplar da lealdade devotada ao campo soviético. Diante das manifestações do início da década de oitenta, o partido apoiara o golpe militar do general Jaruzelsky. Tratando as mobilizações como uma expressão da “contra-revolução”, a organização não via campo para elas se desenvolverem. Segundo a crítica de Rogério Marques, essa posição refletia o mais grave equívoco da agremiação: o apoio incondicional conferido aos PC’s.⁴

Na metade do mesmo período, a visão do PCB em relação à Polônia não sofrera significativas alterações. No *Voz Especial*⁵, o partido destacava o retorno da nação à normalidade após uma série de greves. Apesar de perceber a justeza das reivindicações e dos questionamentos que assolavam o país, o jornal denunciava a introdução de “elementos reacionários e atrasados nas reivindicações legítimas e justas da classe

¹ Trecho citado pelo jornalista do PCB e extraído do editorial do jornal *Voz da Unidade*, nº 478. LIMA, Silas R. O medo da autocritica. in: *Voz da Unidade*, nº 484, 08 a 14/03/1990, p. 2.

² MESTRINEL, Reinaldo. Na Alemanha Democrática, socialização de todos os benefícios de uma sociedade desenvolvida. in: *Voz da Unidade*, nº 285, 14 a 20/02/1986, p. 19.

³ *Voz da Unidade*, nº 468, 19 a 25/10/1989, p. 5. A reunificação não era um assunto pacífico no seio das esquerdas européias. Vários segmentos defendiam a manutenção das duas Alemanhas ou um processo mais lento de reunificação nacional.

⁴ Segundo Rogério Marques, no *Voz da Unidade*, nº 87, de dezembro de 1981, sob o título Polônia: sem futuro a contra-revolução, o jornal criticava as manifestações que levaram ao golpe de Jaruzelsky. in: *Voz da Unidade*, nº 473, p. 2.

⁵ *Voz da Unidade*, nº 304, 27/06 a 03/07/1986, p. 1.

operária polonesa". E as tentativas de desmonte daquele Estado socialista. Nessa linha de análise *Voz* assinalava os significados do congresso do POUP (Partido Operário Unificado da Polônia): um reforço do socialismo naquele país. A legitimidade delegada ao protesto operário originava-se da sua luta contra as "deturpações" do regime. Ou seja, apesar dos inimigos da Polônia – leia-se *Solidariedade*, Walensa e todas as lideranças do movimento – os poloneses lutavam pelo aprimoramento do socialismo. Dessa forma, o PCB identificava possíveis traidores, mas nada dizia sobre os "desvios" que ele mesmo afirmava existir.

Em 1989, o militante Carlos Alberto Noronha ressaltava as incertezas do socialismo durante o "verão polonês". O país vivia uma situação original: a derrota do POUP, o fortalecimento do *Solidariedade* e um clima de histeria anticomunista no país.¹ O PCB e os seus militantes ressentiam-se de uma análise profunda sobre os papéis outrora condenados e apoiados. Afinal, quais eram os sinais emitidos pelo processo polonês? Qual avaliação traçar sobre as posturas partidárias positivas diante da ditadura socialista de Jaruzelsky?

Os impasses não eram menores a respeito da explosão dos conflitos nacionalistas na zona comunista. A questão nacional atingia contornos dramáticos. Analisando a crise na Iugoslávia e no Báltico ², Carlos Alberto Noronha ressaltava as grandes dificuldades para a interpretação daquele fenômeno. Ele identificava a complexa situação dos Bálcãs, durante anos um exemplo de federalismo e autodeterminação, mas não analisava as raízes da insurgência nos países Bálticos, uma anexação resultante dos acordos com a Alemanha hitlerista. Compreendendo a exacerbação do nacionalismo na história recente como um grande estopim de guerras, o comunista vislumbrava a possibilidade da *Perestroika* se tornar um laboratório de discussão sobre o problema nacional, apesar do exagerado tom nacionalista adquirido em alguns momentos.

Cada vez mais os pecebistas percebiam outras perspectivas para a crise do Leste europeu. Num artigo em 1990, Marcos Del Royo retirava da radicalização das

¹ **NORONHA**, Carlos Alberto. O incerto final do verão polonês. in: *Voz da Unidade*, nº 460, 24 a 30/08/1989, p. 10.

² **Id.** Iugoslávia. A crise no Báltico. in: *Voz da Unidade*, nº 422, 25/11 a 01/12/1988, p. 10 e Evitar a desagregação. in: *Voz da Unidade*, nº 417, 21 a 27/10/1988, p. 10.

reformas a possibilidade de criação de uma nova confederação soviética. Fortalecendo o socialismo em novas bases, as mudanças também incidiam sobre os PC's. Diante dos complicadores no seio do movimento socialista para a unificação da Comunidade Económica Europeia (CEE) – um excessivo nacionalismo dos comunistas franceses e portugueses e o reboquismo neoliberal dos socialistas espanhóis, portugueses, italianos e em parte franceses – o processo de refundação do PCI tornava-se essencial para a construção do “*lar comum europeu*” propugnado por Mikhail Gorbatchev.¹

Muitos militantes e dirigentes também resistiam em aceitar o real significado das mobilizações em vários países da Europa Oriental. Embora os resultados eleitorais na Alemanha Democrática e na Hungria indicassem um processo concreto de restauração capitalista, comunistas como Jairo Ferreira avaliavam que os mesmos fortaleciam a perspectiva do socialismo: “*na medida em que é a derrota do stalinismo, se articula com avanço do socialismo*”.²

As visões oficiais ressaltavam as diferenças entre as transformações em curso na URSS e no restante do bloco europeu. Numa entrevista ao *Voz da Unidade*, Salomão Malina destacava positivamente a direção do processo soviético pelo Partido Comunista. Dessa forma os planos apresentados ao país – o Gorbatchev e o dos 500 dias da federação russa – apontavam na direção de uma economia socialista de mercado e de superação do estado supercentralizado.³

“*A China e a Albânia eram do PC do B*”.⁴ Desde os anos sessenta esses países estavam fora da esfera do socialismo soviético, questionando inclusive a essência do seu sistema. Seguindo a tradicional relação com a URSS, o PCB veiculava informações, analisava os acontecimentos e divulgava as viagens de comunistas à região. Todavia não era apenas a *Perestroika* que indicava profundas transformações. Esse também era o caso da China, cujas mudanças tornaram-se um enigma a ser decifrado. Dessa forma os pecebistas refletiram sobre os sinais emitidos pelo “império do meio”. *Voz* fazia uma analogia entre os processos de renovação do bloco socialista.

¹ DEL ROYO, Marcos. Um novo socialismo na Europa. in: *Voz da Unidade*, nº 489, 19 a 25/04/1990, p. 4.

² FERREIRA, Jairo. O retorno à dialética do comunismo. in: *Voz da Unidade*, nº 488, 05 a 11/04/1990, p. 6.

³ MALINA, Salomão. Os rumos da Perestroika. Entrevista para o *Voz da Unidade*. in: *Voz da Unidade*, nº 508, 01/12/1990, p. 17.

⁴ Entrevista de Ricardo de Castro, Op. cit.

Repudiando a Revolução Cultural, ele apoiava a diminuição da confrontação com a URSS.¹

Todavia a repressão governamental às manifestações na Praça da Paz Celestial, em maio de 1989, tornou-se um divisor de águas. Na primeira página, “*O drama chinês*”² aprofundava a crise do comunismo internacional. Inicialmente as reformas foram saudadas como modernizações dentro do campo socialista. Elas poderiam levar a distensões e à democratização. Mas o massacre colocava tais medidas na contramão. A declaração da Comissão Executiva Nacional do PCB expressava essa visão: “*se contrapõem à democratização e à evolução política da grande república chinesa e são muito negativos para o seu prestígio mundial*”. Observando a postura de outros PC’s diante daquele episódio – como o caso do PC do B – a condenação feita pelo partido tornava-se um indício de que a sua postura democrática era irreversível.³

Fenômeno já destacado no capítulo referente ao Partido dos Trabalhadores, a influência da revolução cubana sobre as esquerdas brasileiras era inequívoca. O artigo de Emir Sader desenvolve as etapas de tal influxo, inserindo o Partido Comunista Brasileiro naquele contexto. A primeira fase, do triunfo revolucionário até o golpe civil-militar de 1964, demarcava uma postura de solidariedade, mas também de crescentes disputas acerca dos significados irradiados pela revolução em Cuba. As *batalhas* no interior do PCB foram emblemáticas. Desde a Declaração de Março de 1958, a estratégia comunista oficial propunha a via pacífica e democrática para o socialismo. Os acontecimentos na Ilha tornavam-se uma contradição para tais perspectivas. Os campos existentes no interior do partido ressaltavam as proximidades com o processo cubano. Sublinhavam o caráter antiimperialista da insurreição, relacionando-a aos eixos programáticos do PCB: como em Cuba, o Brasil também devia realizar uma luta de libertação nacional, antimonopolista e antilatifundiária. Ignorando as heterodoxias castristas e guevaristas, a direção pecebista destacava a sua integração ao bloco soviético, um paradigma obrigatório. Para os grupos dissidentes, a revolução cubana representava uma “*bandeira de propaganda para propor soluções radicais para a crise brasileira*”,

¹ Os rumos do gigante chinês. in: *Voz da Unidade*, SP, nº 375, 11/12 a 17/12/1987, p. 15. A reaproximação entre URSS e China também foi destacada no editorial do *Voz da Unidade*, nº 417, 21 a 27/10/1988, p. 2.

² O drama chinês. in: *Voz da Unidade*, nº 449, 09/06/1989, p. 1.

³ **MARQUES**, Op. cit., p. 2.

confrontando-se com a estratégia oficial do Partidão. Da segunda etapa, dos anos setenta até a metade da década de oitenta, sublinhava-se a propaganda das conquistas sociais cubanas como um contraponto ao “milagre brasileiro”. Apesar da centralidade democrática na política dos comunistas, as críticas mais contundentes à ausência da democracia e à natureza daquele regime adquiriram força somente na terceira fase, delimitada pela profunda crise do socialismo real.¹

Mesmo assim o socialismo cubano não ocupou a cena principal no debate interno do PCB. Nas publicações partidárias, nas declarações oficiais e nos diversos artigos de militantes comunistas, esse era um assunto lateral que submergia na análise geral do colapso do campo soviético. Nas memórias de comunistas como Ricardo Castro, havia muita simpatia em relação a Cuba. Entretanto o pequeno arquipélago não era o referencial revolucionário mais apropriado de um país socialista. O socialismo cubano não era um problema – *“era quase que uma exceção, ou algo sobre o qual a gente não se preocupava tanto”*. A URSS permanecia como a referência fundamental:

*Víamos (Cuba) como país pobre, dependente da URSS. (...) Encantava o pessoal do PT, mas, para a gente ..., a gente pensava o socialismo como produção de riqueza, um país que superasse o capitalismo. (...) A União Soviética, mal ou bem, cumpria isso, era uma potência militar, era um país com razoável prestígio econômico. (...) Tinha uma capacidade produtiva infinitamente superior a Cuba.*²

Nos primeiros anos da *Perestroika*, o partido procurava demonstrar a inexistência de contradições entre Fidel Castro e Mikhail Gorbatchev. Eles representavam a existência de caminhos específicos, adequados a cada realidade nacional. No artigo *“Fidel e a Perestroika”*³, o pecebista Carlos Alberto Noronha reproduzia essa análise e não mencionava as resistências e as contradições existentes no bloco comunista sobre as reformas. No auge da crise, mais silêncios do que profundas avaliações. Qual era a posição dos comunistas acerca do regime, da democracia e dos direitos humanos em Cuba? Fidel devia ser deposto ou mantinha-se o apoio àquele que simbolizava a

¹ **SADER**, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. in: **REIS**, Op. cit., 1991, vol. 1, p. 176, 178.

² Entrevista de Ricardo de Castro, Op. cit.

³ **NORONHA**, Carlos Alberto. Fidel e a perestroika. in: *Voz da Unidade*, nº 406, 05 a 12/08/1988.

revolução vitoriosa? A maioria dos dirigentes e militantes do PCB eximia-se de defender claramente as suas posições frente a um dos temas mais polêmicos no seio das esquerdas brasileiras.

Destacava-se, por isso, numa outra perspectiva, o texto do sindicalista Fausto Nascimento.¹ O dirigente sindical elogiava o processo “perestroikista”, implantado pela Ilha através da política de Retificação. Para ele, aquelas alterações possuíam grandes similitudes com as reformas soviéticas: aumento da produtividade, melhoria na gestão, combate à burocracia e aos privilégios, mais tecnologia. As possibilidades de novos fôlegos no socialismo cubano faziam os EUA ameaçarem novamente aquele país.

Assim como no conjunto das esquerdas, no PCB, a grande maioria dos militantes subordinava as análises críticas sobre o regime cubano à necessidade de defesa da revolução. Ela ainda estava ameaçada devido ao embargo norte-americano e à própria *débâcle* do comunismo no planeta. Essa realidade atingia inclusive o campo pecebista autodenominado “renovador”. De perfil bastante heterogêneo, os diversos segmentos também divergiam nas abordagens sobre Cuba. Criticando as teses originais do IX Congresso a respeito da Ilha – “*pavorosas*”, “*muito ruins*” – o congressista pecebista Marcelo Barbosa destacava a interferência do seu grupo – formado basicamente por jovens cariocas reunidos em torno do jornal *Algo a Dizer* – na modificação das resoluções sobre aquele país, alterações que satisfizeram também aos chamados “ortodoxos”: “*Eles não conseguiram dizer que ali, independente do grau de autoritarismo que existisse na experiência cubana, tinha uma coisa chamada autodeterminação dos povos*”.²

O legado de Marx em questão: abandono ou resgate da tradição marxista?

O marxismo-leninismo influenciou profundamente a organização e a visão de mundo do PCB. As diversas crises vivenciadas pelo partido – as tentativas de modificações ocorridas a partir do debate aberto em 1956 com a divulgação do relatório Krushev, e as proposições defendidas por intelectuais inspirados nas teses do eurocomunismo no final dos anos setenta – não superaram as tradições da Terceira

¹ **NASCIMENTO**, Fausto. O direito ao futuro. in: *Voz da Unidade*, nº 503, 02 a 08/08/1990, p. 2.

² Entrevista de Marcelo Barbosa. Depoimento concedido pelos ex-militantes do PCB, Kadu Machado, Marcelo Barbosa e Sérgio Batalha, criadores e editores do jornal *Algo a Dizer*, em 04/06/2008.

Internacional que permaneceram fortemente arraigadas na cultura pecebista até o IX Congresso.

Para muitos comunistas os debates que antecederam o VIII Congresso expressaram uma tentativa de reestruturação teórica do marxismo do PCB. Assim como em 1991, as discussões preparatórias foram significativas e publicadas pelo jornal *Voz da Unidade*. Ocorrido em 1987, após décadas, os comunistas realizavam um encontro em condições públicas de liberdade e de legalidade. As polêmicas se concentraram nos balanços sobre a atuação partidária na conjuntura nacional, mas as divergências acerca do marxismo também despontaram como um elemento fundamental. O dirigente cearense Giovanni Alves enfatizava o processo: “*uma luta teórica para lavar a nossa alma das manchas dogmáticas e sectárias que o stalinismo deixou na nossa teoria e na nossa organização*”.¹

Para Alves, muitos militantes denunciavam o enrijecimento do pensamento marxiano e a atrofia da dialética no Partidão, baseando-se nas teses do ex-pecebista Leandro Konder, contidas no livro “*A derrota da dialética*”.² O gaúcho Domingos Todero também assinalava a importância dos intelectuais eurocomunistas no processo de renovação do marxismo do PCB. Segundo ele, todos aqueles que se aproximaram da agremiação nos anos sessenta e setenta foram influenciados pelas suas idéias, mas também pelos pensadores simpatizantes do partido e pela produção de agrupamentos de esquerda que divulgavam um marxismo crítico. A opção dos militantes pecebistas pelas concepções defendidas pelo aparato partidário, por autores soviéticos e dirigentes dos PC’s reduziram a visão crítica dos mesmos. No seu caso e de vários comunistas gaúchos, as propostas apresentadas ao IX e ao X Congressos voltavam a ter como referência relevante os pontos de vista daqueles intelectuais.³

¹ ALVES, Giovanni. O marxismo do PCB. in: *Voz da Unidade*, nº 438, 24 a 30/03/1989, p. 3.

² Leandro Konder defende a idéia central de que a recepção do marxismo, e por conseqüência, do pensamento dialético, no Brasil esteve demarcado por uma série de obstáculos que condicionaram a sua abordagem do Brasil: a pouca difusão dos textos de Marx no país e uma interpretação deficiente dos mesmos; a debilidade do movimento operário brasileiro e a pobreza da experiência política dos ativistas das esquerdas, a influência do pensamento positivista sobre o marxismo brasileiro e a recepção do mesmo pelo filtro stalinista, o marxismo-leninismo. Estes aspectos, somados ao excessivo pragmatismo e à hostilidade à especulação filosófica dos dirigentes comunistas causaram graves danos ao marxismo difundido pelo PCB. KONDER, Leandro. *A derrota da dialética. A recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. RJ: Campus, 1988.

³ Entrevista concedida, através de correspondência eletrônica, pelo dirigente gaúcho, ex-presidente do PCB RS, Domingos Roberto Todero à autora, concluída no dia 27/05/2008.

A evolução rápida e ascendente do colapso do socialismo real acirrou os questionamentos dos comunistas ao marxismo pecebista. As dissidências eram cada vez mais inconciliáveis. Que tipo de revisão fazer? Permanecer como um partido de ideologia oficial – marxista – ou revogar formalmente essa referência do estatuto partidário? Isto significava o abandono das teses marxianas? Esse foi, sem dúvida, um dos assuntos mais polêmicos e mobilizadores do pecebismo no final dos anos oitenta.

Embora as variações fossem significativas, e cada vez mais eqüidistantes, a maioria do partido compreendia a necessidade de revisão do tipo de marxismo adotado pelo PCB no decorrer da sua história. Como ponto comum, a necessidade de superar os postulados do marxismo-leninismo, compreendido como uma herança stalinista que perdurara na agremiação.

Todavia afastar-se de tais pressupostos não significava abandonar as teses de Marx nem de Lênin. O culto ao principal dirigente soviético, estabelecido por Stálin, devia ser superado, mas a sua obra permanecia viva: o “*stalinismo deturpou o projeto de Marx desenvolvido por Lênin nas suas circunstâncias históricas*”. Logo a renovação do projeto socialista passava pela manutenção dos valores leninistas.¹ Assim, comunistas como Amaro Valentim, membro do secretariado, eram mais nítidos. O PCB devia ter uma ideologia oficial, pois o marxismo era uma teoria aberta ao diálogo.²

Um acerto de contas com “*as lacunas teóricas deixadas pela grave estagnação do pensamento e da práxis socialista e comunista*”.³ Diante da falência da II e da III Internacional, Domingos Todero propugnava a liberação das esquerdas das tradições que demarcaram a sua ação política no transcorrer do século XX. Para renovar o socialismo era necessário ultrapassar as justificativas que encontravam nas teses dos “desvios” e das “deformações” as respostas para os seus problemas: apesar das rupturas, havia também elementos de continuidade entre as Internacionais e a obra marxiana. Entretanto esse rompimento não significava o abandono dessa teoria. Pelo contrário, o marxismo continuava sendo a “*fonte do novo socialismo*”, e Marx, Engels, Lênin, Gramsci e

¹ **MAGALHÃES**, Clóvis. O legado do socialismo real. in: *Voz da Unidade*, nº 487, 29/03 a 04/04/1990, p. 6.

² **VALENTIM**, Amaro. A estratégia política. *Tribuna de Debates para o IX Congresso do PCB*. in: *Voz da Unidade*, nº 509, 01/01/1991, p. 1.

³ **TODERO**, Domingos. O marxismo como fonte do novo socialismo. in: *Jornal Utopia*. PT/RS: edição de lançamento, Porto Alegre, setembro de 1991.

Lukács o “*mais sólido método e as mais consistentes indicações para mudanças revolucionárias*”.¹ A proposta de moção apresentada na Conferência estadual do Rio Grande do Sul – IX Congresso, assinada pelo dirigente da juventude comunista, Luciano Fedozzi, e outros, também expressava essa avaliação: “*Marx é imprescindível para um novo projeto socialista, mas que o socialismo, enquanto projeto real e moderno, não será factível através do simples restabelecimento da originalidade do marxismo como um todo, ou mesmo da busca de sua ‘pureza’*”.²

Os “partido-novistas” eram os principais divulgadores da laicização do PCB. Tornar-se uma organização laica significava revogar o marxismo, e não apenas a ideologia da Terceira Internacional, como doutrina oficial. Entretanto deixar de ser um partido marxista não significava abandonar a obra marxiana. *Um lugar para Marx, por favor*. Embora os textos não fossem claros, diversos comunistas temiam que a discussão da laicização do Partidão fosse apenas uma cortina de fumaça para o abandono e a desqualificação do marxismo como uma teoria válida para a compreensão da sociedade mundial do final do século XX. Reconhecendo a necessidade desse processo, Theodoro Mello indicava a falta de nitidez e a ambigüidade nos significados adquiridos pelo termo. Assim, apesar de defender as mudanças, o novo curso não devia reduzir o papel de Marx na elaboração teórica pecebista: “*continuar a ser a espinha dorsal dos fundamentos de nossa luta pelo socialismo*”.³

O modelo leninista de organização partidária também estava na berlinda. Renovar o PCB sem alterar a sua forma-partido tradicional ou transformar profundamente a sua estrutura? Dentre os pecebistas menos críticos ao papel desempenhado pela agremiação durante os anos da transição brasileira, principalmente no período da “Nova República”, emanavam as propostas mais radicais. Esse era o nó que dificultava o crescimento do Partidão. O dirigente Jarbas de Holanda propunha a modernização do PCB. O partido poderia se manter como uma organização marxista moderna, mas devia modificar o seu papel na conjuntura nacional: admitir a parceria conflitiva com o capital, trabalhar com uma lógica suprapartidária, nenhum alinhamento automático com a frente de esquerda e portar-se como uma oposição avançada ao

¹ **TODERO**, Domingos. Mudanças revolucionárias. in: *Voz da Unidade*, nº 512, 01/04/1991, p. 4.

² **FEDOZZI**, Luciano e outros. *Ligar o patrimônio histórico, ético e moral do PCB às possibilidades do projeto democrático-socialista do presente e do futuro*. Proposta de moção à Conferência estadual do Rio Grande do Sul – IX Congresso, 06 e 07 de abril de 1991.

³ **MELLO**, Theodoro. Um lugar para Marx, por favor. in: *Voz da Unidade*, nº 513, 01/05/1991, p. 24.

governo Collor. Para consagrar tais objetivos a convocação de uma constituinte do pólo marxista para a formação de uma nova esquerda no Brasil.¹ O debate acirrava os ânimos e aumentava as contradições. Outros comunistas, talvez a maioria do núcleo dirigente, não radicalizavam tanto quanto Holanda, mas propugnavam também a superação do modelo leninista, revendo o princípio diretor da estrutura pecebista. Rompendo com o centralismo democrático, o projeto de estatuto do PCB para o IX congresso introduzia o conceito de unidade democrática: *“uma união voluntária, consciente e laica”*.²

O stalinismo havia transformado o centralismo democrático em verticalidade. Acima do Partido, desprovido de qualquer controle, estava o vértice, o “guia”. Simplesmente retornar à formulação de Lênin era insuficiente para a renovação do PCB. A origem do modelo relacionava-se às condições históricas concretas da Rússia, cujo tipo de organização, de quadros altamente disciplinados, havia sido criado para aquele cenário.³ A unidade democrática diferia do princípio clássico porque pretendia unir pelo consenso e pela disciplina consciente, como resultado da formulação conjunta e do cumprimento também obrigatório das decisões. A concepção não significava, entretanto, a submissão da minoria à maioria, mas a *“unidade de todos em torno de questões que, juntos e em meio às divergências, garantidas no seu direito de manter-se e explicitar-se, democraticamente, adotaram ou delegaram a outros para que o fizessem”*.⁴

Contrários ao abandono do modelo bolchevista, comunistas como o sindicalista Fausto Nascimento defendiam a manutenção desse tipo de organização. A identificação entre o leninismo e as práticas autoritárias e burocráticas falseava a história da revolução soviética. O modelo de partido único não era um princípio inerente a essa concepção, pois não havia sido adotada até a eclosão da guerra civil na Rússia.

¹ **HOLANDA**, Jarbas de. Partido marxista moderno. in: *Voz da Unidade*, nº 481, 01 a 07/02/1990, p. 8.

² Projeto de Estatuto do PCB: unidade democrática. in: *Voz Especial*, 15 a 25/07/1990. s/p. Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 02/ Série 03/ DIXC O3.6.PPTE.

³ *O Partido*. in: Texto resumido das teses ao IX Congresso. p. 8. Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 02/ Série 03 DIXC/ 03.6.PPTE.

⁴ *Uma nova cultura, uma nova política e uma nova organização para o PCB – levar às últimas conseqüências as opções de caráter renovador e democrático desde a Declaração de Março de 1958*. in: Texto resumido das teses ao IX Congresso. p. 17. Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 02/ Série 03 DIXC/ 03.6.PPTE.

Ademais as revoluções socialistas sempre contaram com as alianças com outras forças sociais.¹

Werner Ximenes Hackradt, do Rio Grande do Norte, sustentava a atualidade do centralismo democrático. Ele não estava ultrapassado. Eficiente, apresentava-se como um mecanismo fundamental para evitar as influências reformistas e anarquistas no seio do movimento comunista. É claro, as deficiências se originavam da sua aplicação sem democracia. Mas, mas ao mesmo tempo, ele continuava significando uma subordinação obrigatória e não formal da minoria à maioria.²

Tratar diretamente dos dilemas da ditadura do proletariado tornara-se um nó para um partido que vivia um processo de transição para a democracia desde o final dos anos setenta. Mas os debates do PCB também colocaram o termo, anteriormente apreciado como um dogma intocável, na berlinda. Nas interpretações de vários pecebistas, o problema central não se localizava no conceito elaborado pelos pensadores alemães, mas na sua adaptação à realidade soviética. Era o caso do comunista Celso Soares. A ditadura do proletariado não era uma *“invenção dos dogmáticos, mas dos anos de trabalho de Marx e de Engels”*. Ele admitia a forma partido único como uma contingência da revolução de outubro, e não um desdobramento necessário da aplicação do marxismo. Contraditoriamente a prevalência da coerção apresentava-se como inerente à consolidação do socialismo: *“não haverá socialismo sem medidas enérgicas de supressão dos direitos e das condições econômicas do capitalismo”*.³

Para Theodoro Mello a violação dos princípios doutrinários marxistas e leninistas na URSS se relacionava ao uso permanente desse mecanismo pelo Estado soviético: *“de recurso temporário destinado a consolidar o poder operário ameaçado pela contra-revolução, transformada em forma de poder permanente, exercida por um estreito círculo dirigente do partido, usada para suprimir as divergências”*.⁴ Todavia o problema era mais profundo do que as deturpações ou os desvios do regime. Ailton Marinho indicava as diversas contradições.

¹ **NASCIMENTO**, Fausto. Não o culto, mas a atualidade de Lênin. in: *Voz da Unidade*, nº 494, 24 a 30/05/1990, p. 4.

² **HACKRADT**, Werner Ximenes. O centralismo democrático como valor permanente. in: *Voz da Unidade*, nº 340, 10 a 16/04/1987, p. 11.

³ **SOARES**, Celso. Sem fórmulas, sem rótulos. Tribuna de Debates para o IX Congresso do PCB. in: *Voz da Unidade*, nº 513, p. 11.

⁴ **MELLO**, Theodoro. *A situação internacional*. Comissão do Programa assinado por Theodoro Mello. Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 02/ Série 03 DIXC/ Manifestos/ Declarações Políticas, 28/12/1989, p. 15.

No “marxismo ortodoxo” a questão da substituição do Estado burguês por um proletário obscurecera uma possível “*estratégia democrática de transição do capitalismo para o socialismo*”.¹

Logo muitos comunistas compreendiam que a construção de um projeto de socialismo democrático e de via processual era incompatível com a tese da ditadura do proletariado:

*romper em definitivo com a teoria da revolução e da transição socialista derivada da revolução de outubro, calcada na concepção da revolução como um momento de ruptura violenta onde a ‘vanguarda da classe operária’ ou o seu ‘estado maior (partido) toma o poder pela força das armas (através da insurreição) no qual o poder se institui como ditadura do proletariado.*²

O novo socialismo baseava-se na consolidação de um Estado de direito, na idéia de um autogoverno, de uma democracia de massas com alternância de poder; enfim na supremacia da sociedade civil sobre o estado.³

Procurando renovar o marxismo do PCB, militantes comunistas traziam abordagens que aproximavam esse pensamento de novas elaborações teóricas em destaque no Brasil desde os anos setenta. Influenciados pelos ventos progressistas da Teologia da Libertação e pela importante presença de cristãos no Partido dos Trabalhadores, pecebistas defendiam alterações no discurso partidário. Era necessário construir um diálogo aberto entre cristãos e marxistas.⁴ Sem sectarismos. Para isso os primeiros precisavam superar o “*cesaropapismo da Igreja Católica tradicional*” e a encíclica de Pio XI, de 1931, que definia o socialismo como intrinsecamente mau. Por outro lado, os marxistas deviam rever a tese de Karl Marx sobre a condenação da religião como o “*ópio do povo*”. A realidade atual favorecia a ligação entre eles e os intelectuais humanistas que lutavam em torno de uma mesma ética e por objetivos comuns. Se o Partidão desejava crescer, ele precisava adaptar o seu marxismo às crenças do povo brasileiro: “*esta crença está ligada diretamente no sentido de liberdade e também de religião. Esta é,*

¹ **SANTOS**, Ailton Marinho dos. Estratégia dupla. in: *Voz da Unidade*, nº 489, p. 4.

² **SEGATTO**, José Antonio. *Para o novo socialismo*. in: *Voz da Unidade*, nº 505, 0/019/1990, p. 4.

³ *Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia*. Declaração política do 9º Congresso do PCB. Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 02/ Série 03 DIXC/ Manifestos/ Declarações Políticas, 28/12/1989. RJ: 02/06/1991. p. 5.

⁴ **LINDOSO**, Dirceu. Marxistas e cristãos: um diálogo aberto. in: *Voz da Unidade*, nº 361, 04 a 10/09/1987, p. 5.

portanto, a imagem que devemos torná-la pública: a imagem de um comunismo tipicamente brasileiro onde a liberdade está acima de tudo".¹

Recebendo o sopro renovado dos ventos que arejavam a ação coletiva dos movimentos sociais, Almira Rodrigues comparecia ao debate pecebista propondo uma discussão bem distinta e inovadora. Militante da comissão de mulheres, ela chamava a atenção para a necessidade de reflexão sobre a identidade do partido através de questões que se relacionavam ao papel do indivíduo numa organização comunista. Repensando a prática política a partir do seu viés socializador e prazeroso, ela defendia mudanças organizacionais que aprofundassem os valores da democracia e do humanismo no interior do PCB.²

As novas abordagens sobre questões étnicas, ambientais e de gênero também ocupavam um espaço crescente no Partidão. Durante as comemorações do centenário da abolição da escravidão no Brasil, em 1988, o jornal *Voz da Unidade* publicou diversas matérias sobre a história e a luta dos negros no Brasil. Reforçando essa tendência, militantes do movimento negro ressaltavam a necessidade do reconhecimento da articulação entre raça e classe na luta pelo socialismo. E apontavam os obstáculos ainda existentes no campo das esquerdas para que a questão étnica conquistasse um papel central nas suas ações.³ Apesar dos novos influxos, a visão do PCB ainda demarcava-se pela idéia da subordinação das lutas de caráter étnico ou de gênero à clássica contradição entre capital e trabalho: os novos movimentos *"só atingirão suas expectativas se relacionados à luta pela resolução da contradição clássica entre o trabalho e o capital"*.⁴

¹ **IONA**, Silvio. Um comunismo brasileiro. in: *Voz da Unidade*, nº 336, 13 a 19/03/1987, p. 5.

² **RODRIGUES**, Almira. Em busca do novo. in: *Voz da Unidade*, nº 513, 01/05/1991, p. 5.

³ **SOUZA**, Abigail Alves de Souza, A questão racial e o socialismo e **DEUS**, Pedrina de. Consciência racial e consciência política. in: *Voz da Unidade*, nº 398, 10 a 16/06/1988, p. 12.

⁴ *Declaração Política do VIII Congresso (Extraordinário) do PCB*. in: *Voz da Unidade*, SP, nº 355, 24 a 30/07/1987, p. 10.

III. O PCB numa sinuca de bico: a democracia como solução para a crise do socialismo?

O socialismo pecebista demarcava-se por uma tensão constante relacionada à incorporação da questão democrática e da via pacífica em sua estratégia revolucionária. As reformas na URSS potencializavam esse caminho, reacendendo uma crise não resolvida, tornando-se a principal responsável pelas dissidências e expurgos desde os anos cinqüenta.¹ Apoiando-se nas reformas e sem negar a possibilidade da via revolucionária, as suas concepções tentavam equilibrar-se numa tênue linha divisória que rapidamente poderia transformá-las em antípodas. Assim alguns documentos ressaltavam a esquizofrenia do PCB diante das experiências do socialismo real:

*ao mesmo tempo em que lutavam pela democracia nos países capitalistas, defendiam modelos estatais burocráticos autoritários. Tendo como matriz o partido bolchevique, buscavam plasmar sua ação na luta contra a opressão e a exploração capitalista tal como ela se apresentava em seus respectivos países, mas quase sempre prefiguravam um futuro socialista inspirado no chamado "socialismo real"*².

Para Alberto Aggio o momento era de recuperar o tempo perdido. Assumir plenamente a via democrática. Resgatar o debate do final dos anos setenta. Após a obra de Carlos Nelson Coutinho, nada de mais relevante havia sido produzido no

¹ Desde o final dos anos cinqüenta, as crises e defecções no PCB giravam em torno das mesmas polêmicas: a denúncia do stalinismo, a incorporação da estratégia democrática à linha partidária, a adequação da política comunista à realidade nacional, o alinhamento com o socialismo soviético e o confronto entre a via processual e insurrecional. Dessa forma, após a primeira ruptura, que resultou na formação do PC do B, seguiram-se outras. Na conjuntura após o golpe civil-militar de 1964, as tensões acirraram ainda mais as diferenças no interior do partido. Novos rachas aconteceram e puseram fim à hegemonia do PCB sobre o campo das esquerdas com o aparecimento de várias organizações que aderiram à luta armada. No final dos anos setenta, já sob o ambiente da transição brasileira, novos dissensos. Uma acirrada luta interna desembocou na saída de Luís Carlos Prestes e vários partidários. Logo depois, a saída dos chamados renovadores inspirados na perspectiva eurocomunista.

² *Empreender a construção de uma nova forma-partido, socialista e democrática, humanista e renovadora.* in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 01/ 059. PCB, s/d. p. 3.

partido. Preso à soviétologia, o PCB não seguira os passos do marxismo italiano. O debate havia sido colocado no índex.¹

Apesar da derrota dos eurocomunistas, as discussões sobre o valor da democracia e do seu papel na estratégia pecebista ficaram longe do ostracismo. Pelo contrário as suas posições demarcaram a história da agremiação. Segundo alguns comunistas, tais propostas, mesmo derrotadas, tornaram-se a base da atuação política do PCB na transição. “Etapista”, “conservadora” e “reboquista”, elas não diferiam os distintos objetivos existentes no seio da frente democrática. Subordinavam os setores proletários à dinâmica burguesa. Restringiam a democracia ao seu caráter político, separando-a das transformações econômico-sociais e da centralidade operária.²

Carlos Simões contrapunha a democracia de valor universal ao socialismo democrático. O primeiro era portador de uma tendência a-historicista, acima do conflito de classes. O segundo tornava-se uma concepção universal, uma conquista da humanidade cujos princípios se baseavam no leninismo, não superado e em consonância com a modernidade.³

A Plataforma da Esquerda Socialista absorvia determinados elementos das visões em disputa. O movimento incorporava o valor estratégico da democracia na luta anticapitalista e no socialismo. Entretanto o PCB precisava aprofundar o seu conteúdo. Diferenciando-se dos dois extremos – aqueles que adotavam o termo enquanto um valor tático e a centro-direita que confundia o mesmo com o regime capitalista – o grupo vislumbrava a possibilidade da criação de instrumentos de uma nova ordem no interior da sociedade burguesa. Essa conquista não significava a adesão à via evolutiva, mas a necessidade de uma guerra de posições diária no interior da velha sociedade.⁴

A importância do elemento democrático nas formulações marxianas também polarizou o debate pecebista. Clóvis Magalhães reivindicava a sua centralidade no

¹ **AGGIO**, Alberto. Qual democracia? in: *Voz da Unidade*, nº 487, p. 5. As primeiras manifestações formais das discussões eurocomunistas no Brasil foram introduzidas por Carlos Néilson Coutinho através do texto “A democracia como valor universal”, na revista *Encontros com a civilização Brasileira*, nº 9, março de 1979. **SEGATTO, SANTOS**, Op. cit., p. 38.

² Documentos da Conferência estadual do Rio Grande do Sul, em 1987, p. 34 e **TODERO**, Domingos Roberto. *Movimentos da realidade atual e a política dos comunistas*, p. 5. in: Arquivo pessoal de Domingos Roberto Todero.

³ **SIMÕES**, Carlos. Qual socialismo?. in: *Voz da Unidade*, nº 490, 26/04 a 02/05/1990. p. 6.

⁴ *Reconstruir o PCB*. Carta de princípios da Plataforma da Esquerda Socialista. SP, novembro de 1990. p. 19. in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 02/ Série 03/ DIXC.

pensamento de Karl Marx. Herdeiro de Rousseau, o teórico alemão pretendia radicalizar o iluminismo francês através das idéias da extinção do Estado, da ampliação do controle popular, da fixação dos direitos e das restrições ao poder governamental. Embora a experiência soviética tivesse bloqueado o seu desenvolvimento, esses temas estavam presentes nas suas análises. Assim a construção do socialismo democrático significava recuperar o ideário marxista. Era necessário construir uma nova cultura política que rompesse com as velhas concepções: destruir a estrutura leninista de partido e investir prioritariamente na democratização do Estado e numa ampla mudança cultural.¹

Mas na visão de Marcos Del Royo a descendência rousseuniana de Karl Marx não resultara na constituição de uma teoria democrática consistente. As principais elaborações sobre o assunto, cujos influxos inspiravam segmentos da intelectualidade e da teoria política de esquerda, derivavam do italiano Norberto Bobbio e da Escola de Torino. Assim a reconstrução do movimento socialista e da sua práxis exigia a elaboração de uma nova teoria democrática que recuperasse a utopia libertária de Rousseau e Marx e superasse o realismo da democracia realmente existente.²

Reivindicando as conquistas do bloco soviético, o documento do PCB relacionava as enormes transformações mundiais em curso aos eventos de 1917. O novo sistema se afirmava através da sua capacidade de solucionar os problemas globais da humanidade. Por isso criticava a tese de uma transição rápida. Os retrocessos eram possíveis. Na nova etapa mundial científico-técnica, a conquista do socialismo estava inserida na questão democrática, na coexistência pacífica e na superação do conflito entre os dois sistemas.³

Assim, no ano de 1989, Salomão Malina escrevia sobre o futuro do socialismo.⁴ As esperanças voltavam-se para a superação do modelo stalinista, cujas origens remontavam ao cerco econômico e militar sofrido pelo país, ao atraso e à base camponesa predominante na URSS. Para o dirigente comunista a renovação passava

¹ **MAGALHÃES**, Clóvis. O socialismo precário. in: *Voz da Unidade*, nº 507, 1/11/1990. p. 9.

² **ROYO**, Marcos Del. Os marxistas e a teoria democrática e De novo a teoria democrática. in : *Voz da Unidade*, nº 505 e 506, 01/09 e 01/10/1990, p. 4.

³ Socialismo com democracia. in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 01/ Série 01/ DPGP/ p. 1, 2.

⁴ **MALINA**, Salomão. A Perestroika e o futuro do socialismo. in: *Voz da Unidade*, nº 466, 05 a 11/10/1989, p. 6.

pelo resgate do processo de autocrítica realizado naquele país após a morte de Stálin, alcançando no XX Congresso do PCUS, o seu marco mais importante. Os comunistas deviam repensar as graves debilidades do modelo. Domingos Todero apontava algumas delas: a subestimação da complexa construção do socialismo, da questão democrática, do papel do indivíduo, uma depreciação dos ideais libertários e humanistas e da própria capacidade de reciclagem do capitalismo, a fusão entre partido e Estado.¹

Muitos comunistas entrelaçavam a renovação socialista ao resgate da tradição revolucionária de 1917. Diante do avanço da crise, tornava-se cada vez mais forte a idéia da sua reestruturação através da ruptura com tais pressupostos. Não bastava corrigir os desvios stalinistas. José Antônio Segatto indicava os novos sinais das mudanças: em vez da insurreição violenta, uma via processual. No lugar da democracia trabalhada de forma tática e instrumental a sua transformação num valor universal, no pluralismo, na observância dos direitos humanos, na socialização da política. Por isso apostar no novo socialismo significava liberar-se da cultura política da Terceira Internacional e do marxismo-leninismo, rever a fratura do movimento socialista internacional pós-1914 e analisar o capitalismo a partir das novas transformações.²

As noções sobre o papel do Estado no socialismo também sofreram importantes reformulações. Afirmando a supremacia da sociedade civil sobre o mesmo, e incorporando definitivamente as concepções originadas de Antonio Gramsci, esse deixava de ser *“um comitê executivo da burguesia”*, conforme apresentavam os primeiros textos de Marx. Ele adquiria um caráter ampliado, *“permeável à ação da sociedade civil e ao seu controle, sendo passível de uma disputa no jogo democrático por forças sócio-políticas contraditórias”*.³ As interpretações dessa tese traziam importantes implicações para a ação política dos comunistas na conjuntura nacional. Defensores da via que valorizava a importância da interferência estatal para o desenvolvimento do país, o discurso de

¹ **TODERO**, Domingos. Em busca de uma nova síntese. in: *Voz da Unidade*, nº 503, p. 4.

² **SEGATTO**, José Antonio. A crise e o futuro do socialismo. in: *Novos Rumos*, nº 18/19, p. 109 e Para o novo socialismo. in: *Voz da Unidade*, nº 505, Op., p. 4.

³ **FREIRE**, Roberto. *Novo socialismo. Novo PCB*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 07/11/1990. in: Caderno de debates, nº 1, 1990, p. 4. Acervo do AMORJ; Fundo PCB/ Parte 02/ Série 03.

vários líderes do PCB passou difundir referências cada vez mais críticas à cultura estatista, sepultada “*como via para a construção do socialismo*”.¹

As vozes resistentes às mudanças no projeto socialista também se faziam ouvir no PCB, tornando-se bastante nítidas a partir de 1990. Carlos Simões refutava a crítica implacável dos “novistas” ao socialismo real – um “*confronto direto e sem mediações com a totalidade do socialismo passado*”.² Discordando dessa abordagem, o debate passava pela relação entre leninismo e stalinismo. Por isso ele não via a natureza inovadora do processo em curso. A experiência socialista era a principal responsável pelas condições que permitiriam à URSS saltar para uma sociedade de consumo. Com a mesma convicção, Abelardo Baltar conferia ao socialismo real um grande papel histórico. Embora estivesse perdendo a competição para as economias capitalistas centrais, em países pobres ele poderia resolver os problemas básicos da população, impulsionando um forte crescimento econômico com uma radical repartição da riqueza.³

Apesar de todos os erros e as deturpações de uma prática condenável, o socialismo ainda era o projeto mais generoso criado pelo homem para viver em sociedade. Assim vaticinava Paulo Cavalcanti. Respondendo ao historiador Eric Hobsbawm, o ano de 1989 não representava o fim de uma utopia. Ele era “*o início de uma virada histórica, com o sepultamento temporário de um socialismo espúrio*”.⁴ A renovação socialista deveria se pautar pela constituição de uma economia moderna, baseada na competição e até mesmo no lucro, desde que este fosse associado ao bem estar social, com a incorporação de novas tecnologias, mas, sobretudo, com uma reforma da mentalidade do homem.

Outros dirigentes pecebistas defendiam o esgotamento da própria possibilidade de renovação do socialismo. Era o caso de Jarbas de Holanda: “*a proposta de dois anos atrás de ‘socialismo renovado’ está esgotada: o colapso do Leste europeu e a profunda crise da União Soviética deixam claro que não se trata de renovar, mas de substituir no essencial o que se considerava*

¹ SEGATTO, Op. cit., 1990, p. 109.

² SIMÕES, Carlos. Insustentável novismo. in: *Voz da Unidade*, nº 483, 15/02 a 07/03/1990, p. 7.

³ ROCHA, Abelardo Baltar da. A esquerda numa economia de mercado. in: *Voz da Unidade*, nº 510, 01/02/1991, p. 4.

⁴ CAVALCANTI, Paulo. *Ser ou não ser comunista*. Entrevista concedida ao Diário de Pernambuco, em 19/12/1990. Contribuição ao IX Congresso do PCB. RJ: maio/junho 1991, p. 8-15. in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 02/ Série 03/ DIXC.

alternativa mais eficiente (...) e justa (...) ao mercado capitalista".¹ O novo socialismo resgataria a tradição do reformismo social-democrata – também demarcada por uma série de concepções comuns à cultura da Terceira Internacional –, modernizando-se com as transformações da revolução científico-técnica.

IV. O PCB e as estratégias da revolução brasileira

As reformas na URSS inauguravam uma nova etapa no movimento comunista internacional. A declaração de Salomão Malina na reunião dos PC's em Moscou enfatizava a situação do PCB até 1956: "*dogmatismo e cópia de modelos*".² A partir de então o comunismo brasileiro passava a constituir um caminho original, superando, inclusive, as relações conflituosas com os demais partidos das esquerdas.

Avaliando as experiências recentes da história nacional, a luta armada e a guerra civil não interessavam ao povo. O Partidão avaliava o cenário do país como não revolucionário. O Brasil não tinha condições de percorrer o modelo insurrecional, pois a situação local não se assemelhava as da Rússia, China ou Nicarágua. Colocar o socialismo na ordem-do-dia dependia da mobilização e da conscientização das massas. Esse processo demarcava-se pelo caminho da democracia e pela via pacífica para o socialismo.

Assim as estratégias da revolução no Brasil relacionavam-se diretamente aos desdobramentos da transição. As discussões dividiam opiniões acerca do papel desempenhado pela Frente Democrática naquele processo. Na visão oficial do PCB, a "Nova República", inaugurada em 1985, era o elemento novo da conjuntura e a sua composição mostrava-se favorável às forças democráticas e nacionais. Havia diferenças e limitações, mas elas eram de ritmos, profundidade e extensão das

¹ Mesa Redonda: O novo é plural e ambíguo. Resposta do dirigente Jarbas de Holanda, do Diretório Nacional do PCB, às perguntas da redação do jornal Voz da Unidade. in: *Voz da Unidade*, nº 507, 01/11/1990, p. 14.

² **MALINA**, Salomão. O movimento comunista precisa de renovação. in: *Voz da Unidade*, nº 371, 13 a 19/11/1987, p. 7.

mudanças.¹ O partido criticava aquelas organizações que lutavam pela democracia através da oposição sistemática ao governo da Aliança Democrática. A sua atitude fortalecia a direita. Também refutava a edição de uma frente de esquerda que levaria à agremiação ao esquerdismo e ao isolacionismo. A tática dos comunistas tinha como apelo central o restabelecimento do Estado de direito no Brasil. A estabilização da vida política atendia aos interesses das massas populares e trabalhadoras, e seguia a tradição do pecebismo que fazia da democracia “*um elemento primordial na luta pelo socialismo*”.² Mas no interior da organização as divergências tornavam-se cada vez mais vultosas.

Muito pecebistas defendiam a tese de que o cenário brasileiro, na metade dos anos oitenta, não se encontrava mais polarizado pelo dilema democracia x regressão, que justificava “*a possibilidade de compromissos eventuais com conservadores que repudiassem o retorno à ditadura*”.³ Para diversos militantes – principalmente aqueles que atuavam no vigoroso movimento sindical brasileiro – a percepção era a mesma. Segundo Adeílson Telles, na época um sindicalista do setor bancário carioca (uma área de influência tradicional do Partidão), a direção nacional “*desejava estender ainda mais a política de transição democrática na democracia*”. Num ambiente onde a democracia estava consolidada, essa tática gerava enormes tensões entre duas propostas: a defesa de ações mais ousadas e uma aproximação com a CUT e a adoção de uma linha moderada, baseada no discurso do perigo do retrocesso e da atuação próxima à CGT.⁴

No *Voz Debate*, cujas discussões prepararam – e esquentaram – o VIII Congresso, os artigos também evidenciavam a crise do PCB e as debilidades da sua atuação diante de uma conjuntura nacional dinâmica. Implantar um Estado de direito democrático no Brasil era a tarefa central dos comunistas. Era um consenso. Mas a unidade se distanciava quando eles expunham as suas visões de democracia. Para o gaúcho Eliezer Pacheco, havia no partido uma mistificação quanto ao significado da mesma após a ditadura. O reboquismo da organização diante da Aliança Democrática

¹ *Da abertura à Nova República*. PCB. Data provável 1986. pp. 6 e 7. in: Acervo do AMORJ: Série 01. Da política geral do Partido.

² *A tática do PCB*. PCB. p. 3. in: Acervo do AMORJ: Série 01. Da política geral do Partido.

³ Documentos da Conferência estadual do Rio Grande do Sul, em 1987, p. 32. Arquivo pessoal de Domingos Todero.

⁴ Entrevista de Adeílson Telles, militante comunista do setor bancário, de 1981 a 1991. Em 14/04/2008.

expressava a predominância de uma postura liberal ou social-democrata. A sua omissão no cenário nacional relacionava-se diretamente ao não desmascaramento do conteúdo de classe da democracia burguesa.¹

Paulo Tiellet avaliava que a profunda crise ideológica do PCB derivava do seu distanciamento da realidade e do conseqüente isolamento das massas. O comunista definia a atual etapa da revolução brasileira como socialista, visto que a luta democrática e antiimperialista assumia necessariamente um caráter anticapitalista. Entretanto o PCB resistia em superar o etapismo. Preso à sua tradicional fórmula nacional e democrática, as resoluções não acompanhavam as profundas mudanças do capitalismo brasileiro em pleno estágio monopolista e internacionalizado. Secundarizando as tarefas socialistas: *“Elimina ‘a priori’ a hipótese de revolução, enquanto ruptura da ordem econômica, social e política burguesa, mas apenas enquanto processo de transformações e ampliações contínuas, ou seja, situa-se dentro da lógica do reformismo”*.²

A resistência em romper com o etapismo localizava-se no choque com a sua política de apoio à “Nova República”. O resultado era a perplexidade, o imobilismo, a falta de coesão ideológica e a redução da sua influência. O PCB era a única agremiação da esquerda que não crescia. Assim ele vivia a contradição de aliar-se às forças sociais interessadas nas transformações progressistas, e, na orientação tática realizar alianças liberais pouco interessadas nas mudanças.³

Confrontado com os debates e com o alto grau de insatisfação presente na organização – o PCB gaúcho chegara a propor a rejeição do documento *“Avaliação do trabalho da direção”*⁴ –, o núcleo dirigente arbitrava entre os dois extremos, e acreditava ter alcançado uma síntese com as resoluções do VIII Congresso do PCB: *“a superação de uma certa interpretação errônea que confundia a frente democrática com a Aliança Democrática e atribuía ao governo central, elemento orgânico da transição, um peso predominante na articulação da frente única”*.⁵ Uma inflexão. A política comunista então devia voltar-se para a atração das

¹ **PACHECO**, Eliezer. Democracia proletária ou social-democracia? in: Voz Debate. *Voz da Unidade*, nº 332, 13 a 19/02/1987, p. 2 .

² **TIELLET**, Paulo. A questão da etapa atual da revolução brasileira. in: Voz Debate. *Voz da Unidade*, nº 346, 22 a 28/05/1987, p. 1.

³ **Ibid.**

⁴ *Elementos para o debate do balanço da Direção Nacional*. Documentos da Conferência estadual do Rio Grande do Sul, em 1987, p. 15. Arquivo pessoal de Domingos Roberto Todero.

⁵ **Ibid à nota 2.**

forças de esquerda, inserindo-as na frente democrática, e construindo um novo bloco político democrático e progressista.

Defronte às dificuldades cada vez maiores da agremiação, ampliadas com o agravamento da crise do bloco soviético, o partido tentava superar as debilidades lançando Roberto Freire à presidência da república. Apostando nas similaridades entre essa candidatura e a de Ildo Fiúza, em 1945, a organização ressaltava os pontos em comum existentes nas duas conjunturas. Assim como acontecera com o movimento comunista após a II guerra mundial, com o fim da guerra fria “o mundo socialista também voltava a gozar de simpatia, a partir do processo de renovação do socialismo que ocorria na União Soviética e em outros países socialistas”.¹

Entretanto, a interpretação elaborada pelos comunistas sobre os dois processos não levava em conta uma singularidade crucial. No pós-guerra a URSS aparecia aos olhos da opinião pública mundial como a responsável pela libertação da Europa do jugo do nazismo. A perspectiva socialista encontrava-se, portanto, prestigiada e altamente respeitada. Nos anos oitenta os significados eram outros. A partir da crise das nacionalidades e dos países do Leste europeu, os eventos consolidavam as imagens de um regime opressor, corrupto e autoritário que deveria ser destruído. Ao contrário dos anos quarenta, no final do século XX a herança comunista estava na berlinda, em pleno julgamento. E parece que o Partidão demorou a compreender a dura realidade.

Na verdade a opção pela candidatura própria revelava os impasses e as várias visões sobre a estratégia partidária do PCB. Também indicava que ele não reconhecia, de fato, a sua ultrapassagem por partidos mais novos – o PT e o PDT – e com uma política oposta, no campo das esquerdas. A campanha acabou funcionando como um pólo unificador momentâneo dos comunistas. A candidatura dotara Roberto Freire de condições de levar adiante um processo radical de mudanças. A partir de 1989, o PCB debatia seriamente a formação de um novo partido no Brasil. Apontando para si uma tarefa nada modesta, ele considerava ser o pólo propulsor de uma nova esquerda no país: “a recriação da própria identidade de toda a esquerda democrático-brasileira – esteja onde ela estiver”.²

¹ *PCB vê a passagem gradual ao socialismo*. Reportagem de Clovis Sena. in: *Terceiro Mundo*, SP, 1988. p. 58. in: acervo do AMORJ. Série Biografias.

² *Um projeto para o PCB*. p. 4. PCB. Texto. (Data provável 1989). in: Acervo do AMORJ: Série 01. Da política geral do Partido. 035.

V. Os últimos congressos do Partido Comunista Brasileiro

Após as eleições presidenciais de 1989, o PCB, imerso na crise, avançava na preparação do seu IX Congresso. Qual socialismo a construir? Que balanços fazer da tradição oriunda da Terceira Internacional? Qual era o papel da agremiação na conjuntura nacional? Que mudanças realizar na sua forma-partido? Roberto Freire via na reformulação uma influência crucial das reformas na URSS. Mas elas também significavam a busca por um caminho mais autônomo. Dessa forma, algumas semanas antes do golpe de agosto, o comunista vaticinava que aquele era um caminho sem volta: *“nós assumimos uma postura de avançar na discussão da democracia, da economia do socialismo possível, do esgotamento daquele modelo da 3ª Internacional. E independente do que venha ocorrer na União Soviética, nós vamos continuar este processo”*.¹

A refundação do Partido Comunista Italiano: um novo guia como referência?

As transformações no Partido Comunista Italiano em 1990 causaram um impacto decisivo sobre as discussões do futuro do comunismo pecebista. No final dos anos cinqüenta, a Declaração de Março de 1958 já demarcara uma certa influência das formulações do PCI sobre o partido. Se a temática da coexistência pacífica derivava das concepções do PCUS, a questão democrática e a via processual inspiravam-se nas elaborações italianas, mesmo que esse processo não tivesse sido acompanhado por uma profunda revisão e afastamento do comunismo soviético. O principal influxo, contudo, deveu-se diretamente à presença de jovens intelectuais que tentaram renovar o socialismo do Partidão através das reflexões do eurocomunismo.

Os desdobramentos da luta política no PCB não resultaram na ruptura com o modelo soviético – nítido no apoio conferido ao POUP em 1981 –, mas aquela visão coadunava-se melhor ao ambiente da redemocratização brasileira. Percebendo o paradoxo, muitos comunistas criticavam a permanência das idéias “revisionistas liberais” apesar da saída dos seus expoentes da organização. A direção reproduzia na

¹ MACHADO, Op. cit., p. 2.

prática aquela política, confrontando-se com as principais resoluções do VII Congresso: “*Em que medida combateu os equívocos apontados e/ou com os mesmos conciliou e/ou inclusive os assimilou. Em que medida as concepções vitoriosas ou derrotadas foram assimiladas e postas em prática pelos organismos partidários de variados níveis e pelos militantes individualmente*”.¹

No transcorrer da crise do socialismo real, as mudanças no PCI tornaram-se um paradigma. A revista *Novos Rumos* dedicou uma edição completa à reprodução das teses defendidas no XIX Congresso do partido.² *Voz da Unidade* reproduziu a entrevista concedida por Achille Occhetto a Eugenio Scalfari, diretor do Jornal *La Repubblica*. “*A Constituinte dos Comunistas Italianos*”³ ressaltava a violenta reação de vários militantes diante da proposta de refundação, de abandono dos seus tradicionais símbolos e ideologia. E expunha a visão de Occhetto. Para ele a mudança não se relacionava ao colapso dos PC’s europeus. Desde 1969, a agremiação havia se retirado do movimento comunista internacional. Um novo partido justificava-se devido às profundas alterações ocorridas com o fim da guerra fria e a queda do muro de Berlim.

Muitos comunistas brasileiros saudaram a iniciativa do PCI – oriunda do seu setor majoritário –, destacando o caráter vanguardista das suas ações: “*mais uma vez o PCI toma a dianteira dentro do movimento comunista e propõe idéias ousadas, avança hipóteses que só bem mais tarde serão reconhecidas por outros partidos como válidas*”. Assim o dirigente paulista Marco Antonio Franklin identificava as influências positivas daquele processo sobre o PCB, também demarcado pela presença de tendências semelhantes às dos italianos.⁴ O grupo liderado por Occhetto ambicionava reorganizar as esquerdas na Itália e na Europa, constituindo o novo PDS (Partito Democratico de la Sinistra) no centro da formação de uma nova forma-partido. No Brasil, mais do que modificar radicalmente a sua face comunista, vários dirigentes desejavam interferir nos rumos das esquerdas brasileiras. Advogando o esgotamento das próprias, eles propunham para o PCB o mesmo objetivo dos italianos. Neste sentido o discurso relacionava a refundação a uma lógica suprapartidária, que, entretanto, teve como única e principal expressão a organização dos Fóruns Socialistas.

¹ *Elementos para o debate do balanço da Direção Nacional*. Op. cit.

² *Novos Rumos*, ano 5, nº 17, SP: Editora Novos Rumos, Instituto Astrogildo Pereira, 1990.

³ **DEL ROIO**, José Luiz. A Constituinte dos Comunistas Italianos. Tradução da entrevista concedida por Achille Occhetto a Eugenio Scalfari. in: *Voz da Unidade*, nº 479, 18 a 24/01/1990, p. 6.

⁴ **MATOS**, Marco Antônio Franklin de. O que temos a ver com o PCI. in: *Voz da Unidade*, nº 499, 05/07 a 11/07/1990, p. 4.

A abordagem de Marcos Del Royo defendia tal perspectiva. Era premente formar uma nova esquerda no Brasil, liberando-a das visões escatológicas e economicistas, impregnadas de vícios incontornáveis como o messianismo, o corporativismo e o populismo. Nesse “novo tempo” o PCB cumpriria um papel central: *“se o PCB pretende ser eixo e embrião da nova esquerda e força propulsora de um novo socialismo deve dar um enorme salto de qualidade em seu próximo congresso”*.¹

Criticando as concepções de *“reinvenção do socialismo”* e de *“refundação do PCB”*, Luís Oiticica vislumbrava nelas uma *“cópia desbotada do PCI”*. Refutando o *“capitulacionismo”* diante das ofensivas ideológicas sobre a agremiação e a idéia de esclerose do comunismo, ele defendia a atualidade do socialismo e a constituição de um *“duplo movimento articulado”*: *“ao resgate do que é permanente nestes pressupostos e a sua adequação ao mundo da superprodução, da ultra-velocidade”*.²

Dentre os “renovadores” também havia aqueles que percebiam na ascendência do partido italiano sobre a discussão do Partidão uma tentativa de reproduzir a concepção do “modelo”, do “partido guia”. Marcelo Barbosa, do grupo *Algo a Dizer*, assim relembra o processo: *“Eles não gostavam desta idéia do Togliatti de policentrismo no movimento comunista. Eles achavam que tinha que ter um centro. Como na cabeça deles acabou o centro na União Soviética, agora o centro era a Itália”*.³

Apesar das críticas, os caminhos da experiência italiana guiaram os passos do PCB. O sucesso de um reforçaria o êxito do outro. Apesar da lógica de equivalências, o cenário político e o papel desempenhado por ambos eram bem diferentes. Ao propor alterações radicais, muitos comunistas se comportavam como se a agremiação fosse a mais importante organização das esquerdas no Brasil. E essa já não era a realidade. Ao contrário do seu homônimo na Itália, o PCB, no final da década de oitenta, havia sido ultrapassado pelo PDT e, principalmente, pelo PT.

Perdendo a hegemonia que deteve durante anos, a renovação da sua cultura política não poderia prescindir dos processos em curso no seio das novas instituições partidárias. Dessa forma, a proposição majoritária do PCB, apesar do discurso amplo, não conseguiu agregar novos setores para a sua lógica de renovação do socialismo,

¹ DEL ROYO, Marcos. Novo socialismo, nova esquerda. In: *Voz da Unidade*, nº 476, 21/12/1989, p. 2.

² MACHADO, Luís Felipe Oiticica. A confusão da refundação. in: *Voz da Unidade*, nº 507, p. 4,8.

³ Depoimento de Marcelo Barbosa, Op. cit.

mesmo que várias das suas teses contagiassem militantes e grupos do campo das esquerdas nacionais.

Quem eram os conservadores e os renovadores no PCB?

Que mudanças o PCB deveria realizar? As disputas eram muitas. O debate estava polarizado. Entretanto, ele não dividia o partido em duas posições rigidamente antagônicas: “renovadores” X “conservadores”. Entre os extremos, diversos pecebistas queriam romper com a cultura comunista da Terceira Internacional. Era necessário alterar radicalmente a estrutura partidária. Reoxigená-la. Dar-lhe novos ares. Mas nem todos desejavam abrir mão das heranças históricas. Não queriam alterar as simbologias do Partido.¹

Outros muitos militantes refutavam com veemência a proposta dos “novistas”. A refundação do PCB era um termo mais suave para o processo de liquidação do partido: *“uma cortina de fumaça que esconde um objetivo maior: a liquidação do velho e querido PCB como alternativa real de poder e sua transformação num instrumento político dócil, gelatinoso e acomodado diante da burguesia”*.² Diante de uma organização em frangalhos, as mudanças deviam ser realizadas. Mas elas partiam da herança comunista. E da constatação de que, apesar das deformações, a experiência socialista desenvolvida até ali havia deixado um importante legado para as esquerdas mundiais.

Nas batalhas pecebistas a apropriação dos sentidos conferidos à renovação e à conservação tornara-se central. E estas não eram definições consolidadas e rígidas. Quem queria conservar? E quem se propunha a renovar? No campo das esquerdas ninguém gosta de se auto-referir como conservador. Assim ambos os lados apropriavam-se do termo. Todos eram “renovadores”. Mas propondo rotas distintas para a superação da crise do pecebismo.

¹ Era o caso do grupo *Algo a Dizer*. Eles estavam ligados às principais concepções propugnadas pelos “renovadores”, principalmente aquelas que reformulavam a concepções e as práticas internas partidárias. Entretanto defendiam a manutenção do PCB enquanto um partido de opinião, suprimindo as lacunas teóricas e ideológicas do PT.

² *Reconstruir o PCB*. Carta de princípios da Plataforma da Esquerda Socialista. SP, novembro de 1990. p. 12. in: Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 02/ Série 03/ DIXC.

A partir dos anos cinqüenta, os conflitos entre “renovadores” e “conservadores” demarcaram a história do PCB. Vivendo no presente a terceira tentativa de renovação, o historiador comunista Raimundo Santos retrocedia no tempo e tentava apreender os distintos significados adquiridos pelo mesmo, liberados com a primeira grande crise do movimento comunista internacional do pós-guerra.¹ Nos dois momentos cruciais da trajetória pecebista, os sentidos da renovação foram apropriados pela maioria da cúpula partidária, controlando tais processos e garantindo a sua reprodução.

Envolvidos pela crise dos anos de 1954 a 1957,² Santos demonstrava a presença de grandes obstáculos, impostos pela maioria do comitê central, para a construção da chamada nova política. Realizando uma operação que se tornou expressiva da mentalidade do partido – “a aceitação limitada das críticas dos renovadores, garantindo certos princípios”³ – esse núcleo mostrara-se incapaz de efetuar uma revisão radical na cultura política do PCB. Comportando-se de forma semelhante na segunda tentativa no período de 1976 a 1983, a direção rejeitara, num primeiro momento, as teses dos “renovadores” para, depois, incorporar sob o seu controle determinados argumentos.

Naqueles dois momentos da história pecebista, as mudanças foram conduzidas por dirigentes que não eram os autores das teses “renovadoras”, incutindo uma dinâmica na qual a tradição “ortodoxa” se flexibilizava sem, contudo, imprimir uma substancial alteração teórica. Monopolizando para si a exclusividade da renovação, o núcleo comunista, enfim, marginalizava as teses revisionistas, derrotadas nos anos cinqüenta e no início dos oitenta.⁴ Em 1991, boa parte dessa cúpula – responsável pela “saída prussiana” do VII Congresso e pelo conseqüente afastamento dos “eurocomunistas” – havia migrado para as teses “partido-novistas”.⁵ Uma questão “incômoda” que devia chamar a atenção do partido, problematizava o professor Ronaldo Coutinho. Os comunistas precisavam refletir sobre as posições tomadas pelas suas direções. As

¹ SANTOS, Raimundo. Os renovadores dos anos 80. in: *Voz da Unidade*, nº 511, 01/03/1991, p. 3.

² Em relação ao cenário brasileiro, o suicídio de Getúlio Vargas abalou a política de oposição sistemática adotada até então pelo PCB. Antes mesmo da sua morte, a linha oficial dos comunistas confrontava-se com a ação prática dos seus militantes no movimento sindical, estabelecendo alianças com os trabalhistas e uma atuação mais próxima em torno de bandeiras nacionalistas. As revelações do XX Congresso do PCUS abalaram o movimento comunista internacional e, juntamente com ele, as sólidas convicções do PCB.

³ SANTOS, Op. cit., 1991, p. 148.

⁴ *Ibid.* p. 156.

⁵ *Ibid* à nota 1.

proposições, anteriormente rejeitadas, eram incorporadas sem maiores balanços. Essa lacuna revelava a indigência teórica do PCB e o *“risco de acomodar o discurso público às necessidades políticas imediatas”*.¹

Ricardo Marinho seguia a mesma direção. E era mais preciso. O que estava em curso no partido era uma refundação conservadora. Deixando de realizar uma verdadeira autocrítica da *“reação termidoriana”* dos anos oitenta, a tese *“A caminho da renovação radical”* era confusa, contraditória. Consagrava com timidez *“o já sabido e anunciado pelos renovadores do VII congresso”* e apenas *“limitava-se a administrar os erros do passado”*. Enfim aquelas revisões não acumulavam para a criação do novo socialismo.²

Um *aggiornamento*. Assim os pecebistas do jornal *Algo a Dizer* compreenderam as movimentações de Roberto Freire e Sérgio Arouca, fundamentais para a vitória das proposições *“novistas”*. Acenando para a cúpula que controlava o aparelho partidário – em São Paulo, Régis Fratti, e no Rio de Janeiro, Geraldão – trouxeram praticamente todo o *stablishment* do PCB, transmutado em *“renovadores”*:

*O que causava mais revolta na gente, uma revolta juvenil, raivosa, na época, era o seguinte: é que a gente passou a década de oitenta toda numa briga com esses setores mais ligados ao aparelho (...). E, durante esse período, figuras como Roberto Freire e Sergio Arouca foram aliados nossos nessa briga contra o aparelho e tal, a favor da oxigenação do partido. E justamente na hora que a gente tem a chance de ganhar a parada, aí eles fazem esse movimento (...) um ‘aggiornamento’ no sentido de jogar a bôia pra essa turma (...). (...) Aí vem Geraldão, todo mundo, Malina, todos eles viram renovadores. (...) Era impressionante. A quantidade de elementos mais ortodoxos que vieram, migraram com malas e bagagens pr’o grupo renovador, naquele momento era muito grande. E os caras que não têm nada a ver com essa história.*³

Muitos comunistas, antigos *“ortodoxos”*, foram convencidos porque não haveria mudanças qualitativas na organização partidária: *“porque a estrutura do partido ia continuar a mesma coisa. Eles iam ter o lugar deles. O partido ia continuar (...) centralizado, verticalizado. Quem ia mandar continuaria sendo o comitê central”*.⁴

Dessa forma, o *aggiornamento* alterava substancialmente a formação política dos *“renovadores”*. Perdia a sua razão original. Os jovens militantes do *Algo a Dizer*

¹ COUTINHO, Ronaldo do Livramento. Quando o debate incomoda. in: *Voz da Unidade*, nº 505, p. 14.

² MARINHO, Ricardo José. Os ventos da refundação. in: *Voz da Unidade*, nº 511, 01/03/1991. p. 9.

³ Depoimento de Marcelo Barbosa e Sérgio Batalha, Op. cit.

⁴ Entrevista de Sérgio Batalha. Op. cit.

perceberam essa mudança qualitativa, quando se depararam com a comemoração efusiva dos antigos “linha-duras” diante da vitória das teses “novistas”:

*Na verdade, a gente era muito novo para entender isso na época. Mas depois, quando você acorda, você vê, né? (...) A gente não era burro, né (...) De um dia pr'outro o Geraldão dá um tapa nas nossas costas: – Ganhamos, companheiros! – Ganhamos? Ganhamos, quem, né? Ganhamos o quê?*¹

No PCB ninguém era “conservador”. Nos dois pólos as teses propunham mais do que uma renovação. Elas eram capazes de “salvar” o partido. Demarcados no debate pecebista como “ortodoxos” e “conservadores”, tais comunistas tentaram mudar a lógica do jogo. Eles também eram “renovadores”. Mas de uma *“renovação revolucionária do PCB”*. Um escândalo. Para vários “novistas” uma apropriação indébita da bandeira que lhes pertencia. Eles colocavam nuvens sob o sol. Fernando Carvalho estava perplexo com tal ousadia. E escrevia palavras duras sobre a manobra do *“Manifesto pela renovação revolucionária do PCB”*. Pretendendo criar confusão – visto que o seu movimento era *“claramente conservador”* – o comunista carioca acusava o malogro: aquelas teses se baseavam no maniqueísmo simplista entre reforma e revolução, observando a sociedade mundial sem notar qualquer modificação essencial na mesma.²

Militantes dessa causa assinalavam um compromisso radical com a renovação comunista. Dissipadas as brumas das concepções autoritárias, o socialismo poderia ser pensado como uma *“realização radical da democracia”*, apontando o comunismo como uma perspectiva futura. O PC, internacionalista, deveria se tornar *“um núcleo embrionário e articulador de um novo bloco histórico, socialista, que (criaria) as condições para romper e ultrapassar a bipolaridade ‘moderna’ ”*.³ Em relação ao patrimônio partidário era necessário manter e revalorizar o nome e os símbolos do PCB. Eles estavam carregados *“da mística e da esperança do homem novo e da nova sociedade”*. Renegá-los, significava oportunismo ou covardia. Afirmá-los era *“prova de coerência e visão histórica apurada”*.⁴

¹ Ibid.

² CARVALHO, Fernando A. C. Contra os ‘renovadores revolucionários’. in: *Voz da Unidade*, nº 513, p. 23.

³ MACHADO, Luís Felipe Oiticica. Duas tarefas das esquerdas. in: *Voz da Unidade*, nº 493, 17 a 23/05/1990, p. 4.

⁴ FOMOS, SOMOS E CONTINUAREMOS COMUNISTAS. *Manifesto por uma Renovação Revolucionária do PCB*. Arquivo do jornal *Algo a Dizer*, p. 5.

De todos os lados provinha a certeza de que era preciso renovar urgentemente o PCB, diante da ameaça de um desaparecimento político. Entretanto onde localizar os responsáveis pela grave situação do partido? Não havia nenhum? Ou todos, de uma certa forma, eram responsáveis por partes da linha aplicada pela organização?

A opção do Partido dos Trabalhadores: uma saída?

Para muitos pecebistas o futuro do comunismo passava pelo PT. Rompendo a polarização entre “refundadores” e “não-refundadores”, vozes dissonantes propunham ao partido uma saída alternativa: se o PCB estava numa crise terminal e a questão central era a renovação do socialismo e a formação de uma nova esquerda, não cabia à agremiação criar outro processo. Esse já existia. Estava forte e presente no Partido dos Trabalhadores.

“Adeus PCB. Bandeira de luta é a do PT”.¹ Assim Valter Pedrosa, militante comunista desde 1954, anunciava a sua posição diante da *débâcle*. Não havia dúvidas: “*não há porque vacilar, enrolar ou tergiversar sobre o caminho a ser seguido pelos tradicionais revolucionários brasileiros do Partidão*”. A saída estava na dissolução e na filiação de todos os militantes ao PT. Este representava, de fato, tudo o que eles um dia desejaram representar. Sem querer tomá-lo de assalto, aos comunistas restava negociar em “*posição modestíssima*” a sua “ *fusão completa e sem pré-condições*”.

O PCB estava esgotado. Mas o sindicalista Adeílson Telles acreditava numa alternativa menos dispersa. Ele queria a organização como uma tendência petista. Numa memória retrospectiva, a avaliação se baseava num “*sentimento meio prepotente*”: “*nós somos mais quadros, temos mais formação e mais organização (...). Se a gente for para lá organizado, em pouco tempo nós podemos constituir por dentro do PT uma hegemonia que nos leve a fazer as transformações no país*”.²

Renovando, porém reproduzindo velhas táticas do movimento comunista internacional. O “entrismo” significava a política de atuação “por dentro” de um partido de massas para tentar dirigi-lo – e ganhá-lo para a sua visão – ou se beneficiar da sua

¹ PEDROSA, Valter. Adeus PCB. Bandeira de luta é a do PT. in: *Voz da Unidade*, nº 509, p. 3.

² Entrevista de Adeílson Telles, Op. cit.

grande influência social. Prática implementada durante anos por diversas “correntes petistas”.

Para Telles, Roberto Freire poderia ter se tornado “*um dos grandes nomes da política nacional por dentro do PT*”. Todavia ele preferiu ser uma “*estrela única num partido pequeno, do que brilhar junto com uma constelação*”:

*Na minha opinião era megalomania do Freire achar que um partido pequenininho como o PCB, dividido, iria montar um outro partido, com um símbolo mais amplo, (...) o tal do PPS, e iria conseguir aglutinar toda a esquerda desconsiderando o PT, que havia acabado de ter uma derrota no segundo turno, mas um acúmulo de forças inimaginável no início do processo.*¹

Do Rio Grande do Sul originavam-se as proposições mais importantes e que, de forma mais organizada, realizaram a discussão sobre a centralidade do PT na reconstrução da utopia socialista. Humberto Cavalcanti sustentava que a agremiação representava a renovação da esquerda brasileira. Denunciando a existência de uma eficiente cultura antipetista, havia obstáculos para a consumação dessa dinâmica: uma ausência de interesse dos grupos mais extremados do petismo e dos “*pseudo-renovadores*” do Partidão para discutir uma aproximação mais efetiva.²

Outros pecebistas também comungavam das avaliações de Humberto Cavalcanti. O PT assumia um papel central diante de um PCB esgotado. O coordenador de juventude do Rio Grande do Sul, Luciano Fedozzi, propunha a “*unificação dos socialistas brasileiros em torno de um único partido moderno do socialismo*”.³ Essa tese não representava uma adesão pura e simples ao Partido dos Trabalhadores, que encabeçaria, entretanto, o processo de fusão do conjunto da esquerda socialista.

Nos meses seguintes ao IX Congresso, a decepção fazia a idéia da filiação de comunistas ao PT – mas também o afastamento puro e simples – uma realidade. Mesmo admitindo seriamente esta possibilidade⁴, os proponentes gaúchos – liderados por dirigentes pecebistas como Luciano Fedozzi, Domingos Todero, Lauro Hagemann e

¹ *Ibid.*

² **CAVALCANTI**, Humberto P. A construção do PT como renovação de fato da esquerda brasileira. in: *Voz da Unidade*, nº 510, p. 4.

³ **FEDOZZI**, Luciano. Qual renovação? in: *Voz da Unidade*, nº 513, 01/05/1991, p. 4.

⁴ Segundo Domingos Todero a defesa dessa posição no Rio Grande do Sul foi encabeçada, desde o início do processo, pelo dirigente Luciano Fedozzi. Arquivo pessoal de Domingos Roberto Todero.

Jairo Ferreira – rumaram para o fatídico décimo encontro empunhando a bandeira “*Pela unificação das forças socialistas*”:

(...) Esta unidade dos socialistas precisa reconhecer o peso real e decisivo do Partido dos Trabalhadores, como principal catalisador de vontades plurais do mundo do trabalho e da cultura na sociedade brasileira. O PT está dando mostras de amadurecimento político e apesar de ainda permanecerem correntes políticas sectárias e dogmáticas no seu interior, o partido majoritariamente demonstra rumar para uma concepção moderna e renovadora de socialismo (...). Também a proposta de unificação dos socialistas do PCB, PT e PSB diverge da alternativa liderada nacionalmente pelo companheiro Roberto Freire. Mesmo partindo de um diagnóstico político correto de esgotamento da forma-partido do PCB e apontando questões importantes para a renovação teórica política da esquerda socialista democrática, esta alternativa é limitada na sua viabilidade quando pretende criar um novo partido exclusivamente a partir do PCB, ou ainda, admitindo a fusão com o PSB e outras organizações menores, pretendendo atrair na sua política de alianças o PMDB, PSDB, PDT, entre outros partidos. É um projeto que carece de força social e não leva em conta a esquerda real existente no país.¹

Diante do resultado do X Congresso, comunistas de outros estados da federação encaminharam-se para a alternativa do Partido dos Trabalhadores.²

Os congressos do PCB em disputa: quem decide o futuro do Partidão?

A quem cabia deliberar sobre a política e o futuro do Partidão? Tradicionalmente os membros filiados ao partido decidem sobre os seus rumos, ainda mais em organizações de tipo leninista. Mas no “mundo de ponta-a-cabeça” do PCB essa também não era uma questão pacífica. Diante do seu esgotamento, desde o início de 1990, vários pecebistas propugnavam uma mudança radical na forma de participação no IX Congresso: as resoluções deviam ser votadas não apenas pelos seus militantes efetivos, mas também por simpatizantes ou pessoas interessadas em interferir no processo de discussão da renovação do partido.

¹ **FEDOZZI**, Luciano et alli. *Pela unificação das forças socialistas*, p. 2-3. Rio Grande do Sul, 1991. Arquivo pessoal de Domingos Roberto Todero.

² A tese gaúcha *Pela unificação das forças socialistas* contou com o apoio de pecebistas de outros estados, como Pernambuco e Bahia. Inspirando-se no manifesto de desfiliação e de entrada no PT destes comunistas – *Alguns comentários introdutórios* (Porto Alegre, 11/03/1992) –, outros documentos surgiram na época, expressando uma mesma movimentação. Eram os casos dos manifestos baiano – *PT porque* (Salvador, 08/07/1992) – e pernambucano – *Porque nos filiamos ao PT*, (Recife, 15/04/1992). **Ibid.**

Eram os polêmicos Fóruns Socialistas. Para muitos dirigentes, o lugar central de debate sobre a nova forma-partido – *“líderanças e quadros ligados às idéias do marxismo e ao processo de renovação do socialismo, mas não filiados ao partido nem interessados em vincular-se ao seu projeto orgânico”*.¹ Mais do que uma abertura do PCB, a proposta alterava significativamente a forma de organização partidária, colocando em xeque o modelo leninista. Ela também revelava um aspecto pragmático. Defendida não apenas enquanto concepção estratégica, os Fóruns Socialistas favoreciam diretamente aos comunistas “partido-novistas” que ainda não possuíam a vantagem necessária para aprovar as suas principais teses.

O assunto mobilizava. Comunistas como Amaro Valentim concordavam com a criação daqueles espaços, mas condenavam a abertura da delegação do congresso aos não filiados. A medida era um verdadeiro fracionismo, uma *“descaracterização do partido revolucionário que adota as teorias de Marx”*.² Na visão de Ana Montenegro, *“o fim da identidade, constituindo uma ameaça à sobrevivência (do PCB)”*.³

No Rio Grande do Sul, o ex-presidente da agremiação no estado, Domingos Todero, não se lembrava da existência de maiores resistências aos Fóruns Socialistas. Lá os dirigentes se empenharam na construção do evento para não-filiados, convidando para a abertura personalidades como Tarso Genro, Beto Albuquerque e Olívio Dutra. Mesmo defendendo a permanência do PCB, o seu grupo político era favorável a experiências daquele tipo que serviam para ampliar inclusive o trabalho partidário na região.⁴

Alberto Aggio criticava duramente a cúpula partidária, responsabilizando-a pelo afastamento do PCB do cenário nacional. Neste sentido a realização de um congresso aberto representava um *“novo encontro entre partido e política”*.⁵

A solução encaminhada pela comissão executiva conseguiu descontentar os vários campos partidários. Resultante da pressão da “burocracia ortodoxa” – convertida

¹ **HOLANDA**, Jarbas de. PCB: começa o congresso da renovação. De Jarbas de Holanda ao Diretório Nacional. in: *Voz da Unidade*, nº 482, 08 a 14/02/1990, p. 6-7.

² **VALENTIM**, Amaro. A estratégia política. Tribuna de Debates para o IX Congresso do PCB. in: *Voz da Unidade*, nº 509, p. 1.

³ **MONTENEGRO**, Ana. Considerações fraternas. in: *Voz da Unidade*, nº 510, p. 10.

⁴ Entrevista de Domingos Todero. Ver também o documento da direção estadual do PCB-RS sobre a convocação do Fórum Socialista Estadual Preparatório ao IX Congresso. PoA, 16/04/1991. Arquivo pessoal de Domingos Todero.

⁵ **AGGIO**, Alberto. O partido e a nova esquerda. in: *Voz da Unidade*, nº 509, 01/01/1991, p. 9.

em “renovadora” – e expressando a frágil maioria dos “novistas”, um meio termo foi aprovado. *Voz no Congresso* anunciava as regras para o funcionamento dos Fóruns Socialistas. A participação era parcial.¹ Na proporção determinada, tais delegados teriam o direito a voz e voto apenas na discussão da resolução política, reservando-se aos pecebistas filiados a deliberação sobre o balanço do trabalho e a eleição da nova direção.²

Em 1992 uma mudança qualitativa. A ampliação da participação dos delegados dos Fóruns Socialistas havia sido decisiva. Concedendo-lhes o pleno direito de voto, a sua presença consolidou a larga maioria dos “partido-novistas” – cada vez mais inquestionável após o golpe de agosto e a saída de vários “renovadores revolucionários”, como Francisco Milani e Juliano de Siqueira para o PC do B.³

No X Congresso prevalecia um mal-estar que atingia diversos pecebistas. O encontro havia sido convocado às pressas sem a garantia de discussões políticas. Ivan Pinheiro, representando o *“Movimento de Reconstrução do Partido Comunista”*, saudava a presença dos não-filiados. Mas para o agrupamento não havia dúvidas. Eles não reconheciam aquele congresso *“espúrio”*: *“queremos saudar aqui a presença de não filiados, mas não com direito a voto. Alguns desses não filiados são filiados a outros partidos. Isto não existe no mundo. Nenhum clube de futebol, nenhuma escola de samba, nenhuma associação permite que não filiados tenham seus votos.”*⁴

Não menos negativa foi a percepção de quem partilhava das idéias renovadoras. Comunistas como Sérgio Batalha e Ricardo de Castro, delegados no X Congresso, não assimilaram o impacto da completa descaracterização da nati-morta proposta de partido

¹ *Voz no Congresso*. Começa a mudança. in: *Voz da Unidade*, SP, nº 509, 01/01/1991, p. 1. Segundo a resolução da Comissão Executiva Nacional os delegados dos Fóruns Socialistas estaduais ao IX Congresso eram eleitos na proporção 20% dos delegados filiados ao PCB eleitos nas conferências estaduais. Cada Estadual possuía autonomia para estabelecer as formas da realização dos Fóruns Socialistas e o número mínimo de presentes para a eleição de um delegado. in: AMORJ, Fundo PCB/ Dos Congresso/ 9º Congresso/ arte 2/ Série 3.

² **SILVA**, Fabrício Pereira da. *Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)*. RJ: dissertação de mestrado do PPGH UFRJ, 2005. p. 146.

³ **SOUZA**, Vagner Gomes de. O caminho democrático. in: *Voz da Unidade*, nº 511, p. 4.

⁴ Declaração de Ivan Pinheiro, membro da executiva do PCB até 1992, representando o *Movimento de Reconstrução do Partido Comunista*, no X Congresso do PCB, EM 1992. <http://www.youtube.com> (10º Congresso PCB – o racha). Baseando-se na presença de delegados não filiados ao PCB, eleitos nos fóruns socialistas, o movimento de reconstrução do PCB conseguiu reaver na justiça eleitoral a sigla e o nome do partido. Ver: **PANDOLFI**. Op. cit.

de novo tipo. O militante do jornal *Algo a Dizer*, noticiando “O último congresso”, assim relatava:

A maioria dos delegados não esperava nada disto. Foram trazidos até lá por ônibus fretados pela direção, com inscrição paga e refeição garantidas, no melhor estilo do PMDB chaguista. Esperavam tão-somente pelo fim daquela amolação. Os grupos de debates refletiam o quadro do plenário, com discussões mornas e desinteressantes, espremidas em uma única tarde, o que deve ter parecido interminável aos “novos militantes”.¹

“Manipulação”. Neste aspecto Ivan Pinheiro tinha razão, dizia Ricardo Castro. Havia boatos sobre “delegados avulsos que (iam) lá (no congresso) na base do pagar lanche, pagar diária, pagar hotel e transporte”. Além de ouvir contar, o próprio comunista testemunhara algo inadmissível para quem pensava na renovação das práticas do Partido:

Eu lembro que nessa hora que estava saindo o nosso ônibus, passa o ônibus deste tipo de delegado, tudo rindo, cantando e, assim, como se tivessem num espírito de ter participado do congresso para esse fim de golpe (...). Você sentia que aquele pessoal ali não era delegado do partido. (...) A gente voltou de lá derrotado.²

Ser ou não ser comunista? Propostas para os últimos congressos do PCB

O mais longo e importante debate realizado pelo PCB atingia o seu ápice no IX Congresso.³ Muito mais do que a permanência do legado marxista-leninista, a identidade comunista estava em jogo.

O núcleo dirigente pecebista, representado pelas teses “partido-novistas”, defendia a declaração “*Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia*”.⁴ Diante da crise de civilização e das profundas alterações na realidade mundial, o novo projeto político internacionalista deveria se basear numa plataforma de valores universais. A renovação do socialismo desenvolveria os preceitos humanistas, libertários e a via processual de

¹ BATALHA, Sérgio. O último congresso. Jornal *Algo a Dizer*, RJ, nº 10, abril de 1992. p. 4.

² Entrevista de Ricardo de Castro, Op. cit.

³ Realizado entre os dias 30, 31 de maio e 01, 02 de junho 1991, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

⁴ Declaração Política do IX Congresso do PCB, RJ, 02/06/1991. *Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia* in: *Voz da Unidade*, nº 515, 15/06/1991.

caráter revolucionário. A radicalidade democrática seria uma peça central capaz de “gerar zonas de rupturas possíveis, ultrapassando os limites do velho reformismo evolucionista”. Era o fim da contraposição entre reforma e revolução. Observando a fragilidade de comunistas e social-democratas, a proposição rejeitava os chamados modelos-guias, rompendo com as tradições da II e da III Internacional, defendendo, ao mesmo tempo, uma revisão na cisão entre ambas após 1914. Um bloco das forças democráticas, progressistas e de esquerda seria necessário para construir “um projeto reformador capaz de plasmar – e projetar – o futuro socialista no presente”. Uma nova forma-partido, laica, democrática e pluralista, poderia congrega todos aqueles que desejavam construir um socialismo renovado.

“Fomos, somos e seremos comunistas”.¹ A história, o patrimônio e o futuro do PCB estavam seriamente ameaçados. Encabeçada por comunistas históricos como Oscar Niemeyer, Francisco Milani e Juliano Homem de Siqueira, a tese pretendia ser o pólo de resistência à maioria do núcleo dirigente pecebista. Responsabilizados pelas sucessivas derrotas e pelo isolamento da agremiação, eles encarnavam o verdadeiro conservadorismo. Agarrados ao poder – e para manter-se nele – empunhavam a bandeira da modernidade e da renovação. Renovar não significava diluir o partido. Renegando a burocracia encastelada no PCB, mas também a perspectiva social-democrata, eles reafirmavam o modelo constituído pela tradição comunista. O Partidão não precisava abrir mão do seu papel de vanguarda, cancelando a sua filiação ideológica ao marxismo. Superando as deformações decorrentes da sua aplicação nos países do socialismo real, o centralismo democrático permanecia como sendo um alicerce fundamental da organização comunista. A democracia era um valor estratégico e o parlamento um importante espaço da luta política. Mas os pecebistas deveriam rejeitar o “reformismo revolucionário”. O socialismo não seria o resultado da evolução das reformas parlamentares, mas do processo impulsionado por rupturas revolucionárias.

As experiências do socialismo real confirmavam a inegável supremacia do sistema socialista sobre o capitalista. Ele havia implantado importantes conquistas sociais, políticas e culturais para a humanidade. Mas os graves desvios mergulharam o

¹ *Fomos, somos e seremos comunistas*. Proposta alternativa de Declaração Política. p. 1 a 7. RJ: 30/05/1991. Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 02/ Série 03/ DIXC.

movimento comunista internacional numa crise de significativas proporções. Representando uma grande derrota para os povos oprimidos do Leste, ela havia manchado “a imagem do comunismo”, abrindo espaço para a restauração capitalista. Desde 1985 o PCUS buscava renovar o socialismo. Ele pretendia superar os piores erros nas questões políticas e econômicas que levaram à instabilidade social e à estagnação. Esses desvios também se expressavam na ausência de democratização da vida política, na intolerância em relação ao pluralismo, na estática centralização da vida econômica e na estatização da vida social. Apesar de muitos vaticinarem a morte do socialismo esse projeto estava em fase de implantação, “apresentando avanços e recuos”.¹ Assim os comunistas deveriam apostar naquele processo, mantendo o PCB na vanguarda das lutas como um partido democrático, marxista, da classe operária, revolucionário, humanista, nacional e internacionalista.

O debate, à primeira vista, parecia polarizado entre duas visões. Na verdade, ele desvelava a grande heterogeneidade pecebista, perpassando todos os campos em questão. Uma terceira proposta de resolução política apresentou-se no IX Congresso. A “Política de Esquerda pelo Novo Socialismo”² pretendia romper com aquela polarização, representando os comunistas que não se identificavam nem com a “ortodoxia stalinista” nem com a “social-democracia”. A nova realidade global, demarcada pela reação capitalista através do projeto neoliberal, requeria a unidade das forças democráticas e progressistas. Construir um novo bloco histórico era a tarefa central das ações comuns entre socialistas e social-democratas – no caso brasileiro, uma aliança privilegiada entre PCB, PT e PSB.³ Analisando o fim do antigo movimento comunista internacional, era necessário enterrar os velhos dogmas, superando as concepções das Internacionais. O novo caminho apresentava a utopia socialista como uma possibilidade e como um processo, rompendo com o clássico modelo rupturista. O compromisso radical com a

¹ **Ibid.**

² **TODERO**, Domingos; **FERREIRA**, Jairo; **HAGEMANN**, Lauro e outros. *Política de Esquerda pelo Novo Socialismo*. RS; maio de 1991. Arquivo de Domingos Todero.

³ A proposta da Frente Política Nacional de Esquerda referenciava-se nas experiências da Frente Ampla Uruguia e do PC Uruguiaio. Desde 1987, vários comunistas gaúchos tentavam encaminhar esta política, aprovada no 8º Congresso do PCB, em 1987, aplicando-a no próprio estado – como a aliança vitoriosa que elegeu Olívio Dutra prefeito de Porto Alegre. Segundo Domingos Todero, apesar da aprovação congressual, a resolução encontrava sérias resistências no núcleo histórico do PCB e no diretório estadual de São Paulo. Entrevista de Domingos Roberto Todero, Op. cit.

democracia assumia um papel central. Possuindo um valor universal, a tese definia o seu caráter: democrático-socialista, de massas e aberta para o socialismo.

O documento rompia com a “ortodoxia stalinista”, e assim se aproximava de algumas propostas “novistas”. Embora defendessem a renovação do PCB, a nova forma-partido significava a renovação do PCB e não a sua dissolução. Desta maneira, eles possuíam pontos em comum com a principal bandeira da “renovação comunista”, defendendo a manutenção do nome e dos símbolos do partido.¹

Ao contrário dos prognósticos, o IX Congresso não selou definitivamente os rumos do PCB. Durante as votações a vitória da nova forma-partido parecia tranqüila e iminente. O plenário era claramente favorável às teses renovadoras. Na visão de alguns pecebistas *“os ortodoxos queriam fazer o pczinho, com fizeram. “E os renovadores queriam fazer o PPS, como eles fizeram”.*² E tudo se encaminhava para esse desfecho. Os delegados da “renovação comunista”, cômicos da derrota, deixavam o “Teatrão” (UERJ), quando, surpreendentemente, o percurso previsto se alterara. Provinha do seio da “renovação” a atitude que adiaria a dissolução do PCB. Os delegados congressuais do jornal *Algo a Dizer*, diante de uma mesa “condescendente” – já que eles também eram “renovadores” –, propuseram uma alteração bombástica; a supressão do item *“nova formação política”*. Kadu Machado relembra o enorme rebuliço: *“na nossa cabeça aquilo ali ia ser uma votação tão massacrante quanto todas as outras (...)”*. No plenário prevalecia a confusão. Os “ortodoxos” estavam voltando. Era difícil ouvir e entender o que se passava. Marcelo Barbosa concluía a defesa, e incendiava ainda mais o debate: queriam transformar o partido *“numa geléia geral pós-moderna!”*

Todavia o *“pessoal na mesa”*, encolerizado – para não mencionar o termo mais apropriado para os ânimos naquele momento – compreendia o que estava acontecendo. O plenário estava dividido. Melhor dizendo, o “racha” se encontrava dentro do campo renovador. Haveria contagem. A proposição corria o risco de ser simplesmente suprimida, colocando por terra o esforço de construir um outro partido sobre os escombros do PCB.

¹ AZAMBUJA, Carlos I.S. *Notícias de Jornal Velho: O início do fim do PCB*. 20 de maio de 2004. <http://www.midiasemmascara.com.br>.

² Entrevista de Kadu Machado, Op. cit.

Para Kadu Machado a repercussão da sua atitude expressava a grande divisão interna, mas também o débil amadurecimento quanto à criação de uma nova agremiação. Como uma imagem emblemática daquele momento, a postura do “renovador” presidente do PCB paulista: *“quem eu vejo levantando discretamente o crachazinho dele, o presidente do partido em São Paulo, o Hoffmann”*.¹

A manutenção da nova forma-partido ganhara por uma pequena margem de votos. Mas o congresso mudara. Ele era outro. No dia seguinte, Roberto Freire anunciava o recuo diante da vitória apertada. A nova proposição não expressava claramente a desconstrução do PCB: *“acreditando na perspectiva deste projeto, propomos, sem prejuízo de nossa identidade, um encontro nacional do qual participem comunistas e socialistas, marxistas ou não, com partido ou sem partido, sem modelos e programas pré-estabelecidos”*.²

O recuo não era apenas dos “novistas”. Os demais segmentos retrocederam e compuseram a nova direção.³ Se o congresso havia aprovado as principais teses do núcleo dirigente do comitê central, por outro lado ele refutara a sua proposta crucial: a formação de uma nova agremiação de esquerda a partir da mudança do nome e dos símbolos comunistas. Mas a batalha não estava totalmente decidida. Um interregno havia sido aceito por ambas as partes.

Em poucos meses um novo clímax. Um fato crucial antecipara o acirramento da luta: o *putsh* de agosto de 1991 na URSS. A executiva nacional do PCB enviara uma mensagem muito clara. Repudiava qualquer violação do Estado democrático de direito. A democracia era a única via para o socialismo. O golpe visava impedir o aprofundamento do processo de democratização da União Soviética, tentando solucionar a sua grave crise através do expediente da força. O documento também manifestava a solidariedade a Mikhail Gorbatchev, exigindo a garantia de todos os seus direitos civis e políticos.⁴

¹ **Ibid.**

² Declaração Política do IX Congresso do PCB, RJ, 02/06/1991. Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia in: *Voz da Unidade*, nº 515, 15/06/1991.

³ O *Comitê Central* foi composto da seguinte forma: chapa 1, de Roberto Freire, 53%; chapa 2, de Oscar Niemeyer, 36%; e chapa 3, de Domingos Toderó, 11%. in: **AZAMBUJA**, Carlos I.S. *Notícias de Jornal Velho: O início do fim do PCB*. 20 de maio de 2004. <http://www.midiaseम्मascara.com.br>.

⁴ **NOTA DA EXECUTIVA NACIONAL DO PCB**. *Sobre o golpe de Estado na URSS*. Brasília, 20 de agosto de 1991. Arquivo pessoal de Domingos Toderó.

Os acontecimentos exasperaram o confronto no interior do PCB. E trouxeram desconfiças em relação ao credo democrático dos “ortodoxos”. Qual seria a sua postura diante dos fatos? Segundo Ricardo Castro, alguns comunistas mais antigos, da “*velha guarda*”, perceberam o movimento de forma distinta, como “*uma maneira de estancar o processo, restaurar a ordem, restaurar o verdadeiro socialismo*”.¹

Domingos Todero, defensor da tese alternativa aos dois pólos no IX Congresso, destacava a atitude dos setores “ortodoxos” na discussão sobre o golpe de agosto:

*enquanto a direção nacional e a nossa posição se posicionavam contra o golpe, os chamados ortodoxos passavam a ter como centro a crítica a Gorbachev e à Perestroika (...). Era difícil acreditar em qualquer sobrevivência de um partido polarizado por posições que considerávamos tão precárias (para ser bondoso com as mesmas).*²

Apesar das cogitações, os comunistas agrupados no movimento nacional “*Em defesa do PCB*” rejeitavam a “*ação militarista irresponsável e isolada das massas*”. Mas condenavam, sobretudo, os “*processos antidemocráticos, autoritários, inconstitucionais e policiais que (...) estão se desenvolvendo na União Soviética, atingindo profundamente o socialismo, a legalidade e a democracia e o direito dos cidadãos*”.³

Sob o impacto dos novos fatos, o núcleo dirigente antecipava o X Congresso, convocando-o, em caráter extraordinário, para o mês de janeiro de 1992.

Um golpe. Dessa forma o movimento “*Em defesa do PCB*” avaliava a decisão. O *putsh* não era uma justificativa para a atitude que capitulava à histeria anticomunista, e que tinha como única finalidade a extinção do partido, criando outro em seu lugar.⁴

O X Congresso do PCB era um congresso de emergência. Para Ivan Pinheiro a frase de Sérgio Arouca expressava o sentimento da maioria do comitê central: “*o PCB era um cadáver insepulto que já estava fedendo e precisava ser enterrado*”.⁵ Não ocorreram grandes

¹ Entrevista de Ricardo de Castro, Op. cit.

² Entrevista de Domingos Todero, Op. cit.

³ *Em defesa do PCB*. Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 01/ 01.3/ MANP. 01/09/1991.

⁴ *Ibid.*

⁵ **PINHEIRO**, Ivan. Declaração política no X Congresso do PCB, em 25 de janeiro de 1992. <http://www.youtube.com> (10 congresso PCB – o racha).

debates preparatórios para o evento.¹ A polarização crescera em escala geométrica. As tensões eram enormes e o confronto tomava conta dos sentimentos e dos ânimos dos congressistas. As proposições alternativas ainda existiam. Entretanto elas se encontravam mais dispersas, e não conseguiram modificar a anunciada dinâmica do congresso.

Mesmo assim, comunistas gaúchos, pernambucanos e baianos defenderam a unificação orgânica dos socialistas através da construção de um novo partido político. A proposta distanciava-se da bandeira de manutenção do PCB. Também discordava da concepção dos “novistas”, visto que delegavam ao PT o papel central deste processo: ele era “o principal catalisador das vontades plurais do mundo do trabalho”.²

Outros comunistas não apresentaram teses alternativas. Apesar do desfecho implícito, esperavam um término menos trágico. “No meio do tiroteio”. “Sem pai nem mãe”. Pecebistas como Ricardo Castro, “imprensados” entre os dois extremos, enxergavam-se desta maneira durante o congresso. Após a saída “teatral” dos “ortodoxos”: “E agora? Agora a gente vai ser atropelado pelo Freire. (...) Ficou o Freire e a gente. A gente ficou ali para bater palma”.³

O clímax foi atingido no início do evento. Os personagens principais eram os comunistas que, então, reorganizavam o PC. Ivan Pinheiro, em nome do movimento de reorganização do PCB, denunciava o golpe realizado pelo núcleo dirigente pecebista – passavam por cima da resolução do IX Congresso que não autorizara a dissolução da agremiação, mas uma aliança de partidos onde os mesmos não perderiam a sua identidade. Aquele encontro era espúrio e ilegítimo. Assim eles rompiam com o congresso e não com o PCB. Vinha à superfície a origem das disputas. O núcleo que encaminhava a sua dissolução tentava liquidá-lo desde que haviam chegado do exílio. O confronto também se remontava ao início dos anos oitenta, quando a maioria resolveu optar pela CGT e não pela CUT.

Portanto, no X congresso, eles queriam tão somente o espólio cartorial do Partidão, pois assim não teriam o trabalho de realizar novas filiações para a agremiação

¹ Excetuando-se algumas iniciativas locais, como a comitê estadual do Rio Grande do Sul que publicou as distintas posições apresentadas ao X Congresso. **COMITÊ ESTADUAL PCB-RS. X Congresso Extraordinário do PCB.** Boletim de debates, dezembro de 1991. Arquivo pessoal de Domingos Toderó.

² **FEDOZZI**, Luciano et alli. *Pela unificação das forças socialistas.* Rio Grande do Sul, janeiro de 1991. p. 2/3. Arquivo pessoal de Domingos Toderó.

³ Entrevista de Ricardo de Castro, Op. cit.

que surgia. Aquele núcleo não se preocupava com o patrimônio histórico do partido, entregue nas mãos de Roberto Marinho.

As batalhas das re-significações permaneciam centrais para a compreensão das movimentações dos agrupamentos pecebistas. “Conservadores”? Pelo contrário! Para Ivan Pinheiro a bandeira da mudança estava com eles. Os outros não queriam mudar o PCB. Pretendiam fundar um outro partido. “Ortodoxos”? Ivan Pinheiro elaborava um novo sentido para a palavra “ortodoxo”. Sim, eles assumiam plenamente a “ortodoxia”, caso isto significasse *“acreditar na luta de classes”, “continuar internacionalista e defender Cuba socialista”, “acreditar nos ideais de Marx, Engels e Lênin”*. Enfim, *“se ser comunista é ser ortodoxo, eu sou ortodoxo, nós somos ortodoxos”*.¹

O X Congresso Extraordinário do PCB, em 26 de janeiro de 1992, extinguiu o partido mais antigo das esquerdas brasileiras. Nascia das entranhas da sua crise terminal o Partido Popular Socialista (PPS). Segundo as primeiras informações da nova agremiação, por ampla maioria², ele se tornava o primeiro PC do continente americano *“a mudar radicalmente a sua política, a sua estrutura orgânica e a sua simbologia”*:

*Um partido novo, democrático, socialista, que se inspire na herança humanista, libertária e solidária dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores em nosso país e em todo mundo, prolongando hoje a luta que travamos desde 1922.*³

Dois dias de congresso demoliram setenta anos de história do PCB. Apesar da recauchutagem completa – mudança de sigla, símbolos e estatutos – comunistas do jornal *Algo a Dizer* não conseguiam avistar uma alteração significativa na identidade política do antigo Partidão:

A agremiação que surge é muito mais parecida com o PCB do que pretendiam os promotores da inovação. E o motivo deste desfecho situa-se na falta de revisão histórica de nossa trajetória recente. (...) Porém, durante o X Congresso o partido optou por outra via. Decidiu promover as mudanças nos marcos da cultura superada. (...) Sem política, forjou-se uma renovação superficial com uma continuidade de homens e métodos. (...) A indefinição programática do

¹ **Ibid.**

² 72% dos 1619 delegados e 71% dos membros do comitê central. Manifesto do Partido Popular Socialista (PPS). P. 03. Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 03/ PORG/ Série 01.PPS.

³ Manifesto do Partido Popular Socialista (PPS). P. 01. Acervo do AMORJ: Fundo PCB/ Parte 03/ PORG/ Série 01.PPS.

PPS, algo flutuando entre o ambientalismo e a defesa de uma etérea cidadania, só reforça suas semelhanças com o que havia de pior no PCB, modificado ao sabor do modismo e do senso comum na mídia.¹

Para muitos comunistas, a alternativa nem PPS nem PCB permanecia. Os caminhos foram múltiplos, assim como o debate pecebista. Alguns desistiram da militância político-social. Outros se encaminharam para diversas agremiações. Mas, muitos, talvez a esperança ouse afirmar, mantiveram-se – filiados ou não a algum partido – fiéis à luta pela transformação, pela possibilidade de realização de uma nova utopia socialista em outro lugar.

VI. O Fim do comunismo pecebista: Um “ajuste de contas” ou ensaios para mudanças?

Partilhando um pertencimento comum, cada vez mais questionado, o longo debate pecebista da década de oitenta revelara a existência de uma agremiação plural nas suas convicções. Essa diversidade chocava-se com a concepção tradicional seguida pelo PCB, uma organização moldada no marxismo-leninismo.

Analisando as memórias elaboradas pelo Partidão sobre si mesmo, a historiadora Dulce Pandolfi definia-o como uma “*instituição total*”.² Uma adesão voluntária e a existência de constrangimentos morais para o desligamento de militantes, critérios rígidos de seleção, culto aos dirigentes partidários, visão messiânica, religiosa e superior do partido, o marxismo como uma verdade científica e o socialismo como uma necessidade histórica. Esses eram aspectos comuns do universo comunista. Entretanto, no final do século, a crise partidária questionara tais pressupostos.

¹ O jornal *Algo a Dizer* publicava a carta de desfiliação (25/03/1992) de diversos comunistas do PCB, como Kadu Machado, Marcelo Barbosa, Sérgio Batalha, Ricardo de Castro, Hamilton Garcia de Lima e outros. “*Pelos caminhos da insurgência*”. Jornal *Algo a Dizer*, RJ, nº 10, abril de 1992. p. 3.

² A despeito das diferenças existentes em relação a outras instituições de mesmo tipo – como asilos, prisões e manicômios – o conceito fora empregado pela historiadora francesa Jeannine Verdès-Leroux na sua abordagem sobre o Partido Comunista Francês. Ver **PANDOLFI**, Op. cit. p. 41- 43.

Dirigentes, militantes e simpatizantes comunistas realizaram um profundo balanço da trajetória pecebista. O PCB tornara-se uma instituição total em acelerada crise.

Muitos autores demarcam na cultura da Terceira Internacional uma incapacidade de absorver as divergências, convivendo com as mesmas no interior das suas organizações.¹ Emergindo as diferenças, rapidamente elas se tornavam crises. Tratadas como inconciliáveis com a linha oficial do partido, logo se convertiam em dissidências. O desfecho era a ruptura, o ostracismo ou a expulsão. Longe de se constituir num monólito, as diferenças políticas apareceram desde o início da fundação do PCB. Embora tenha empregado amplamente o expediente do expurgo na sua história, o núcleo dirigente selecionara, em determinados momentos, algumas proposições do pensamento dissidente, represando-o e acomodando os militantes que permaneceram na agremiação. No final dos anos oitenta, o debate pecebista estava liberado. Afinal protagonizava a cena dos principais discussões, impelindo revisões e denúncias anteriormente interdidas, a própria União Soviética.

Mesmo que a historiografia rediscuta o alinhamento automático do PCB à URSS, é inegável a influência decisiva dos seus acontecimentos sobre os passos derradeiros do PCB. Para além das clivagens entre “ortodoxos” e “renovadores”, aquele país permanecera como o centro de referência para os comunistas brasileiros. Até o fim o Partidão seguiu a “mãe de todas as revoluções”. Ideologicamente. Simbolicamente. O alarme já havia sido emitido com a extinção do mais importante partido comunista do ocidente, o PCI. Quando em agosto ele fora acionado definitivamente na União Soviética, e o outrora poderoso PCUS fora colocado na ilegalidade, no Brasil o núcleo dirigente convocou o congresso da dissolução. Assim como a primeira nação socialista, a mais antiga agremiação comunista do país não resistira a um profundo inquérito sobre si mesma. Desagregava-se a URSS. Dissolvia-se também o PCB poucos meses após deliberar sobre importantes alterações na sua cultura política.

¹ SALES, Op. cit., 2007, vol. 6, p. 70. Mesmo que vários autores sustentem a pluralidade existente no interior do Partido Bolchevique até 1918, com as suas acirradas polêmicas, muitas vezes públicas, as organizações leninistas realmente existentes no transcorrer da história do socialismo primaram pela busca incessante da homogeneidade, hierarquização e centralização em torno de uma única visão. Por isso mesmo as divergências logo se tornavam dissidências inconciliáveis. Os dissidentes como renegados. E a convivência dentro do mesmo partido impossível.

A trajetória do Partidão demarcara-se pela convivência de dois legados fundamentais da sua história; a tradição terceiro-internacionalista e as inovações trazidas pelas inflexões da década de cinquenta. A organização ficara no meio do caminho sem incorporar conseqüentemente a estratégia insurrecional nem a via da democracia progressiva. Não houve síntese, mas uma justaposição de duas concepções que tentavam conviver separadamente, possibilitando ao partido absorver alguns elementos renovadores sem extrapolar os limites da fidelidade ao modelo do socialismo soviético.

Não havia uma transposição automática, mas a agremiação acompanhava as análises e as ações da URSS sobre o bloco socialista. Se as dissensões no movimento comunista internacional tornaram-se cada vez mais significativas e complexas, principalmente com as concepções desenvolvidas pelo eurocomunismo, essas inflexões não foram suficientemente fortes para afastar o PCB do farol soviético. Assim a direção pecebista apoiara todas as intervenções e as medidas de força dos PC's, gerando muitas defecções. Como caso emblemático, o apoio conferido ao golpe militar na Polônia em 1981.

Até a eclosão da crise, prevalecia no partido a tese da "única opção". O socialismo soviético era o resultado inelutável de situações contingenciais: os sacrifícios em nome da reconstrução, o cerco constante, o atraso. Se esta concepção não eximia Stálin dos seus erros, ela justificava os desvios, os excessos. Se as contingências definiram o caminho feito pelo socialismo na URSS, a essência do modelo permanecia resguardada. Os anos Stálin tornavam-se cada vez mais um incômodo. A desestalinização não significava a negação completa daquela época. Afinal a URSS, dali, surgira como uma potência mundial. Além disso, um questionamento mais severo poderia resultar numa nova avaliação do caráter do país socialista. Um Estado operário degenerado como os trotsquistas afirmavam, por exemplo? Ou seja, apesar de Stálin a URSS se transformara na referência socialista mundial. Assim os "acidentes de percurso" preservavam novamente o modelo. O PCB pulava rapidamente essa página, afinal, a URSS reivindicada era aquela dos anos cinquenta, da defesa da coexistência pacífica e da paz mundial, da política de incremento do setor de consumo e de serviços para uma população altamente educada e qualificada. Superar o stalinismo não

significava realizar um profundo balanço do legado marxista e leninista. Bastava retornar às origens.

Com a evolução das reformas na URSS os debates romperam a barreira do marxismo-leninismo. A crise no coração dos países socialistas, o inquérito realizado pelos mesmos, de viva voz, possibilitou a reavaliação até então bloqueada. Mesmo sem realizar um balanço da marginalização dos “eurocomunistas” no início dos anos oitenta, as suas teses foram amplamente retomadas pelos vários segmentos do debate pecebista, apropriando-se inclusive da clivagem estabelecida naquele período “renovadores X ortodoxos”. Entretanto diversos questionamentos elaborados no seio do partido foram muito além das proposições renovadoras.¹ Para alguns pecebistas o próprio marxismo estava em questão, mesmo na sua variante gramsciana, por exemplo. A experiência da revolução russa de 1917 havia sido colocada na berlinda. Revisava-se não apenas a viabilidade da sua aplicação nas sociedades de tipo ocidental, mas a própria “opção” feita pelos bolcheviques. Fruto de contingências ou essência do modelo messiânico e insurrecional? Rediscutia-se tudo, inclusive a validade do “*outubro vermelho*”. Era realmente a única opção?

A liderança de Mikhail Gorbatchev dava o tom nas análises pecebistas sobre a *Perestroika* e a *Glasnost*. Nos primeiros anos, não houve questionamentos significativos a respeito da liderança do PCUS e do seu controle sobre aquele processo político. Afinal não se cogitava a defesa da propalada revolução política trotsquista para derrubar a burocracia soviética; ou seja, o próprio partido comunista. Apesar da sua forte ala “ortodoxa” – o PCB também possuía a sua – o PCUS era visto de forma positiva. As transformações só poderiam acontecer por dentro dele, e através dos setores revisionistas que existiam no seu interior. Nesse sentido a *Perestroika* tornava-se um modelo para o Partidão. “Ortodoxos” e “renovadores” apontavam para a URSS uma política de mudanças controladas, liderada por um processo de coalizão, evitando uma explosão completa. Com a evolução das reformas, as críticas mais incisivas não

¹ Dulce Pandolfi destacava a entrevista do ex-pecebista Carlos Néilson Coutinho, em 1986, onde reconhecia a sua timidez nas críticas à obra de Lênin, no artigo “*A democracia como valor universal*”. **PANDOLFI**, Op. cit., p. 218. Algumas abordagens pecebistas defendiam a superação do stalinismo e da ideologia marxista-leninista através do retorno às análises de Marx e de Lênin, modernizando-as com as reflexões gramscianas. Ou seja, mantinha-se o núcleo leninista original realizando algumas “correções”.

se originaram dos chamados “renovadores”. Uma inflexão inusitada. A “ortodoxia” rompia com o alinhamento, do qual sempre fora acusada, e condenava os rumos da pátria socialista. O coração do comunismo internacional estava ameaçado pela restauração capitalista. De uma forma geral o pensamento pecebista concentrava-se na possibilidade das reformas reabastecerem o fôlego daquele projeto septuagenário. Por isso preocupavam-se principalmente com a questão da democratização. Afinal uma URSS ocidentalizada imprimir transformações pela via processual.

Se o aparecimento do “fenômeno Gorbachev” adia, provisoriamente, a crise em torno das experiências do socialismo real, o cenário brasileiro era um celeiro para os dilemas que se avolumavam no Partidão. No Brasil da transição o PCB acreditava ser capaz de recobrar o prestígio do pós-guerra. Era o momento de fazer valer o conjunto da sua política. Definindo-se como o “*artífice da nova ordem*”¹, a “Nova República” era a grande expressão da frente democrática de união nacional. Convictos, e sem avaliar devidamente as profundas alterações em curso nos planos doméstico e internacional, diversos pecebistas ressaltavam as semelhanças evidentes. O momento era finalmente favorável aos comunistas. Para reforçar a confiança, o início das reformas soviéticas trazia promissoras mudanças. Assim como ocorrera no fim da II guerra mundial, o socialismo voltava a se fortalecer em escala internacional. Os reflexos sobre a conjuntura brasileira seriam, então, imediatos, revigorando a ação do partido. O impacto das reformas fora tão contundente que, poucos pecebistas, antes da queda dos primeiros países do Leste europeu, identificaram a rápida evolução da ofensiva conservadora.

Com o advento da *Perestroika* a agremiação superava o seu mais importante paradoxo: investir na luta pela democracia no Brasil, sustentando as experiências autoritárias do bloco socialista. As reformas funcionaram como a realização dos prognósticos do PCB, dando coerência à sua ação política. Elas também aproximaram as realidades soviética e brasileira a partir de um eixo comum: a democracia. Assim como no Brasil, a democratização evoluía progressivamente, “pelo alto”. Esse era o caminho possível para o país. Na URSS a via para a democratização não seria diferente.

¹ PANDOLFI, Op. cit., p. 228.

Democracia: instrumento ou estratégia? A tensão em torno desse dilema permanecera no PCB até o seu fim. Apesar da referência comum à Declaração de Março de 1958, havia muitas opiniões divergentes quanto ao papel do elemento democrático na política pecebista. A crise no bloco soviético consolidava a concepção da democracia como um elemento progressivo e estratégico do projeto socialista. Ela não era um complemento, uma ante-sala do momento rupturista. A democracia progressiva substituía a própria visão de revolução predominante no transcorrer do século XX. O colapso do campo soviético, por outro lado, reforçava em muitos comunistas a centralidade do caráter insurrecional da luta revolucionária. Entre os dois extremos, vários militantes tentavam articular o modelo processual e insurrecional, combinando os elementos de solidificação da sociedade civil e das ações democráticas às possibilidades de rupturas no processo de conquista do socialismo.

O impasse democrático na estratégia do PCB atingia diretamente a sua atuação política no cenário brasileiro. No país os comunistas deveriam subordinar a luta social à consolidação da democracia? Ou estas pequenas “rupturas” deveriam fazer parte do próprio processo de democratização? O núcleo dirigente temia reproduzir nos anos oitenta os “erros” de 64. Apostar na radicalização significava pôr em risco o processo de abertura. Significava superestimar as forças sociais no Brasil, que, apesar de revigoradas, não tinham condições de protagonizar a transição brasileira. Mas poderia desestabilizá-la.

A atuação dos pecebistas durante os anos da abertura aproximara-o dos liberais. Apesar de uma presença importante em setores tradicionais do sindicalismo, o Partidão possuía um fraco enraizamento na região mais pulsante do movimento sindical brasileiro. Assim tornara-se emblemática a postura da organização diante das greves do ABC paulista. Destituído de bases efetivas e sem compreender a transição como uma combinação entre os elementos político-partidários e sociais, o PCB reproduziu uma visão etapista dos processos em curso no país, migrando da simpatia para a clara refração àquelas mobilizações

A organização também resistia em aceitar uma outra realidade: ela não era mais a principal protagonista das esquerdas. Duas novas agremiações travavam uma acirrada disputa pela hegemonia: o PT, representando principalmente um revigorado

movimento sindical, e o PDT, expressando um forte apelo popular. Assim a proposição mais polêmica do debate pecebista vivia um paradoxo. Ao contrário da situação italiana, o PCB já não cumpria mais um papel político central no seio das esquerdas brasileiras. Propugnando a idéia da criação de uma nova forma-partido, moderna e pluralista, o pecebismo chamava para si uma tarefa que ele não poderia executar. Sobretudo porque as escolhas realizadas durante a abertura selaram o seu futuro enquanto protagonista das mudanças. O quadro internacional somente agravava a sua débil situação na conjuntura nacional. De acordo com a proposta defendida por vários comunistas, cujas posições rejeitavam os dois extremos da polarização pecebista, cabia ao partido contribuir de uma outra forma para o processo de renovação das esquerdas, desenvolvendo uma experiência alternativa junto ao pólo mais dinâmico daquele campo, o PT, numa condição irrefutável após as eleições presidenciais de 89.

Insistindo na concepção do PCB como o eixo, o “embrião” da nova forma-partido, os “novistas” acabavam reproduzindo uma postura tradicional do leninismo. Segundo Pandolfi, os comunistas definiam o seu partido como o tipo superior de organização do proletariado, detentor de uma missão revolucionária. *“Até mesmo nas fases mais críticas, os militantes do PCB nomeavam-se os únicos capazes de desencadear e dirigir a revolução no Brasil”*.¹ Agora não se tratava mais de um processo insurrecional. Entretanto permanecia no imaginário de muitos pecebistas, mesmo à beira do colapso, um sentimento de superioridade, a idéia dos “dirigentes eleitos” da renovação das esquerdas nacional.

A proposição aprovada no IX Congresso de 1991 – *“sem prejuízo de nossa identidade, um encontro nacional do qual participem comunistas e socialistas, marxistas ou não, com partido ou sem partido, sem modelos e programas pré-estabelecidos”*² – significava estabelecer um longo processo de aproximação, de convivência e de amadurecimento em torno da bandeira da unificação dos socialistas no Brasil. Os tempos eram defensivos. As esquerdas estavam acuadas diante de uma fortíssima ofensiva neoliberal e da queda da maior das utopias do século XX. As opções efetivadas pelo X Congresso, a transmutação do PCB em PPS, não significaram o início da criação de uma nova esquerda, conforme propugnava a tese de Achille Occhetto na Itália. O *“caminho da renovação radical”* começava

¹ PANDOLFI, Op. cit., p. 43.

² Declaração Política do IX Congresso do PCB, RJ, 02/06/1991. Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia in: *Voz da Unidade*, SP, nº 515, 15/06/1991.

e acabava na constituição do Partido Popular Socialista, reduzindo-o à capacidade de dotá-lo de melhores condições para concorrer com o Partido dos Trabalhadores.

A sobrevivência do PCB estava intimamente relacionada ao desafio de renovar a sua cultura política. Construir um novo projeto sem descaracterizar totalmente a sua identidade original. Realizar uma metamorfose, alterando e “*guardando algum sinal do estado anterior*”.¹ Analisando os debates pecebistas – apesar da polarização final acerca da manutenção do nome e dos símbolos – os comunistas tinham a consciência de que a organização devia mudar. Com argumentos distintos, e soluções mais diversas ainda, o esgotamento do PCB era uma realidade irrefutável. Todavia era possível renovar-se, realizar uma síntese entre as identidades pecebistas, mantendo o modelo de partido leninista? Mesmo que no PCB, há muito tempo, esse tipo de organização estivesse descaracterizado pelas autonomias regionais e pela centralidade cada vez maior dos mandatos parlamentares, o modelo garantia a primazia do núcleo que controlasse a máquina partidária. As frações, uma situação concreta, não eram absorvidas formalmente, tornando as diferenças muito mais dramáticas. Assim a renovação pecebista, como alguns propunham, não poderia prescindir da flexibilização do seu modelo, rompendo com o centralismo democrático, renovando os seus dirigentes e reconhecendo o direito de tendências.

O Partidão possuía um distintivo que não poderia abandonar no seu processo de renovação. Ele era um dos herdeiros da mais antiga tradição comunista do Brasil. De uma herança singular, aberta, mesmo de maneira inconclusa, às reflexões sobre a importância das experiências frentistas e do caminho democrático para alcançar o socialismo. Submersos na crise, vários pecebistas buscaram na idéia do “marco zero” as respostas para os dilemas partidários, apelando para uma movimentação já presente no Partido dos Trabalhadores. O “novo” trazia a força da mudança. Uma “nova esquerda”, um “novo partido” e um “novo socialismo”. Um desejo inexprimível de que a repetição da fórmula conferisse legitimidade às transformações em curso.

Livrar-se totalmente do passado. Num determinado momento, muitos comunistas advogaram essa via como a solução definitiva para a crise do PCB. Era necessário

¹ **VELHO**, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. 2ª ed., RJ: Jorge Zahar editor, 1999. p. 9.

romper com os “velhos” e “ultrapassados” valores das esquerdas nacionais: “o messianismo e o corporativismo, o populismo e o maniqueísmo”.¹ As esquerdas brasileiras estavam reduzidas a esses “vícios”? Não sobrava nada? Exorcizando o passado e agarrando-se ao “novo”, aos olhos de muitos pecebistas o campo daria um salto, não apenas renovando, revisando as tradições pregressas, mas apagando o longo caminho percorrido pelas mesmas no transcorrer da história brasileira. Enfim um partido “novo”. Sem máculas. Sem referências.

Depositário de uma das mais antigas culturas das esquerdas no Brasil, a rejeição ao diálogo e à filiação às tradições do pré-64 não significava fechar-se aos dilemas que extrapolavam a organização partidária, e que estavam arraigados culturalmente no seio da sociedade? Percebendo no expediente do “novo” a panacéia para a grave crise das esquerdas brasileiras, vários militantes, sinceros promotores da “renovação”, agarravam-se à “velha” concepção de vanguarda, anunciando uma “nova esquerda”, imaculada, que, purificada, poderia superar o senso comum.

Os confrontos no PCB não podem ser resumidos à polarização entre os extremos da história: “renovadores X ortodoxos”. O Partidão era muito mais complexo. Não havia apenas uma terceira via. Mas muitos caminhos alternativos que margeavam os dois pólos, e que foram responsáveis pelo desdobramento surpreendente do IX Congresso. Essas visões podiam expressar a especificidade regional e o processo de autonomização das mesmas, cada vez maior em relação ao centro. Ou a ação dos militantes que, à margem da organização, construíam um partido do qual o comitê central não tinha o efetivo controle. Havia também as expressões das lutas geracionais. Confrontados com a “velha guarda do partido” durante toda a década de oitenta, militantes mais jovens classificavam parte dos “renovadores” e dos “ortodoxos” como “farinha do mesmo saco”. No IX Congresso as duas posições polares foram permeadas por outros interlocutores, outras análises dos marxismos e da incidência dos novos movimentos sociais. Também sofreram o impacto das propostas do petismo e do “Novo Trabalhismo”, assim como das experiências revolucionárias latino-americanas.

A crise era tão profunda que o núcleo dirigente não conseguira realizar um movimento que lhe era característico: afastar os extremos, e incorporar determinados

¹ DEL ROYO, Marcos. *Novo socialismo, nova esquerda*. in: *Voz da Unidade*, nº 476, 21/12/1989, p. 2.

aspectos dos setores mais hostis, reunificando o partido. A novidade do processo dos anos 85/91 era exatamente a impossibilidade da direção pecebista absorver de forma selecionada as teses renovadoras, reproduzindo o padrão tradicional do PCB. Ela não controlava mais nada. O centro do poder passava cada vez mais pelos mandatos e cargos governamentais.¹ O partido estava fragmentado. Havia um único consenso: tanto aqueles que remaravam os equívocos da política nacional, quanto os que destacavam os dilemas do socialismo pecebista, enxergavam no núcleo central a raiz dos problemas do Partidão.

Mesmo assim o IX Congresso operou um importante movimento. A despeito da cúpula pecebista, identificada com as teses “novistas” e disposta a votar a dissolução da organização, a proposta de supressão da nova forma-partido, mesmo derrotada no plenário por uma margem bastante exígua, impulsionou uma crise inesperada naquele encontro. Ela desvelava a cisão no seio dos “novistas”, muitos deles pouco convencidos do fim do partido. Um recuo provisório. Apesar da mudança radical da sua política, o Partidão continuava de pé. Mais um *aggiornamento* da história do PCB.

Muitas análises compreenderam os resultados do congresso como uma “acomodação”. Entretanto, os militantes comunistas desejavam realmente “rachar”? Não está claro se essa era uma posição hegemônica entre eles até o golpe de agosto na URSS. A maioria absoluta dos pecebistas não queria abrir mão do partido. A palavra “acomodação” possui um forte senso negativo. Ela teria apenas esse teor? Apesar das debilidades ainda evidentes, fruto da necessidade de reconstrução de um novo projeto socialista, o PCB saiu do IX Congresso modificado: no lugar do centralismo a unidade democrática, em vez de uma ideologia oficial um partido laico. Aquele encontro espelhara o longo processo de discussão dos comunistas. E ele saíra legitimado por todos os pólos envolvidos, que compuseram também a direção nacional. Seria possível uma nova síntese que pudesse sustentar o PCB? Talvez. Uma hipótese que não poderá ser comprovada.

O Partidão também saiu daquele evento dotado de uma resolução que poderia significar uma experiência inovadora para o partido comunista. Incentivar um duradouro

¹ Segundo Santos, o núcleo pragmático histórico do PCB, próximo ao seu fim, fora substituído no comando por uma articulação que envolvia parlamentares e aliados regionais, que não se identificavam com o pecebismo contemporâneo. **SANTOS**, Op. cit., 1992, p.66.

reencontro das esquerdas. Quem sabe, superando a concorrência e os “hegemonismos”, discutir um processo de unificação, e a partir de um ensaio concreto operar uma possível diluição? O IX Congresso aprovou uma experiência inconclusa. O processo “realmente existente” aconteceu de forma inversa. Nenhum encontro do campo *rouge*. O PCB simplesmente transmutou-se em PPS. Numa atitude vanguardista, acenava para as demais organizações simplesmente a proposta de incorporação. Avaliando como “líquida e certa” a mudança definitiva da conjuntura – demarcada então por uma duríssima reação conservadora, onde o espaço para as esquerdas seria reduzido, ainda mais para quem persistisse com a denominação comunista – a maioria dos comunistas do PCB decidiram dissolver a agremiação.

Mas a história não é linear. Alguns anos depois na Rússia, berço da antiga URSS, o partido comunista reabilitado tornava-se a principal alternativa eleitoral à liderança de Boris Yeltsin. No continente latino-americano, após os anos mais radicais do neoliberalismo, assistia-se à emergência de lideranças nacionalistas, reformistas, radicais ou tudo ao mesmo tempo. No Brasil o partido “dogmático”, por excelência, o PC do B manteve-se intimamente ligado aos movimentos sociais, e atualmente colhe os frutos de um crescimento significativo como o principal representante do comunismo no país.

Gilberto Velho, tratando de identidades e projetos, escreve que uma metamorfose nunca é uma tabula rasa: *“mesmo nas mudanças aparentemente mais incisivas de identidade individual, permanecem as experiências e vivências anteriores, embora interpretadas com outros significados”*.¹ Os ex-pecebistas também passaram por diversas metamorfoses. Mas muitos têm a sensação de que, independentemente de onde estejam, permanece um traço comum entre eles:

*Porque existe um modo de fazer política do Partidão, isso é notório. (...) É um know-how de fazer política até hoje, e que é muito utilizado. (...) É um know-how até precioso que era uma forma de fazer política (...) da construção de alianças que (...) hoje é até um consenso na esquerda que isso é fundamental, mas isso não era, não era essa a visão que havia há vinte anos atrás.*²

¹ VELHO, Op. cit., p. 9.

² Entrevista de Sérgio Batalha, Op. cit.

A dissolução do antigo PCB não foi capaz de revogar as mais importantes tradições do velho Partidão. Embora cada vez mais descaracterizadas, de certa forma tais heranças permanecem presentes nas expressões do PPS e do atual PCB. Plenas de re-significados também influenciam a fase madura do petismo. Elas perduram, sobretudo, porque, concordando com Alberto Aggio ¹, existe um amplo campo comunista. Os “*comunistas de política*”, vários deles ausentes do PCB muito antes de 1992, prosseguem, de modos diversos e em locais distintos, na difusão de concepções e de comportamentos reconhecidos pelos seus pares.

¹ Raimundo Santos, em seu texto “*O pecebismo inconcluso*”, emprega o termo veiculado por Alberto Aggio no artigo “O partido e a nova esquerda”, publicado no jornal *Voz da Unidade*, em 01/01/1991. Ver: **SANTOS**, Op. cit., 1992, p. 52.

Capítulo IV

PC do B: a travessia do comunismo entre a ortodoxia e a revisão

I. PC do B: inflexões políticas até a década de oitenta

Até o início dos anos noventa o PC do B era reconhecido como um partido dogmático. Seu traço distintivo era a ardente defesa de Stálin. Logo, uma organização “stalinista” não sobreviveria ao colapso do socialismo real. Os “filhos da Tribuna Operária” seriam varridos do mapa político ou se tornariam uma instituição sem qualquer relevo na sociedade brasileira.

Sem grandes bulhas ou defecções, como aquelas ocorridas com o seu congêneres, o Comitê Central dirigiu um processo, controlado, de reavaliação de alguns dos seus mais importantes pressupostos. Colados à conjuntura nacional, compondo a Frente Brasil Popular e vivenciando uma das mais importantes mobilizações políticas da história recente do país, a agremiação combinou ortodoxia e revisão do projeto socialista, obtendo sucesso nesse reordenamento, sem, contudo, perder a sua identidade original.

O PC do B possuía um forte amálgama. Reorganizado em 1962, o surgimento de dois PC's no Brasil expressava de forma evidente a crise do Movimento Comunista Internacional, aberta pelas mudanças operadas no XX Congresso do PCUS em 1956. Internamente tornava públicas as divergências em torno dos caminhos definidos pelo partido – que culminou na alteração do seu nome para PCB. Dessa forma a luta contra o revisionismo contemporâneo¹ convertia-se no seu acontecimento fundador.

¹ No XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, o dirigente máximo da URSS, Nikita Krushev, realizava o impensável; denunciava os crimes de Stálin e o culto à sua personalidade. Esse evento produziu um verdadeiro cisma no MCI, introduzindo nas agremiações pró-soviéticas conceitos como os de coexistência pacífica. PC's, como os da China e Albânia, e dirigentes comunistas como aqueles que reorganizaram o PC do B no Brasil, recusaram-se a aderir a tais mudanças, propagando a luta contra o revisionismo contemporâneo – termo empregado para distinguir os acontecimentos dos anos cinquenta

A construção da identidade do PC do B forjou-se por meio de um forte senso de pertencimento, estruturando-se e reproduzindo-se através de memórias herdadas ou acontecimentos vividos por tabela.¹ Da construção do seu passado emergia o seu projeto: consolidar-se como a verdadeira organização comunista do Brasil; o partido da revolução brasileira.²

Escrito por um dos principais dirigentes comunistas, Maurício Grabois, o texto *“Duas concepções, duas orientações políticas”*³ é um dos documentos fundacionais do PC do B reorganizado. No final da década de cinquenta o caminho dos comunistas brasileiros se bifurcara, tornando-se inconciliável. A linha oportunista de direita encontrava-se presente em todos os aspectos da Declaração de Março de 1958: a via pacífica como único meio para a revolução, a superestimação do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e do papel conseqüente da burguesia nacional na liderança das transformações no país, a limitação do caráter do processo revolucionário como nacional e antiimperialista e a subordinação da aliança camponesa e operária aos setores latifundiários e burgueses. Essa política deixava o partido a reboque do PTB e da Frente Parlamentar Nacional.⁴ Para os signatários da *“Carta dos Cem”*⁵, a mudança do nome, do estatuto e do programa do então PC do B significava não apenas a violação

do primeiro movimento revisionista ocorrido no seio do movimento socialista internacional, liderado por expoentes da social-democracia alemã como Eduard Bernstein.

¹ Conceitos trabalhados pela historiadora Dulce Pandolfi em seu estudo sobre o PCB. **PANDOLFI**, Op. cit., 1995 – e também empregado nesta tese.

² As páginas da Tribuna de Debate, durante a preparação para o VIII congresso, desvelaram de forma inquestionável a força e os limites desse amálgama: questionara-se quase tudo – Stálin, a revolução por etapas, os desvios da direção, a política do PC do B, até mesmo o centralismo democrático. Entretanto havia um ponto de convergência. Até mesmo os mais críticos não ousaram questionar os elementos que levaram à refundação do PC do B em 1962.

³ **GRABOIS**, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas. Abril e junho de 1960. in: PC do B. Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. SP: Ed. Anita Garibaldi, 2000. pp. 13-22.

⁴ **Ibid.** pp.15-17.

⁵ A *“Carta dos Cem”* representou a manifestação mais organizada de oposição às mudanças operadas pelo comitê central do PCB. Liderada por dirigentes comunistas afastados da direção desde o ano de 1956, responsabilizados pelos desvios autoritários e sectários do partido, o documento era a manifestação pública de uma fração, algo inconcebível dentro de uma organização comunista. A ousadia propiciou o argumento necessário para a expulsão, acusando-os de divisionismo. Esta característica manteve-se no PC do B que jamais aprovou o direito de tendência ou a apresentação de textos coletivos nos debates preparatórios para os congressos.

frontal das resoluções partidárias, mas na prática o registro de uma nova agremiação que nada tinha a ver com a tradição da organização fundada em 1922.¹

Os “*dois caminhos opostos*” demarcavam a postura das organizações comunistas mais importantes do Brasil diante da estratégia revolucionária para o país. Até mesmo quando as suas políticas se assemelhavam – na abertura brasileira, ambos defendiam a centralidade de uma ampla frente e a atuação por dentro do MDB – dirigentes pcedobistas, como Rogério Lustosa, enfatizavam o antagonismo, destacando a negociação do PCB com o governo Figueiredo e o lançamento dos seus nomes nas eleições em detrimento daqueles que fortalecessem a frente democrática.²

Dessa forma o PC do B representava a preservação da tradição comunista desde 1962 contra o revisionismo contemporâneo que corrompera o seu antípoda. A adesão a esta idéia-força tornava-se assim um elemento capital para a incorporação de novos membros ao partido, mesmo após as alterações do VIII Congresso. Fora o caso da entrada de setenta ex-militantes do PCB, incluindo um importante dirigente, Juliano Siqueira. No texto inaugurador daquela experiência – “*Postura de resistência, rumo revolucionário*”³ – o comunista comungava da identidade comum: a origem da mutação radical do PCB numa organização reformista se localizava no processo desencadeado pela Declaração de Março de 1958.

A expulsão dos signatários da “*Carta dos Cem*” em 1962 resultou na reorganização do PC do B. A crítica ao revisionismo ainda não estava claramente definida, e os setores dissidentes tentaram estabelecer contatos com os soviéticos sem sucesso. A resposta do PCUS às investidas da organização não deixaram margem de dúvida quanto ao seu representante no Brasil. Sob a acusação de antipartidarismo, juntamente com a direção do PCB pregavam uma calúnia:

A acusação dos dirigentes soviéticos de que os camaradas do Partido Comunista da China fomentaram a divisão no movimento comunista brasileiro não passa de afirmativa totalmente divorciada da verdade, de uma simples

¹ Em defesa do partido (Carta dos Cem). Abril de 1962. in: PC do B. Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro, Op. cit., 2000. p. 24.

² LUSTOSA, Rogério. Dois caminhos opostos. in: AMORJ: Fundo PCB. Parte 03. PORG. Série 06. Diversos. Editora Anita Garibaldi. s/d.

³ SIQUEIRA, Juliano. Postura de resistência, rumo revolucionário. *Princípios*, nº 24, fev/mar/abr 1992. pp.52-54.

*calúnia. Os fatos demonstram sobejamente que a cisão teve como causas principais fatores de ordem interna.*¹

Acossados pelo vetor do comunismo internacional, agora traidor, as teses chinesas despertaram entusiasmo entre os membros do PC do B. A partir de 1963 o partido aproximara-se do maoísmo. A intervenção do PCCh trazia uma dimensão mais profunda à luta contra a direção do PCUS: *“(as divergências) não diziam respeito unicamente aos partidos da China e da União Soviética. Trata-se de luta de significação histórica entre os marxismo-leninismo e o revisionismo contemporâneo”*.²

Cerrar fileiras com a via chinesa fortalecia os laços do PC do B com uma referência internacional – de grande impacto no seio das esquerdas mundiais –, mas também favorecia a sua ação local nas disputas com o PCB (e posteriormente com as organizações guerrilheiras) sobre os caminhos da revolução brasileira: o caráter da revolução e das alianças, o papel da violência e do campo no processo revolucionário, a questão da hegemonia.³

Ainda bastante influenciado pelo modelo soviético, o PC do B adequava a sua linha partidária às novas inflexões teóricas promovidas pelo PCCh, adotando a estratégia da guerra popular prolongada (GPP).⁴ Desenvolvida entre os anos de 1966 a 1975, a Guerrilha do Araguaia é um dos principais lugares de memória do Partido Comunista do Brasil. Compreendida como uma verdadeira epopéia, uma *“luta de Davi contra Golias”*⁵, a sua identidade – fortemente demarcada pelo embate contra o

¹ Manifesto – Programa. Resolução CC, publicada no jornal A Classe Operária, 01 a 15 de agosto de 1963. in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*, Op. cit., 2000. p. 46, 49.

² *Ibid.* p. 50.

³ Daniel Reis destaca que, apesar da enorme exaltação à China Popular pelo PC do B, a organização realizara uma leitura seletiva do maoísmo. A Guerrilha do Araguaia apresenta-se como um exemplo dessas interpretações, aplicando uma política mais próxima dos focos guerrilheiros de padrão guevarista. **REIS FILHO**, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. in: **REIS FILHO**, Op. cit., 1991. p. 125, 131.

⁴ De acordo com Sales, até 1969 o partido convivera com um *“dualismo estratégico”*: uma tática eleitoral e a proposição da GPP. Com o lançamento do documento *“Guerra popular prolongada – o caminho da luta armada no Brasil”*, a luta armada consolidava-se como a estratégia central do partido. Ver **SALES**, Op. cit., 2007, vol. 3, p. 171-172.

⁵ Depoimento do dirigente comunista João Amazonas, um dos poucos sobreviventes da Guerrilha do Araguaia, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no dia 16 de maio de 1996. O relato foi precedido de uma impactante repercussão na grande imprensa do livro do coronel Pedro Corrêa Cabral – **CABRAL**, Pedro Corrêa. *Xambioá, guerrilha do Araguaia. Novela baseada em fatos reais*. RJ: Record, 1993 –, e dos documentos oficiais publicados pelo jornal *O Globo* sobre a repressão do exército na região. Ver: João Amazonas fala sobre a Guerrilha do Araguaia. *Princípios*, nº 44, 1997. p. 66.

revisão contemporâneo – adquiria com a experiência guerrilheira o atestado de compromisso com a via revolucionária.

Assim a opção pela luta armada definitivamente distanciava o PC do B do reformismo do seu antípoda. Desde a sua refundação, o programa partidário vaticinava como inviável o caminho pacífico da revolução, defendendo a derrubada do governo João Goulart por meio de uma insurreição nacional-libertadora, democrática e popular, desenvolvida por uma frente única liderada por operários e camponeses.¹ Todavia, apesar do verbo revolucionário, até 1966 a organização mantivera-se leal à tradição da estratégia nacional-democrática. Essa dualidade, presente nos principais documentos do partido, fora decidida em favor da tese da guerra popular.² Inspirados na revolução chinesa e nas lutas de libertação nacional em países como o Vietnã e a Argélia, a concepção maoísta da GPP constituiu-se na base teórica dos pecebistas para o desencadeamento da experiência do Araguaia. Assim como nessas regiões, no Brasil o campo também era considerado o elo mais frágil do regime militar.³

II. O PC do B na transição brasileira: da Frente Democrática à Frente Brasil Popular

Para o PC do B, no final dos anos setenta o Brasil apresentava uma nova tessitura econômica. O país transformara-se: diversificação e ampliação da produção industrial, agrícola e do comércio exterior. O capitalismo se desenvolvera, perpetuando, entretanto, o seu caráter monopolista e dependente do capital financeiro internacional. Na outra ponta da sociedade o contraste: a concentração de renda e a desigualdade social empobreciam cada vez mais as massas na cidade e no campo.⁴

Diante das mudanças econômicas e do novo quadro político brasileiro – assinalado por poderosas greves operárias e pela ascensão do movimento

¹ Manifesto – Programa, Op. cit., 2000. p. 48.

² SALES, Op. cit., vol. 6, 2007. p. 84.

³ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. Guerrilha do Araguaia, a história que não acabou. *Princípios*, nº 37, 1995. p. 66.

⁴ Informe político ao VI Congresso do PC do B. Documento aprovado no VI Congresso do PC do B, em 1983. in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*, Op. cit., 2000, p. 280, 281, 287.

democrático-popular –, a agremiação consagrava no VI Congresso a readequação da sua política nacional.¹ O centro da tática partidária localizava-se na luta pela democracia através de um governo de transição, constituído por forças democráticas e pela unidade popular, capaz de convocar uma assembléia constituinte soberana. Aliado a essas bandeiras encontrava-se o carácter patriótico do embate antiimperialista contra o endividamento externo e o FMI.

Uma alteração central emanava das resoluções comunistas no início da década de oitenta. Mesmo sem abandonar a combinação de formas armadas e não armadas de luta, o caminho da revolução não passava mais pela ação da guerra popular prolongada. O forte movimento grevista, eclodido nas principais cidades brasileiras desde 1978, reorientava o centro da ação revolucionária do campo para as cidades. Como um horizonte de possibilidades, a eclosão de uma crise política e a sua evolução para uma insurreição clássica nos centros urbanos apoiada por um forte movimento rural.²

Em 1988 o VII Congresso do PC do B aprovou a inflexão mais importante da política pecedobista para aquele período. Com a resolução “*O Brasil numa encruzilhada histórica*”³, o partido também fizera opções nesse entroncamento, afastando-se dos aliados preferenciais desde o final dos anos setenta, e aproximando-se das organizações mais à esquerda na conjuntura nacional.

De apoiador crítico o documento aprovado era peremptório: a Nova República “*envelheceu prematuramente*”. A agremiação afastava-se de uma administração que havia optado pela direita para tentar reconstituir a sua base de apoio. Expressando o conservadorismo da política nacional, Sarney simbolizava um governo corrupto, antipovo e antinacional.

¹ Apesar de reiterar a luta armada como uma questão decisiva para a política partidária, a VII Conferência, realizada em 1979, reordenava a ação dos comunistas em direção à derrubada da ditadura através da conformação de uma ampla frente democrática. Ver: Resoluções da VII Conferência do Partido Comunista do Brasil. in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*, Op. cit., 2000, p. 267/268.

² Informe político ao VI Congresso do PC do B. in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*, Op. cit., 2000, p. 303, 336, 338.

³ O Brasil numa encruzilhada histórica. VII Congresso do PC do B. São Paulo, 1988. in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*, Op. cit., 2000, pp. 351-395.

O outro nó da institucionalidade brasileira se localizava na Assembléia Constituinte. Nascida sob a esperança de solucionar os problemas do país, acreditava-se na possibilidade de uma carta avançada, democrática, progressista. A maioria de direita arrefeceu essa expectativa, tornando a sua essência reacionária, antiquada, inadaptada à realidade do país apesar de algumas conquistas democráticas.¹

Mesmo com os avanços obtidos, as debilidades dos movimentos populares no Brasil não eram poucas e as divisões em torno do PT, PDT, PCB e PC do B também não. Ao contrário do período anterior, onde a organização identificava a possível abertura de uma crise revolucionária, o documento do VII Congresso descartava a existência de uma escalada revolucionária no país. As lutas, muito marcadas pelo seu caráter econômico, não haviam desenvolvido movimentos políticos de massas das dimensões daqueles ocorridos em 1984.²

Todas essas alterações implicavam em novas alianças. Era um erro tático atacar em bloco o PT. No seu interior havia homens e mulheres progressistas, proletários dispostos a defender seus interesses, mostrando-se subjetivamente favoráveis ao socialismo. E muitos petistas propugnavam a unidade de ação com o PC do B.³

Nos anos da abertura política o PC do B protagonizou uma disputa acerca das interpretações sobre a guerrilha do Araguaia. Ressaltando-se os seus êxitos, a direção do partido unira-se na VII conferência em torno da versão oficial de João Amazonas – cuja análise apresentava a experiência como um balanço positivo – expulsando os militantes que não acataram a decisão.⁴ Nos anos seguintes, não obstante o reconhecimento dos erros na condução daquele movimento – como a decisão de reunir todos os destacamentos, facilitando a repressão⁵ –, as interpretações dominantes reafirmavam a adoção da estratégia da luta armada diante da radicalização da ditadura

¹ *Ibid.* p. 352, 367.

² O Brasil numa encruzilhada histórica. Op. cit., 1988, p. 368, 371.

³ *Ibid.* p. 384, 385.

⁴ SALES, Op. cit., 2007. p. 175.

⁵ CAMPOS FILHO, Op. cit., 1995, nº 37, p. 70. O retorno da discussão sobre o Araguaia na metade dos anos noventa não gerou novas interpretações do PC do B. Em 1996, o comunista Romualdo Pessoa identificava as debilidades da experiência, relacionando-as à adoção das concepções maoístas – com as quais o partido já havia rompido – e não ao movimento em si. Rejeitando as críticas que definiam o Araguaia como uma experiência foquista, dirigentes e historiadores buscaram nos relatos de viagem à região a confirmação de que a guerrilha contara com um forte envolvimento da população. Ver: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. A Guerrilha do Araguaia. Um resgate para a história. *Princípios*, nº 42, 1996. p. 26 e FELIPE, Gilvane. O mergulho e a emersão da Guerrilha do Araguaia. *Princípios*, nº 42, 1996.

civil-militar. Logo a resistência no Araguaia comprovava a justeza da linha aprovada pela VI Conferência.¹

No final dos anos setenta o partido também operara importantes alterações nas suas análises internacionais. Uma nova viragem. O farol do comunismo chinês perdia o brilho. De exemplo revolucionário no embate contra o revisionismo soviético, a China transformava-se também numa variação daquele fenômeno. A VII conferência do PC do B, realizada em 1979, tornava-se assim o marco da nova inflexão estratégica do socialismo peucedobista. As resoluções criticavam a política das Quatro Modernizações, a teoria dos três mundos e a sua aliança como os imperialismos norte-americano, asiático e europeu. No centro da luta internacional o combate ao revisionismo soviético e chinês.²

Publicando o artigo transcrito do órgão oficial do Partido do Trabalho da Albânia (PTA), *A Voz do Povo*, o PC do B não somente se distanciava das mudanças ocorridas na China na metade dos anos setenta com o retorno ao poder de Deng Xiao Ping, mas também da revolução cultural – *“uma explosão caótica, um putsch palaciano, dirigido por elementos não marxistas visando liquidar outros elementos antimarxistas que tinham tomado o poder”*.³

O processo judicial montado contra o “bando dos quatro” pelo dirigente das reformas chinesas representava uma farsa. Intentava atingir a figura de Mao e, sobretudo, ao caráter antiimperialista da revolução chinesa. Do “grande timoneiro”, entretanto, preservavam-se as suas idéias burguesas e capitalistas, pois a sua figura ainda era o único meio de manter a unidade do país, atravessada por uma luta feroz entre os diversos clãs, todos revisionistas.⁴

O projeto peucedobista intimamente ligado à existência de um movimento comunista internacional – mesmo que a organização fosse conhecida pela tese do “socialismo num só país” – ancorava-se na existência de um partido-guia que servisse de exemplo e demonstrasse que aquela experiência poderia dar certo. Parceiros na luta contra o revisionismo contemporâneo após a experiência com a via chinesa, o PC do B

¹ Informe político ao VI Congresso do PC do B, Op. cit., 2000, p. 298.

² Resoluções da VII Conferência do PC do B, Op. cit., pp. 265-266.

³ **ZERI I POPULLIT**, órgão oficial do PTA. Nova expressão da feroz luta pelo poder entre os clãs revisionistas da China. *Princípios*, nº 2, 1981. p.18.

⁴ **Ibid.**

elegeu como uma das suas tarefas centrais a defesa da Albânia socialista – *“farol do socialismo na Europa e no mundo”*.¹

A última fronteira do socialismo. Atividades, jornais e publicações da organização dedicavam-se a divulgar os feitos daquele pequeno país, mais conhecido pelas suas montanhas, águias e cabras. Divulgavam especialmente os textos do grande teórico e líder da revolução albanesa, Enver Hoxha, mas também de seu sucessor Ramiz Alia.²

A Albânia confirmava a possibilidade da construção do socialismo num só país. E do desenvolvimento de tal experiência numa nação pobre, atrasada e de economia incipiente. Rejeitando as teses revisionistas da URSS e da China, que propunham a manutenção de uma economia agrária retardando a estruturação da base econômica do socialismo, os albaneses seguiram sozinhos. Liquidaram a burguesia através da coletivização dos campos, consolidando uma aliança amiga entre campesinato e operários.³

Em 1988, já sob os primeiros sinais de perturbação no bloco socialista, a Albânia parecia uma rocha. As resoluções do VII congresso do PC do B informavam que, apesar dos esforços da burguesia, o socialismo vivia e florescia naquele país.⁴ O socialismo albanês não somente resistia, mas entrava numa nova etapa da sua evolução, mais complexa do que a fase anterior. Um motivo de orgulho. A experiência albanesa só encontrava paralelo no processo desenvolvido pela revolução russa nos seus primeiros quarenta anos: *“não há no mundo, a não ser a experiência dos soviets antes da degeneração do socialismo na URSS, onde os órgãos de poder popular e as organizações sociais desempenham tão elevado papel”*.⁵

Na nova fase a nação albanesa devia redobrar a atenção e a vigilância contra os *“resquícios do modo de vida burguês na consciência das pessoas, da possibilidade de capitulação*

¹ Resoluções da VII Conferência do PC do B, Op. cit., 2000. p. 265.

² Textos de Enver Hoxha na *Princípios*: nº 2 (junho de 1981), nº 6 (junho de 1983), nº 11 (agosto de 1985), nº 15 (maio de 1988) e nº 16 (dezembro de 1988). Textos de Ramiz Alia na *Princípios*: nº 4 (maio de 1982), nº 7 (dezembro de 1983), nº 16 (dezembro de 1988). Textos de Foto Çami na *Princípios*: nº 1 (março de 1981), nº 8 (maio de 1984), nº 10 (abril de 1985). Texto de Aranit Cela na *Princípios*: nº 13 (dezembro de 1986).

³ CARVALHO, José Reinaldo. Albânia – 40 anos de socialismo. *Princípios*, nº 9, 1984. p. 22.

⁴ O Brasil numa encruzilhada histórica. VII Congresso do PC do B. São Paulo, 1988. in: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*, Op. cit., 2000. p. 359.

⁵ CARVALHO, José Reinaldo. O socialismo na Albânia. Aplicação criadora do marxismo. *Princípios*, nº 14, 1987. p. 43.

perante a pressão imperialista-revisionista”.¹ O messianismo operário resguardava a classe dirigente da revolução de tais males. O perigo então só podia ser imputado às reminiscências pequeno-burguesas que ainda sobreviviam naquela sociedade.

Dessa forma, até o início dos anos noventa, o PC do B considerava-se salvaguardado do colapso do socialismo real – relacionando-o diretamente à evolução do revisionismo contemporâneo. Sob os sinais do deslocamento à esquerda do VIII Congresso, os pecebistas vivenciaram a *débâcle* do comunismo soviético. Todavia o novo posicionamento defronte à conjuntura nacional fortalecera-o, aproximando-o dos setores mais dinâmicos dos movimentos sociais. Ao contrário do PCB, que combinou a crise do projeto socialista a um profundo balanço dos equívocos cometidos na política brasileira, o PC do B fizera importantes readequações antes de “ajustar contas” com o futuro do socialismo no planeta.

III. O PC do B e a pátria do socialismo proletário

O PC do B e os significados da revolução russa de 1917

Partilhando das tradições comunistas o PC do B estruturava o seu universo a partir da revolução russa de 1917. Ela era a prova cabal da superioridade daquele sistema sobre o capitalismo. Superando os duros anos da fome, através da industrialização acelerada e da coletivização dos campos, os revolucionários transformaram um país atrasado e inculto numa das mais avançadas nações do planeta.² Assim os eventos do outubro bolchevique representavam o advento de uma nova época; a era das revoluções proletárias.

A consolidação da nova nação resultara de uma intensa luta de classes nos anos vinte no seio do partido de vanguarda do proletariado. Incapazes de “*assimilar a ideologia marxista*”, elementos como Trotsky opunham-se à possibilidade de construção do

¹ *Ibid.*

² AMAZONAS, Op. cit., nº 14, 1987. p. 6.

socialismo na URSS mesmo sem o advento da revolução no ocidente. Outros como Bukharin representavam a liberdade de mercado e os interesses dos proprietários privados de terras na URSS, os *Kulaks*.¹

Assim até a morte de Stálin a URSS cumprira um papel progressivo e de liderança em relação aos demais países do mundo, vencendo mais uma versão do revisionismo no movimento socialista internacional. Com o falecimento do guia genial o socialismo soviético enfrentara uma profunda crise que levou ao retrocesso da revolução.

Renovação ou restauração? As visões da crise no bloco soviético

No início da década de sessenta os comunistas reorganizaram o PC do B sob o eixo estruturador da luta contra o revisionismo soviético. O marco das mudanças era o ano de 1956. O lugar, o XX Congresso do PCUS. No Brasil a reorganização do partido representava a ponta do mesmo processo, fragmentando e mergulhando numa grave crise o Movimento Comunista Internacional.

Rompendo com uma visão linear dos processos revolucionários – evolucionismo fortemente presente no marxismo-leninismo da Terceira Internacional e na concepção etapista da revolução brasileira ainda defendida pela organização –, o pensamento pededobista definia o retrocesso ocorrido no socialismo soviético como uma possibilidade existente em todas as revoluções, citando os casos da comuna de Paris, em 1871, e da república húngara, em 1919.²

A regressão representava a vitória da parcela de altos funcionários do Estado e do partido inconformados com os caminhos trilhados pela URSS até aquele momento. A ascensão de seu sucessor, Leonid Brejnev, mais centralizador, não alterara o caráter das mudanças no país, desenvolvidas então a partir das reformas preconizadas por Kossiguin, em 1965. O que subsistira de socialismo na economia soviética havia recebido um “tiro de misericórdia”. O sistema voltara a operar em bases essencialmente capitalistas.³

¹ LUSTOSA. Op. cit., nº 15, 1988. p. 21.

² FERNANDES, Luís. A degenerescência capitalista da União Soviética. *Princípios*, nº 3, 1981. p. 2.

³ *Ibid.* p. 4-5.

Se no ambiente interno a restauração do capitalismo estava em curso, na arena internacional as ações do “império vermelho” reforçavam a tese do social-imperialismo. A agressão a outros povos, como a Tchecoslováquia, a Eritréia e o Afeganistão, era a prova cabal do impulso expansionista desencadeado no regime soviético com a introdução de mecanismos capitalistas de gestão.¹

Em 1988, as resoluções do VII Congresso reafirmavam o aprofundamento da crise global do capitalismo. Não menos importante era a composição de uma frente entre os EUA e a URSS revisionista para combater o socialismo e a revolução. O clima geral reverberava uma forte ofensiva anticomunista. A partir dos retrocessos na União Soviética, na China e em países das democracias populares, o imperialismo difundia a inviabilidade do socialismo.²

Fazia parte dessa campanha a apresentação de Stálin como um “*criminoso sedento de sangue*”. As teorias de Marx e de Engels perdiam valor face às transformações operadas pela revolução científico-técnica. Era o fim da centralidade da classe operária. Apesar dos esforços da burguesia o socialismo ainda tinha um modelo exemplar. Ele vivia e triunfava na Albânia, a qual todos os comunistas deviam defender.³

Assim os acontecimentos irrompidos no ano de 1985 não significaram uma mudança no percurso realizado pela URSS. Os comunistas do PC do B não nutriam qualquer esperança quanto a um hipotético revigoramento do socialismo. Mikhail Gorbatchev representava a última fase do revisionismo soviético.⁴

Um salto qualitativo. De um “*revisionismo envergonhado*” evoluíram para um “*revisionismo sem máscara*”. O livro de Mikhail Gorbatchev⁵ – um *best seller* mundial – era o ícone desse movimento: negava a luta de classes e o materialismo histórico, renegava a revolução e o socialismo, justificava a divisão do planeta entre zonas de influência pertencentes às duas superpotências. Internamente, a *Perestroika* consolidava a

¹ **Id.** O marxismo e o revisionismo soviético. *Princípios*, nº 12, 1985. p. 13.

² O Brasil numa encruzilhada histórica. Op. cit., 1988, p. 357-358. Segundo o historiador Jean Sales, o VII Congresso não fora marcado por muitas polêmicas. O debate concentrara-se na importância do partido na vida política nacional e na necessidade de melhoria do funcionamento do mesmo. Ver: **SALES**, Jean. O partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo real. in: *Revista Brasileira de História*. SP, vol. 28, nº 56, 2008, p. 509.

³ **Ibid.** p. 358-359.

⁴ **MARTINS**, Umberto. Breve crônica de um fracasso anunciado. *Princípios*, nº 18, 1990. p. 19.

⁵ **GORBATCHEV**, Mikhail. *Perestroika. Novas idéias para o meu país e o mundo*. 3ª ed., SP: Ed. Best Seller, 1987.

restauração em curso desde 1956. Implantando um “*capitalismo às escâncaras*”, as reformas representavam a “*condenação global das leis próprias do socialismo e a exaltação das leis objetivas do sistema capitalista reintroduzido na URSS*”.¹

As justificativas apresentadas por Gorbachev para explicar a queda da renda e a estagnação econômica no país comprovavam a natureza não socialista da economia soviética: “*é possível ocorrer tais fatos numa economia socialista? Evidentemente, não. Podem surgir dificuldades momentâneas, não, porém, nesse nível. Os casos assinalados pertencem às categorias capitalistas*”.²

No ano de 1990, os ventos do Leste já haviam se transmutado em verdadeiros vendavais, derrubando no ano anterior a maioria dos países do bloco soviético. O PC do B mantinha-se firme na convicção de que aqueles eventos não afetavam a sua concepção. Apesar da fanfarras e do júbilo da direita e a perplexidade e hipocrisia de setores da esquerda, a realidade nocauteara as interpretações que definiam tais modelos como experiências socialistas.³ Além disso, o principal representante da luta anti-revisionista mundial, a Albânia, mantinha-se firme. De pé.

Logo o colapso do socialismo real não se explicava pela via simplista da “*falência do modelo stalinista*”. Pelo contrário, os dirigentes derrubados entre os anos de 1989 e 1990 ascenderam ao poder após o XX Congresso do PCUS, modificando substancialmente as políticas daqueles regimes, reintroduzindo o capitalismo de Estado, e, portanto, rompendo com a evolução da experiência socialista.⁴

Afastando-se das visões ufanistas de algumas análises trotsquistas – sob a expectativa da eclosão de revoluções políticas que instalassem novos outubros nos países do SOREX – o comunista Luís Fernandes introduzia duas importantes assertivas: o projeto socialista perdera a hegemonia ou jamais chegara a se consolidar naquelas sociedades, e a *débâcle* do campo soviético trazia graves conseqüências para o conjunto das esquerdas. O aprofundamento da crise destroçava qualquer ilusão quanto à possibilidade de renovação do socialismo. Era a vitória dos projetos de feição conservadora.⁵

¹ O Brasil numa encruzilhada histórica, Op. cit., 1988, p. 386, 387, 391.

² *Ibid.* p. 391.

³ FERNANDES, Luís. O Leste europeu entre ventos e tempestades. *Princípios*, nº 18, 1990. p. 8.

⁴ *Ibid.* p. 9 -10.

⁵ FERNANDES, Op. cit., nº 18, 1990. p. 9.

IV. Quando os ventos do Leste sopraram mais forte: a hora do revisionismo pededobista?

A preparação do VIII Congresso: na corda bamba entre ortodoxias e revisões

O tempo não pára. O socialismo vive. Com este título o PC do B inaugurava o debate preparatório para o histórico VIII congresso. Diante da perplexidade, da apatia e da perda das utopias de muitos militantes, a idéia de movimento trazia a perspectiva de que, ao contrário da onda conservadora, o socialismo não estava morto. Nem Ultrapassado. Não era uma peça anacrônica, nem estagnada. Havia esperança. A percepção do comunista Pedro Carvalho Lopes revelava a real dimensão do drama vivido pelo pensamento de esquerda no final do século XX. Estava mais difícil defender o comunismo do que na época da ditadura. A campanha anticomunista grotesca havia sido substituída por uma operação sofisticada, baseada na emergência de uma série de erros cometidos em nome daquele ideário.¹

Assistindo à implosão dramática do seu congênere, o PCB, a organização possuía o desafio de realizar importantes alterações nos seus principais ícones sem, contudo, perder a sua identidade, pulverizando-se. Por outro lado, permanecendo inalterado, arriscava-se a perder inúmeros militantes, reduzindo-se a um gueto. O PC do B encontrava-se numa “*encruzilhada histórica*”.² O partido intentara transitar pela crise do socialismo real apegado à convicção de que ela não lhe atingia. Pelo contrário, confirmava as suas teses sobre o revisionismo contemporâneo. A Albânia seguia como um exemplo inquebrantável, pois não havia sido afetada pelo dominó que derrubara os regimes do Leste europeu. Dessa forma a agremiação não resistiu quando o farol albanês sucumbiu. Chegara a hora de fazer um profundo balanço da sua trajetória e acertar as contas com a herança do marxismo-leninismo.

¹ **LOPES**, Pedro Carvalho. É preciso evitar a repetição de erros. *Tribuna de Debates*, nº1, 5/08/1991, p. 4.

² O PC do B numa encruzilhada histórica (*Tribuna de Debates*, nº2, 19/08/1991, p.6 e nº5, 03/10/1991, p.14). Os artigos, escritos pelo jornalista Antônio Martins, membro da organização de base (OB) dos jornalistas de São Paulo, tornaram-se um dos centros das principais polêmicas do debate preparatório

Equilibrando-se entre ortodoxias e revisões, a agremiação protagonizou um rico debate interno que ultrapassou os limites da tradição partidária. Vários editoriais do *Tribuna* destacavam o ineditismo daquele processo.¹ A direção convocava os militantes pecedobistas ao “*labor teórico*”, às vezes subestimado ou apreendido como inacessível.² A preparação para o VIII Congresso era a tarefa central do partido. Esse esforço capacitaria os seus militantes na polêmica com as idéias oportunistas ou revisionistas. Adentrando numa nova fase, o partido não podia pender para o ecletismo³, mas apoiar-se num patrimônio acumulado desde 56, tornando-se um referencial ideológico para vários companheiros das esquerdas.⁴

O debate estava aberto. O crescimento de uma variedade de movimentos sociais na cena política do país também se expressava nos eventos preparatórios. Vários artigos tratavam da questão da mulher, da juventude e do negro, setores em expansão na militância pecedobista. Em contrapartida a presença menor de textos sobre a atuação do partido na conjuntura brasileira revelava que as alterações realizadas pelo VII Congresso conseguiram responder às demandas da organização, não se constituindo, como no PCB, num fator de desestabilização. Pelo contrário, os novos rumos adotados desde 1988 fortaleceram-no diante das crises nacional e internacional.

Enfim um livre processo de elaboração teórica. Todavia, apesar do desejo do militante Gerson Medeiros – ele ressaltava que pela primeira vez era possível criticar as concepções da direção partidária sem ser chamado de “*crítico pequeno-burguês*”.⁵ Como arma do debate, muitos pecedobistas ainda se apegavam a esse artifício. Ser pequeno-burguês era ser ingênuo. Contra-revolucionário. Ardiloso. Ou todos estes adjetivos e

para o VIII Congresso. Parafrazeando a tese de conjuntura nacional do VII Congresso do partido – O Brasil numa encruzilhada histórica –, o PC do B também vivia o mesmo impasse.

¹ *Tribuna de Debates*, nº 2, 19/08/1991; nº 6, 11/10/1991; nº 10, 13/12/1991. O encarte *Tribuna de Debates* cumpriu um papel fundamental na difusão da discussão entre os comunistas, recebendo cerca de 400 artigos sobre vários temas. A preparação transcorreu durante quase um ano, sendo enriquecida por debates e palestras com a presença de outras correntes políticas. Coroando esse processo o PC do B elegeu 518 delegados, nas conferências regionais ocorridas em todo o território nacional, exceto no Amapá. O congresso mais importante da sua trajetória partidária realizara-se entre os dias 3 e 8 de fevereiro de 1992, em Brasília. Ver: *O socialismo vive. Documentos e resoluções do VIII Congresso do Partido Comunista do Brasil*. 2ª ed., SP: Editora Anita Garibaldi, 1992. p. 8.

² *Tribuna de Debates*, nº 6, 11/10/1991, p. 1.

³ *Tribuna de Debates*, nº 2, 19/08/1991, p. 1.

⁴ O editorial se referia à filiação de ex-militantes do PCB, como Juliano Siqueira, ao PC do B. *Tribuna de Debates*, nº 5, 3/10/1991, p. 1.

⁵ **MEDEIROS**, Gerson. Stalinismo, burocracia e contra-revolução. *Tribuna de Debates*, nº 10, p. 42.

outros mais. Um empecilho para o triunfo do socialismo, esse segmento sempre aparecia desviado e desvirtuando a revolução. De permeio entre as classes fundamentais do capitalismo, era destituído de um projeto autêntico. O proletariado devia conhecê-lo e tê-lo como aliado. Entretanto, adulado através do capitalismo de consumo, a burguesia também poderia cooptá-lo para o seu campo.¹

Para compreender a crise do socialismo, novamente comparecia a tese do “desvio pequeno-burguês”. Diante do silêncio dos clássicos comunistas acerca da transição, “charmosa”, a pequena burguesia havia desempenhado um papel crucial na evolução dessa etapa na URSS. Logo estava descoberta a responsável pela restauração capitalista naquele país. Cômicos de que o proletariado jamais trairia à sua missão histórica, este segmento havia, com uma “*verdadeira pata-de-gato*”, substituído o proletariado.²

A vedete das discussões e polêmicas foi mesmo a crise do socialismo real. Muitos comunistas concebiam dois caminhos para a encruzilhada peucedobista:

*nessa encruzilhada, temos duas alternativas: a primeira é a de virarmos gueto mesmo, com a pecha de espécimes em extinção. A segunda é a de partirmos para virar a mesa e enfrentar o debate como deve ser enfrentado.*³

Se diversos militantes estavam dispostos a operar uma profunda avaliação dos pressupostos marxistas-leninistas, também não era menor o número de camaradas que demarcava fronteiras para o desenvolvimento dessas discussões. As resistências terminavam na base, e começavam no seio do próprio comitê central. Lideranças como João Amazonas e Renato Rabelo frisavam que nem tudo no PC do B estava aberto ao debate.⁴ E muitos comunistas se alinhavam com essa tese. Os limites preservavam a ortodoxia peucedobista. Oriundos de uma cultura de debates restritos, realizados muitas vezes na clandestinidade, sob as condições precárias de períodos de ditadura militar, a

¹ CEZAR, Valter. A pequena-burguesia. *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991, p. 27.

² GONÇALVES, Josafá F. O discreto charme da pequena-burguesia. *Tribuna de Debates*, nº 5, 03/10/1991, p. 17.

³ CARVALHO, Carlucho. Antes que seja tarde. *Tribuna de Debates*, nº 3, 02/09/1991, p. 10.

⁴ BATIGALHIA, Djalma. A outra margem e RABELO, Renato. Distinguir os campos. *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991, p. 10 e 20, respectivamente.

base do partido temia o mesmo destino do Partidão. A direção receava perder o controle da organização.

As fronteiras partidárias não deviam ser tão largas. A preocupação com os rumos da discussão refletiram-se na *Tribuna de Debates*. É simbólica a charge veiculada logo na fase inicial de preparação para o congresso. O recado estava explícito. O núcleo dirigente não permitiria a implosão do partido. O pé marcado na blusa do militante era sugestivo. Expulsão para aqueles que não se restringissem às fronteiras da ortodoxia pecedobista.¹



Figura 1

Recebendo críticas de várias perspectivas, o comitê central não passou incólume pelo debate preparatório. Muitos pecedobistas, atônitos, não compreendiam e não aceitavam as novidades anunciadas. Uma virada no leme abrupta. Um solavanco. Sem grandes autocríticas, indicava o caminho e mandava seguir em frente.

Moacyr de Oliveira, membro do comitê regional do Distrito Federal, "*sonhava*". Do seu ponto de vista existiam três posturas distintas no partido quanto ao VIII Congresso. Camaradas dispostos a debater com radicalidade, sem limites pré-estabelecidos. Superar os erros e dotar a organização de melhores condições para prosseguir na luta pelo socialismo – "*mesmo que para isso seja necessária a correção de rumos, até então tidos como verdades absolutas ou princípios imexíveis*". Outros militantes não defendiam a necessidade de reavaliações significativas, pois, no geral, a organização havia acertado em quase tudo. Os dirigentes do comitê central, cautelosos, localizavam-se no centro. Indicavam a existência de erros e a necessidade de superá-los. Entretanto,

¹ *Tribuna de Debates*, nº2, 19/08/1991. p. 3.

preocupados com os rumos do debate, tentavam “estabelecer limites para a discussão e (fazer) alertas ideológicos numa operação de imunizadora sobrevivência”. O camarada Oliveira “sonhava” com um debate livre. Diante das acusações daqueles que temiam os questionamentos, promotores de “catilinárias raivosas, profissões de fé vazias de conteúdo e repletas de frases feitas”, estava convicto de que ninguém havia saído da linha ou comprometido a “pureza ideológica do partido”.¹

Djalma Batigalia interpretava de maneira distinta as atitudes existentes no PC do B diante do VIII Congresso. Nos dois extremos a mesma concepção abstrata de democracia, de revolução e de revisionismo. De um lado alguns comunistas propugnavam que a simples convocação do congresso significava uma capitulação às pressões conservadoras. De outro lado alguns pecebistas criticavam a essência do partido, negando o seu papel de direção. Entre as duas posições, uma postura que indicava a necessidade de avaliar as experiências passadas sem negá-las, apostando na construção de um PC sem abrir mão da sua essência revolucionária e classista.²

O revisionismo contemporâneo: marco inexpugnável ou uma nova revisão?

O debate no PC do B erigia-se sob um marco fundador, raiz da sua própria existência, o embate contra o revisionismo contemporâneo. Se havia fronteiras intransponíveis essa era uma delas, uma pedra basilar que identificava todos os pecebistas. Essa luta dividira águas no seio do Movimento Comunista Internacional, brasileiro e da própria história do socialismo soviético. Os militantes partiam desse ponto de convergência, o acerto histórico da organização na denúncia dos sucessivos desvios à direita a partir dos quais a URSS assumira abertamente uma política contra-revolucionária.³

Do interior do comitê central, surgiam teses que ultrapassavam as novas formulações elaboradas pelo núcleo dirigente para a discussão do VIII Congresso. Baseando-se nas novas avaliações que indicavam a existência de erros na construção

¹ FILHO, Moacyr Oliveira. Sonhar também é preciso. *Tribuna de Debates*, nº 8, 11 a 24/11/1991, p. 14.

² BATIGALHIA, Djalma. A outra margem. *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991, p. 20.

³ MARTINS, Antonio. O PC do B numa encruzilhada histórica. *Tribuna de Debates*, nº 2, 19/08/1991, p. 6.

do socialismo na URSS, mesmo antes do processo revisionista dos anos cinquenta, o dirigente Luís Fernandes propugnava uma retificação da caracterização feita pelo PC do B sobre o Estado soviético.

Ele destacava a coexistência de duas análises contraditórias. Até a VI conferência, em 1966, as mudanças no bloco soviético, demarcadas pelo XX Congresso do PCUS, eram analisadas sob o prisma da transição ao capitalismo. No final da mesma década, influenciados pela concepção chinesa e albanesa, o partido incorporou a formulação do capitalismo monopolista de Estado.¹ Segundo essa tese, a inserção da URSS no mercado internacional expressava a restauração capitalista naquele país que assumia, então, a forma de uma potência imperialista, expansionista, lutando pela hegemonia e dominação mundial. Fernandes indicava a inconsistência da definição de capitalismo de estado para o caso soviético, pois até o final dos anos oitenta os dados referentes àquele país apontavam para a incompletude de tal processo.²

Apesar das correções executadas pela direção central através da tese *A luta pelo socialismo científico*³, vários militantes avaliaram-nas genéricas e insuficientes. Elas ainda se apegavam às idéias do atraso, das insuficiências teóricas e ideológicas, numa sobrevalorização das condições históricas. Ganhava corpo no partido uma opinião mais contundente acerca dos problemas do desenvolvimento do socialismo soviético antes dos anos cinquenta. Mais do que erros de condução, eram percebidos como desvios. Um sinal aberto para a ultrapassagem da barreira da luta anti-revisionista.

Comunistas como Gustavo Moura defendiam a necessidade de uma avaliação mais acurada sobre a fase inicial da revolução russa, sobretudo após a morte de Lênin. O grande líder do outubro soviético também fizera importantes alterações no seu pensamento quanto à possibilidade de uma ruptura imediata com as antigas estruturas da velha Rússia. Entraves que até então não haviam sido levados em conta pelas análises revolucionárias: o baixo nível de escolarização e uma economia rudimentar.

¹ **FERNANDES**, Luís. Retificação necessária. *Tribuna de Debates*, nº 6, 11/10/1991, p. 10.

² **Id.** Sobre a questão do “social imperialismo”. *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991, p. 21.

³ **PC do B.** *A luta pelo socialismo científico. Documento para debate.* in: AMORJ: 1.1. Direção Nacional/ 1.2. Dos Congressos. VIII Congresso. 1991.

Somava-se a esse quadro a monopolização, desde 1919, pelo partido bolchevique das decisões, no lugar dos soviets.¹

As revisões atingiram pontos nevrálgicos do pensamento pecedobista. A análise sobre a relação do jovem estado proletário e a coletivização dos campos identificava o tratamento inadequado à aliança operário-camponesa, vital para o desenvolvimento da ditadura do proletariado. A repressão ao campesinato no lugar do convencimento havia contribuído para um descompasso entre produção agrícola e industrial e a degeneração do estado soviético.²

O quesito coletivização dos campos, um dos centros da política de Stálin, também não passou incólume pelo debate. José Alcides formulara uma dura crítica ao artigo de Renato Rabelo, que defendera a conversão forçada dos camponeses ao sistema de fazendas coletivas sem qualquer retoque no original, reproduzindo explicações baseadas nas *“imposições das circunstâncias”* – *“repetição, algo remodelada, de um velho discurso de glorificação dos êxitos, de consagração do líder supremo, Stálin, apesar dos acidentes de percurso”*. Dessa forma o comunista não apenas refutava os excessos e os seus extraordinários custos para a experiência soviética. Ele condenava o modelo de construção do socialismo fundado na pura e simples apropriação de uma parte expressiva do trabalho necessário do campo, desestruturando radicalmente o sistema produtivo assentado nos camponeses médios, levando ao terrível drama humano da fome em 32-33, e apartando indústria e agricultura.³

A grande obra que transformara a URSS numa potência mundial estava questionada pela raiz. Para o jornalista Antonio Martins, o processo dos anos trinta, visando à estatização de toda a economia soviética, promoveu *“uma revolução cultural de cunho nitidamente capitalista”*. À sombra dessas modificações, o florescimento de uma oligarquia de trabalhadores sufocou o debate teórico e limitou a criação. Com a morte de Stálin transformaram-no no bode expiatório dos problemas já evidentes no socialismo soviético.⁴

¹ **MOURA**, Gustavo Alberto. Os erros na construção do socialismo já estariam presentes em Lênin? *Tribuna de Debates*, nº 9, 24/11/1991, p. 28.

² **DIAS**, Lucio Flavio de Castro. A aliança operário-camponesa e a crise do socialismo (1ª e 2ª partes). *Tribuna de Debates*, nº 5 e nº 6, 3/10/1991 e 11/10/1991, p. 12 e s/p.

³ **ALCIDES**, José. Os princípios de análise e o inexplicável fim. *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991. p. 11.

⁴ **MARTINS**, Antonio. O PC do B na encruzilhada histórica. *Tribuna de Debates*, nº 2, 19/08/1991. p. 6.

Um outro assunto tabu. O terror dos anos trinta. Enquadrado como uma questão cultural da sociedade russa, alguns militantes assumiam a polêmica abertamente. A repressão soviética assemelhava-se a do nazi-fascismo. Ela punha em cheque a legalidade socialista, pois se erigia sobre três instituições que cobriam de demérito o socialismo – os julgamentos sumários e sob tortura, a delação generalizada e anônima e o recurso da psiquiatria como enquadramento dos “desajustados”.¹

Não eram menos evidentes as resistências a qualquer mudança na ortodoxia pecedobista. Um espectro rondava o PC do B. Era o revisionismo quem assombrava o partido.² Comunistas como Masanobu Aoki denunciavam uma inflexão visível desde o VII congresso da organização. Ele estava perplexo. O mesmo processo revisionista ocorrido nos anos sessenta atingia agora os principais dirigentes partidários. Jamais havia ocorrido um nível tão alto de capitulação. E ele se localizava no seio da sua intelectualidade. Novamente a pequena-burguesia. As alterações, mesmo parciais, não podiam simplesmente ser anunciadas sem a oposição daqueles que partilharam de uma série de pressupostos comuns durante décadas a fio: *“Em apenas poucos meses, os dirigentes intelectuais do nosso partido, passaram a negar seus posicionamentos, de 69 anos, derrubando simbolicamente a estátua do camarada Stálin, o grande dirigente da construção do socialismo soviético”*.³

Provinha do comitê distrital da Lapa – hegemonicamente operário – o repúdio unânime e veemente às idéias liquidacionistas, *“heresias capitulacionistas e antiproletárias”*.⁴ Sim, havia problemas na primeira etapa de construção do socialismo, mas eles seriam sanados se não fosse o advento do revisionismo.

Pretendendo solucionar as polêmicas pela via clássica dos partidos de tipo marxista-leninista, causava um profundo desconforto em alguns militantes a presença de elementos portadores de diferenças tão nítidas. Afinal, o que faziam organizados no PC do B?⁵

¹ HENDRICH, Samuel. Legalidade socialista. Estado e indivíduo. Questões atuais. *Tribuna de Debates*, nº 3, 02/09/1991. p. 11.

² SILVA, Mario Cesar Fonseca da. Um espectro ronda o nosso partido – o espectro do revisionismo. *Tribuna de Debates*, nº 9, 24/11/1991. p. 24.

³ AOKI, Masanobu. O camarada Stálin é o grande vilão do socialismo também para o PC do B? (1ª parte). *Tribuna de Debates*, nº 2, 19/08/1991. p. 7.

⁴ *Ibid.*

⁵ AOKI, Fany. Por que alguns insistem em seguir o caminho da revisão? *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991, p. 22.

Equilibrando-se entre extremos, a tese da direção central reivindicava a justeza da luta anti-revisionista. Todavia o balanço indicava a omissão realizada em relação aos equívocos e desacertos na edificação socialista na URSS.¹

Stálin na berlinda. Um debate apaixonado

Reivindicar a liderança de Josef Stálin era um constructo fundamental da identidade do PC do B. Uma marca registrada. Fotografias na sede e nas atividades do partido, camisetas estampadas com o seu semblante, literatura do “guia genial dos povos”, nada envergonhava o militante pecebobista. Assumir essa herança tornava-se um motivo de orgulho. PC do B e stalinismo se equivaliam.



Figura 2

O dirigente da industrialização soviética – cuja clarividência apontara a necessidade de, em dez anos, superar a distância dos países adiantados² – fechava o quarteto do marxismo-revolucionário: Karl Marx, Engels e Lênin. A fotografia³ estampada nas páginas da revista *Princípios* era conclusiva: “*amigos inseparáveis*”. Stálin era o herdeiro da genuína tradição marxista, combatendo, assim como os primeiros, as tendências oportunistas no seio do Movimento Comunista internacional. Até a sua morte a URSS era o farol do proletariado: “*até a morte de Stálin, os povos de todo o mundo podiam contar com o apoio e a ajuda desinteressada da União Soviética. Moscou era a capital do mundo proletário revolucionário*”.⁴

¹ **PC do B.** *A luta pelo socialismo científico.* Op. cit., 1991. p. 11.

² **LUSTOSA,** Rogério. A experiência socialista na URSS. *Princípios*, nº 15, 1988. p. 22.

³ Disponível em http://www.fy.wikipedia.org/wiki/vladimir_lenin. Acesso em 16 de maio de 2009.

⁴ **AMAZONAS,** Op. cit., nº 14, 1987. p. 14.

Quando o debate irrompeu em face ao colapso, o balanço sobre o papel do dirigente na construção do socialismo soviético tornara-se inevitável. Era impossível permanecer indiferente à sua figura. Revisões limitadas. Reivindicações apaixonadas. Ruptura radical com o seu legado. A questão do stalinismo ultrapassava as fronteiras e punha o próprio partido na berlinda. Estavam todos impregnados dessa cultura? Ou ela jamais existira enquanto concepção?

A imagem de Stálin dividia águas na luta contra o revisionismo contemporâneo. A história do Movimento Comunista Internacional cingia-se em dois momentos. Irreconciliáveis. A morte do líder incontestemente demarcava as fronteiras de tais etapas. Apesar do crescente questionamento da experiência socialista pelas populações de seus próprios países, nas comemorações dos setenta anos da revolução de 1917 o PC do B reafirmava a liderança máxima do seu guia. A campanha desferida contra Stálin pelos “renegados da causa proletária” – “oportunistas de toda laia, os social-democratas, a burguesia, os trotsquistas e seitas afins” –, juntamente com o regente daquela orquestração, Mikhail Gorbatchev, tinham o claro objetivo de hostilizar o próprio socialismo:

E como não pode hostilizar abertamente o socialismo, agride Stálin que faleceu há trinta e cinco anos. (...) Referir-se a Stálin, à sua obra, à sua contribuição científica é falar sobre o socialismo que ele defendia e construía com sucesso. O ataque raivoso ao dirigente máximo da fase da construção socialista é, na realidade, a investida colérica contra a ditadura do proletariado.¹

A tese do comitê central, um guia para os debates do VIII Congresso, apresentava novas inflexões sobre o fenômeno Stálin. Para Haroldo Lima o assunto era polêmico. Certamente ele não se esgotaria no encontro de 1992. Todavia a organização necessitava rever as suas formulações, superando inclusive o seu unilateralismo na defesa do dirigente soviético mais forte do que nos partidos chinês e albanês durante os anos sessenta.²

¹ O Brasil numa encruzilhada histórica. Op. cit., 1988. p. 393.

² O documento para o debate partidário mencionava determinadas “omissões” no tratamento dos equívocos e uma “impressão” de defesa sem restrição a tudo de bom e de mal ocorrido no período de Stálin. As palavras empregadas, longe de casuais, amenizavam a postura acrítica do PC do B em relação a Josef Stálin. **PC do B. A luta pelo socialismo científico**, Op. cit., 1991. p. 3.

Alterando crenças sobre as quais se erigiam as principais avaliações da organização, o núcleo dirigente indicava as responsabilidades de Stálin sobre o desastre sucedido na URSS. Assestava os seus equívocos teóricos – afinal não se tratava mais da infalibilidade – como a tese do acirramento da luta classes no processo de construção do socialismo.¹

Ao mesmo tempo mantinha intactas as análises sobre a obra realizada durante os anos trinta, localizando os erros principalmente no fim da vida do líder, como a exacerbação do culto à personalidade e a subestimação do partido. Reivindicava também, sem, contudo, citá-las, as suas contribuições no campo teórico. Isentava-o, por fim, da responsabilidade direta sobre os descaminhos da pátria socialista.²

Nem gregos nem troianos. Uma suposta saída de centro – reconhecer certos erros, mantendo o eixo fundamental da concepção tradicional do PC do B – desagradou e suscitou enormes controvérsias. Gerou desconfianças entre aqueles que estranhavam a rápida conversão, mas também entre os comunistas que queriam mais. Advogavam uma ruptura radical.

Apesar do passo positivo em direção a um exame crítico da construção do socialismo na época de Stálin, diversos militantes do PC do B indicavam a insuficiência de tais reavaliações.³ Ainda eram turvas as autocríticas. Como artifício uma saída tangencial. O PC do B jamais fora stalinista, pois o mesmo nunca existira enquanto corrente filosófica: *“mas que o nosso partido sempre foi stalinista no sentido de louvar Stálin como o quarto clássico, no sentido de colocar claramente o stalinismo como sinônimo de revolucionário marxista-leninista, isto sempre foi”*.⁴

Esse era o dilema do partido. Parafrazeando o célebre escritor inglês – *“Ser ou não ser stalinista: eis a questão”*⁵ – Pedro Carvalho Lopes percebia uma *“onda de desespero”* diante da necessidade de mexer na redoma Stálin. Taxativo, o stalinismo nada mais era do que uma deturpação do marxismo. Por isso não reivindicava sequer os supostos

¹ Informe político ao VIII Congresso. Brasília, de 3 a 8 de fevereiro de 1992. in: PC do B. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*, Op. cit., 2000. pp. 440.

² *Ibid.* p. 439-441.

³ **MANFREDINI**, Luiz. Sobre o risco do fundamentalismo comunista. *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991. p. 18.

⁴ **OLIVEIRA**, Joan Edessom. Análise da história deve ser científica. *Tribuna de Debates*, nº 3, 02/09/1991. p. 7.

⁵ **LOPES**, Pedro Carvalho. Ser ou não ser stalinista: eis a questão. *Tribuna de Debates*, nº 8, 11 a 22/11/1991. p. 12.

êxitos nos campos social, cultural e político da época do guia genial. A gênese do revisionismo se localizava nos anos trinta. A ação de Stálin, corrompendo a herança leninista, abriu caminho para o revisionismo dos anos cinqüenta.¹

Todavia, mais do que reconhecer os erros do dirigente comunista, a organização devia avaliar o seu próprio pensamento e prática. Ela fazia parte daquela tragédia. Encontravam-se no seu âmago todas aquelas adulterações: visão mecanicista da história, messianismo, inevitabilidade do socialismo, vanguardismo, rígida hierarquização, limitação da autonomia intelectual. Cegos durante tanto tempo, não havia mais espaço para meios termos. Urgia uma ruptura radical com o stalinismo.²

Anos mais tarde, num instigante livro, o dirigente comunista Luís Fernandes sistematizara a origem e as conotações do conceito stalinismo. A sua abordagem – ousada para os padrões de revisão propostos pelo PC do B no VIII congresso – trazia o problema para o seio do pensamento marxiano. Denunciando o epíteto como uma das construções de maior êxito do marketing político, ele assinalava que as características associadas ao termo expressavam problemas inerentes ao projeto socialista, evidentes nos primeiros anos da revolução soviética, e nas próprias formulações de Marx.³ Enfim o stalinismo devia ser pensado como um problema comum ao campo socialista, superando as análises que ainda reproduziam as teses do “desvio” e da “degeneração”.

Atire a primeira pedra quem nunca errou! As “viúvas de Stálin” – como enfatizara Pedro de Carvalho – não se dobraram às novas orientações partidárias. Num tom de surpresa e de indignação – quase um desabafo – não foram poucos os pecedobistas que ocuparam as páginas do *Tribuna* para condenar a tímida inflexão elaborada pelo comitê central.

Perplexos, encontravam-se vários pecedobistas diante da rápida autocrítica da direção. Seria o germe do revisionismo? Estariam sucumbindo às pressões imperialistas?⁴

¹ **ALCIDES**, José. A cantoria das insuficiências e o anticanto dos limites. *Tribuna de Debates*, nº 9, 24/11/1991. p. 18.

² **MARTINS**, Antonio. O PC do B numa encruzilhada histórica, Op. cit, nº 2, 19/08/1991. p. 6.

³ **FERNANDES**, Op. cit., 2000. p. 152.

⁴ **IVO**, Euler. O debate é tão importante, que tem gente se afogando nele. *Tribuna de Debates*, nº 8, 11 a 24/11/1991. p. 15.

Apenas um adúltero, um pecador. Stálin juntava-se a personagens como Maria Madalena e Geni. Como elas, o então guia genial era satanizado. Um clima de caça às bruxas imperava no partido.¹ Alguns denunciavam. O ápice dessa perseguição se consumaria no próprio VIII congresso. Nada de homenagens. A sua fotografia também não apareceria mais ao lado dos grandes nomes do pensamento comunista. Isso era demais. Bradaram muitos contra tamanha capitulação. Era necessário revidar as pedradas. Defender o socialismo era defender Stálin.² Reconduzi-lo ao seu devido lugar. Reivindicavam por isso a manutenção do seu retrato na mesa do congresso. Sem mesquinhas petistas. Sem medo de defender Stálin.³

Se a defesa de Stálin tornava o PC do B distintivo das demais organizações das esquerdas, diferenciar-se do seu oponente mais famoso, Leon Trotsky, também ocupava um papel relevante no discurso da organização. Assim ele assumia a condição de antípoda, encarnando o mal que havia se enraizado nas origens da construção do Estado soviético. Mais do que contra-revolucionários. Como imagens demoníacas, nas palavras de João Amazonas os trotsquistas exalavam “*miasmas*”. Eles só apareciam para “*confundir, diversionar, enganar*”.⁴

Trotsky – “*um intelectual pretensioso que jamais conseguiu assimilar os ensinamentos científicos do marxismo*”⁵ – havia sido desmascarado na URSS nos anos vinte. Juntamente com Bukharin tornaram-se a primeira expressão do revisionismo contemporâneo. O primeiro propondo o estancamento da revolução socialista no país e atrelando o seu avanço à eclosão revolucionária nos países capitalistas adiantados. O segundo, mais explícito, sustentava uma posição de classe ardorosa, defendendo os *kulaks*, lutando contra a coletivização e a manutenção da propriedade rural.⁶ Apresentado pelos

¹ OLIVEIRA, Fátima. Stálin – Maria Madalena, Geni, Irene, ou simplesmente uma mulher adúltera? *Tribuna de Debates*, nº 4, 16/09/1991. p. 10.

² FREITAS JR. Stálin, um mito na hora do adeus. Membro da ET Federal Pe. e LIMA, Maria S. Defender Stálin é defender o socialismo. *Tribuna de Debates*, nº 7, 28/10/1991. p. 13 e nº 8, 11 a 24/11/1991. p. 8.

³ CARVALHO, Hamilton. Stálin, uma questão de classe. MACHADO, Elizeu R. Socialismo é o científico. *Tribuna de Debates*, nº 9, 24/11/1991. p. 13 e nº 10, 13/12/1991. p. 10.

⁴ AMAZONAS, João. O trotsquismo como corrente política contra-revolucionária. *Princípios*, nº 8, 1984. p. 3. Um forte significado para o termo: “*emanação fétida oriunda de animais ou planta em decomposição*”. Ver: Dicionário Aurélio.

⁵ *Ibid.*

⁶ MARTINS, Umberto. Particularidades e caráter de classe do revisionismo soviético. *Princípios*, nº 17, 1989, p. 24.

trotsquistas como companheiro de Lênin, consolidou-se como um contra-revolucionário a serviço da burguesia, apegando-se aos chavões contra Stálin e o stalinismo.

No VIII Congresso a maioria dos militantes pecebistas não dedicou novas avaliações ao seu oponente histórico. Leon Trotsky havia sido reabilitado na URSS e no PCB. Entretanto a visão negativa do dirigente revolucionário russo, e dos seus seguidores, permanecia inalterada na organização. Trotsquismo ainda qualificava ações negativas. Contra ele Lênin havia travado uma árdua batalha no interior do movimento revolucionário russo. Um divisionista. Um agente do imperialismo. Um contra-revolucionário. Naquele período de balanços sobre o marxismo e a revolução, a crítica dos comunistas não podia se assemelhar a dos burgueses e a dos trotsquistas.¹

Poucas vezes se dispuseram a combater a simbologia constituída. Segundo Gerson Medeiros, até mesmo a tese do comitê central repetia *“surradas e nada convincentes acusações”* a revolucionários bolcheviques, como Zinoviev, Bukharin, Rykov e Trotsky. O militante de base reabilitava-os. Era um disparate ainda chamá-los de contra-revolucionários.²

O partido de tipo leninista – que heranças manter?

Os problemas existentes no funcionamento do PC do B derivavam do seu modelo leninista de partido? Muitas análises questionavam os entraves da sua forma de organização. Outras atingiam os ícones da concepção bolchevique.

Não havia limites para o debate, e as mazelas foram expostas sem receios. Pedia-se um tratamento melhor ao militante, alvos de excessivas tarefas, sem cursos de formação e comandados por direções encasteladas nas esferas distritais. Denunciava-se a cultura da infalibilidade dos dirigentes, incapazes de proceder a uma verdadeira autocrítica, determinando o caráter praticamente homologatório das suas decisões nos fóruns da organização. Para alguns um sentimento avesso ao estudo limitava a produção teórica. Um *“pacto da mediocridade”* permeava as relações entre base

¹ **BENÉVOLO**, Hélio. O marxismo precisa ser criticado. *Tribuna de Debates*, nº 4, 16/09/1991. p. 8 e **DEL'LOMO**, Antônio. Stálin e o socialismo na URSS. *Tribuna de Debates*, nº 9, 24/11/1991. p. 24.

² **MEDEIROS**, Gerson. Stalinismo, burocracia e contra-revolução. *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991. p. 42/43.

e cúpula partidária. De um lado militantes que não consideravam importante pensar. De outro uma direção nacional que não priorizava a atividade intelectual dos mesmos. Um resquício stalinista.¹

Para Primavera Moura mais do que problemas de método, a crise interna do partido – instalada há alguns anos – expressava o embate com uma concepção ultrapassada de organização, velha, receosa das críticas e das autocríticas, permeada por um autoritarismo burocrático e por uma visão romântica e heróica da atividade militante.²

Estruturado sob a ótica do leninismo, o centralismo democrático era o eixo organizador do PC do B. Apesar dos problemas diagnosticados, das deturpações na sua aplicação – ele ainda era um princípio atual. A agremiação precisava superar as debilidades para não transformá-lo num aleijão.³

A manutenção do partido como uma organização de tipo leninista não era diretamente rejeitada pelos seus filiados. Entretanto vários comunistas identificavam na crítica mais incisiva ao modelo pcedobista uma recusa do princípio. Para Dyneas Duarte, dirigente histórico, esse raciocínio norteava as concepções daqueles que desejavam a liquidação dos PC's.⁴

Do centralismo democrático as discussões ampliavam-se para as questões da democracia no interior do partido e na sociedade socialista. Abria as portas para as reflexões sobre a ditadura do proletariado. Refutando as concepções que definiam o conceito como um valor universal, o PC do B tratava do assunto através da clássica divisão entre a democracia burguesa e a proletária.

Aldo Arantes remarcava os avanços da primeira, ainda formais e limitados devido à existência da propriedade privada. Mais completa, a democracia socialista atingia o coração da desigualdade, suprimindo o principal obstáculo para a sua plena realização.

¹ **COUTINHO**, Antonio. (Paulista) Melhor tratamento aos militantes. *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991. p.64; **MAGALHÃES**, Davidson. Assumir a autocrítica como uma questão essencial. *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991. p. 68 e **SOUZA**, Virgilio Felix de Lima e. O preconceito em aprender. *Tribuna de Debates*, nº 4, 16/09/1991. s/p.

² **MOURA**, Primavera. A incessante luta entre o velho e o novo. *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991. p. 46.

³ **GOMES**, Socorro. Centralismo democrático: um princípio atual ou um aleijão? *Tribuna de Debates*, nº 10, 13/12/1991. p. 59.

⁴ **AGUIAR**, Dyneas. A concepção de partido e o centralismo democrático. *Tribuna de Debates*, nº 9, 24/11/1991. p. 31.

As experiências do socialismo atestavam essa realidade, mas também expressavam as suas debilidades. E tais limites não podiam ser negados. Apesar da reivindicação do Estado proletário como uma ditadura da maioria, a forma democrática do exercício daquele poder devia ser uma condição.¹

Não eram poucos os pecebistas que reafirmavam a impossibilidade da liberdade e democracia total para todos no socialismo. Ambos os conceitos deviam se subordinar aos limites que norteavam os princípios do novo regime, restringindo-se a participação dos inimigos de classe.² Na raiz dessa concepção encontrava-se a aplicação da ditadura do proletariado. Segundo João Maria Fraga, esse artifício não era uma exclusividade dos proletários. Até mesmo a burguesia, depois de realizar a sua revolução para se tornar classe dominante, instaurara uma ditadura que não representava os anseios de todas as classes da sociedade. Dessa forma o novo regime não podia se fundamentar numa legalidade jurídica. Ele se legitimava através da realidade efetiva da história, da transição em direção a uma sociedade sem classes.³

O partido único também se sentou na berlinda. Bernardo Joffily elaborou uma crítica nítida à experiência desenvolvida pelos países comunistas. Segundo o dirigente, o conceito de ditadura do proletariado não trazia embutido o monopartidarismo. Definindo-se teoricamente a partir de 1936, ele suportava a idéia de que a luta de classes na URSS já não comportava antagonismos. Uma sociedade harmônica e sem conflitos prescindia da existência de vários partidos. Refutando tal concepção, as sociedades socialistas deviam conviver com agremiações de variadas origens sociais. O limite se localizava no respeito à legalidade socialista.⁴

O balanço de Joffily ultrapassava a fronteira do revisionismo contemporâneo, mas limitava a sua crítica aos anos Stálin. Cabia a ele, e à sua geração, a responsabilidade sob os problemas do desenvolvimento da experiência soviética. O que

¹ **ARANTES**, Aldo. Democracia burguesa e democracia proletária. *Tribuna de Debates*, nº 8, 11 a 24/11/1991. p. 16.

² **BARRETO**, Antonio. Liberdade e democracia no socialismo. *Tribuna de Debates*, nº 2, 19/08/1991. p. 8.

³ **FRAGA**, João Maria. Estado e ditadura, uma necessidade das classes. *Tribuna de Debates*, nº 4, 19/08/1991, 16/09/1991. p. 7 e **MAGRONE**, Eduardo. Legalidade ou legitimidade. *Tribuna de Debates*, nº 1, 05/08/1991. p. 5.

⁴ **JOFFILY**, Bernardo. O partido único não deu certo. *Tribuna de Debates*, nº 2, 19/08/1991. s/p.

o autor deixava de avaliar, entretanto, eram as origens de tais medidas e o seu impacto sobre a trajetória da URSS e do Movimento Comunista Internacional. A decretação do partido único não havia sido uma iniciativa de Stálin. Instaurado desde 1918, ele revelava que os problemas do socialismo se localizavam desde Lênin. Mas a crítica dos comunistas não estava disposta a ir tão longe.

A Albânia caiu. Um novo farol para o PC do B?

“Quando tudo parecia que ia ruir, os nossos ‘albanólogos’ continuavam a repetir que o mundo poderia desabar que a Albânia continuaria intacta.”¹

Crentes e perseverantes, em 1990 os ventos já eram tufões devastadores. Havia levado de roldão praticamente todo o bloco socialista europeu. Mas a Albânia resistia, e os comunistas do PC do B queriam ver para crer. Como São Tomé, o jornalista Bernardo Joffily quis enxergar com os seus próprios olhos. Viajara para a Albânia e, apesar da apreensão inicial diante do “noticiário agourento” do ocidente – que divulgava reformas de tipo gorbatcheviana e grandes protestos populares – os relatos, as fotos, os materiais recolhidos desmentiam cabalmente todas aquelas informações.²

Era verdade, o terremoto do Leste repercutira sobre todo o país. Mas de forma positiva. A mídia estava aberta e os albaneses discutiam temas como a nova versão para o massacre de Katyn. Na contramão do processo aberto em 1985 por Mikhail Gorbatchev, a Albânia vivia uma “Perestroika ao contrário” :

Enquanto a de Gorbatchev e companhia se encaminha nitidamente para o completo restabelecimento da sociedade capitalista à moda ocidental, a ‘antiperestroika’ albanesa, com os pés fincados nos princípios marxistas-leninistas, passa em revista com olho crítico todos os aspectos da vida do país precisamente para defender e impulsionar a construção do socialismo.¹

Meses depois um terremoto abalava as convicções dos pecedobistas. Atônitos, não acreditavam que aquela rocha inexpugnável do socialismo científico tivesse ruído, e da maneira mais humilhante: o alarme fora acionado com a chegada do secretário de

¹ LOPES, Pedro Carvalho. É preciso evitar a repetição de erros. *Tribuna de Debates*, nº1, 05/08/1991. p. 4.

² JOFFILY, Bernardo. Teimosia da Albânia: “fui ver para crer”. *Princípios*, nº 18, 1990. p. 35-36.

Estado norte-americano James Baker ao país. O ícone do imperialismo mundial havia sido recebido pela população esfuziante, com bandeirinhas e ovações. Não, não eram novamente os desvios pequeno-burgueses. Os operários, aqueles da missão inerente à sua condição de classe antagônica do capitalismo, também saudavam o dirigente da nação mais rica do planeta. As imagens lembravam a chegada dos exércitos de libertação ao final da II guerra mundial.

As arrebatadoras mudanças na Albânia chocaram o partido. Era a hora da verdade para o PC do B. Até a chegada de James Baker, os comunistas proclamavam a solidez do socialismo no país das águias. Era uma muralha inexpugnável que parecia retumbar para o mundo capitalista: “*Não passarão!*”

Mas passaram. Situação vexatória. Perplexidade completa dos pecebistas. Quantos anos defendendo a modernidade alternativa albanesa diante das pilhérias maldosas sobre o “socialismo das cabras”! Naquele momento o comitê central percebeu que ali a casa também podia ruir. Havia o exemplo vivo do PCB. Afinal, caíra o ícone que, até então, acreditava-se resistir à crise. Por isso não havia mais o que esperar. Cabia à direção tomar a dianteira do processo. Antecipar o VIII congresso e abrir o debate.

Atônitos, dirigentes e militantes de base indagavam: por que acreditamos? Nossas direções mentiram todo esse tempo? Como cometer um engano tão grande diante de um desastre monumental, se a agremiação enviava regularmente seus membros para estudarem e aprenderem com o exemplo vivo?

Muitos comunistas partiram para tentar compreender as razões do colapso. Não era de bom alvitre rejeitar completamente a experiência sobre a qual haviam sido depositadas tantas esperanças. Sobre os aspectos positivos a convicção de que sem a adesão ao socialismo talvez a Albânia não existisse mais enquanto nação. Virtudes nacionais como a libertação heróica do jugo fascista. E o papel de vanguarda na luta contra o revisionismo.²

¹ *Ibid.* p.38-39.

² **EBLING JR.**, Fredo. O socialismo na Albânia. Algumas considerações. *Tribuna de Debates*, nº 9, 24/11/1991, p. 30 e **FREIRE JR.**, Olival. A Albânia é um caso encerrado para o PC do B? *Tribuna de Debates*, nº 2, 19/08/1991. p. 4.

Jô Moraes, membro do comitê central, enfatizava – “*nem tolos, nem mentirosos*”. O principal problema do PC do B não se localizava nas informações factuais repassadas, e que não eram verdadeiras. Nos seus primeiros anos, realmente, a Albânia alcançara bons resultados: pleno emprego, a estabilidade nos preços, dentre outros índices. Todavia esses eram dados artificiais que não correspondiam ao grau de desenvolvimento da economia albanesa, baseada num modelo de curto fôlego e cheio de contradições. Apesar do grande crescimento predominava o atraso.¹ Diante da evolução o partido fora incapaz de avaliar a força do atraso.

Destacavam-se também as deformações: dirigismo estatal, materialismo dialético na Constituição, ausência de autonomia das entidades, afastamento das massas da gestão do Estado, fusão partido-Estado. E como novidade o isolamento, a impossibilidade de avançar o socialismo albanês apoiado exclusivamente nas suas forças. A recusa da tese característica do legado de Stálin.²

As razões do colapso eram múltiplas, e se equivaliam aos mesmos motivos que colocaram abaixo os demais países do bloco comunista. Mas, juntamente com a preocupação em compreender a *débâcle*, os pecebistas deparavam-se com um nó difícil de desatar. Por que a sua direção operara uma rápida conversão nos casos Stálin e Albânia?

Da fé cega no país das águias à apressada condenação. Indicaram-se traições, de Ramiz Alia, do PTA. De repente a nova correlação de forças tornara-se decisiva para sentenciar o fracasso daquela experiência. Críticas aos erros do soerguimento da nova sociedade socialista apareceram. Constatava-se, enfim, a impossibilidade da construção do socialismo num país pequeno, pobre, atrasado e isolado. Tudo ao contrário do que havia sido afirmado até o início de 1991. Assim como no episódio Stálin, a retificação ocorreu de solavanco. Sem preparar os militantes sobre tais mudanças, almejaram readequar pelo alto, a partir da direção central, as suas teses.³

Apesar do intento, as resistências foram enormes. De todos os lados. Não adiantava personalizar a culpa. A crise não era apenas uma consequência da linha

¹ **MORAES**, Jô. Albânia – nem tolos nem mentirosos. *Tribuna de Debates*, nº 3, 02/09/1991. p. 3.

² **EBLING JR.**, Op. cit., nº 9, 24/11/1991. p. 30 e **FREIRE JR.**, Op. cit., nº 2, 19/08/1991. p. 4.

³ **BRABO**, Antonio Carlos. A defesa cega de princípios. *Tribuna de Debates*, nº 3, 01/09/1991. p. 4.

política do “traidor Ramiz Alia e seus sequazes”.¹ O drama particular do PC do B era mais profundo. Afinal, o unilateralismo das suas avaliações não se explicava apenas pelos dados filtrados, aos quais o comitê central tinha acesso. Ir à raiz do problema significava reexaminar as deformações presentes nas suas concepções que se coadunavam com o modelo de socialismo constituído na Albânia.²

Para Jô Moraes a experiência albanesa deixava uma importante lição. A maioria da militância partidária – integrante da “geração farol” – devia romper com a necessidade de referências físicas para sustentar as suas convicções.³

Apesar das ressalvas, a sedução das luzes era extasiante: “*Todavia, alguns países onde a revolução triunfou, como Cuba, Vietnã, Coréia do Norte e a China Popular mantêm-se decididos a levar adiante a causa que defendem*”.⁴

De acordo com o antigo ditado popular, “*rei morto, rei posto*”. Órfã, a direção do PC do B não resistiu à ânsia de procurar um novo guia. As escolhas feitas surpreenderam os militantes do partido. “*Para embananar a cabeça de qualquer um*”, Cuba foi devolvida ao panteão do socialismo. O amazonense Antonio Carlos Brabo estranhava a aproximação com a Ilha através de uma carta aberta a Fidel Castro, após duras críticas ao “*satélite soviético*”.

Mais surpreendente ainda, as novas interpretações e a reabilitação da China. Retrocedendo às análises do PC do B anteriores ao VIII Congresso, a organização apartara-se do maoísmo, elaborando severas críticas ao “império do meio”. Em 1985, o artigo do dirigente Luís Fernandes não deixava margens para qualquer dúvida. Os descaminhos chineses não se localizavam nas mudanças evidentemente operadas a partir da metade dos anos setenta. Eles estavam enraizados no cerne daquele processo revolucionário. Para “salvar” o comunismo de mais uma “má” experiência desenvolvida em seu nome, ironicamente Luís Fernandes empregava conceitos semelhantes a de diversos grupos trotsquistas: “*o socialismo marxista, proletário, não pode haver fracassado na China porque lá ele nunca existiu*”.⁵

¹ LOPES, Op. cit., nº 1, 05/08/1991. p. 4.

² FREIRE JR., Op. cit., nº 2, 19/08/1991. p. 4.

³ MORAES, Jô. Albânia – nem tolos nem mentirosos. *Tribuna de Debates*, nº 3, 02/09/1991. p. 3.

⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *O socialismo vive*, Op. cit., 1992. p. 35.

⁵ FERNANDES, Luís. China, o socialismo que não houve. *Princípios*, nº 10, 1985. p.15.

Assim a ofensiva dos setores burgueses no interior do PCCh não explicava completamente o revisionismo chinês. As suas raízes estavam presentes na composição social do partido, fortemente marcado por uma base de camponeses e de intelectuais após o massacre efetuado por Chiang Kai Shek sobre a organização em 1927. Amparado em setores pequeno-burgueses, e consolidando o campesinato como força dirigente da revolução, o seu processo revolucionário não havia sido sequer socialista, mas nacional e democrático. Durante os anos de construção da China Popular esse caráter não se modificara: o setor privado continuava forte sob a forma de empresas mistas e no campo o impulso cooperativista fortalecia os setores menos favorecidos do campesinato.¹

Ao contrário das resoluções de 1979, para Luís Fernandes a ascensão do revisionismo na URSS reforçara os setores burgueses e pequeno-burgueses do PCCh que de início se entusiasmaram com as teses de Krushev.² Com o advento da Perestroika a aliança estava selada. Se o PCUS havia apoiado os “setores mais direitistas” da China nos anos sessenta, agora reatava relações com os mesmos no momento em que os “verdadeiros comunistas” cortavam todos os contatos com os “revisionistas chineses”.³

Sem uma retificação clara das posições oficiais – o PC do B classificava a China como um elemento mais regressivo do que a URSS – a mesma postura definia uma nova reviravolta em 1991. Intentando segurar-se ao mastro em meio ao vendaval da crise do socialismo real, as teses do comitê central sugeriam uma espécie de *déjà vu*: de eixo do revisionismo contemporâneo e lugar que sequer havia conhecido a experiência do socialismo, dirigentes como Dynéas Duarte afirmavam a vocação revolucionária daquele país.⁴

Assim a resolução do VIII congresso, de maneira tímida, reconduzia ao campo revolucionário alguns países que resistiam à ofensiva capitalista. Dentre eles figurava a China.¹ Seguindo os novos rumos, as publicações partidárias assinalaram os aspectos progressivos, inovadores e polêmicos da teoria da construção do “socialismo com peculiaridades chinesas”. A China, com um crescimento econômico espetacular,

¹ *Ibid.* p.15.

² *Ibid.* p. 18.

³ *Id.* O marxismo e o revisionismo soviético. Caminhos antagônicos, *Princípios*, nº 12, 1985. p. 9.

⁴ **BRABO**, Antonio Carlos. A defesa cega de princípios. *Tribuna de Debates*, nº 3, 01/09/1991. p. 4.

demonstrava cabalmente a superioridade do regime socialista. Ela era a resposta para a crise aberta desde a metade dos anos oitenta:

É nesse contexto que o que se passa na China de hoje é sumamente importante. A China continua defendendo o socialismo e sua economia, longe de entrar em colapso, apresenta desempenho excepcional. Esse fato, em si mesmo, é de enorme significado, pois envolve quase a quarta parte da população do planeta. Mas, além disso, contribui para a resposta prática de como, na atual quadra mundial, sem arriar as bandeiras do socialismo, da ditadura democrática popular e do marxismo-leninismo, a economia de um grande país pode crescer.²

O Golpe de Agosto de 1991: o dogmatismo falou mais forte

“Um acontecimento alvissareiro”. Frase célebre, João Amazonas, símbolo do pensamento pecebobista, enviava uma mensagem clara à opinião pública. Repudiando qualquer apoio a Mikhail Gorbachev, o dirigente ia além. O golpe poderia paralisar o “processo regressivo” da restauração capitalista na URSS, um passo importante na reconquista do socialismo.³ Era preciso encarrilhar o trem.

O público externo reagira duramente às primeiras avaliações da agremiação.⁴ Internamente, as declarações aprofundaram a confusão diante dos acontecimentos, juntando-se às demais polêmicas que esquentavam os debates entre os comunistas. Condenando explicitamente a posição do dirigente pecebobista, Antonio Martins protagonizava mais uma controvérsia no seio do partido. O PC do B permanecia enredado numa encruzilhada histórica. Diante do mal-estar e dos apelos da militância, tímidos recuos e novas ofensivas. O secretariado classificava de “trotsquista” ou “social-democrata” todos aqueles que repudiavam o golpe. Temores revigorados, as posições

¹ Informe político ao VIII Congresso, Op. cit., p. 429.

² LIMA, Haroldo. A propósito do socialismo na China. *Princípios*, nº 28, fev/mar/abr 1993. p. 28.

³ AMAZONAS, João. Um acontecimento alvissareiro. SP: *Folha de São Paulo*, 20/08/1991. Apud OZAÍ, Antônio. Partido Comunista do Brasil (PC do B) – O impacto do Leste europeu (2). *Revista Espaço Acadêmico*, nº 71, ano VI, abril de 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 10 de maio de 2009.

⁴ Segundo o artigo de Antonio Ozaí, diante das reações negativas, a Comissão Executiva Nacional, no dia 28 de agosto de 1991, reafirmara o caráter restaurador e contra-revolucionário de Gorbachev e de Yeltsin, mas amenizara a sua posição favorável ao golpe. Os autores do *putsch* eram incapazes de expressar as aspirações das forças progressistas e de restaurar o curso socialista na URSS. in: OZAÍ, Op. cit.

divergentes assumiam a condição de heresias: “diante da ofensiva capitalista, faremos da ortodoxia o bastião da nossa resistência e deixaremos de fora os hereges”.¹ Para Martins, parada no meio de uma encruzilhada, a organização havia feito a sua opção. Escolhera a via da ortodoxia, abrindo mão de trilhar o caminho da construção de uma nova tradição socialista. Diante da histeria anticomunista, novamente o partido mostrava-se incapaz de interpretar os acontecimentos fora dos padrões mentais do marxismo-leninismo.²

O jornalista sabia que a sua posição era minoritária. Apesar das críticas ao método e à falta de discussão, a maioria dos comunistas concordava com a avaliação do núcleo dirigente. Era o caso de Hamilton Carvalho. Uma “*verdadeira sacada de craque*”. Assim ele compreendia a nota de João Amazonas. A militância encontrava-se animada diante das primeiras notícias e da esperança de que o projeto socialista pudesse ser restaurado.³ Após a frustração do golpe muitos pecebobistas lamentaram o seu fracasso.⁴

A declaração possuía os seus méritos. E Marcelino Granja concordava com o seu conteúdo. Todavia, ele destacava a inabilidade da comissão executiva diante da histeria anticomunista: havia a necessidade de um título tão vigoroso? Por detrás da polêmica encontravam-se as novas avaliações acerca do social-imperialismo. Rompendo com essa tese, a direção buscava identificar, diferenciar e explorar as contradições existentes entre os diversos setores do PCUS. Parte da militância apoiava a posição oficial num repúdio à manutenção de Gorbachev no poder. Mas, por outro lado, a mesma continuava refratária, e resistia a olhar com mais simpatias determinados setores do revisionismo, explorando as suas contradições.¹

Como pano de fundo a postura frente à questão da democracia. O PC do B não rompera com uma visão instrumental da mesma, e, portanto, o seu apoio dependia da utilidade desse procedimento.

Novas formulações para a estratégia da revolução brasileira

¹ Sobre a nota do Comitê Central. Ver: **MARTINS**, Op. cit., nº 5, 03/10/1991. p. 14.

² **Ibid.**

³ **CARVALHO**, Hamilton. Stálin, uma questão de classe. *Tribuna de Debates*, nº 4, 16/19/1991. p. 13.

⁴ **IVO**, Op. cit., nº 8, 11 a 24/11/1991. P.15.

Os debates preparatórios para o VIII Congresso não deixaram de tratar dos caminhos para a revolução brasileira. Mesmo após a cisão com o PCB, a organização mantivera uma estratégia semelhante, baseada no processo revolucionário em duas etapas. Segundo essa tese, a primeira fase seria marcada por um caráter nacional, democrático e antiimperialista. A segunda daria a vez às transformações de caráter proletário e socialista.

Na visão do militante Durbens Martins, o partido devia realizar uma crítica do paradigma que o conduziu durante todo o período da abertura brasileira. As críticas eram crescentes e a aplicação de tal concepção fizera o PC do B efetivar alianças esdrúxulas em nome das duas etapas. Era preciso rever a tradição e “*romper com a cavalaria e os cassetetes 'progressistas' de Roberto Requião, Jader Barbalho e outros*”.²

Para Aldo Rebelo o PC do B pagara um preço caro ao não realizar essa inflexão que se coadunava ao conteúdo do seu pensamento desde 1954. Mas havia um motivo. A mudança de formulação no auge da luta pela redemocratização podia confundir o objetivo imediato de conquista de liberdades políticas e do fim do regime militar em favor de uma miragem socialista inalcançável em curto prazo.³ Assim a nova orientação colocava a luta pelo socialismo no centro da sua estratégia, renovando o marco da linha fronteira com as correntes centristas, diferenciando-o dos trotsquistas, “*mestres em estender iscas socialistas às massas, menos por amor ao socialismo e mais por desprezo às legítimas aspirações democráticas dos trabalhadores*”.⁴

V. A vez do revisionismo peucedobista: modernizar a ortodoxia

¹ GRANJA, Marcelino. Por que o partido foi simpático ao golpe de estado na URSS? *Tribuna de Debates*, nº 4, 16/09/1991. p. 2.

² MARTINS, Durbens. Revolução: por que as etapas? *Tribuna de Debates*, nº 5 e 6, 3 e 11/10/1991. p. 2 e 4.

³ REBELO, Aldo. A nova estratégia pelo socialismo. *Princípios*. SP: Editora Anita Garibaldi, nº 25, maio-julho de 1992. p.10. CDROM.

⁴ *Ibid.*

Um dilema pairava na travessia do PC do B. Para manter-se vivo politicamente, o partido necessitava mudar. As modernizações (atualizações seria um termo mais apropriado para comunistas, posto que a modernidade aproximava-se muito do sentido burguês) eram necessárias para conferir um novo alento à crise que também assolava a organização. Entretanto, havia um perigo iminente; a descaracterização completa poderia incorrer na sua destruição.

Para levar adiante estas alterações, a agremiação valeu-se de pequenas revisões. “Diminutos pecados” que atualizaram a ortodoxia. E esse processo teve sucesso porque foi bem encaminhado pelo núcleo central do PC do B. Ao contrário de outras organizações, o seu núcleo dirigente manteve-se coeso e cômico de que o êxito dependia da manutenção da unidade partidária. Por isso eles tiveram a capacidade de compreender o momento vivido, e, antecipando-se ao colapso interno, abrir o debate. Realizando esse movimento, a direção conduziu as discussões, e ditou a dinâmica do pré-congresso.

As idéias apresentadas ao *Tribuna de Debates* esquentaram os questionamentos no interior do partido. A ânsia de discussão parecia represada. Apesar dos tons ameaçadores e das tentativas de impor limites à mesma, muitos muros foram ultrapassados. A direção central perderia o controle? O PC do B seguiria o mesmo rumo do Partidão? O temor da deriva estimulou críticas severas dos setores mais rígidos da agremiação. Isto ficou evidente no episódio acerca do golpe de agosto na URSS. Ele envolvia a postura do seu mais importante dirigente, o lendário João Amazonas. Mais do que a posição de apoio ao *putsh*, o que estava em jogo era a legitimidade da direção tomar uma decisão tão polêmica antes do debate partidário. Questionava-se a tradicional forma de aplicação do centralismo democrático: “o que se insinua é a possibilidade de sustentar uma outra posição, que não a 'oficial' (...) quando não se está de acordo com ela”.¹ Na concepção da maioria dos pecebistas isso era algo insustentável.

Conhecido como um partido dogmático e monolítico, como, repentinamente, brotaram concepções tão divergentes no seu interior? Certamente a crise do projeto socialista foi essencial para elevar a potência da crítica. Todavia elas também

¹ EBLING JR, Fredo. O c

desvelavam uma heterogeneidade fruto da sua inserção social e da experiência política cotidiana. O PC do B não era um monólito imune a tais formulações.

Por outro lado os eventos do VIII Congresso revelaram que o partido mantivera a solidez em dois conceitos fundamentais do seu sistema de crenças. Apesar do debate intenso, os comunistas não transpuseram a referência do revisionismo contemporâneo, do marxismo e do leninismo. Apesar dos comentários maledicentes não houve assertivas que pregassem o abandono da teoria revolucionária ou questionamentos à justeza da ruptura com o PCB nos anos sessenta devido à sua adesão às teses krushevistas. Identificando certa estagnação teórica do marxismo-leninismo, as formulações encaminhavam-se em direção à crítica ao dogmatismo do partido, mantendo a base conceitual tradicional, e abrindo-se, de forma moderada, para outras abordagens.

Aludindo novamente ao conceito de Raoul Girardet ¹, o principal mito pecebista manteve a sua função explicativa, fornecendo elementos essenciais para compreender a lógica dos eventos em curso naquele momento. Diante do caos do colapso do socialismo realmente existente, ele representava um vigoroso fator de ordenamento e de mobilização. Enfim o PC do B operou um *aggiornamento* na sua cultura política sem realizar uma clara autocrítica em relação às concepções sustentadas até o VIII congresso. E que revisões foram essas?

Guardavam-se os retratos de Stálin, e pendiam-se as fotografias de Lênin.



Figura 3



Figura 4

Assim como os revisionistas nos anos cinquenta – e Mikhail Gorbatchev no início

¹ GIRARDET, Op. cit., 1987, p. 13.

da *Perestroika* – a organização também resgatara a simbologia presente em Lênin. É certo que ela jamais fora abandonada, entretanto adquiria uma vitalidade nova, ofuscada pelo brilho da liderança de Stálin. A homenagem ao dirigente bolchevique pretendia reafirmar os princípios leninistas. Reforçava-se essa tradição para diferenciar o marxismo-leninismo do legado de stalinista.

Corroborava-se a concepção de partido do proletariado. Assinalava-se o papel teórico desenvolvido por Lênin, que usara o marxismo como um guia para a ação e não como um dogma. Remarcava-se um líder internacionalista proletário, mas que também havia compreendido o dever de levar até o fim a revolução no seu país, recolocando a tese do socialismo num só país no lugar leninista.¹

Defronte às imagens, difundidas pelo planeta, das estátuas de Lênin derrubadas, das bandeiras vermelhas rasgadas e de antigos símbolos do comunismo abandonados, os sinais emitidos pelo VIII congresso eram inequívocos. Havia um limite para as mudanças e elas deviam consolidar o marxismo-leninismo.

Apesar do intenso debate, as concepções do PC do B não sofreram alterações significativas em relação ao socialismo soviético. Reivindicando o período anterior a 57, os primeiros anos da revolução apresentavam-se como uma época idílica, épica. Tempos de crescimento harmônico da economia e da industrialização com um rápido crescimento “*sem crises*” das forças produtivas. Tempos de uma “*convivência fraternal*”² entre os diversos povos do território euro-asiático em contraposição às rivalidades nacionais e étnicas do capitalismo. Nenhuma menção à coletivização forçada dos campos, à grande fome de 32-33 como resultado do desastre da política agrária do partido comunista. Ausência de notas acerca da supremacia russa sobre as demais nações da URSS.³

A crítica à teoria do social-imperialismo reordenou as análises pecedobistas acerca do colapso do socialismo real. Mesmo sem romper com o marco fundador do revisionismo contemporâneo, redefinia-se o caráter do Estado soviético: de um país

¹ *O socialismo vive*, Op. cit., 1992. p. 10-11.

² Informe político ao VIII Congresso, Op. cit., 2000. p. 430.

³ Em cerca de cinco meses, quase 60% dos camponeses foram agrupados em organizações coletivas de produção, houve deportações maciças e estagnação da produtividade. Nas nações não-russas o terror desencadeou operações de limpeza contra elites políticas e administrativas locais. **REIS**, Daniel Aarão.

imperialista e de capitalismo de Estado a uma nação que vivia desde os anos cinqüenta uma transição, um processo gradual de restauração do capitalismo que havia atingido o seu auge com a *Perestroika*. A nova abordagem provia o partido de melhores respostas para a crise que explodira no final do século XX. Essa análise, portanto, desenvolvida pelo dirigente Luís Fernandes em estudo posterior, definia a *débâcle* do bloco comunista como um processo de ruptura sistêmica e não apenas uma transformação superestrutural.¹

Assim a agremiação ultrapassava a barreira de que a crise lhe era exógena. Também possibilitava a reincorporação da via chinesa – avaliada desde o final dos anos setenta como revisionista e capitalista – ao campo do socialismo revolucionário. Aplicava-se também às interpretações positivas do golpe de agosto, enquadrando os setores dirigentes do *putsh* como dissidências progressivas do revisionismo soviético.

O grande desafio do PC do B era transpor a crise sem que a sua estrutura centralizada desmoronasse. Assim como o PCB, a agremiação também era uma “*instituição total*”²: rígida hierarquia separando base e direção, exaltação do culto à personalidade, visão messiânica e superior da organização, o marxismo como uma verdade científica e o socialismo como uma necessidade histórica. Apesar da completa crise desse modelo no final da década de oitenta, essas características não foram superadas por um partido de novo tipo.

Se a forma organizacional do PC do B permanecera centrada nos alicerces do marxismo-leninismo, a sua ação na conjuntura nacional nada tinha de dogmática, flexibilizando-se e adotando cada vez mais um veio pragmático. Algo que não contrariava a visão tradicional de que os meios justificavam os fins últimos de um partido revolucionário.

Assim o PC do B aplicou durante os anos da abertura brasileira uma tática semelhante a do PCB, participando de diversos governos liderados por correntes liberais e até mesmo conservadoras. Talvez não tão a fundo como o Partidão, mas os pededobistas também desfrutaram da convivência com o poder. Pragmático, ele

Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético. 1ª ed., SP: Fundação Perseu Abramo, 1996. p. 116,141.

¹ FERNANDES, Op. cit., 2000. p. 144.

² PANDOLFI, Op. cit., 1995, p. 42.

conseguiu se adaptar bem às realidades locais e conjunturais. Após a acirrada campanha presidencial em 1989 e o posterior *impeachment* em 1992, tornara-se famoso o apoio do partido a Collor nas eleições para governador de Alagoas em 1986.

O sucesso da agremiação deveu-se às inflexões realizadas diante das mudanças no cenário nacional. Cumprira um papel importante na reestruturação do movimento estudantil e mantivera-se ligado aos movimentos sindicais mais ativos, mesmo que não tivesse participado da formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).¹ No final dos anos oitenta, a organização percebeu a necessidade de reorientar a sua política. Afastando-se da Nova República, aproximou-se do campo partidário do PDT e, principalmente, do PT.

Conforme demonstrado anteriormente o acerto dessa política expressou-se nos debates preparatórios para o VIII congresso, onde a pequena quantidade de textos sobre a conjuntura nacional assinalava as poucas diferenças com as diretrizes elaboradas pelo documento histórico “*O Brasil numa encruzilhada histórica*”. Assim os pcedobistas adentravam a crise do socialismo real, fortalecidos e com melhores condições de “*resistir firmemente*”, sem sofrer perdas maiores, mantendo as bancadas parlamentares e aumentando inclusive a representação partidária.²

Ao contrário do PCB, o PC do B aceitou o protagonismo do PT no seio das esquerdas e nos movimentos sociais. É claro, o partido continuava avaliando a si mesmo como o embrião da revolução socialista brasileira, o mais conseqüente. Entretanto, para alcançar tal condição, ele precisava acompanhar a experiência dos trabalhadores nacionais com o seu pólo mais dinâmico.

No campo das esquerdas a simbologia do “novo” apareceu como uma peça central nos debates sobre a crise do socialismo real. “Nova forma-partido”, “nova esquerda”, “novo trabalhismo”. Havia desligamentos, recusas parciais ou completas das tradições. No PC do B a assimilação desse elemento não era possível sem um

¹ Segundo o historiador Augusto Buonicore, o PC do B apoiou intensamente as greves eclodidas no final dos anos setenta, colaborando na montagem de um amplo movimento de solidariedade. Ao contrário do PCB, que tecia duras críticas à radicalização das greves dos metalúrgicos do ABC, o partido não somente apoiou como também integrou o comando da paralisação. Ao final, mesmo sem vitórias econômicas, fez um balanço positivo daquele acontecimento. Ver: **BUONICORE**, Augusto. *O Partido Comunista do Brasil em 1979*. 8 Julho de 2009. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=59310>. Acesso em 18 de julho de 2009.

² Informe político ao VIII Congresso. Op. cit., 2000. p. 412.

questionamento total das heranças progressas. E esse não era o objetivo da travessia. O desafio era realizar a transição entre um PC tradicional – expresso pelas lideranças fundadoras e participantes da guerrilha – e a nova geração que chegava à agremiação a partir das experiências da abertura política brasileira.

A figura central dessa síntese chamava-se João Amazonas. Em 2007, na revista *Princípios*, o comunista Walter Sorrentino assinalava a importância estratégica da evolução do pensamento do principal dirigente pecebista para a transformação teórica da agremiação. Suas concepções se confundiam com o próprio partido: num “esforço crítico antidogmático, avançando na concepção mais dialética na abordagem dos fenômenos. Não simplesmente negou, mas reformulou seu pensamento numa espiral dialética mais elevada, apropriando-se do velho e dando-lhe nova configuração”.¹

O grande desafio do PC do B era transpor a crise sem que a sua estrutura centralizada desmoronasse. E essa operação obteve êxito, abrindo uma nova porta, modernizando a sua estrutura marxista-leninista. Realizando esse processo gradativamente, nos congressos seguintes a agremiação confrontou-se com a necessidade de construção de um vigoroso partido revolucionário de massas que refletisse a nova condição do mesmo na cena política brasileira.²

Enfim, para sobreviver à *débâcle* do socialismo real o PC do B precisava renovar a sua cultura política sem descaracterizar a sua identidade original. Realizar uma metamorfose, carregando consigo, e dando novas significações, às experiências e vivências anteriores.³

¹ **SORRENTINO**, Walter. Crise do marxismo, segundo o pensamento de João Amazonas. *Princípios*. Op. cit., 2006. p 74,78.

² Desde o IX congresso, realizado em 1997, o PC do B destacava a necessidade de “perseverar nos esforços pelo crescimento do Partido por intermédio das filiações e de maior organicidade em suas fileiras”. Esta tendência foi reafirmada nos fóruns posteriores, principalmente no XI congresso, ocorrido no ano de 2005. A agremiação ascendia a um novo patamar, colocando-se para si a tarefa de construção de uma organização de massas, “*um partido revolucionário grande, de ampla militância*”. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1997.asp#05>, http://www.vermelho.org.br//diario/2005/1005_pcrp3.asp. Acesso em 18 de julho de 2009.

³ **VELHO**, Op. cit., 1999. p. 9.

Capítulo V

E o *Muro* ruiu: o trabalhismo como um novo caminho para o socialismo?

O trabalhismo é uma expressão genuína das esquerdas no Brasil? Durante a década de oitenta, essa polêmica aqueceu o debate acerca da caracterização do Partido Democrático Trabalhista. Como o PDT poderia ser uma agremiação de esquerda se a sua história encontrava-se irremediavelmente atada à presença de líderes considerados burgueses e pelegos, às práticas fisiológicas e de manipulação das massas, responsáveis, junto com o PCB, pela paralisia das forças populares diante do golpe civil-militar de 1964?

Para muitos pactuar alianças com o PDT e participar dos seus governos significava “trair” a classe trabalhadora, impedindo a conformação de uma frente entre os principais partidos políticos das esquerdas brasileiras na década de oitenta.¹ As posições políticas adotadas por tais organizações expressavam as acirradas disputas entre as mesmas pela hegemonia do campo dos movimentos sociais. Mas, sobretudo,

¹ O Rio de Janeiro, principal base política do PDT, juntamente com o Rio Grande do Sul, tornou-se a expressão mais concreta da complexa relação entre as esquerdas brasileiras. De um lado, o PCB e o PC do B apoiando candidatos do PMDB contra o trabalhismo, como nas eleições de Brizola e de Darcy Ribeiro para o governo do estado fluminense, respectivamente em 1982 e 1986. De outro, refutando as duas perspectivas, o PT encontrava-se na linha de frente da oposição aos governos da Nova República e do PDT.

estavam impregnadas pela concepção que se tornou um ícone definidor da experiência trabalhista no Brasil do pré-64, o populismo, renovando o seu fôlego.¹

I. Populismos e Trabalhismos: revisitar uma certa história do Brasil anterior ao golpe civil-militar de 1964

Apesar dos prognósticos anunciados, o principal herdeiro da tradição populista no Brasil não havia sido abatido definitivamente pelo golpe civil-militar de 64. No final dos anos setenta, o PTB ressurgia revigorado, e trazia consigo uma novidade: a opção pelo socialismo democrático. De início as expectativas quanto à formação de um partido nos moldes da social-democracia européia, já que a ela o trabalhismo se associara através do Partido Socialista Português (PS), reanimavam diversas correntes e dirigentes que concorreram pela hegemonia política dos trabalhadores durante os anos sessenta.²

Mas o trabalhismo queria mais. Numa dura crítica ao MDB, ele se postulava como a verdadeira oposição. Afinal a organização havia sofrido a maior sangria devido às perseguições e exílios dos quadros trabalhistas. Eram ambiciosos. Desde o Encontro de Lisboa o trabalhismo movimentara o imaginário de militantes das esquerdas, das direitas brasileiras e dos populares que ainda se lembravam vivamente das experiências do pré-64, das lideranças de Jango e Brizola, e, sobretudo, da memória de Getúlio Vargas.³

¹ No final dos anos setenta, grande parte das organizações de esquerda do Brasil recebera uma grande influência da teoria do populismo. O peso decisivo de autores como Francisco Weffort e Octavio Ianni sobre o Partido dos Trabalhadores já é bastante conhecido. Ampliando esta lista, a historiadora Angela de Castro Gomes também destaca as análises de Regis Castro de Andrade. Trazendo novos elementos para o debate conceitual, ele definia o populismo como um regime de caráter burguês, ambíguo e instável, que não conseguia completar a sua manipulação devido ao peso cada vez maior dos setores populares. É visível a influência destas concepções nas batalhas políticas travadas pelas esquerdas no transcorrer dos anos oitenta. **GOMES**, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. in: **FERREIRA**, Op. cit., 2001. p. 42.

² O tópico “O fim do exílio trabalhista: a volta em grande estilo em 1979” tratará do assunto, identificando a diversidade do trabalhismo na retomada em 1978, congregando no início diversas correntes de pensamento como antigos trabalhistas, socialistas, ex-militantes da luta armada e dos novos movimentos sociais como negros e mulheres.

³ Anísio Cáder relembra-se da força do trabalhismo nas favelas e comunidades populares do Rio de Janeiro. Construindo o PDT na 20ª zonal, ele visitara várias moradias para filiar as pessoas, obedecendo à legislação eleitoral da época: *“em várias casas onde eu entrei o meu trabalho era facilitado porque lá estava uma fotografia do Jango, do Brizola, do Getúlio quase sempre (...). Era aquilo que o Brizola*

Imbricado ao trabalhismo também reaparecia no final dos anos setenta o conceito que o perseguia. O populismo reocupava o seu lugar central na cena política. Verdadeiras batalhas das memórias se digladiaram e incidiram diretamente sobre as opções políticas que se apresentavam no país. As imagens e conceitos mobilizados no pré-64 retomavam a sua força diante do fenômeno redivivo.

Assim o reaparecimento do PTB mobilizava seus opositores. Reforçava as iniciativas daqueles homens e mulheres que refutavam a trajetória pregressa, condenada à morte por vícios inerentes e, portanto, insanáveis: o populismo, a manipulação, o clientelismo e a demagogia. Queriam o novo. Eram o novo.¹ A eclosão de um forte movimento operário nas regiões industriais mais modernas do Brasil parecia confirmar que aquele sindicalismo nada tinha a ver com a tradição anterior. Ele representava o amadurecimento da classe trabalhadora brasileira, um marco “superior” às experiências do pré-64, dotado agora de uma “verdadeira consciência de classe” e que não se deixaria mais manipular.

Entre os trabalhistas, como o ministro da saúde de João Goulart, Wilson Fadul, a definição expressava uma visão deformada do processo político brasileiro, difundida por dois segmentos: *“os liberais afastados da cena política a partir de 1937 e a esquerda ortodoxa com grande influência no seio dos intelectuais e da juventude e que não concebia um movimento de massas não submetido ao rigor de suas convicções doutrinárias”*.²

Outro pedetista, Eduardo Chuahy, um dos signatários do pedido de legenda do PTB no final dos anos setenta, realizando uma clivagem entre os dois períodos, destacava a sedução de parte das esquerdas pelo termo:

*Seduzida pela academia paulista, se apresenta como algo 'novo'. Incorpora a confusão conceitual existente. Não haveria mais 'pelegos e populistas'. O 'populismo' seria substituído pela massa organizada dos trabalhadores. Todas as conquistas sociais foram esquecidas. A massa trabalhadora, que era vista por eles como amorfa e manipulável, teria agora seus novos defensores.*³

chamava de memória popular. Porque em 80 estavam vivos ainda aqueles eleitores trabalhistas das décadas de 50, 60. (...) E quando um deles já tinha morrido, o filho 'pô, mas meu pai vivia falando em Getúlio, Brizola, me dá a ficha aqui'”. Entrevista com Anísio Cáder, vice-presidente do DCE da UERJ em 1979, fundador e dirigente do PDT, 3 de novembro de 2008.

¹ Essa discussão foi desenvolvida no capítulo sobre o Partido dos Trabalhadores.

² CHUAHY, Eduardo. *Populismo, a quem serve a confusão conceitual?* 1ª ed., RJ: Edição do Autor, 2002. p. 7.

³ *Ibid.* p. 54.

O retorno do PTB revivia antigas batalhas que não haviam sido totalmente enterradas com a “segunda morte do populismo” em 1964 (a primeira, acreditava-se ter acontecido com a morte de Getúlio Vargas). Pelo contrário, confortavelmente ancorado sobre o status acadêmico, um ponto em comum sustentava as concepções disseminadas à direita e à esquerda: ele era um elemento perigoso e nefasto da política nacional. Era impossível uma relação de confiança.¹

Diversas causas moveram as definições sobre o fenômeno. No cenário político do pós-guerra o conceito tentava desvelar as razões do apoio dos trabalhadores a Getúlio Vargas e a seus sucessores desde o Estado Novo. A partir de 64 as análises se dedicavam a compreender as raízes do golpe civil-militar, relacionando-o ao esgotamento do populismo, à fraqueza do movimento operário-sindical e às limitações da democracia brasileira naquela época.

No final dos anos setenta o emprego do termo novamente extrapolava as fronteiras da academia e interferia diretamente na dinâmica política nacional. O uso recorrente visava impedir a emergência do fenômeno no país e alertar sobre os perigos de um novo controle do movimento operário brasileiro, renovado pela presença de uma forte e moderna classe operária, finalmente consciente da sua condição de classe. Assim a debilidade de inserção do Novo Trabalhismo no meio sindical comprovava a mudança qualitativa em curso no país. Os erros do passado não seriam mais repetidos.

Perpassando várias fases, elementos comuns marcam a trajetória do populismo. Segundo o historiador Jorge Ferreira, apesar das críticas feitas aos primeiros teóricos, cristalizaram-se imagens definidoras do conceito. Da primeira geração destacam-se as concepções provenientes da teoria da modernização desenvolvidas por autores como Gino Germani e Torquato di Tella, presentes também nas análises do Grupo de Itatiaia.² Temas como a questão da imigração do campo para a cidade devido ao crescente processo de urbanização e o papel central dos valores tradicionais dos camponeses

¹ Ao termo populista vinculavam-se as imagens e as qualificações mais negativas do universo da política, como má-fé, traição, demagogia, manipulação e clientelismo. Ver instigante discussão em **FERREIRA**, Op. cit., 2001, pp. 7-16 e 59-124.

² Segundo Angela Castro Gomes, intelectuais como Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, sob o patrocínio do ministério da agricultura, organizaram reuniões em Itatiaia, visando discutir os problemas e propor soluções para o desenvolvimento político, econômico e social do Brasil no pós-guerra. Em 1953, eles criaram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). **GOMES**, Op. cit., 2001, p. 22.

sobre o perfil do novo operariado urbano, recém-saído do mundo rural, demarcavam as análises dos teóricos dos anos sessenta. A tese do desvio tornava-se uma categoria fundamental para a compreensão do fenômeno. Ele explicava o perfil adquirido pela classe operária a partir dos anos trinta, distante do padrão autônomo e combativo dos anarquistas das décadas anteriores, deturpado pela ação manipuladora de líderes carismáticos.¹

Octavio Ianni e Francisco Weffort consolidaram definitivamente o emprego do termo, influenciando as análises políticas dos grupos que aderiram à luta armada após 1964 e das novas organizações que surgiram durante a abertura política brasileira, especialmente aqueles que formaram o Partido dos Trabalhadores. Destacam-se as idéias de conciliação de classes sob a hegemonia da burguesia industrial e de instrumentalização dos trabalhadores pelas lideranças carismáticas, devido à existência de um movimento sindical marcado pelo reboquismo e pela cumplicidade dos pelegos.²

Nas análises de Francisco Weffort, o Estado de compromisso constituído no Brasil a partir da crise oligárquica, fruto das transformações no país e das graves crises interna e externa, significava uma solução de composição entre os grupos agrários e médios urbanos.³ Dessa forma o papel desempenhado pelas classes trabalhadoras no processo iniciado a partir de trinta era claramente secundário. Apesar da forte crítica ao populismo, o pensamento de Weffort também se estruturava em torno da idéia do “marco zero”. De fato qual a participação das massas naquelas mudanças? As leis haviam sido outorgadas por um Estado que buscava manipulá-las. E essas apareciam, em sua maioria, como o próprio termo indicava, amorfas, desorganizadas, incapazes de incidir sobre os rumos do país após 1930. Encobria, portanto, o processo de organização autônoma e de lutas sociais vivenciadas pelos trabalhadores citadinos antes e durante a década de trinta, responsáveis pela pressão sobre o corpo estatal brasileiro, pela incorporação de parte das suas demandas sociais e pela centralidade da categoria trabalhador na concepção elaborada a partir de então.

¹ FERREIRA, Op. cit., 2001, p. 67 e 73.

² REIS, Daniel Aarão. O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. in: FERREIRA, Op. cit., 2001, p. 353.

³ Antecipando-se aos setores médios urbanos da sociedade brasileira, os grupos agrários conduziram o processo, pois, apesar da sua grande força de opinião, os primeiros não possuíam condições de “*negar*

Outras versões surgiram, no final dos anos setenta, para o conceito populismo. Apesar das críticas às principais concepções da teoria da modernização, as marcas deixadas permaneciam indelévels. Intocadas. Na análise de Jorge Ferreira ¹, as novas abordagens tornaram ainda mais negativas a definição do fenômeno. Em determinadas perspectivas marxistas, suprimia-se do termo o aspecto da satisfação das demandas dos trabalhadores no período, reduzindo-o à díade manipulação-persuasão. O uso de certos conceitos marxistas como “falsa consciência” ressaltava ainda mais o papel retrógrado das classes trabalhadoras no pré-64, pois as mesmas estavam destituídas da verdadeira consciência de classe que somente poderia ser revolucionária, segundo os padrões do marxismo do final do século XIX.

O termo populismo enraizou-se de tal maneira na política brasileira que o seu uso se estendeu até mesmo entre aqueles que mais sofreram com o emprego do conceito. No seio do Trabalhismo a noção não havia sido descartada da luta política. Ela também azeitava os embates. A referência não havia perdido a sua força nem a sua conotação extremamente negativa. Rememorando a reconstrução do PTB no final da década de setenta, vários trabalhistas identificavam o populismo como uma chaga da sigla no pré-64:

E nós começamos a nos reunir regularmente, trabalhando de forma permanente pela reconstrução do trabalhismo, com uma visão diferente, fazendo críticas ao passado que nós questionávamos do velho PTB, das suas posições sobre a questão do populismo, sobre a definição se nós queríamos um partido de massas que buscasse realmente o socialismo.²

E esses ainda existiam e lutavam vivamente pela legenda. Mas quem eram eles? Aqueles elementos “fisiológicos” e “clientelistas” agrupavam-se agora em torno do “velho” PTB que Ivete Vargas pretendia resgatar. Aquele era o lugar dos “populistas”. O emprego do conceito também se tornou recorrente em diversos depoimentos de militantes pedetistas, sempre com o mesmo conteúdo. No interior do PDT definir

de maneira radical e eficaz o quadro institucional”, definindo assim os limites de sua ação. **WEFFORT**, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed., RJ: Paz e Terra, 1989. p. 48.

¹ *Ibid.* à nota 1, p. 85.

² Entrevista com Luiz Henrique Ferreira, Luiz “Cidadão” – fundador do PDT, militante do movimento estudantil e associativo no bairro de Copacabana, no dia 12 de novembro de 2008.

alguém como populista significava emitir antigos sinais acoplados a ele no transcorrer do século XX no Brasil.

Observando o comportamento do termo neste início de milênio é fácil averiguar que ele continua solidamente fincado na cena política brasileira. Quem quer ser chamado de “populista”? Seu conteúdo “demoníaco” é periodicamente reavivado, surgindo novos representantes no Brasil. E ele nem sempre obedece à clivagem direita-esquerda. Entretanto o fio que lhe traz sentido não se perde. Populista é aquele que, maquiavelicamente, tenta se aproximar e estabelecer vínculos mais próximos com as classes populares. E estas, como são “amorfas”, “inorgânicas”, “rudes” e até mesmo “ignorantes”, só podem sustentar uma relação por meio de artifícios manipuladores, demagógicos e clientelistas. As práticas que historicamente pretenderam definir o termo ainda encontram-se disseminadas na política brasileira. Entretanto identificar alguém como “populista” acaba isentando o outro que acusa. Por exclusão o político “não populista” libera-se das chagas incuráveis dos primeiros.

Na campanha de 1989 uma inversão de sinais para definições tão enraizadas. O Movimento Nacional Leonel Brizola conferia novos sentidos para o termo populismo. Incorporando-o de “peito aberto” o grupo afirmava – sim, Brizola era “populista”:

(...) se populista for o que gosta de povo, como Getúlio Vargas e Juscelino, no Brasil; Alan Garcia, no Peru; Mário Soares, em Portugal; François Mitterrand, na França; Willy Brandt na Alemanha; Felipe Gonzáles, na Espanha. Os adversários de Brizola tentaram dar a esta palavra uma conotação diferente de sua real significação ('Populista – que é amigo do povo', diz o dicionário Novo Aurélio da Língua Portuguesa), para confundir populismo com demagogia clientelista, que explora a miséria do povo para enriquecer ou adquirir poder.¹

Aproximando-o de vários dirigentes políticos internacionais, o “populismo” de Brizola significava então o real compromisso com as causas populares.

A cristalização do epíteto em verdade incontestada, entretanto, não impediu que abordagens alternativas demonstrassem a crescente insatisfação com o uso do

¹ **COMITÊ DE JORNALISTAS DO MOVIMENTO NACIONAL LEONEL BRIZOLA.** *Chegou a hora Leonel Brizola.* p. 5. in: FUNDAR: Arquivo Darcy Ribeiro/ Série política partidária/ Subsérie Campanha de 89/ dossiê Movimento Nacional Leonel Brizola. 1988-1989.

conceito.¹ Trabalhos pioneiros rejeitaram o populismo como um elemento chave para a compreensão da rica experiência vivida pela sociedade brasileira a partir da década de trinta. Em seu lugar a idéia de um ajuste, um pacto trabalhista que pressupunha um papel ativo de ambos os lados – trabalhadores e Estado – mesmo que de forma assimétrica. Abria-se assim uma nova perspectiva para compreender as lutas desenvolvidas no período pré-64, condenados por grande parte da historiografia a assumir um papel coadjuvante. Na visão de Castro Gomes:

A idéia de pacto procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente. A lógica deste pacto, cuja efetivação estava sendo datada, precisava ser entendida numa perspectiva temporal muito mais ampla, que conectava o período do pré- e do pós-30 e as experiências aí vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado.²

O sociólogo Francisco Weffort também indicava a satisfação de determinadas demandas das classes laborais pelo “*regime populista*”. Mas, para ele, esse era um elemento necessário para que a manipulação se realizasse. Exercendo o Estado um papel de tutela, essa relação baseava-se em “*formas individuais de pressão*”.³

Desaparecia da análise a evolução cada vez maior dos movimentos populares na cidade e no campo. O jogo partidário, transpassado pela relação direta entre Estado e massas, apresentava-se destituído de projetos políticos, resumindo-se a um embate entre personalidades:

Neste quadro político – em que o Estado, através dos líderes populistas, se põe em contato direto com as massas, - não há lugar de destaque para as ideologias. Os aspectos decisivos da luta política – as formas de aquisição e preservação do poder – estão vinculados a uma luta entre personalidades. Nestas condições, o nacionalismo passa a ser significativo politicamente quando o governo federal (particularmente na Presidência de Kubitschek) o

¹ Na historiografia atual, o termo vem sendo crescentemente questionado. Vários estudos refutam os principais aspectos que definem classicamente o populismo. Conceitos como circularidade, por exemplo, auxiliam na construção de novas abordagens, e historiadores como Jorge Ferreira dedicam-se a investigar as diferentes maneiras de apropriação pela população brasileira – principalmente pobres e trabalhadores – das mensagens transmitidas por Getúlio Vargas ou pelas lideranças trabalhistas. Da mesma forma, autoras como Ângela de Castro Gomes e Lucília de Almeida Neves analisam a evolução do trabalhismo, em especial a consolidação do seu projeto político-ideológico, o nacional-estatismo.

² GOMES, Op. cit., 2001, p. 47-48.

³ WEFFORT, Op. cit., p. 75.

*encampa como cobertura ideológica do 'desenvolvimentismo'. Aparece, pois, em coerência com o quadro geral, como uma forma de consagração do Estado, como uma transfiguração teórica do populismo.*¹

Ao contrário do que afirmava Weffort, o período anterior ao golpe não era um universo inorgânico, delimitado exclusivamente pela relação direta entre o líder e a sua clientela. Nos primeiros anos da década de sessenta, o trabalhismo, através da sua maior expressão política, o PTB, conseguiu difundir e solidificar uma identidade entre os trabalhadores brasileiros através do seu projeto de nação: *“um programa nacionalista, estatista e popular. Autonomia no quadro das relações internacionais, com a definição do que então se chamava uma política externa independente. Estado intervencionista no campo econômico, regulador, desenvolvimentista. Redes de proteção para os trabalhadores (...).”*²

As ideologias eram possíveis, e elas não eram apenas “coberturas”. Cada vez mais radicalizado o trabalhismo liderou uma frente nacional-estatista, que, agitando a bandeira das reformas de base, só foi paralisado pelo golpe civil-militar em abril de 1964.

1964: o fim do projeto trabalhista?

O golpe civil-militar de 1964 assinalou um profundo corte no projeto trabalhista. Muitos acreditaram na sua morte definitiva. Constituindo-se num dos principais alvos dos “revolucionários” de 64, ele funcionou como um amálgama que trouxe para o movimento no final dos anos setenta novos agrupamentos políticos. A sua retomada significava a sobrevivência das bandeiras e das ações contestadas pelos militares. Liderando essas articulações encontrava-se uma das suas mais eloqüentes figuras, Leonel Brizola.

Todavia resgatar o papel desempenhado pelo trabalhismo não fora uma tarefa pacífica. De todos os lados do espectro político brasileiro levantavam-se críticas ao PTB. Para a direita eles representavam a desordem, a quebra das hierarquias, a tentativa de “bolchevização” do país salvo a tempo pela sua ação preventiva. Para os mais moderados, as opções feitas pelos trabalhistas e seus apoiadores foram as

¹ *Ibid.* p. 54.

² REIS, Op. cit., 2001, p. 345.

principais responsáveis pela radicalização do pré-64. Entre as esquerdas mais radicais o fracasso da resistência ao golpe devia-se à sua própria essência: dúbia e personalista não organizara os trabalhadores que, atrelados e presos às práticas clientelistas, não conseguiram responder ao ataque. Como, então, os próprios explicavam a sua atuação em 1964? Prevalcia a idéia da “conspiração” da qual os trabalhistas haviam sido as principais “vítimas”. Dessa forma o golpe civil-militar se realizara contra o PTB, atingindo a maioria dos seus militantes e dirigentes.¹

A historiadora Lucília de Almeida Neves sugere a existência de quatro grandes linhas de interpretação sobre as motivações da ruptura em 64. A partir delas é possível identificar que as abordagens trabalhistas transitavam entre as versões baseadas no caráter preventivo e na idéia de conspiração.² Da primeira destacava-se a “ação destinada a evitar possíveis e profundas transformações nos sistemas econômico e político brasileiros”. Na tese conspiratória, os petebistas e as forças populares haviam sido vítimas “da conspiração dos militares, de políticos liberais, conservadores de extrema direita, de empresários associados às multinacionais e do próprio governo norte-americano.”³

Nessas interpretações a sociedade brasileira encontrava-se radicalmente cindida ao meio. De um lado os conspiradores. De outro a sua aliança com as demais forças populares. A Carta de Lisboa expressava nitidamente a polarização, escolhendo, de forma redutora, dois grandes alvos: o latifúndio - “temiam a lei da Reforma Agrária” e o governo dos EUA - “planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da lei de Remessa de Lucros que poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais”.⁴ Esse tipo de abordagem minimizava o incômodo papel desempenhado por importantes setores das classes médias e da Igreja Católica cujo apoio fora fundamental para o “desfecho” em

¹ Discurso de Leonel Brizola na primeira fase do Congresso do PDT, em 06/12/1991. in: **MANESKY**, Osvaldo; **SAPUCAIA**, Madalena; **BECKER**, Paulo (orgs.). *Com a palavra Leonel Brizola*. RJ: s/ed., 1994. p. 24.

² Completam estas abordagens a vertente estruturalista – cuja análise, centrada nos problemas estruturais da realidade nacional, como o subdesenvolvimento e o atraso na industrialização, tornava praticamente inevitável o golpe de 64 – e a concepção que imputava à radicalização política do pré-64 a maior responsabilidade sobre a ruptura da ordem constitucional brasileira. **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. in: **REIS**, **RIDENTI**, **MOTTA**, Op. cit., 2004. p. 17, 19, 22 e 26.

³ **INSTITUTO ALBERTO PASQUALINI**. *História da sociedade brasileira*. s/ed., 1987. p. 16. in: Acervo do AMORJ: Fundo PDT, Caixa 01, série 06.

⁴ *Carta de Lisboa*. Lisboa: Junho de 1979. in: **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. Volume único, PDT, PDT, RJ, junho de 2006, p. 9.

64, mas que paradoxalmente tiveram uma participação crucial nas manifestações favoráveis ao processo de abertura política no Brasil.¹

Em meio aos balanços efetuados por diversas organizações sobre as ações políticas desenvolvidas no pré e no pós-64, as abordagens trabalhistas acompanharam as interpretações predominantes no seio das esquerdas brasileiras. Assim a radicalização dos anos sessenta, uma dinâmica marcante dos segmentos petebistas que, liderados por Leonel Brizola, agitavam as bandeiras do reformismo revolucionário, desaparecia das interpretações do PTB/PDT.²

Seguindo a perspectiva, a guerrilha do Caparaó³, a tentativa de resistência armada inspirada pelos dirigentes do trabalhismo radical, não mereceu destaque na trajetória descrita pelo PTB/PDT no período da transição, como ocorrera com outras agremiações onde a experiência guerrilheira tornou-se um importante lugar de memória. Os documentos fundacionais do Novo Trabalhismo, pelo contrário, enfatizam a sua atuação na frente democrática: “*O Trabalhismo que representamos é o que foi firme na resistência aos quinze anos de autoritarismo. É o trabalhismo que sofreu sucessivas ondas de proscricões, aquele que mais contribuiu para a formação da frente de oposição ao regime autoritário*”.⁴

Leonel Brizola, também refutava a estratégia da guerrilha e a concepção do foco insurrecional no campo - “*um método de luta sem condições de vitória no Brasil*”.⁵

Os estudos recentes sobre a atuação do PTB nos anos sessenta, entretanto, não deixam dúvidas sobre a evolução de segmentos trabalhistas em direção a um projeto

¹ Destaca-se a atuação da Igreja Católica, principalmente a da sua cúpula, que, segundo Michael Löwy, legitimou o golpe de 64 através de uma resolução da CNBB sob o argumento do “perigo comunista”. Ver: **LÖWY**, Michael. As esquerdas na ditadura militar. O cristianismo da libertação. in: **FERREIRA; REIS**, Op. cit., 2007, vol. 3, p. 305.

² Esta interpretação confirma a tese do historiador Daniel Aarão Reis, pois, contraditoriamente, silenciava-se sobre o caráter revolucionário do projeto que conseguiu empolgar setores de massas da sociedade brasileira, indo além dos pequenos círculos tradicionais dos agrupamentos de esquerda em nome de uma visão conspiradora e vitimizadora da história. Ver: **REIS**, Op. cit., 2004, p. 40.

³ A guerrilha do Caparaó constituiu-se na primeira tentativa de ação guerrilheira, visando derrubar o regime militar instaurado em 1964. Comandada do exílio, no Uruguai, por Leonel Brizola e no Brasil pelo professor Bayard Boiteux, entre 1964 e 1967, o Movimento Nacionalista Revolucionário tentou desenvolver uma estratégia de luta insurrecional a partir dos contatos ainda existentes nos quartéis brasileiros. Inspirada pela experiência cubana de libertação nacional, a organização foi apoiada pela Ilha com a qual estabeleceu relações prioritárias até 67. Ver: **RIDENTI**, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. in: **FERREIRA, REIS**, Op. cit, 2007, vol 3, p. 32.

⁴ *Manifesto*, s/d. in: **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**, Op. cit., p. 27.

⁵ **MONIZ BANDEIRA**, Luiz Alberto. *Brizola e o trabalhismo*. RJ: Civilização Brasileira, 1979. p. 101. O depoimento de José Maurício também destacava o desconforto de Brizola com a estratégia do Caparaó.

de transformação rupturista sob a forma do nacionalismo revolucionário. O impacto das transformações em Cuba também se manifestara sobre o trabalhismo radical através da perspectiva antiimperialista – mesmo que o país não chegasse à implantação de “medidas totais” como na Ilha.¹ E incorporava a luta anticapitalista abrindo as portas do socialismo para o nacionalismo revolucionário. O livro de Moniz Bandeira, “O caminho da revolução brasileira”, expressava claramente esta tendência, confirmando o caráter socialista da revolução no Brasil e a importância da experiência cubana desde que ela estivesse adaptada à realidade nacional:

Um país como o Brasil, que conta com um parque industrial bastante adiantado e uma população de quatro milhões de operários fabris, requer outra tática, na qual, não se desprezando o papel da luta de guerrilhas, se considere o valor capital da ação de massas na cidade, coordenada às atividades do campo. É preciso também que o proletariado esteja preparado, senão para iniciar, pelo menos para sustentar e prosseguir a insurreição dos campos.²

Se no final dos anos setenta o novo movimento trabalhista relia a sua história, apagando os apelos mais radicais do pré-64, ele também reelaborava a sua principal liderança. Para os novos tempos, um “novo Brizola”:

Todos nós somos novos todos os dias, porque amadurecemos, evoluímos. Ninguém permanece estático, parado. Neste sentido, há um novo Brizola. Mas é preciso considerar que, através de intensa campanha, deformaram a minha imagem, a partir das minhas características pessoais, à medida que, politicamente, eu crescia. Queriam apresentar-me de tal modo que a minha imagem, assim forjada, bloqueasse meus próprios passos. E aí me faltaram experiência e habilidade para manejar-me e superar resistências no desenvolvimento das situações políticas.³

O novo Brizola recusava a pecha de radical. Ou melhor, relia o radicalismo. Ser radical era chegar à raiz dos problemas. Ele era radical contra a corrupção.

Entrevista com José Maurício, fundador do PDT, ex-deputado federal e secretário estadual de minas e energia nos governos de Leonel Brizola (1982-1986/1990-1994), 16 novembro de 2008.

¹ Ver: FERREIRA, Op. cit., 2007, vol. 2.

² **MONIZ BANDEIRA**, Luiz Alberto. *O caminho da revolução brasileira*. RJ: Guanabara; Ed. Melsa Sociedade Anônima, s/d. p. 175.

³ Entrevista concedida por Leonel Brizola a Moniz Bandeira presente no livro *Brizola e o trabalhismo*. Ver: **Id.**, 1979, p. 178.

Radicalmente contrário à subversão democrática e favorável à legalidade constitucional. Quem seria contra esses radicalismos num momento em que o país tentava ultrapassar os anos de exceção?

Sob os ventos da redemocratização era necessário superar a idéia de que o dirigente era antidemocrático e contrário ao Congresso Nacional. Denunciando mais uma deformação, ele fazia profissão de fé quanto à democracia e às liberdades formais – “o que se convencionou chamar de liberdades formais – e aí me refiro ao conjunto da democracia formal – constitui um dos marcos do progresso da humanidade”. Entretanto, estabelecida a democracia política, era necessário avançar em direção à sua face econômica e social, com efetiva participação das massas trabalhadoras no processo de decisões do Estado.

Respondendo aos epítetos de golpista na conjuntura anterior a 64, Leonel Brizola justificava. Ele criticava as legislaturas da época e não o Congresso como instituição. Mas reafirmava a necessidade, naquele momento, das reformas serem conduzidas pelo Executivo, “mediante delegação legislativa” diante de um parlamento conservador.¹

Enfim concatenado aos novos tempos e aos influxos das experiências no exílio, o trabalhismo e Leonel Brizola tentaram atualizar o seu discurso, recolocando-o à luz da nova realidade brasileira, sem, contudo, perder a identidade construída até 64. Brizola mudara. Essa era a mensagem. E mudara para melhor, pois estava mais maduro e pronto para a tarefa histórica de dirigir o país sem cometer os equívocos pregressos.

II. O fim do exílio trabalhista: a volta em grande estilo em 1979

No final dos anos setenta lideranças do antigo PTB puseram-se em movimento para restaurar a trajetória do trabalhismo. Ânimos reavivados pelos primeiros sinais da abertura política no Brasil, as articulações tentavam congregar as esperanças de quem havia permanecido no país com aquelas cultivadas por quem estava no exílio. Acusados de serem o “velho”, muitos passaram a desejar um “novo” que combinasse

¹ *Ibid.* p. 180.

antigas tradições e não descartasse o passado. Mas, afinal, o “velho” PTB seria capaz de realizar tal travessia?

Surgia a primeira grande polêmica da volta do trabalhismo. Alguns petebistas históricos pretendiam reorganizar o partido mantendo o que eles acreditavam serem as suas características originais. Outros mobilizaram esforços para reforçar na agremiação uma base mais ampla – revivendo experiências pregressas como o “parlamento das esquerdas”¹ – e atualizar suas concepções adotando um modelo de socialismo próximo ao da social-democracia européia. Entre um e outro campo, muitos trabalhistas não queriam optar por uma possível separação.²

Os dois agrupamentos, que se digladiaram pela sigla até 1980,³ sintetizavam o antigo PTB. A agremiação era, ao mesmo tempo, a ênfase que Ivete Vargas conferia ao nacionalismo, à legislação social e a um Estado forte. Por outro lado expressava também o PTB que Brizola queria refundar, reforçando as raízes reformistas revolucionárias e inovando através da incorporação do socialismo democrático.

Permeavam tais embates as diferentes avaliações sobre o governo militar, a transição e os temores quanto à reentrada de Leonel Brizola na cena política. O retorno do PTB, entretanto, iniciava-se com a reprodução de uma antiga característica: os infindáveis embates entre as lideranças petebistas pelo monopólio do legado de Getúlio Vargas tornavam impossível a convivência entre os mesmos num partido carismático.⁴

Nas batalhas da memória, mesmo ganhando a sigla, Ivete Vargas perdeu na arena simbólica. Na existência de dois trabalhistas, o seu PTB passou a ser reconhecido como o “velho petebismo”, aquele que representava os vícios do clientelismo, do fisiologismo e da parentela. O Novo Trabalhismo da Carta de Lisboa

¹ Em 1963 a Frente de Mobilização Popular, formada pelas principais organizações de esquerda alinhadas em torno das reformas de base, constituía-se numa espécie de “parlamento das esquerdas”. Segundo o historiador Jorge Ferreira, o seu objetivo era convencer João Goulart a implementar tais mudanças a partir do seu apoio político, desconhecendo as demais organizações da sociedade. Ver **FERREIRA**, Op. cit., 2007, vol. 2, p. 547.

² Foi o caso de José Gomes Talarico que, apesar de ideologicamente mais próximo de Leonel Brizola, de início não aderiu ao novo PTB. Ver: **FREIRE**, Américo (coord.) *José Talarico*. Depoimento ao CPDOC. Conversando sobre política. RJ: Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense/ ALERJ/ Fundação Getúlio Vargas. 1998. p. 321.

³ No dia 12 de maio de 1980 o Supremo Tribunal Eleitoral decidiu favoravelmente pelo pleito de Ivete Vargas, entregando-lhe a legenda PTB.

⁴ **D' ARAÚJO**, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. RJ: FGV, 1996. p. 10.

purgava definitivamente as manchas indesejadas do passado. Mesmo perdendo a sigla, o PDT de Brizola apropriava-se da simbologia e do reconhecimento de que ele era o herdeiro legítimo de uma tradição renovada. As dualidades estavam explicitamente demarcadas, mas as convergências existiam e explicitavam os problemas que os trabalhistas pensaram superar.

O Encontro de Lisboa, realizado no dia 17 de junho de 1979, representa para o PDT um acontecimento político fundador.¹ Um lugar de memória partilhado por dirigentes e militantes, ele significava a maturidade do trabalhismo, amalgamando a opção pelo socialismo e a força da sua herança, consolidada através do seu renascimento após vaticínios em contrário. O PTB retornava à cena política, e não perderia as transformações que começavam a ocorrer no Brasil.

Bem antes de 1979 alguns dirigentes petebistas tentaram reorganizar um partido trabalhista no país.² A volta do PTB, no entanto, tornou-se uma realidade somente a partir das articulações do seu mais importante líder ainda vivo, Leonel Brizola. O ano de 1977, transferindo-se do Uruguai para os Estados Unidos, parece chave para os desdobramentos que culminaram no encontro em Lisboa. O trabalhista histórico, Trajano Ribeiro, relatava a forte ascendência de Brizola, mesmo no exílio, os primeiros passos da reorganização do PTB e a força simbólica que moveria aquele processo:

A partir desse diálogo havido no início de outubro de 1977, iniciamos um período de convivência, riquíssimo para mim. Essa convivência permitiu-me conhecer próxima e profundamente o homem que representou para minha geração o que Getúlio representara para a geração de meu pai. Brizola, afinal, era o intérprete da nossa rebeldia, do nosso inconformismo com o

¹ Segundo René Rémond, determinados acontecimentos políticos podem ser fundadores de mentalidades, constituindo-se em referências centrais para toda uma geração. Ver: **RÉMOND**, René. Do político. in: **RÉMOND**, Op. cit., p. 449.

² O depoimento de José Gomes Talarico – importante dirigente nas duas fases do trabalhismo brasileiro, foi fundador do PTB em 1945 e do PDT em 1980, ocupou cargos de governo, elegendendo-se deputado estadual pelas duas agremiações (Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/jose_gomes_talarico.asp>. Acesso em: 05 de março de 2009) – indicava dois momentos destas movimentações. A primeira tentativa acontecera em 1973. O ex-diretor da divisão de organização e assistência sindical do ministério do trabalho, Luís Carlos Silveira, apresentara a proposta a João Goulart. Sem acolhida, a idéia esvaíra-se. Em 1975, o ex-deputado federal e fundador do PTB, José Barbosa, novamente manifestava a possibilidade de reestruturação do partido. **FREIRE**, Op. cit., 1998. p. 313 e 314.

*subdesenvolvimento do Brasil, com a ingerência crescente dos Estados Unidos na América Latina, com as injustiças sociais gritantes, já nos anos 60.*¹

Do exílio nos Estados Unidos a Portugal, Leonel Brizola dedicou-se a uma intensa atividade política. Externamente ele procurava refazer o seu percurso, apresentando um perfil menos radical, mais maduro e confiável. Pretendia assim firmar uma imagem de estadista junto à social-democracia europeia. As memórias do ex-guerrilheiro da VPR Alfredo Sirkis confirmavam o enorme sucesso de Brizola junto às principais lideranças da Internacional Socialista, como Mário Soares, Willy Brandt, François Mitterrand e Felipe Gonzáles – *“Todos, um atrás do outro, (...) caíram pelo Brizola. Tanto que durante muito, muito tempo o PDT ocupou o único lugar, o lugar brasileiro na Internacional Socialista, quando realmente era muito óbvio que o partido que verdadeiramente representava esse espaço era o PT”*.² As resistências também não foram menores. Theotonio dos Santos relembra as críticas da seção sueca – com a qual havia estabelecido um contato mais próximo – à sua associação a um “populista”.³

Desconfianças quanto à verve de Leonel Brizola, muitos avaliaram essa transformação como uma “jogada” política oportunista do trabalhista. Ele travestia-se de socialista. Entretanto diversos relatos, de personalidades próximas ou mais distantes dele no pré-64, confirmavam a travessia:

*Eu não o conhecia e nem tinha muita admiração pelos seus métodos. Depois é que comecei a perceber suas qualidades e defeitos também. Mas um dia ele pediu para manter um contato comigo lá em Genebra, ficamos praticamente hospedados na mesma casa, e com isso começamos a conversar, para eu explicar a ele o que era a social-democracia. Ele entrou nisso desconhecendo completamente o que era a social-democracia europeia. (...) Então eu expliquei ao Brizola: 'Você tem que andar com cuidado, senão vai participar de uma furada.' (...)*⁴

¹ **TRAJANO RIBEIRO.** *Brizola, meu camarada.* Disponível em: <<http://pdt12.locaweb.com.br/paginas.asp?id=164.htm>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

² **SIRKIS,** Alfredo. Entrevista concedida a Denise Rollemberg, prof^a de História contemporânea da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 4 de abril de 2005.

³ Entrevista com Theotonio dos Santos, ex-dirigente da POLOP, prof. de economia, fundador e ex-membro do PDT, no dia 23 de dezembro de 2008.

⁴ **MACIEL,** Lysaneas. *Lysaneas Maciel. (depoimento, 1998).* Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003.

A segunda estratégia de Brizola voltava-se para o “público interno”. Ele também estava em Lisboa para realizar uma espécie de “*concertação*” política. Assim como nos anos sessenta, o trabalhista pretendia reorganizar o PTB aglutinando diferentes trajetórias políticas, conferindo-lhe um caráter de frente de esquerda. Segundo o depoente anônimo de Américo Freire, tais reuniões denominavam-se “*cabildos abertos*” : “*aparar arestas e preparar a organização de um encontro no qual seriam estabelecidas as linhas programáticas da nova agremiação 'trabalhista e socialista'* ”.¹

As articulações não se limitavam a agregar os exilados brasileiros. No país, agrupamentos, lideranças trabalhistas e indivíduos entusiasmados esforçavam-se para incentivar as discussões em torno da revitalização do PTB, alcançando o seu auge simbólico no Encontro de Lisboa.²

Adjacente à necessidade de reconstrução do PTB encontrava-se a insatisfação de setores das esquerdas, para além dos trabalhistas, com a estratégia política desenvolvida pelo Movimento Democrático Brasileiro. Assim, o outro claro objetivo era incidir sobre a cena nacional como uma alternativa:

*(...) O MDB cingia-se a uma tímida luta pela redemocratização do país e até a luta pela anistia não era enfatizada pelos partidos políticos admitidos. As reformas de base haviam sido esquecidas naquele grande baú dos sonhos frustrados dos povos, cuja guarda a história confia aos oportunistas, sempre dispostos a levantar a bandeira da prudência e que, no caso, estavam mais preocupados em proteger seus mandatos contra a ira da ditadura.*³

III. PDT: o trabalhismo e o caminho brasileiro para o socialismo

¹ FREIRE, Américo. *Reconstruindo Brizola. Esquerda armada e o novo trabalhismo – notas de pesquisa*. p. 5. VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral. Memória e política, 07 a 09/11/2007. in: CPDOC/FGV. RJ, CD-ROM 19. p. 5.

² Este evento havia sido antecedido por uma série de reuniões realizadas no Brasil. Num desses encontros, ocorrido no dia 22 de março de 1979, na ABI, o deputado federal José Maurício, decidiu aderir à reorganização do trabalhismo. Integrando o grupo “*autêntico*” emedebista, ele teve uma participação ativa neste processo, aproveitando as viagens referentes ao seu trabalho na vice-presidência da comissão de serviço público e fazendo pronunciamentos na tribuna da Câmara em prol da recriação do partido. Houve a adesão imediata de parlamentares como Magno Guimarães e Getúlio Dias, mas também intolâncias e escárnios de alguns deputados do MDB: “*alguns colegas diziam que o PTB cabia todo num Volkswagen*”. Ver: JOSÉ MAURÍCIO. *Meu amigo LB*, 13 de janeiro de 2004. p. 1. Disponível em http://www.pdt.org.br/bz/zemauricio_bz83.asp. Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

³ TRAJANO RIBEIRO, Op. cit.

No dia 26 de maio de 1980, treze dias depois do ato ¹ que enterrara o “velho PTB” para parte dos trabalhistas, antigos e neófitos, brotava das suas entranhas um “PTB de esquerda”. Radical. Ele fora nomeado de Partido Democrático Trabalhista. O PDT nascia ungido por fortes heranças e inventando novas tradições.

O nome, de início provisório, gerou polêmica até o Encontro de Mendes, no dia 23 de janeiro de 1983. Apesar de declarar-se socialista desde 1979 – é verdade, uma menção tímida na Carta de Lisboa² –, havia divergências quanto à presença do termo na sigla que identificaria o partido, acenando de forma inequívoca a intrincada relação entre socialismo e trabalhismo. Theotonio dos Santos relatava que um grande grupo propôs a mudança do termo democrático para socialista. Segundo ele, Brizola não gostava da idéia e se apoiou numa das suas intervenções durante a reunião:

*Não, o Brizola não tem uma tradição socialista. Eu tenho tradição socialista, para mim não seria problema pertencer a um partido socialista. Mas por que o Brizola pertencer a um partido socialista se ele vem de um movimento nacional-democrático, com outra problemática? E ele está aceitando evoluir para o socialismo, ele está evoluindo na direção do socialismo. Seria falso nós colocarmos para o povo brasileiro que, de repente, nós somos um movimento socialista. Nós somos basicamente um movimento nacional-democrático que evolui para o socialismo, que se propõe conduzir, avançar para o socialismo.*³

Não estava em questão a ênfase do projeto a ser desenvolvido a partir da abertura política brasileira? Afinal o que era mais forte, o apelo democrático ou o socialista? Era apenas uma acomodação com aqueles que nem sempre partilharam desta tradição? A incompreensão do povo brasileiro quanto ao conteúdo socialista? Ou a resistência também presente não apenas nas hostes do “velho PTB ivetista”?

O trabalhismo pedetista e as tradições petebistas. O que resgatar?

¹ A perda da sigla PTB para Ivete Vargas fora eternizada pelo dramático gesto simbólico de Leonel Brizola. No 13 de maio de 1980, no hotel Ambassador, o líder trabalhista, aos prantos, rasgava uma folha de papel sobre a qual a antiga sigla petebista estava escrita. E anunciava: “eles destruíram o PTB mas não irão nos calar”. in: **FERNANDES**, Aurélio. *O brizolismo e os 21 anos de PDT*. RJ: s/e, 2001.

² *Carta de Lisboa*. Lisboa. in: **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**, Op. cit., p. 8.

³ Entrevista com Theotonio dos Santos, Op. cit., 2008.

Não é fácil incorporar como parte do “novo” uma herança imersa em tantas polêmicas. E este fora o caso do “PTB de Lisboa”. Justificando-se, um aspecto da sua atuação era defensivo. Necessitava demonstrar sempre em que medida não reproduzia mais os “vícios” trabalhistas do pré-64. Para outros tais explicações eram estéreis. As “deformações” lhes eram inerentes.

Logo, a imagem mais duradoura do PTB imputava-lhe um “vício de origem”. Ilegítimo, a sua fundação significava mais uma das artimanhas getulistas – corrupção, fisiologismo, aparelhismo.¹ Ele representava apenas uma estratégia dos partidários do Estado Novo, continuando a manipulação da boa-fé do povo brasileiro. Uma arquitetura maquiavélica suportava o PTB.

Comparando a sua fundação com a experiência inglesa do *Labour Party* ou do PT no final dos anos setenta, certamente a historiadora Maria Celina d'Araújo tem razão em destacar que a agremiação

*não surgiu do esforço e do planejamento de lideranças sindicais. Foi um projeto gestado dentro do governo, a partir de 1942, quando se começou a estudar formas de transição para a democracia. O que se nota é que os dirigentes sindicais cederam ao apelo do governo e se incorporaram ao partido.*²

A interessante questão é por que cederam se aquele era um momento de críticas à ditadura estadonovista, que, afinal, mobilizava parte da sociedade? Podem explicar a adesão ao projeto o reconhecimento dos trabalhadores às demandas sociais encaminhadas por Vargas (manifestadas, sobretudo, através do movimento queremista) e o temor de que elas estivessem ameaçadas sob a égide de um governo opositor. Diante de um comunismo fortalecido, a formação de uma nova agremiação também aparecia como uma alternativa àqueles que apoiavam a obra getulista, mas que não se enquadravam na perspectiva bolchevista. Dessa forma a inviabilidade da manutenção da idéia original de criar um único partido varguista não pode ser resumida apenas a uma disputa interna do Estado Novo. Segundo a historiadora Angela de Castro Gomes, a fundação do PTB consagrava a consolidação de um pacto social e o impacto

¹ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular*. RJ: Civilização Brasileira, 2005. p. 11.

² D'ARAÚJO, Op. cit., 1996. p. 41.

ideológico de um projeto governamental centrado na mitologia do trabalho.¹ Isto fez do PTB ao longo dos anos 50 e 60, à medida que radicalizava uma série de novos elementos políticos, um projeto pouco confiável para as elites brasileiras, inclusive para aquelas que tinham referência no getulismo.²

Mas quais heranças o antigo PTB deixava para o PDT nos anos oitenta?

Em seu último ato Getúlio Vargas legara para o trabalhismo o seu principal patrimônio político, a *Carta Testamento*. O suicídio, no fatídico dia 24 de agosto de 1954, tornara-se uma segunda fundação do PTB. Um documento simbólico, ela constituía-se num lugar de memória, representando até aonde as forças conservadoras iriam para assenhorear-se do poder, mas também a resistência heróica daquele que se imolara para impedir tal avanço.

Apesar do tom personalizado, os ataques desferidos contra Getúlio Vargas, na verdade, representavam ofensas ao povo brasileiro de quem ele era o principal intérprete. Selado pelo destino com a Revolução de Trinta, a sua luta pela emancipação dos trabalhadores havia instaurado um regime de liberdade social. No retorno ao Palácio do Catete, em 1951, uma “*campanha subterrânea*”, desenvolvida pelos interesses financeiros internacionais, aliados aos “*grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho*”, acoassavam o presidente e o povo. O embate, então, atingia ainda mais um caráter de libertação nacional: a necessidade de revisão do salário-mínimo, a lei de lucros extraordinários e as resistências a Petrobrás e a Eletrobrás.³

O Novo Trabalhismo de Lisboa incorporava a herança getulista a partir da abordagem produzida por Leonel Brizola no pré-64. Nesta leitura o dirigente pedetista, a partir dos elementos pinçados da *Carta Testamento*, radicalizava o nacionalismo getulista, dotando-o de uma feição antiimperialista e revolucionária, mais conectada ao ambiente político dos anos sessenta.⁴

¹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. RJ: IUPERJ/Vértice, 1988. p. 288.

² Segundo Moniz Bandeira, as classes dominantes nunca admitiram o PTB, pois ele expressava uma corrente do movimento operário. Ver: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Trabalhismo e socialismo no Brasil. A Internacional Socialista e a América Latina*. SP: Global Editora, 1985. p. 21.

³ VARGAS, Getúlio. *Carta Testamento*. 23 de agosto de 1954. in: PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA, Op. cit., 2006. Contracapa.

⁴ FERREIRA, Op. cit., 2007. p. 555. Entretanto o nacionalismo varguista não representava a concepção mais radical no interior do PTB. A historiadora Maria Celina D'Araújo destaca a atuação de Euzébio Rocha e Lúcio Bittencourt, desafiando o projeto original de Vargas – mais moderado, ele propunha a

O PDT também herdara uma série de contribuições doutrinárias originadas do PTB. Estão presentes desde a sua fundação as referências ao trabalhismo inglês.¹ O teórico trabalhista Alberto Pasqualini² distinguia o modelo brasileiro do britânico. Ele não possuía uma “*indole socialista*”. O trabalhismo petebista era capitalista e conservador. Instintivo, ainda não possuía uma concepção social definida. Vago, preocupava-se centralmente com as conquistas da legislação trabalhista e com a manutenção de um Estado regulador. Avaliava a pobreza não sob o prisma da injustiça social em si, mas como um perigo para a paz social.

Identificando variações entre o capitalismo e o socialismo, a principal contraposição de Pasqualini referia-se ao modelo liberal e ao comunismo. Ele rejeitava a luta de classes e a coletivização dos meios de produção. Mas também refutava o egoísmo capitalista. Assim o trabalhismo apresentava-se como uma terceira via, um “*capitalismo solidarista*”:

Preconiza esse sistema que as relações entre o capital e o trabalho sejam reguladas pela legislação justa que tenha na devida conta o esforço e a cooperação do trabalhador na produção dos bens que formam a riqueza nacional. Considera o organismo social como um todo solidário que só se poderá manter em posição estável com o aplainamento das desigualdades sociais, não devendo, por isso, a riqueza acumular-se apenas em alguns pontos para não comprometer o equilíbrio de todo o sistema. A essa forma de capitalismo humanizado, que não desconhece os princípios da solidariedade social, mas antes neles se assenta, damos o nome de 'capitalismo solidarista'.³

De maneira difusa, o teórico também estabelecia uma aproximação com o socialismo: “*Se por socialismo se entender a socialização dos meios de produção, não somos*

criação da Petrobrás como uma empresa mista – a favor do monopólio estatal, proposta esta vitoriosa. Ver: D'ARAÚJO, Op. cit., 1996. p. 92.

¹ A historiadora Maria Celina D'Araújo menciona esta influência, citando o texto “*O Partido Trabalhista inglês e a legislação social brasileira*”, pertencente ao arquivo Marcondes Filho (AMF, 45.07.12). Ver: **Ibid.** p. 41.

² O historiador Luís Alberto Grijó destaca a importância de Alberto Pasqualini sobre as elaborações trabalhistas a partir da queda do Estado Novo. Numa “*divisão de tarefas*” demarcada por uma “*complementariedade conflitiva*” com o líder máximo Getúlio Vargas, ele cumpria o papel de “*articulador do projeto de construção*” do PTB, “*líder regional*” no Rio Grande do Sul e “*doutrinador e teórico*”. Ver: **GRIJÓ**, Luís Alberto. *Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo*. in: **FERREIRA, REIS**, Op. cit., 2007, vol. 2, p. 86.

³ **PASQUALINI**, Op. cit., p. 49.

*socialistas; se se entender, simplesmente, uma crescente extensão da solidariedade social e uma crescente participação de todos nos benefícios da civilização e da cultura, então somos socialistas”.*¹

Nos anos sessenta, confirmando a percepção de Pasqualini, o trabalhismo caminhava do centro para a esquerda. De maneira muito empírica, o PTB definia-se ainda como uma concepção alternativa ao socialismo soviético e ao capitalismo de tipo estadunidense. Entretanto a centralidade adquirida pelas bandeiras nacionalista, reformista e antiimperialista proporcionava maior radicalidade ao seu projeto.

O programa nacional-estatista dotou o PTB de pontos de convergência diante da sua grande heterogeneidade interna. Esta unidade fora estabelecida através de bandeiras comuns, centradas no reformismo, distributivismo e nacionalismo como elementos do projeto de modernização desenvolvimentista dirigido pelo Estado.²

O nacionalismo era uma marca do PTB, partilhada por várias vertentes do partido – “ideológicos” ou “fisiológicos” – dando-lhe uma visibilidade política e eleitoral. Entretanto essa não era uma concepção unívoca. Havia distintos nacionalismos em disputa no PTB. No transcorrer dos anos 50 a agremiação empunhou a bandeira da libertação nacional, interpelando o eleitorado com esse discurso.³ A morte de Vargas, as mudanças internacionais nas regiões mais pobres do planeta impulsionaram o desenvolvimento de uma vertente nacionalista radical no trabalhismo. Na visão de Moniz Bandeira a prevalência dos interesses estrangeiros tornava-o uma premissa da emancipação social na periferia.⁴

Apesar da predominância do viés radical, existiam outras variações nacionalistas no PTB. Destacava-se a figura de Santiago Dantas, que, representando uma concepção mais moderada, discordava da errônea identificação entre nacionalismo e estatismo. Para ele o PTB devia defender um nacionalismo não estatista, nem antiamericanista, aberto ao setor privado, baseado na defesa prioritária dos trabalhadores.⁵

¹ *Ibid.* p. 50.

² **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). in: **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves; **FERREIRA**, Jorge. (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 45 ao golpe civil-militar de 64*. Vol. 3. RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 172.

³ **D'ARAÚJO**, Op. cit., 1996. p. 96.

⁴ **MONIZ BANDEIRA**, Op. cit., 1985. p. 50.

⁵ **GOMES**, Angela de Castro. Trabalhismo e democracia. O PTB sem Vargas. in: **GOMES**, Angela de Castro (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. RJ: Relume Dumará, 1994. p. 144 e 146.

O antípoda do nacionalismo era o imperialismo. A luta antiimperialista tornara-se uma co-irmã, principalmente através do viés antiamericanista. Para jovens revolucionários como o petebista Moniz Bandeira, Cuba era o sinal de que no Brasil o antiimperialismo também podia encurtar o caminho para o anticapitalismo: *“não se pode expulsar o imperialismo sem antes acabar com o sistema de exploração capitalista”*.¹

Nos anos oitenta o trabalhismo preservava a forte herança, atualizando o discurso. Dessa forma Leonel Brizola procurava se desvencilhar da imagem que marcara a sua trajetória antes de 64: um líder radical e antiimperialista, *“que queria expropriar, indiscriminadamente, todas as empresas estrangeiras”*. Reordenando as atitudes adotadas como governador do Rio Grande do Sul em relação à Bond & Share e à ITT – ele queria uma solução de entendimento, mantendo a soberania e o controle da tecnologia pela nação –, aproximava as mesmas da postura do regime militar frente à questão dos computadores.²

Um governo nacionalista no Brasil, naquele momento, não poderia desprezar o peso político das multinacionais no país. O diálogo e a compatibilização da atuação do capital estrangeiro com os interesses nacionais e sociais se realizariam através do controle popular sobre as decisões do Estado. No Manifesto do PDT a intervenção sobre o domínio econômico devia garantir o desenvolvimento nacional através de uma relação de independência e soberania frente aos governos estrangeiros e de uma rigorosa disciplinarização e controle do capital estrangeiro.³ Era necessário estancar as perdas internacionais.

A privatização das estatais brasileiras também reforçava o viés nacionalista do PDT. A empresa estatal era um elemento estratégico na luta contra um modelo dependente. A ousada campanha privatista do governo do então presidente Fernando Collor de Mello revigorava os argumentos direcionados à luta antiimperialista: *“o país está oprimido, está coagido pelos grupos internacionais, pelo próprio Fundo Monetário Internacional, além do Banco Mundial. E por trás de tudo está o governo dos Estados Unidos dando respaldo”*.⁴

¹ **MONIZ BANDEIRA**, Op. cit., s/d. p. 155.

² **Id.**, 1979. p. 180, 181.

³ *Manifesto*, s/d. in: **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**, Op. cit., p. 27, 37.

⁴ **BRIZOLA**, Leonel. Discursos na rádio JB AM, dias 23/10 e 05/11/1991. in: **MANESKY; SAPUCAIA; BECKER**, Op. cit., p. 92.

Parlamentares pedetistas, como Luiz Alfredo Salomão, denunciavam a tentativa de desnacionalização da economia brasileira. Sem propugnar uma estatização indiscriminada, o deputado distinguia as empresas estratégicas daquelas que o Estado assumira para evitar falências de empresários incompetentes.¹

O nacionalismo tornava-se um elemento central que afastava o PDT do PT. O petismo não havia compreendido qual era a principal contradição no Brasil. E essa não era a relação entre capital e trabalho. Segundo Aurélio Fernandes, Darcy Ribeiro afirmava que o PT não entendia que o trabalhador brasileiro queria ser explorado, porque nem emprego tinha. E ele estava desempregado porque o Brasil era um país capitalista dependente.² No centro a estava a luta antiimperialista.

O PDT também herdou o forte caráter reformista do PTB. Traduzido através das bandeiras das reformas de base, elas expressavam o amadurecimento ideológico do partido no pré-64.³ Este programa amalgamava os elementos nacionalistas e antiimperialistas. Afinal, sem conter as perdas internacionais seria impossível desenvolver a nação e torná-la independente dos capitais estrangeiros.

No final dos anos setenta as lembranças das reformas de base resgatavam o desafio de reviver o seu papel renovador no período anterior. Relacionando este programa ao caminho democrático, abortado em 64, os trabalhistas rerepresentavam uma política que respeitava os limites institucionais: *“retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro”*.⁴

Pouco mencionado, mas não menos importante, é a relação entre trabalhismo e cristianismo. A obra de Alberto Pasqualini é a que melhor representa a tentativa teórica de aproximar o petebismo das tradições cristãs do povo brasileiro. Influenciado pelo mundo colonial italiano, fortemente católico, e pelo comunitarismo dos jesuítas⁵, o dirigente gaúcho retirava das Encíclicas papais – *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e

¹ **SALOMÃO**, Luiz Alfredo. *Privatizar a favor de que (m)?* s/d. in: Acervo do AMORJ: Fundo PDT, caixa 01/ série 05.

² Entrevista com Aurélio Fernandes, filiado ao PDT desde 1982, dirigente partidário e diretor do Instituto Alberto Pasqualini/Fundação Leonel Brizola, em dezembro de 2007.

³ **MONIZ BANDEIRA**, Op. cit., 1985. p. 28.

⁴ *Carta de Lisboa*, Op. cit., 2006. p. 9.

⁵ **GRIJÓ**, Op. cit., 2007. p 93.

*Divini Redemptoris*¹ – as possíveis aproximações entre catolicismo e socialismo. Isto seria admissível, deixando de lado os pressupostos do materialismo, da técnica revolucionária, da luta de classes e da supressão da propriedade privada, compreendendo o processo como uma socialização dos meios de produção. Estas condições estavam presentes no trabalhismo inglês.²

Se nos anos cinquenta Pasqualini advogava um trabalhismo em íntima relação com as principais concepções do catolicismo, expressando as tradições mais enraizadas da cultura do povo brasileiro, no final dos anos setenta o distanciamento era notório. Essa relação privilegiada desenvolvia-se prioritariamente no seio do Partido dos Trabalhadores, demarcado pela grande influência dos setores advindos principalmente das comunidades eclesiais de base. Na visão de Theotônio dos Santos as dificuldades de diálogo com a Igreja permaneciam latentes mesmo após a sua guinada em direção à oposição à ditadura civil-militar. O antitrahismo continuava como uma forte marca do pensamento católico brasileiro e as avaliações em relação a 64 também eram muito problemáticas. Prevalencia a concepção de que a ditadura começara de fato no Brasil a partir de 1968. Justificavam-se os acontecimentos anteriores pelo viés da “crise do populismo”.³ Assim alguns depoimentos de pedetistas destacavam o maior laicismo do PDT.

No início dos anos oitenta do PTB nascia o PDT. Transitando entre antigas e novas tradições, as “virtudes” eram incorporadas ao projeto renovador. Quanto aos “vícios”, poucas reflexões sobre as suas origens e razões, mas muitas promessas de não mais repeti-los. Eles haviam ficado para trás com o “velho PTB”. O que importava era o Novo Trabalho.

Socialistas e comunistas no PDT: um partido de tendências?

¹ As Encíclicas foram publicadas, respectivamente, pelo papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891 e pelo papa Pio XI, em 15 de maio de 1931 e 19 de março de 1937.

² PASQUALINI, Op. cit., p. 173.

³ Entrevista com Theotônio dos Santos, Op. cit., 2008.

Materializado na sigla PDT, o Novo Trabalhismo reproduzia algumas marcas da centralização existente no PTB.¹ Todavia ele apresentava inovações quanto à sua forma de organização, com a previsão de encontros regulares e instâncias diretivas eleitas, e na intervenção sobre os movimentos sociais através da formação dos chamados movimentos partidários.² Setores como juventude, mulheres e negros são destacados em vários depoimentos como instâncias que, de fato, funcionaram bem, desempenhando um papel importante na sua conformação e no diálogo entre os variados agrupamentos que povoavam o PDT.

A convivência no interior da agremiação era desigual, longe do monolitismo e da homogeneidade. Existiam correntes que praticavam o “entrismo” – nutriam-se do sucesso pedetista, vislumbrando fortalecer-se e, no futuro, fundar o embrião do “verdadeiro” partido revolucionário. Outras definiam o PDT como um elemento estratégico para a construção da sua ação política, mas permaneciam estruturadas. Havia também militantes de diversas vertentes com uma atuação diluída no interior do partido, e que se agrupavam sazonalmente, a partir das suas identidades históricas, em eventos partidários. Theotonio dos Santos assinalava que esta convivência “ecclética” entre socialistas, comunistas e nacional-democráticos não era fácil, mas dotava o partido de referências políticas muito próprias, correspondendo a um momento histórico da luta revolucionária no Brasil.³

Militantes da luta armada

O Partido dos Trabalhadores tornou-se o grande estuário da maior parte dos militantes e organizações que aderiram à luta armada durante a ditadura militar. A

¹ Maria Celina D'Araújo, ironicamente, observava a existência de um “centralismo democrático” no PTB carioca. Na sua forma de organização, os diretórios paroquiais eram formados por elementos selecionados de acordo com sua lealdade aos dirigentes, no caso do Rio de Janeiro era Segadas Viana quem controlava a legenda. Isto tornava praticamente impossível a formação de dissidências duradouras na burocracia partidária. Ela também destacava a forte centralização através do estrito controle exercido sobre as convenções nacionais. Com um número restrito de delegados indicados pelos diretórios regionais e referendados pela instância nacional, os encontros máximos jamais ultrapassaram a marca dos cinquenta delegados. Ver: **D'ARAÚJO**, Op. cit., 1996. p. 68 e 85.

² Desde a fundação o estatuto pedetista previa a organização nos planos municipal, estadual e nacional dos movimentos sindicais, de mulheres, de negros, de educação, de aposentados, o verde, o comunitário e a Juventude Socialista. Ver: *Estatuto*. in: **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**, Op. cit., p. 68.

³ Entrevista com Theotonio dos Santos, Op. cit., 2008.

influência da geração de 68 é inegável. Guiava essas escolhas a visão ainda demarcada pela concepção essencialmente negativa do trabalhismo. A teoria do populismo, um dos pilares do pensamento petista original, vigorava e demarcava o campo dos “pelegos” e dos “revolucionários”. Assim, muitos futuros petistas presenciaram o Encontro de Lisboa. Mas não aderiram à refundação do trabalhismo.

Todavia não houve unanimidade. Alfredo Sirkis, militante da organização Vanguarda Popular Revolucionária participara das articulações para o encontro, marcando uma breve passagem pelo PTB. Apesar de reconhecer a importância do dirigente petebista, o mesmo “desprezo” que impulsionara alguns ex-guerrilheiros para o PT estava presente entre alguns dos exilados que aderiram ao projeto em 79. A visão, arrogante, era instrumental:

Continuamos com o mesmo desprezo pelo trabalhismo, só que na lógica da gente o Brizola era a pessoa que ia fazer a transição entre o trabalhismo e a social-democracia européia. (...) Então, a gente tinha um pouco aquela visão, de que nós tínhamos que buscar na raiz dos movimentos nacionais populistas – trabalhismo, peronismo e tudo – pra transformar a partir dessas lideranças, pra fazer com que esses movimentos transcendessem a sua fase populista e se transformassem em socialistas, no sentido social-democrata da palavra socialista.¹

Segundo o depoente anônimo de Américo Freire, a perda da legenda do PTB para Ivete Vargas, a mudança da atitude de Brizola no Brasil – apostando na relação direta e tradicional entre o caudilho e as massas – e a entrada da “turma da maçaneta”, de diversos bajuladores e tradicionais clientelistas no PDT, tornava difícil a muitos da geração de 68 “se enquadrar no esquema populista”. Havia uma diferença comportamental.²

Os socialistas no PDT

O Novo Trabalhismo tentou resgatar um processo em curso nos anos sessenta, a unificação entre PTB e PSB. Mesmo que este movimento não tenha sido concluído – o Partido Socialista Brasileiro reorganizara-se no ano de 1985 –, antigos

¹ SIRKIS, Op. cit., 2005.

² FREIRE, Op. cit., 2007. p. 6.

membros como Jamil Haddad, Bayard Demaria Boiteaux e José Frejat aderiram ao movimento.¹ Para além dos originários do PSB, o leque de socialistas no Novo Trabalhismo era variado. Destacava-se a presença de antigos dirigentes da POLOP (Política Operária).² Agrupados no exterior a partir da denominação “Grupo do México”, nomes como Moniz Bandeira, Theotonio dos Santos e Vania Bambirra influenciaram o pensamento trabalhista dos anos oitenta. Apesar das críticas recebidas, Theotonio dos Santos não julgava absurda a aproximação com Leonel Brizola. Avaliado como um grande líder revolucionário, portador das posições mais radicais na época, a POLOP havia desenvolvido uma relação muito estreita com o dirigente petebista, principalmente nas experiências do Grupo dos Onze e da preparação da Guerrilha do Caparaó. Além disso, o agrupamento de Minas Gerais originava-se da juventude trabalhista, e, mesmo organizados na Política Operária, continuaram atuando no interior do PTB sob a forma do “entrismo”.

Diante de um novo cenário brasileiro e internacional, e sob a influência dos balanços realizados a partir da experiência chilena, o “Grupo do México” – que também agregava Neiva Moreira, Francisco Julião e Betinho – apropriava-se da tradição nacionalista do pré-64 para elaborar uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento do socialismo no Brasil:

Éramos um grupo que tínhamos uma proposta de um partido que evoluía para uma visão socialista a partir do movimento nacional-democrático. Isso nós insistíamos muito porque não víamos condições no Brasil, naquela época, de construir um partido de massas a partir da idéia do socialismo. (Partíamos)

¹ **Id.**, Op. cit., 1998. p. 325.

² A ORM-POLOP, Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, fundada em fevereiro de 1961, em Jundiá, expressou o descontentamento existente em vários círculos das esquerdas brasileiras. Insatisfeitas com as principais organizações existentes no país, a sua crítica voltava-se principalmente para a política do PCB – reformista – e a do PTB – populista. Compuseram a Política Operária, militantes oriundos de Minas Gerais, dissidentes do trabalhismo petebista, de São Paulo, fortemente inspirados pelas análises luxemburgistas, e do Rio de Janeiro e da Bahia, egressos da Juventude Socialista do PSB. A POLOP reuniu diversos jovens intelectuais dos meios universitário e jornalístico como Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini, Juarez Guimarães, Éder Sader, Emir Sader, Moniz Bandeira, Michael Löwy e Eric Sachs. Também destacou-se no processo de renovação das esquerdas no início dos anos 60, introduzindo nas suas análises novas referências teóricas, diversas daquelas propagadas pelo PC, como Rosa Luxemburgo, Bukharin, Trotsky, Brandler e Talheimer. Ver: **MATTOS**, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). in: **RIDENTI, REIS**, Op. cit., 2007, p.197,198; **REIS**, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária (POLOP) (1961-1986). **FERREIRA; REIS**, Op. cit., 2007. p. 55-57.

*desse movimento nacional-democrático para incorporar a idéia do socialismo, radicalizar este movimento na direção do socialismo.*¹

No Brasil, socialistas de diversos matizes também se mobilizaram em torno da reorganização do Novo Trabalhismo. Encontra-se um “cadinho” desta pluralidade no Centro de Mobilização Trabalhista. Bastante atuante no final dos anos setenta e nos primeiros anos da década seguinte, a organização congregava socialistas e comunistas, trabalhistas e militares cassados. Passaram também pelo Centro figuras como Alfredo Sirkis, Carlos Minc e Eliomar Coelho.²

O resultado positivo para a oposição nas eleições proporcionais de 78, o início das campanhas pela anistia, a reorganização do movimento estudantil, a grande vitalidade das lutas sindicais no ABC paulista, realizando greves como há muito não se via, estimularam ainda mais a necessidade da reorganização partidária. Anísio Cáder³ relembra o espanto das pessoas ao perceberem que, mesmo após o golpe de 64, o brizolismo não havia desaparecido no movimento estudantil. E esse era o seu caso. Ele não era um petebista, nem mesmo um trabalhista, mas um socialista brizolista. Assim a possibilidade do breve retorno do principal representante do nacionalismo revolucionário do pré-64 empolgava a jovens como ele.

Após os encontros na capital fluminense e em Lisboa (representados por César Behs), a reorganização do trabalhismo adquiriu um grande impulso. Acompanhando os embates pela legenda do PTB, no dia 9 de janeiro de 1980, o Coletivo do Rio reestruturava a sua forma de organização e transformava-se em Centro de Mobilização Trabalhista – *“a proposta justifica-se porque precisamos nos resguardar em relação à crise da legenda e para nos mantermos unidos para deliberação em conjunto”*.⁴ Muito dinâmicos, com

¹ Entrevista com Theotonio dos Santos, Op. cit., 2008.

² Agrupados a partir do escritório do advogado Ivan Pessanha, militantes universitários como Anísio Cáder e Luís Henrique Ferreira, militares cassados como Luís Carlos Moreira e Luís Carlos Prazeres, e o primeiro parlamentar a abraçar a causa da reorganização do PTB na Câmara dos deputados, José Maurício, formaram o Coletivo do Rio de Janeiro durante o I Seminário de Estudos e Debates de Trabalhistas do Rio de Janeiro, ocorrido nos dias 24 e 25 de março de 1979, na ABI. Da aproximação em torno de posições comuns durante o encontro surgira o Coletivo do Rio de Janeiro. *Informe. As origens do Centro de Mobilização*. s/d. p. 1. in: Arquivo pessoal de Luiz Henrique Ferreira, reproduzido em dezembro de 2008; e entrevista com Luiz Henrique Ferreira, Op. cit., 2008.

³ Entrevista com Anísio Cáder, Op. cit., 2008.

⁴ Seu primeiro coordenador geral foi José Carlos Brandão Monteiro –, líder estudantil, fundador e dirigente do PDT, deputado federal e secretário de transportes do governo Leonel Brizola. Das reuniões

representação parlamentar e trabalho de base, o Centro participou de importantes movimentos – populares, estudantil, a luta contra a ditadura, as campanhas pela Anistia e pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte – sofrendo inclusive ameaças de bomba.¹ Relacionavam-se também com agrupamentos de outros estados, principalmente com uma co-irmã do Rio Grande do Sul, a Associação de Estudos e Debates, que agrupava militantes como a atual ministra chefe da Casa Civil, Dilma Roussef.²

Sede e finanças próprias, política de formação de quadros, reuniões semanais. Com uma identidade tão singular, acabaram sendo alvos de duras críticas. Eram comparados às correntes do PT. Um partido dentro do partido. Essas divergências revelavam as disputas sobre o perfil do Novo Trabalhismo. Mesmo sem realizar o entrismo – todos os militantes eram pedetistas e o trabalhismo era um projeto estratégico – organizavam-se de maneira separada para construir um PTB/PDT de esquerda:

Pra começo de conversa nós não freqüentávamos a sede do PDT. (...) Nós formávamos um grupo de socialistas do PDT. (...) Enquanto o partido estava sendo construído pela direita por José Colagrossi, Bocayuva Cunha, (...) nos moldes trabalhistas antigos, havia um Centro de Mobilização com sede própria, que Brizola respeitava muito e visitava às vezes (...). E ele saía sempre com a certeza de que ali estava se praticando o trabalhismo, sim. À esquerda. (...) O socialismo no PDT tinha uma sede física própria. Nós não queríamos nos misturar com outras forças do PTB, do PDT que vieram só para se eleger deputado. Nós queríamos a reorganização popular, enfim aquelas bandeiras todas. E a esquerda reconhecia que o grupo chamado, autodenominado Centro de Mobilização do PDT era a esquerda do PDT.³

A campanha violenta contra a instituição resultou na pressão advinda do próprio Brizola: eles não precisavam mais do Centro que já havia cumprido o seu papel histórico. Era hora de “entrar” para o partido, não podiam ficar a parte. Para preservar a

na casa de Carmen Cinira Leite de Castro – fundadora e dirigente pedetista – , no Flamengo, a instituição alugou uma sede através de José Maurício e Lysaneas Maciel. *Informe*, Op. cit., s/d. p. 8.

¹ A grande imprensa (Jornal O Globo, 27/08/1980, p. 15) noticiou as ameaças feitas supostamente por duas organizações assumidamente anti-comunistas – Falange Pátria Nova e Falange Patriótica, dirigida por Armando Zanine Junior – ao Centro de Mobilização Trabalhista através de cartas anônimas, endereçadas ao coordenador da entidade José Carlos Brandão Monteiro. in: Arquivo pessoal de Luiz Henrique Ferreira, Op. cit.

² Id., 2008.

³ Entrevista com Anísio Cáder, Op. cit., 2008.

entidade a solução foi transformá-la num organismo partidário, tornando-se uma secretaria de mobilização, em 1981.¹

Os comunistas no PDT

A reorganização do PTB também empolgou a muitos comunistas, principalmente aqueles que se denominavam “prestistas”. Diante de mais uma das várias crises do PCB, agora protagonizada pelo seu principal dirigente político, Luiz Carlos Prestes, não procedia apenas de alguns trabalhistas a idéia de congregar no seio do Novo PTB os mais importantes líderes revolucionários do pré-64. Muitos “prestistas” também nutriam esse desejo. Apesar da presença dispersa em várias agremiações – PT, PCB, organizações comunistas menores e até mesmo no PMDB – a participação dos correligionários de Prestes no PTB, e depois no PDT, foi marcante. Segundo Vivaldo Barbosa, lá eles encontraram um ambiente político mais favorável, mais afinado, propiciado principalmente pelo viés nacionalista das suas concepções.²

Explicando o termo, “prestista” era todo homem ou mulher que seguisse Luiz Carlos Prestes, alinhando-se às suas posições. Entretanto, para além das definições, o “prestismo” tornou-se algo mais complexo. Havia uma contradição. Luiz Carlos Prestes refutava o epíteto. Nunca participou das organizações que assim o reivindicavam. A conformação desses pequenos grupos comunistas após a saída do PCB confrontava-se com a visão defendida pelo dirigente para aquela etapa da luta política no Brasil. Assim relatava a sua filha Anita Prestes:

Apesar da pressão ser fortíssima, e eu vivi isso junto com ele, muito grande, de muitos militantes, de muitas pessoas (...)Ele achava que as condições no Brasil não estavam maduras para isto, ele achava que não se organiza partido só porque um grupo quer, que pra isso tem que haver um conjunto de condições, a esquerda no Brasil estava derrotada, esfacelada, e organizar partido comunista naquele momento não tinha futuro. Ia organizar um similar do PCB. Então ele foi contra e não organizou.³

¹ Informe, Op. cit., s/d. p. 6.

² Entrevista com Vivaldo Barbosa, dirigente do PDT e deputado federal, dia 06 de novembro de 2008. Esta identidade também é assinalada pela historiadora Anita Prestes. Na sua concepção, no transcorrer da sua história o PCB teria sido uma organização de forte apelo nacionalista. Entrevista com Anita Prestes, professora de História aposentada da UFRJ, em novembro de 2007.

³ Entrevista com Anita Prestes, Op. cit., 2007.

O pai nunca aceitara o epíteto “prestista”, mesmo para aqueles que se organizavam mais próximos a ele. O combatido “culto à personalidade” ainda vigorava – “no fim jogavam toda a responsabilidade em cima de um homem. Acaba sendo um homem messiânico”.¹ Sem dúvida a *Carta aos Comunistas* representava a identidade comum que fazia de Prestes o grande símbolo para grupos e indivíduos espalhados por várias instituições.

A escolha de Luiz Carlos Prestes como presidente de honra fortaleceu o “prestismo” no PDT. Enfim o líder comunista elegia um partido para desenvolver a luta revolucionária? Deviam se dirigir para lá todos os seus correligionários? No relato de diversos militantes existia, e permanece ainda hoje, a convicção de que ele integrara efetivamente o pedetismo. Prestes era um brizolista. Afirmações refutadas veementemente por Anita Prestes:

O Prestes nunca quis entrar no PDT, nem nunca aceitou entrar no PDT. O que houve foi uma homenagem do PDT ao Prestes que o elegeu, enfim, o nomeou presidente de honra do PDT. Ele nunca ingressou no PDT, as pessoas fazem muita confusão. Nunca ingressou. Inclusive ele aceitou assim como homenagem. Sem nenhum compromisso. Ele nunca teve nenhum compromisso com o PDT, nem mesmo com Brizola. Não era compromisso, apenas apoiou o Brizola nas eleições.²

Mesmo que a sua entrada no PDT tenha sido simbólica, muitos comunistas, companheiros seus mais próximos ou não, filiaram-se à agremiação. A influência das suas idéias foi visível em alguns setores do partido, onde agrupamentos “prestistas” tiveram uma participação significativa. Foi o caso da Juventude Socialista do PDT. O Coletivo Gregório Bezerra (CGB) chegou a ter a hegemonia nas posições políticas da entidade.

O Coletivo Gregório Bezerra (CGB) e o trabalhismo socialista

Um CGB “prestista” era algo absurdo para Anita Prestes. Colidia frontalmente com a proposição de seu pai. Todavia, rompendo com o PCB, esses militantes

¹ Ibid.

² Ibid.

seguiram outros rumos. Tinham como meta organizar um novo partido comunista revolucionário no Brasil. E a sua presença no PDT guiava-se por este objetivo maior. Alguns militantes, inclusive, negavam o caráter “prestista” da organização. Segundo Maurício Pencack, dirigente do Coletivo, existia uma simpatia pelo ex-líder pecebista, mas criticavam a sua extrema centralização e a decisão de não formar uma nova agremiação.¹

A maioria das organizações marxistas-leninistas, no início dos anos oitenta, ainda frágeis e sem condições de pôr em prática o seu objetivo maior, precisava de uma frente legal para atuar, migrando para vários partidos. No Rio de Janeiro, o CGB teve como principal espaço o guarda-chuva trabalhista. Mas isto não significava que todos os seus militantes estivessem filiados automaticamente àquela agremiação. Havia cegebistas simpáticos ao PT e em nenhum partido. Visando fortalecerem-se, passavam uma estada no PDT:

mas a gente também não tinha a concepção, como o trotsquismo fez no Partido Socialista Francês, no trabalhista, de entrar e comer por dentro. Nossa visão era a seguinte: essa juventude do PDT, o PDT não nos interessa, em última instância (...), ele e o PDT batem o martelo e a gente é carta descartada, carta fora do baralho, enquanto a gente estiver aqui, a gente vai fazer barulho, vai apresentar política, vai disputar como (...) juventude do PDT. Então não era algo assim milimetricamente pensado. Na prática era entrismo, mas não foi uma estratégia concebida para ganhar uma estrutura e modificá-la, e mimetizá-la. Não, era mesmo um espaço para bater bumbo e apresentar nossa política. A gente queria construir a nossa estrutura mesmo, e, um dia, apresentá-la com face própria.²

¹ Entrevista com Maurício Pencack, professor, ex- militante do movimento estudantil e dirigente do Coletivo Gregório Bezerra, 23 de setembro de 2008. Formado a partir da ruptura com o PCB no final dos anos setenta, eles tinham como grande referência a *Carta aos Comunistas*. Refutavam a concepção eurocomunista do jornal *Voz da Unidade*, a moderação da direção e as suas críticas às greves do ABC. Enfim o resultado negativo do VII Congresso e a proibição oficial da discussão da *Carta* levaram-nos à secessão. Uma dessas dissidências criou as Comissões Provisórias de Reconstrução e Defesa do PCB: “pretendiam desautorizar a direção nacional do partido, colocando em prática uma linha combativa entre as massas”. Em 1982 lançaram o jornal *Vanguarda*. Em abril de 1983 realizaram a I Conferência Estadual do Coletivo Fluminense para a Construção do Partido Comunista (CFPCPC), visando a estruturação de um organismo revolucionário no Brasil. Em 1986 a II conferência estadual deliberou a sua unificação com os agrupamentos de outros estados da federação, mudando o seu nome para Coletivo Gregório Bezerra-RJ: “que sintetiza hoje a luta dos comunistas que romperam com a política reformista e conciliadora do PCB e marcham para a construção de um partido efetivamente revolucionário”. Transcrito do jornal *A Vanguarda*, nº 21, fevereiro de 1986. in: **COLETIVO GREGÓRIO BEZERRA**. Resoluções da 2ª Conferência estadual. RJ: s/ed., 1987. p. 7,8,9. Acervo particular da autora.

² Entrevista com Maurício Pencack, Op. cit., 2008.

Côncios da sua força, não tinham nenhuma expectativa de ganhar o PDT. Mas por que esse partido, num momento em que vários agrupamentos revolucionários se abrigavam no PT? Sem dúvida a maior força do pedetismo no início dos anos oitenta no Rio de Janeiro – e a presença de Prestes e de comunistas – era um forte atrativo para aqueles que queriam estabelecer um contato direto com as massas. A tradição nacionalista e antiimperialista, viva no trabalhismo, também era outro importante fator: *“o pessoal que se aglutinou no PDT era muito esquerdista, nacionalista, trabalhista. Era um pessoal aguerrido”*. O clima intenso de disputas constantes entre as correntes petistas também afastava o CGB fluminense do PT (embora o documento destacasse o trabalho comum com suas diversas tendências). No PDT conviviam sem muitas rugas, mesmo que os demais dirigentes soubessem da estrutura paralela do Coletivo. Somente quem tinha a pretensão de controle da máquina colidia com eles.¹

A organização também se identificava com a tática propugnada pelo pedetismo para a conjuntura brasileira. Parafraseando o livro de Theotônio dos Santos – *O caminho da revolução brasileira* –, nas resoluções da II conferência o CGB estabelecia a necessidade de constituição de uma frente popular na luta contra a Nova República. Ela não significava a instalação do socialismo e o seu sucesso seria alcançado por meio de “eleições burguesas”. Esse governo cumpriria uma etapa de transição ainda marcada por uma aliança de classes e segmentos de classes, baseada em eixos centrais das resoluções das duas organizações: *“A Frente Popular deve ter um programa de claro conteúdo antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário”*. Concordavam ainda com a importância crucial do setor estatal para o desenvolvimento de um governo popular. O Coletivo apresentava um modelo radical de estatização: todas as empresas estrangeiras e setores estratégicos da economia, bancos, comércio exterior, meios de comunicação e transportes coletivos.²

Apesar da convivência, em 1986 o documento da II Conferência Estadual expressava uma avaliação muito crítica em relação ao pedetismo. No texto eles reconheciam o papel progressista de Brizola e do PDT para o fortalecimento da luta antiditatorial e de oposição à Nova República. Ao mesmo tempo avaliavam-no como

¹ *Ibid.*

² **COLETIVO GREGÓRIO BEZERRA**, *Op. cit.*, p. 99.

“uma das alternativas estratégicas das classes dominantes”. Certamente a experiência da administração pedetista no governo do estado contribuía para essas análises. Para identificar os problemas, a abordagem cegebista ancorava-se nos conceitos do populismo. Apesar da redução do clientelismo a administração brizolista utilizava-se dos métodos comuns no pré-64. Mesmo rompendo com as práticas chaguistas de pura e simples repressão ou de suborno e compra de lideranças, o governador ainda agia como um “caudilho” que acreditava mais “em sua capacidade pessoal do que nas massas organizadas em suas entidades”, desprezando a estruturação independente do povo. Juntava-se a estes componentes uma obsessão quanto à luta pela presidência da república, que o levava a apoiar a prorrogação do mandato de Figueiredo e a “namorar” frações das forças armadas.¹

Enquanto Coletivo Gregório Bezerra, esses comunistas permaneceram cerca de três anos no PDT. A crise com o deputado estadual eleito Carlos Vignoli, do qual fizeram a campanha², acelerou a saída do CGB-RJ do PDT. Naquele mesmo período, o agrupamento, envolvido com outros núcleos, dava os primeiros passos para a formação de uma agremiação oficial. Enfim o seu partido revolucionário. Pressionado pelas demais organizações – segundo Pencack, muito antibrizolistas –, no congresso de unificação, por exemplo, ninguém defendeu uma aliança com Brizola nas primeiras eleições presidenciais. Pelo contrário. Além do voto extremamente minoritário de apoio à candidatura de Lula – Maurício Pencack fora um dos proponentes – a maioria absoluta dos delegados do CGB optaram pela formação de um partido e pelo lançamento de uma candidatura própria. Assim a organização dissolveu as suas estruturas estaduais que se transformaram em instâncias do Partido da Libertação Proletária, o PLP, lançando o nome de Geraldo para presidente. A impossibilidade de obter um registro oficial do TSE levou o Coletivo a apoiar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.³

¹ **Ibid.** p. 71.

² Logo após a eleição, onde havia sido apoiado ativamente pelo CGB, uma disputa política em torno do controle do mandato ocasionou a expulsão de Vignoli da organização. Fonte originada da apresentação dos Arquivos do “Coletivo Gregório Bezerra/RJ”, doados por Luiz Elias Sanches, membro da direção municipal do CGB. In: AMORJ: Documentos do CGB-PLP.

³ **Ibid.**

O Coletivo Gregório Bezerra enquadrava-se na nomenclatura “pró-soviética”. Seus documentos criticavam as tentativas de levante na Polônia lideradas pelo Solidariedade, apoiavam a ocupação da URSS no Afeganistão e identificavam o desenvolvimento de um socialismo harmônico nos países do Leste europeu. Com a pátria mãe do comunismo em pleno movimento de *Perestroika* e de *Glasnost*, os cegebistas identificavam a entrada do país numa fase historicamente superior a partir dos planos quinquenais de 65-66. Esta etapa estava demarcada pelo grande desenvolvimento das forças produtivas e pelo enraizamento das relações sociais de produção socialistas.¹

A Reconstrução do Partido Comunista (RPC) e o trabalhismo socialista

Outro agrupamento que se auto-intitulava “prestista” era a RPC, a Reconstrução do Partido Comunista. Assim como o CGB, originavam-se da ruptura ocorrida no PCB no final dos anos 70. Congregando vários comunistas dispersos desde a dissidência, militantes de alguns estados como Rio de Janeiro e Pernambuco em 1985 realizaram a primeira conferência de Reconstrução do Partido Comunista Brasileiro. O objetivo era exatamente este, reestruturar o PC como uma organização revolucionária e marxista-leninista. Por isso não reconheciam a legitimidade da direção pecebista – “*mais um dos grupos oriundos do PCB*” – que, apesar de falida, ainda era reconhecida pelo Movimento Comunista Internacional.²

Sem uma face legal para se apresentar – segundo Rayol, dirigente bancário e do grupo, “*a gente 'brincava' de clandestino no meio dos anos 80. Não se assumia para a massa enquanto RPC*” – a maioria dos militantes escolheu o PDT como um espaço de atuação pública. Prevalciam também as desconfianças em relação ao PT. Mas nem todos se filiaram. A convivência no partido não era orgânica. Rayol afirmava que a Reconstrução nunca pretendeu interferir na sua direção, apesar do trabalho com alguns aliados, como o deputado federal Carlos Alberto Oliveira, o Caó. A agremiação era um local para se

¹ COLETIVO GREGÓRIO BEZERRA, Op. cit., p. 24.

² RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA. *Socialismo, a única solução para o povo brasileiro*. I Conferência de Reconstrução do PCB. Estado do Rio de Janeiro. RJ: dezembro de 1985. p. 39. Acervo particular da autora.

fazer política, entrar em contato com as massas e conseguir quadros para a RPC. Tentando fazer uma “política de esquerda” dentro do trabalhismo, cumpriram um papel muito importante no movimento sindical fluminense e na construção da CUT estadual.¹

Sobre o processo socialista as análises da Reconstrução também tinham como referência fundamental o modelo soviético. Num mundo dividido pela guerra fria, reiteravam a superioridade do socialismo, o papel fundamental da URSS no apoio às lutas internacionais do proletariado e na preservação da paz mundial, “*mantendo o imperialismo nos limites da coexistência pacífica*”. Observavam, contudo, algumas contradições no campo comunista e a necessidade da correção de tais problemas. Eram tempos de solidariedade internacional. Cuba e Nicarágua eram exemplos a serem seguidos pelos povos latino-americanos. Tornavam contemporâneas a via revolucionária socialista e a luta antiimperialista, que adquiria uma nova vitalidade com a campanha de Fidel Castro contra a dívida externa dos países periféricos do planeta: “*lidera uma ampla campanha popular, aglutinando naquele momento as forças democráticas e progressistas do continente, pelo não pagamento da dívida externa*.”²

Criticando a estratégia nacional e democrática do PCB, a tarefa fundamental dos comunistas era a construção de um Estado socialista. Sob a forma de ditadura do proletariado, ele garantiria, ao mesmo tempo, a ampla e consciente participação popular através dos sindicatos, associações comunitárias e partidos políticos, mas também disporia “*de instrumentos suficientes e capazes de desencorajar e esmagar as tentativas contra-revolucionárias da burguesia, protegendo sempre o patrimônio maior que é o bem-estar da sociedade em seu conjunto*”.¹

A novidade – uma mudança presente também em outras organizações naquele período – era a clara incorporação dos “*movimentos não classistas*” na sua estratégia revolucionária. De caráter democrático, os movimentos ecológico, feminista e negro contribuíam para a conquista do socialismo, pois as suas reivindicações não poderiam ser alcançadas nos marcos do capitalismo. Cabia aos comunistas, então, o seu engajamento, lutando para que eles se mantivessem autônomos e apartidários,

¹ Rayol destacava a atuação da RPC no movimento sindical bancário e de médicos. A organização possuía 1/3 do setor bancário do PDT e na primeira diretoria da CUT-RJ possuíam dois diretores numa executiva de sete membros. Entrevista com Rayol. Entrevista com Rayol, militante sindical bancário e da Reconstrução do Partido Comunista, dia 9 de outubro de 2008.

² *Ibid.* p. 5 e 6.

articulando as lutas específicas às gerais, demarcando uma ação cada vez mais progressista.²

A organização realizou ainda uma terceira conferência cujo objetivo central era definir a posição da Reconstrução nas primeiras eleições presidenciais diretas no Brasil após a ditadura militar. O apoio a Leonel Brizola, no primeiro turno, não foi obtido de forma consensual, gerando dissensões.³

Esse foi o último grande momento da RPC no PDT. Assim como o CGB, a Reconstrução também se envolveu em disputas pós-eleitorais pelo controle de um mandato parlamentar. No seu caso, o estopim da discórdia havia sido o gabinete do líder comunitário e médico Fernando William, ele também ligado à organização.⁴

Embora demarcado por uma grande pluralidade, o PDT jamais admitiu a formalização de tendências no seu interior. Aurélio Fernandes assinalava a presença de um maior número de correntes no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Mesmo assim as “*frações*” expressavam muito mais a identidade de militantes em função do seu passado ou das discussões do momento – mas também o agregamento em torno de lideranças ascendentes, ocupantes de cargos majoritários ou proporcionais. Não havia organicidade, e boa parte rejeitava a criação de algo mais orgânico. Na sua visão a influência desses grupos sobre o PDT passava muito mais pela discussão do que pelo número de votos que eles amealhavam.⁵

Certamente o olhar desabonador sobre o modelo petista, com as suas facções sempre em confronto, pesava sobre a decisão de validar uma estrutura a partir de tendências formalmente organizadas. Mas o papel centralizador de Leonel Brizola também era fundamental. Se por um lado alguns relatos destacavam as suas qualidades de ouvinte das distintas posições, elaborando uma síntese a partir das

¹ *Ibid.* p. 21.

² **RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA**, Op. cit., 1985. p. 27.

³ Pedro Castro relembra a polarização da conferência em torno de quatro propostas. O apoio à candidatura de Brizola, vencedora, de Freire e de Lula. A quarta proposição, extremamente minoritária, propugnada pelo mesmo, defendia a abertura do voto no primeiro turno, indicando os três nomes ao campo progressista. Castro se baseava no próprio caráter da RPC, que possuía militantes em várias frentes partidárias, ou formalmente em nenhuma, como era o seu caso. Ver: Entrevista com Pedro Castro, militante da Reconstrução do Partido Comunista até 1989, sociólogo e professor da UFF, em novembro de 2007.

⁴ Entrevista de Pedro Castro e Rayol, Op. cit.

⁵ Entrevista com Aurélio Fernandes, Op. cit., 2007.

mesmas, também não é menos verdade que, com o passar do tempo, essa centralização tornou-se um grande fator de instabilidade e de defecções no partido. Acabava por reprimir a consolidação de lideranças alternativas e autônomas ao dirigente trabalhista. O PDT continuava reproduzindo o tipo de liderança carismática tão marcante na história do PTB.¹

O socialismo petetista: a invenção de uma nova tradição

Refletir sobre a relação entre trabalhismo e socialismo não era algo totalmente inédito no petebismo. Theotonio dos Santos afirmava que a palavra socialismo aparecia eventualmente, mas *“era evidente que o movimento popular brasileiro tendia a superar a idéia de um desenvolvimento capitalista e começava a criar as bases para uma transformação social mais profunda, de caráter socialista”*.² A novidade trazida pelo encontro de 1979 era a incorporação da estratégia socialista ao revigorado programa trabalhista e a sua centralidade nas concepções do PDT, expressando a síntese entre a tradição e o novo, o trabalhismo socialista. Mas quais eram as marcas da nova tradição?

O documento fundador – a Carta de Lisboa – indicava a necessidade da pluralidade nas alianças políticas e de uma relação não manipuladora com os movimentos sociais.³ Como um partido de massas, ele devia ser o estuário de múltiplas tradições das esquerdas, aproximando-se da idéia do partido-frente, e rompendo com a concepção clássica do marxismo como doutrina oficial: *“O PTB não pode fazer uma opção filosófica ou religiosa. Mas pode e deve abrigar, como um partido de massas, não só os que têm origem getulista e trabalhista, mas também cristãos de esquerda, socialistas, fabianos etc., desde que aceitem a sua doutrina e o seu programa”*.⁴

Assim o programa trabalhista estava maduro para assumir a tarefa histórica da transformação social no Brasil. Produto de uma reflexão crítica, de uma tradição e de um processo democrático, a professora e ex-militante da POLOP, Vania Bambilra,

¹ Segundo Maria Celina D'Araújo, o PTB não criara mecanismos internos de participação de correntes oposicionistas nem a consolidação de lideranças secundárias, que pudessem significar um risco para o dirigente principal, remarcando uma tendência centralizadora, autoritária e personalista. Ver: **D'ARAÚJO**, Op. cit., 1996. p. 61.

² **SANTOS**, Theotonio dos. *O caminho brasileiro para o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 61, 62.

³ *Carta de Lisboa*, Op. cit., 2006. p. 8.

⁴ **MONIZ BANDEIRA**, Op. cit., 1979. p. 188, 189.

numa longa análise das propostas programáticas das principais agremiações brasileiras – PDS, PTB, PP, PMDB, PT e PDT –, justificava a escolha do PDT como alternativa para as esquerdas.

A agremiação combinava as heranças e a modernização do trabalhismo, propondo o socialismo como a meta principal do seu projeto. Todavia a estratégia pedetista preocupava-se centralmente com a transição, e por isso indicava os caminhos de um governo trabalhista na travessia para o socialismo:

Do ponto de vista teórico e prático, o programa desse partido não é ainda um programa de transição socialista porque não propõe ainda a eliminação da propriedade privada sobre os principais meios de produção, nem tampouco a eliminação das relações de produção, tipicamente capitalistas como o trabalho assalariado e o capital – mas é um programa de transição ao socialismo, vale dizer de fortalecimento do Estado, da realização das reformas estruturais básicas que transformarão o capitalismo dependente e a dominação imperialista criando as condições para a edificação de um Estado de novo tipo, um Estado socialista.¹

O Encontro de Lisboa apresentava como novidade a transformação do trabalhismo na etapa fundamental de construção do socialismo em países periféricos como o Brasil. Apoiados na Internacional Socialista, dirigentes e militantes defendiam uma concepção que ultrapassasse os paradigmas eurocêntricos. Propunham uma nova abordagem para o país, resgatando o nacionalismo democrático, e transformando o projeto do socialismo num movimento de massas identificado com o momento histórico do pré-64. Dessa forma a aproximação com a IS se justificava. O processo brasileiro representava, na concepção de alguns intelectuais, uma variação da social-democracia em regiões periféricas, privadas de uma classe operária suficientemente forte, organizada e independente, mas com um vigoroso movimento de massas.²

¹ **BAMBIRRA**, Vania. *Os programas dos partidos políticos no Brasil*. RS: Assembléia Legislativa, 1981. p. 30, 42. A experiência venezuelana possui uma grande influência sobre vários setores das esquerdas brasileiras. Para alguns militantes trabalhistas, como Aurélio Fernandes, o país é um exemplo de transição ao socialismo com a maior presença do Estado, a diversificação das formas de propriedade, subordinando a propriedade privada aos interesses sociais. Ver: Entrevista com Aurélio Fernandes, Op. cit., 2008.

² **SANTOS**, Op. cit., p. 62. No seu depoimento, Theotonio dos Santos resgatava a tese defendida por Moniz Bandeira sobre a manifestação do pensamento social-democrata em países como o Brasil. Entrevista com Theotonio dos Santos, Op. cit., 2008.

Convictos, rejeitavam cópias. Além das raízes nacionais, o projeto bebia das heranças revolucionárias latino-americanas. Para os trabalhistas esse era o sinal distintivo da sua proposição. E ele ficara eternizado pela alcunha “*socialismo moreno*”, conferida por Darcy Ribeiro.¹ Aurélio Fernandes destacava a existência de diversas referências a pensadores latino-americanos, como José Martí, nessa concepção:

*O Darcy fala da civilização das Américas. Ele resgata toda uma série de pensadores latino-americanos que apontavam no sentido de que o alvorecer da nova civilização do futuro seria na América Latina, porque seria um 'cadinho' de culturas de todo o mundo que floresceria uma civilização morena. E que essa civilização morena ela seria socialista, porque o socialismo prega a igualdade.*²

“*Um certo tempero libertário, que os países europeus não precisam*”.³ A Juventude Socialista do PDT também estabelecia a especificidade do socialismo brasileiro. A herança colonial e a exploração ainda contemporânea do capitalismo internacional aproximavam o Brasil e a América Latina da perspectiva antiimperialista. Ampliando o raio de percepção, reforçavam as alianças com o Terceiro Mundo.

Nos anos oitenta o PDT agregou muitos militantes terceiro-mundistas. Anísio Cáder era um deles. Devido à origem síria e à centralidade da causa palestina realizou diversas viagens ao exterior, estreitando as relações do partido com outras agremiações políticas. Ele destacava a influência de Neiva Moreira e da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*:

*Neiva puxou muito o Brizola para esta questão. Brizola era membro da Internacional Socialista e participava de muitas reuniões da IS lá fora e ele começou a ter contato com algumas lideranças importantes, expressivas do terceiro mundo. (...) Brizola logo percebeu a importância do terceiro-mundismo para a formulação de um socialismo aqui na América Latina.*⁴

¹ Theotonio dos Santos também relembra outras tentativas de conferir uma marca nacional ao projeto socialista. No Chile Salvador Allende gostava de definir a experiência chilena como o “socialismo com vinho e empanadas”. **Ibid.**

² Entrevista com Aurélio Fernandes, Op. cit., 2007.

³ A Juventude Socialista do PDT identifica as suas origens na Ala Moça do PTB. Fundada oficialmente com o nome de Juventude Trabalhista Popular e Socialista, no dia 15 de fevereiro de 1981, o movimento modificou o seu nome para Juventude Socialista durante o 3º Congresso da instituição. Ver: **JUVENTUDE SOCIALISTA. PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. Cadernos da Juventude.** Vol. 1. RJ: s/ed., 2007. p.11, 13.

⁴ Entrevista com Anísio Cáder, Op. cit., 2008. A revista *Cadernos do Terceiro Mundo* foi criada na Argentina, em 1974, por um grupo de jornalistas que combatiam os regimes ditatoriais em seus países.

Os laços eram intensos quando o assunto era a América Latina, especialmente com as revoluções cubana e nicaragüense. No pré-64 a insurgência na ilha caribenha influenciara os movimentos de emancipação no continente. A insurreição “Nica” era o processo mais contemporâneo de libertação nacional. Além disso, as conexões com Cuba eram antigas. Leonel Brizola possuía uma relação pessoal com Fidel Castro e muitos dos fundadores do PDT exilaram-se naquele país. O caráter nacionalista encantava os trabalhistas, e, mesmo entre aqueles que não vislumbravam a adoção desses modelos no Brasil, havia um respeito muito grande pelas razões históricas que levaram àqueles caminhos. A causa terceiro-mundista se expressava através de ações solidárias internacionais. Além de painéis e exposições, as esquerdas brasileiras enviaram “brigadas de solidariedade” para a colheita de café e de cana-de-açúcar na Nicarágua e em Cuba, respectivamente.¹

Destacavam-se também as relações históricas do trabalhismo com a China. Segundo Vivaldo Barbosa, as origens dessa aproximação remontavam ao pré-64. João Goulart foi o primeiro grande dirigente ocidental a visitar o país. A crise vivenciada por ele durante a sua estadia, devido às pressões dos setores conservadores contrários à sua posse como presidente após a renúncia de Jânio Quadros, despertou nos chineses uma atenção para o trabalhismo. Assim o PC chinês sempre procurou manter contatos com o PDT e com Leonel Brizola através de muitos encontros e visitas.²

Na metade dos anos setenta uma lenta transição se apresentava ao país. Até a década anterior o grande eixo mobilizador era a idéia de revolução – gradual ou

Entre os fundadores estavam Neiva Moreira, o argentino Pablo Piacentini e a jovem uruguaia (hoje naturalizada brasileira) Beatriz Bissio. A proposta editorial visava divulgar as lutas dos povos que lutavam contra a colonização na América Latina, na África ou na Ásia, desenvolvido pela ótica do jornalismo social, apresentando histórias, personagens e cenas que praticamente não apareciam na mídia convencional. Devido à pressão da ditadura argentina, a equipe retirou-se do país e a revista foi relançada no México, em 1976. Em 1980, a publicação passou a ser produzida no Brasil. Síntese do texto de **RÊGO**, Fausto. *Bom Combate*. Disponível em: <http://www.wooz.org.br/entrevists9.htm>. Acesso em: 08 de março de 2009.

¹ Antecedendo as viagens, o partido preparava reuniões e, exagerando o tom, explicava o tipo de trabalho a ser realizado: dormindo ao relento e sem comer direito, eles iam colher café numa área conflagrada, sob a invasão norte-americana, servindo de certa forma de escudo humano para evitar a destruição das colheitas. Nada parecido com um passeio. Mais próximo a um treinamento de guerra. De acordo com Aurélio Fernandes, o PDT foi bastante elogiado na época pela formação e informação dos “brigadistas”, pois os militantes de uma determinada agremiação (não citada) quase provocaram uma crise política internacional ao informar às suas famílias de que eles estavam presos num campo de concentração. Entrevista com Aurélio Fernandes, Op. cit., 2007.

² Entrevista com Vivaldo Barbosa, Op. cit.

explosiva. O período subsequente – marcado pelo exílio, derrotas e desarticulação das esquerdas – forçou as reflexões, revisões e redefinições dos seus militantes a partir das vivências experimentadas em outras realidades e das novas discussões com as quais tiveram contato.¹

A democracia tornou-se a palavra-chave das organizações de esquerda e dos movimentos sociais. As experiências autoritárias do socialismo de tipo soviético e a desarticulação de movimentos progressistas por meio de sangrentos golpes de Estado impuseram a centralidade da questão democrática. No Brasil, como apresentar para a maioria da população, ao fim de uma ditadura, uma proposição que passasse ao largo desse tema? Logo, o Novo Trabalhismo elegeu-o como uma peça fundamental do seu programa. No caminho brasileiro para o socialismo, democracia e liberdade articulavam-se na busca de saídas para superar a dependência histórica da nação. A estratégia confrontava-se com o modelo clássico de revolução bolchevique, refutando a idéia de tomada do poder. O propósito do PDT era “*ascender ao poder*”. Aproximava-se assim do modelo parlamentar social-democrata, assinalando a necessidade de transformações através da via gradual e pacífica: “*o nosso socialismo há de ser construído através do voto livre, numa sociedade pluralista e civil, sem discriminar ou excluir quem quer que seja*”.²

O socialismo trabalhista destacou-se também pela introdução de novas abordagens, ainda não predominantes nas práticas políticas das esquerdas brasileiras. Ultrapassando a ação política classista, o PDT expressou as demandas de movimentos alternativos que explodiam na Europa e nos EUA, fortalecendo-se também no Brasil. Temas como gênero, juventude, negros, índios, direitos humanos, educação e movimentos populares articulavam-se ao projeto pedetista: “*O primeiro partido que colocou em seu programa político a questão da mulher, do negro, do índio. Então os marginalizados receberam aí uma definição muito prioritária na concepção do trabalhismo e da prática do trabalhismo nesta fase*”.³

A proposta divulgava a bandeira de um projeto genuinamente nacional, disposto a formular uma política socialista não limitada à atuação clássica no movimento

¹ Ver esta discussão no livro da historiadora Denise Rollemberg – **ROLLEMBERG**, Denise. *Exílio. Entre raízes e radares*. 1ª. ed., RJ: Record, 1999 – e no texto da coleção *As esquerdas no Brasil*, **ROLLEMBERG**, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. in: **FERREIRA; REIS**. Op. cit., 2007. p. 211, 212.

² *Carta de Mendes*. Op. cit., 2006. p. 17.

³ Entrevista com Vivaldo Barbosa, Op. cit., 2008.

operário. Assim o “*socialismo moreno*” atraiu militantes dessas novas formas de ação social. Foi o caso de Abdias do Nascimento:

*Meu lugar é aqui. O negro, devido à sua própria condição e situação social, é socialista nato. Nós somos socialistas desde que nascemos. Nosso socialismo data de 1800, quando os quilombos, vindos da África, já lutavam pelos ideais socialistas. Nós temos um socialismo próprio e acho que temos uma grande contribuição a dar ao projeto de socialismo moreno do PDT. Eu advogo o socialismo e quero exercê-lo na prática, não só em teorias ou modelos estrangeiros.*¹

O que unia distintas expressões políticas? A herança trabalhista e o projeto socialista se encontravam na busca da igualdade. Concebendo a educação como um princípio fundamental, ela adquiria uma centralidade no projeto pedetista, de maneira mais explícita e com uma dimensão muito mais abrangente do que no período anterior a 64.

Vivaldo Barbosa também apresentava como uma novidade do trabalhismo a difusão da temática dos direitos humanos. Colocando-a no centro do debate político, ela permitiu a atualização do discurso pedetista. O tema derivou não apenas da importância do movimento pela anistia e das denúncias de tortura e de desaparecidos políticos, mas também da experiência de Leonel Brizola durante o seu exílio nos EUA: “*Ele usava muito a expressão, as duas palavras sínteses de princípios da política americana, **free and equal**, livre e igual. Então ele colocava muito isto como a busca da igualdade e da democracia conectada à visão socialista*”.²

No período anterior a 64, o PTB transformou-se num partido de massas porque conseguiu exprimir “*idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muitos antes de 30*”.³ O desenvolvimento do partido expressou o amadurecimento político dos segmentos populares no Brasil e a sua incorporação ao

¹ Abdias, *60 anos de luta pelos irmãos negros*. Entrevista concedida a Lula Maia Soares. Abril de 1983. s/p. in: Acervo do AMORJ: Fundo PDT, caixa 01/ série 05. Foi o caso também de Lélia Gonzalez, intelectual e militante do movimento do movimento negro que se transferiu do Partido dos Trabalhadores para o PDT, após fortes críticas, feitas num artigo no jornal Folha de São Paulo, à ausência da questão racial no programa petista, em 1983. filiou-se ao PDT em 1986 porque percebeu no programa da agremiação a prioridade às crianças, mulheres e negros. Ver: **BARRETO**, Raquel de Andrade. Aquela 'neguinha' atrevida: Lélia Gonzalez e o movimento negro brasileiro. in: **FERREIRA, REIS**. Op. cit., 2007, p. 463.

² Entrevista com Vivaldo Barbosa, Op. cit., 2008.

³ **FERREIRA**, Op. cit., 2001. p.103.

jogo político nacional, optando de forma cada vez mais nítida por instituições que defendessem o programa nacional-estatista. Nutrindo-se dessa tradição, renitente no imaginário popular mesmo após os anos de ditadura, o Novo Trabalhismo retomou as suas heranças, no final dos anos setenta, imprimindo-lhe novos significados. O sucesso alcançado, portanto, não foi fruto da “velha” manipulação “populista”, mas da capacidade de construir uma nova síntese. Positiva ou negativamente, o PDT combinara vícios e virtudes através do maior símbolo vivo do trabalhismo, Leonel Brizola.

Ocupar a presidência da república como via para o socialismo?

Desde o retorno do exílio (ou dos “mortos” para aqueles que proclamaram o seu fim em 1964) o Novo Trabalhismo indicava a centralidade da conquista da presidência da república para a realização do seu projeto político. O caminho brasileiro para o socialismo passava pela execução de reformas em escala nacional a partir do controle do Estado brasileiro.

Nesse trajeto o PDT pôde realizar um pequeno “laboratório” dessa experiência, desenvolvendo políticas públicas a partir da sua vitória para o governo do estado do Rio de Janeiro em 1982. Assim a vitória de Leonel Brizola fora recebida como uma nova etapa política no país. Era a redenção da fênix. Uma volta por cima, rodeada de simbologias, apreendidas pela visão de Arthur Poerner. A chegada triunfal de Brizola ao Palácio Guanabara, em 15 de março de 1983, “*ladeado por um negro e um índio*”¹ representava a maneira como o trabalhismo concebia a luta político-social no Brasil.

Era um socialista chegando ao poder, mas numa dimensão limitada, sem autoridade sobre as leis e sem o raio de ação nacional. Dessa forma o objetivo não era implantar “*uma economia socialista num só estado da federação*”, mas principalmente executar “*medidas de emergência que (atenuassem) a pobreza absoluta e as violentas contradições sociais derivadas da distribuição negativa de renda*”.² Providências que colocassem o povo na ofensiva

¹ POERNER, Arthur. *Brizola, quem é?* RJ: Ed. Terceiro Mundo, 1989. P. 41. in: Acervo do AMORJ: Fundo PDT, caixa 01/ série 01.

² SANTOS, Op. cit., 1985. p. 91.

e fortalecessem as condições para o sucesso trabalhista nas primeiras eleições presidenciais do país após a ditadura.

Demandas relacionadas a uma política de redistribuição e de proteção social integraram o projeto trabalhista. Theotônio dos Santos assinalava, por exemplo, as iniciativas voltadas para a questão da fome, uma influência direta do trabalhista Josué de Castro, através da distribuição de meio litro de leite para cada criança.¹ Por fim o ambicioso projeto dos CIEP's expressava a luta pela emancipação social e pela igualdade através da educação.² Estratégia articulada desde o Encontro de Lisboa, a experiência no Rio de Janeiro pôs à prova a capacidade do trabalhismo apresentar-se como uma alternativa transformadora para o Brasil. O governo fluminense era a sua grande vitrine. Mas também uma vidraça.

No projeto do Novo Trabalhismo a conquista da presidência da república constituía-se num ponto nevrálgico: *“O presidencialismo tem uma capacidade de mobilizar muito forte e o Estado brasileiro, sendo um Estado forte, com a Constituição, poderia até se fazer uma revolução. A conquista da presidência era o objetivo maior”*.³ Reeditando o percurso realizado pelo PTB até 64, as reformas de base tornavam-se uma condição essencial para a transição ao socialismo. O governo popular devia imediatamente implantar medidas de caráter emergencial, assegurando o mínimo de condições para a população e estimulando a sua organização e conscientização.¹

Com esse objetivo a convenção nacional do PDT estruturou o Fórum Nacional de Debates dos Problemas Brasileiros buscando propor soluções para o país e *“agitar idéias”* para além do *“assessoramento tecnocrático”*. O eixo das suas propostas baseava-se nas concepções dos principais documentos do partido, defendendo a constituição de um novo modelo de desenvolvimento para a nação. Um elenco de medidas compunha o

¹ **Ibid.**

² Iniciado em 1984, sob a direção do Prof. Darcy Ribeiro, então Vice-Governador e Secretário de Ciência, Cultura e Tecnologia, o Programa Especial de Educação foi interrompido em 1987 e retomado em setembro de 1991 no 2º Governo Leonel Brizola, ainda sob orientação de Darcy Ribeiro. Já em dezembro de 1994, quatrocentos e seis CIEP's foram entregues à população do Estado, com a oferta de 205.800 vagas para o Ciclo Básico, 137.200 vagas para a Educação Juvenil, 52.800 vagas nos Ginásios Públicos e 30.000 para Ensino à Distância, num total de 425.800 alunos atendidos. Em 338 unidades foi implantado o Programa Especial de Educação, prevendo oito horas diárias de permanência na escola com as quatro refeições necessárias e atividades integradas ao *currículum* obrigatório do Ciclo Básico. Disponível em: **MEMÓRIA**, Tatiana Chagas. *CIEP's e GP's: Programa Especial de Educação*. <http://www.fundar.org.br>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2009.

³ Entrevista com Vivaldo Barbosa, Op. cit., 2008.

programa emergencial: o ataque à inflação e à carestia, um novo dinamismo para a produção das pequenas e médias propriedades, uma atenção prioritária para a criança em todas as fases da sua vida e as questões das dívidas externa e interna.² O Estado nacional forte assumia um papel estratégico no projeto trabalhista. As reformas deviam recuperar a sua capacidade de intervenção na economia, de planejamento e de indução ao desenvolvimento econômico, social e tecnológico e nos serviços públicos.³

Brizola não se tornou presidente. E o Novo Trabalhismo após 1989?

Ocupar a presidência da república para realizar reformas estruturais era a estratégia central do socialismo trabalhista. A derrota em 1989 impingiu redefinições nessa política no momento da mais grave crise do campo socialista internacional e sob o impacto do sucesso crescente do principal oponente do trabalhismo no seio das esquerdas, o Partido dos Trabalhadores.

Essa rivalidade era recíproca. Enquanto o PT “demonizava” o trabalhismo, equiparando-o às piores deformações da política brasileira – populismo, clientelismo, fisiologismo e outros “ismos” – o PDT também identificava os “demônios” daquele partido. E se entranhavam nas origens do petismo. Havia, e ainda persiste, um senso comum no pedetismo: a “denúncia” sobre a origem “nebulosa” do seu rival. Nas palavras do deputado José Maurício: “o PT foi criado para obstacular o PDT. Golbery, com um golpe de mão, deu a sigla para a Ivete Vargas e enquanto isso formatava em São Paulo, no meio sindical, o PT”.⁴

O PT era uma “planta exótica”. Para muitos trabalhistas a organização havia sido formada com uma intenção central – “quebrar a espinha dorsal do trabalhismo”. Revivendo a principal disputa do pré-64, os pedetistas recuperavam antigos sentidos. O Partido dos Trabalhadores assemelhava-se à UDN na comparação consagrada de Leonel Brizola: “e seu desempenho político é como se fosse uma UDN de tamancos, UDN de macacão. Tem

¹ SANTOS, Op. cit., 1985. p. 117.

² Dossiê Fórum Nacional de Debates dos Problemas Brasileiros. Junho/julho de 1989. p. 1. in: FUNDAR, Arquivo Darcy Ribeiro: DR./ pp. C89./06.00, série Política Partidária, subsérie campanha 89.

³ Boletim de Política Econômica do PDT, ano 1, nº 2, núcleo de economistas da UNICAMP, p. 2. in: FUNDAR, Arquivo Darcy Ribeiro: DR/ pp. C89./1988.02.00, série Política Partidária, subsérie campanha 89, Dossiê Programa de Governo. 02/1988 a 08/1989.

⁴ Entrevista com José Maurício. Op. cit., 2008.

mentalidade elitista e já cumpriu o seu papel histórico".¹ Ou na memorável frase de Darcy Ribeiro – era o tipo de esquerda da qual a direita gostava. Nutrindo-se da competição acirrada na cena política nacional, a incompatibilidade explicitava-se. O antípoda do trabalhismo era liberal, entreguista, antiestatal e antipopular.²

Lula havia sido o elemento imprevisto que impedira a passagem de Leonel Brizola para o segundo turno. Com um gosto amargo de fel muitos trabalhistas imputavam a culpa da derrota em 1989 ao PT. Todavia o fracasso desnudava problemas mais profundos na organização partidária. Na visão de Vivaldo Barbosa, o PDT não atuara bem na eleição. Pouco estruturado, a agremiação falhara e não fora condizente com as possibilidades existentes.³ A centralidade das eleições presidenciais e a crença no carisma de Brizola apareciam como suficientes para garantir a empreitada: *"(...) Eu ouvi isso do Brizola, ouvi isso de outros companheiros, que a questão da organicidade partidária era secundária. Nós tínhamos que ganhar a eleição. Ganhando a eleição, a partir do Estado, aí iria construir o partido que a gente necessitava"*.⁴

Após 89 explodiram dissensos que expressavam a crise do projeto nacional do Novo Trabalhismo. Os problemas do PDT possuíam datação anterior, assinalando a persistência de práticas repudiadas no pré-64 e das quais foram duramente acusados. Apesar das juras sobre a purgação de todos os "vícios" do passado, as práticas fisiológicas continuavam renitentes. E reincidentes.

A *"perda de paradigmas"* do final do século propagava descrenças quanto às possibilidades de transformação estrutural do Brasil. Para Lysaneas Maciel, os impasses organizacionais do PDT não podiam ser explicitados, e superados, sem identificar o impacto da crise sobre a disposição de homens e mulheres fortalecerem o partido e construírem uma sociedade alternativa.⁵ Enfim diante da grave derrota do seu projeto político nacional e do cataclismo que abalou o campo das esquerdas, o Novo

¹ Discurso de Leonel Brizola em 30/06/1993. in: **MANESCHY, SAPUCAIA, BECKER**. Op. cit., 1994. p. 195.

² **RIBEIRO**, Darcy. *Confissões*. SP: Cia das Letras, 1998. p. 459.

³ Entrevista com Vivaldo Barbosa, Op. cit., 2008.

⁴ Entrevista com Aurélio Fernandes, Op. cit., 2008.

⁵ **MACIEL**, Lysaneas. Fortalecimento partidário. p. 1. III Congresso Nacional do PDT. in: FUNDAR, Arquivo Darcy Ribeiro: DR/ pp. Pdt 1991.11.15/ série Política Partidária, subsérie PDT – Partido Democrático Trabalhista/ Dossiê III Congresso Nacional do PDT, 1991.

Trabalhismo realizou o terceiro congresso nacional, revendo e reafirmando antigos princípios.

IV. O PDT e a *débâcle* do socialismo real – imune ao colapso?

Integrando o campo político das esquerdas, o colapso do socialismo real também atingiu ao Partido Democrático Trabalhista. E isso ocorreu no seu pior momento. A derrota em 1989 colocara em questão o projeto estratégico do pedetismo, construído sob as bases da conquista da presidência da república. Na visão de Aurélio Fernandes, o impacto da *débâcle* do bloco soviético não se refletiu diretamente sobre as concepções trabalhistas, mas incidiu sobre os seus membros de acordo com a sua formação anterior.¹ Entretanto, como separar o partido dos seus aderentes?

De acordo com Teodoro Buarque de Holanda, as preocupações de vários segmentos da agremiação voltavam-se, sobretudo, para os graves sinais da crise partidária que despontaram naquele período. As discussões sobre o colapso dos países do socialismo real aconteciam, mas eram laterais. Parecia que a crise lhe era exógena. Aqueles eventos, portanto, não afetavam diretamente ao PDT.²

Todavia, o Novo Trabalhismo também bebia naquela fonte. Analisando o seu programa, elaborado sob o ambiente de críticas crescente ao socialismo de tipo soviético desde o final dos anos setenta, identificam-se conexões com o universo comunista. Refratários ao modelo da Terceira Internacional, apartavam-se das questões referentes à extinção da propriedade privada e dos mecanismos de mercado. Em contrapartida, congregavam-se na incorporação das tradições nacionalista e estatista.³ Por isso Aurélio Fernandes afirmava que o PDT nunca tivera uma posição oficial quanto

¹ Entrevista com Aurélio Fernandes, Op. cit., 2008.

² Entrevista com Teodoro Buarque de Holanda, sociólogo, dias 7 e 15 de setembro de 2009.

³ As proximidades às vezes surpreendiam. O PT não foi o único partido a enviar representantes ao bloco comunista para intercâmbios e cursos. O pedetismo também transitara pelas bandas da “cortina de ferro”. Antiga aspiração, Vivaldo Barbosa viajara para a Bulgária comunista procurando uma inspiração para a adoção de um “trabalhismo agrário” no Brasil. Ele observara o Partido Agrário daquele país que compartilhava o poder com o poderoso PC Búlgaro. Discurso de Leonel Brizola no III Congresso do PDT (1ª fase). 06 de dezembro de 1991. in: **MANESKY, SAPUCAIA, BECKER**, Op. cit. p. 18.

ao tipo de estatização apresentado pelo bloco soviético, apesar das ressalvas muito negativas dos seus segmentos social-democratas.¹

A ascensão de Mikhail Gorbatchev e o advento da *Perestroika* também aproximaram as análises de pedetistas e de comunistas, como os prestistas e os cegebistas, no apoio às primeiras mudanças operadas pelo dirigente soviético. O PDT valorizava ainda mais o papel desempenhado por aquele país no contexto internacional. As propostas de paz mundial, coexistência pacífica e desarmamento desnudavam os objetivos de guerra e de dominação dos EUA. Convergindo para um mesmo ponto, encontrava-se a estratégia antiimperialista. Assim as reformas na pátria socialista poderiam fortalecer os movimentos populares e nacionais, favorecidos com a alteração na correlação de forças no planeta desde a ascensão das lutas anticoloniais na África, antiditatoriais na América Latina e a derrota do imperialismo estadunidense no sudeste asiático.² A URSS, como um importante contrapeso ao poderio norte-americano, era uma aliada nesse embate.³

As abordagens trabalhistas sobre a natureza do regime soviético combinavam diversas interpretações. Explicações pró-soviéticas identificavam uma nova etapa historicamente superior do seu desenvolvimento a partir dos planos quinquenais de 1965-66.⁴ Havia também abordagens apoiadas na tese da burocratização da URSS. O vereador Emir Amed analisava a *Perestroika* e a *Glasnost* como um conjunto de políticas válidas para superar a deformação daquele país. Propugnando os mecanismos auto-gestionários como solução para a crise, ao contrário de outros trabalhistas, o professor defendia a primazia do partido dirigente, e condenava a

¹ *Ibid.* à nota 2.

² PDT. Nosso caminho para o socialismo. Uma alternativa popular e antiimperialista. Série *Na luta do povo*, nº 2, RJ: publicação do PDT, Março de 1988, 2ª reimpressão: dez 1990. p. 9. in: Acervo do AMORJ: Fundo PDT, caixa 02/ série 09/ Série Publicações/ 002.

³ O trabalhista Neiva Moreira assinalava as fortes repercussões do desmembramento da URSS sobre as relações internacionais. Afinal, apoiada num grande poderio militar, ela proporcionara ao planeta uma espécie de equilíbrio. E o momento não podia ser pior: os Estados Unidos assumiam para si “*ares de dono do mundo*”. **NEIVA MOREIRA**. A crise soviética. *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 142, ano XIV, agosto de 1991. p. 37. in: AMORJ: Arquivo de memória Operária do Rio de Janeiro. *Cadernos do Terceiro Mundo*.

⁴ Era o caso dos comunistas do Coletivo Gregório Bezerra. **COLETIVO GREGÓRIO BEZERRA**, Op. cit., p. 24.

valorização do mercado no lugar da planificação.¹ Outros diagnósticos baseavam-se na idéia do capitalismo de estado, defendendo-o como uma estratégia necessária para o desenvolvimento da primeira fase do novo sistema. Condenavam, porém, a interrupção daquele processo, cristalizando algo que deveria ser transitório:

*O capitalismo de Estado não é, nem pode ser, uma situação estável e permanente. Sua natureza é exatamente a transitoriedade, um estado de passagem do capitalismo ao socialismo, no campo da economia. É absolutamente fundamental para que essa passagem se opere que, não apenas a propriedade privada dos meios de produção não mais exista (...), como também que no campo da organização da economia e dos órgãos estatais tenham ocorrido mudanças que permitam a participação popular efetiva nos processos de decisão.*²

Defronte ao dominó deslançado desde 1989, o PDT repudiava as analogias mecânicas entre a natureza da URSS – nascida de uma revolução popular – e a do Leste europeu – ocupado pelo Exército Vermelho no pós-guerra. A raiz dos erros encontrava-se no transplante artificial de métodos e práticas para aquela região, enquadrando realidades muito diferentes num mesmo tipo. Se a cópia do modelo garantira a rápida industrialização e o ataque à miséria, ela também havia sido a responsável pelo implante de uma pesada estrutura burocrática e pelo predomínio de concepções economicistas. Assim os comunistas falharam na “*batalha do campo da consciência*”, mantendo-se ausente a preocupação com uma revolução cultural.¹

Embora repudiasse o regime ditatorial, dirigentes como Leonel Brizola enfatizavam os elementos positivos daquela experiência. O processo ocorrera em bases violentas, mas, simultaneamente, eles haviam construído um vasto programa de alimentação, educação, saúde e higiene, além de um arrojado programa nuclear e espacial. Comparando com a trajetória da América Latina, a perspectiva antiimperialista se salientava. Em ambos os cenários a dominação demonstrara-se violenta. Embora menos perceptível, no continente americano destacava-se um maior grau de crueldade:

¹ Durante o seu mandato parlamentar, o prof. Emir Amed editou diversas cartilhas como essa **AMED**, Emir. *O que se deve saber do subdesenvolvimento capitalista*. s/e, s/d. p. 12. in: AMORJ: Caixa 01/ Série 06/ Eleições/ 047.

² **PDT**. *Série Na luta do povo*, nº 3, RJ: publicação do PDT, janeiro de 1991. p. 2. in: AMORJ: Caixa 02/ Série 09/ Série Publicações/ 003.

*“nada trouxe conseqüências tão cruéis quanto o modelo econômico que jogaram sobre nós, aqui na América latina. E tudo com aparência de liberdade, de livre-arbítrio”.*²

O golpe de 19 de agosto de 1991, desferido sobre um combalido presidente soviético, recebera o repúdio dos trabalhistas. Na visão de Neiva Moreira ele expressava os diversos conflitos deflagrados na URSS: os embates entre as forças democráticas e o velho PC, entre Yeltsin e Gorbatchev, contra o modelo político econômico vigente e as diversas rebeliões nacionalistas. Obscuro nas suas origens e dimensões – amadorismo, ausência de uma rede de apoios entre os milhões de comunistas remanescentes, possível iniciativa limitada a algum centro de poder em Moscou –, o *putsch* agudizara a crise. Todavia, assim como parte da imprensa ocidental, o pedetista ainda acreditava que Gorbatchev poderia superar tamanhos impasses.³ Esse sentimento também se manifestava nos relatos de Brizola e Bocayuva Cunha. Presentes na reunião da Internacional Socialista, em Berlim, surpreenderam-se com o pessimismo predominante diante da crise soviética. Todavia prevalecia a idéia de que a situação rumaria em direção à criação de uma nova forma de união entre as repúblicas.⁴

As imagens produzidas por Leonel Brizola para explicar o colapso do comunismo aproximavam as realidades do Leste europeu e do Brasil. Num discurso didático e simples, proferido na rádio para a população fluminense ou nas palestras para jovens trabalhistas, o governador buscava explicar os fatos. Eis a tradução de Aurélio Fernandes a partir das suas memórias:

Eu não tenho uma visão muito clara do que aconteceu lá. (...) Na realidade, ali, é como se pegasse uma criança muito suja, toda com sujeira, com alguns cascões e tudo, e você queria lavar essa criança porque ela 'tava' com muito problema. Colocaram na bacia a criança, começaram a lavar a criança, a limpar a criança. Depois que a criança estava limpinha, pegaram a bacia d'água, com água suja, a criança e tudo, e jogaram fora! Faltou um Golbery! Faltou um Golbery! Eles não tiveram a visão que teve o capitalismo aqui no Brasil. Tinha

¹ *Ibid.* p. 2, 3.

² Discurso de Leonel Brizola no III Congresso do PDT (1ª fase). 06 de dezembro de 1991. in: **MANESKY, SAPUCAIA, BECKER**, Op. cit. p. 17, 18.

³ **NEIVA MOREIRA**. A crise soviética. *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 142, ano XIV, agosto de 1991. p. 34 e 37. in: AMORJ: Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. Cadernos do Terceiro Mundo.

⁴ *PDT Hoje*. Partido mobiliza para 3º Congresso. Ano 01, nº 01, RJ: novembro de 1991. p. 11. in: Acervo do AMORJ: Fundo PDT, caixa 02/ série 11 – notas de imprensa / Subsérie 11.2 – jornais diversos.

*que ter tido um Golbery para ter uma transição lenta, segura e gradual para democratizar aquilo sem abandonar o socialismo”.*¹

O líder pedetista também produzia analogias entre a situação daqueles dois países no final da década. Novamente pontos em comum entre modelos tão distintos. Assim como na URSS, o colapso prenunciava a exaustão inevitável de um sistema baseado em brutais desigualdades sociais internas, afiançado pelas elites. Lá, eram os burocratas. No Brasil, as elites de um modo geral. Segundo Teodoro Buarque, Brizola identificava fraqueza e insegurança em Mikhail Gorbatchev, responsabilizando-o diretamente pela desagregação da URSS em função de uma *Perestroika* mal conduzida e possivelmente mal concebida.²

Assim o impacto dos acontecimentos avassaladores no bloco soviético, a repressão na China e a derrota dos sandinistas na Nicarágua demonstravam os sinais inequívocos da conjuntura. As esquerdas viviam sob o cerco de uma fortíssima ofensiva ideológica das direitas – “*desnortear os partidos e organizações de esquerda que se sentem acuados ante tantas ‘evidências’ de que o socialismo acabou*”.³ Mais simbólica ainda era a postura da “pátria-mãe do socialismo” que declinara do seu papel de equilíbrio do mundo. Diante de situações como a incorporação da ex-RDA à OTAN e a ação militar no Golfo Pérsico, o país colocara-se a reboque dos EUA.⁴

Apesar das sensações pouco confortáveis em relação ao momento vivido – perplexidade, confusão, apatia, descrença – os pedetistas acreditaram que as concepções do socialismo democrático saíam fortalecidas da crise, devido à sua defesa histórica de um modelo pautado na liberdade e na democracia. Juntamente com o trabalhismo, elas ganhariam mais moral, pois os acontecimentos do fim do século comprovavam a sua maior viabilidade.⁵

Era a vez do trabalhismo. Além do elemento internacional, no Brasil o partido, desde o seu renascimento, ousara apresentar um caminho específico para a nação,

¹ Segundo Aurélio Fernandes esta declaração foi proferida por Leonel Brizola num encontro da IUSI, a Internacional Socialista Juvenil, em Niterói, para refutar a “felicidade” de setores social-democratas europeus com o colapso do socialismo real. Ver: Entrevista com Aurélio Fernandes. Op. cit., 2008.

² Entrevista com Teodoro Buarque de Hollanda, Op. cit., 2009.

³ PDT. Série *Na luta do povo*, nº 3, Op. cit., p. 1.

⁴ *Ibid.* p. 5.

⁵ PDT *hoje*, Op. cit., p. 11.

ultrapassando a estratégia insurrecional, e apostando na via pacífica e eleitoral. Nas memórias de Vivaldo Barbosa, essa visão também prevalecera sobre as avaliações do terceiro congresso. Na época a instituição ainda não havia percebido, e avaliado concretamente, a força avassaladora do neoliberalismo.¹

Dessa forma, no ano de 1991, o PDT partiu para a revisão do projeto trabalhista, pretendendo fazer do terceiro congresso um momento central de balanço da política desenvolvida até aquele período. Denominado “*Projeto Brasil*”², ele significou um esforço de atualização dos documentos fundamentais da agremiação. A centralidade da conquista do governo federal permanecia como a meta fundamental do trabalhismo. Logo as principais reformulações visavam, sobretudo, munir o partido de melhores condições para a disputa presidencial em 1994. Os assuntos abordavam principalmente as questões relacionadas às linhas gerais de governo e à reforma do Estado, preparando também a intervenção partidária sobre o processo de revisão constitucional e o plebiscito referente à forma de governo, parlamentarismo X presidencialismo.

“*Nem Estado mínimo, nem Estado máximo: Estado Suficiente e Soberano*”. A máxima defendida pelo PDT incidia sobre o principal discurso liberal do período, a defesa ardente da concepção de uma organização estatal mínima no Brasil. Analisando as deliberações do seu congresso, elas não significaram mudanças substanciais na visão tradicional do trabalhismo. No processo de revisão da Constituição de 1988, a agremiação devia propugnar o revigoramento do Estado nacional: “*restaurando-lhe a grandeza e a dignidade e garantindo-lhe a capacidade de tributar, poupar e investir, é hoje a primeira*

¹ Entrevista com Vivaldo Barbosa, Op. cit. Essa percepção também manifestara-se no depoimento de Teodoro Buarque. O PDT, numa época de refluxo de socialistas e trabalhistas pelo mundo afora, preocupou-se de forma lateral com a ascensão do poder imperial e de seus acólitos. Entrevista com Teodoro Buarque de Hollanda, Op. cit.

² Um congresso bastante extenso, os debates foram abertos entre os dias 6,7 e 8 /12/1991 e concluído entre os dias 27, 28 e 29/08/1993, no Riocentro. Dividido em duas etapas, ele foi constituído de cinco encontros intermediários e duzentas teses, organizadas e analisadas em um texto preliminar por José Augusto Ribeiro. Na fase final, uma comissão especial – Hésio Cordeiro (presidente), Nelson Friedrich (coordenador), Teodoro Buarque de Hollanda, Wilson Fadul, José Augusto Ribeiro, José do Vale Pinheiro Feitosa, Maria Alice Machado de Carvalho, Dulce Tupy Caldas e João Soares Brandão – foi eleita para sistematizar as propostas a serem deliberadas pelo diretório nacional. Ver: *Projeto Brasil* (versão para a discussão). III Congresso Nacional do PDT – 1991-1993. in: Acervo do AMORJ: Fundo PDT, caixa 01/ série 01 e **PDT. Projeto Brasil. Só a força do povo pode mudar o país.** (documento básico de trabalho). Disponível em: <http://www.pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=94>. Acesso em: 8 de março de 2009.

tarefa de salvação nacional que nos propomos a executar".¹ Era urgente, entretanto, combater o corporativismo e o exercício social do clientelismo, mas também impulsionar a "privatização do setor privado": cortar subsídios, estruturar uma severa legislação antitruste. As empresas modernas dos setores maduros da economia deviam correr o risco da concorrência estrangeira, cabendo os apoios e incentivos às empresas dos ramos não maduros, pequenas e médias.²

Enquanto os principais partidos das esquerdas brasileiras digladiavam-se sobre as heranças das experiências socialistas no século XX e o impacto da crise sobre as mesmas, esse debate não ocupou as principais atenções dos dirigentes e militantes pedetistas durante o terceiro congresso. Levando-se em conta a quantidade de textos apresentados e a redação final do documento, a importância do assunto nas reflexões trabalhista foi bastante secundária. Mesmo assim, conforme a sugestão da Comissão Executiva Nacional, o PDT devia "aprofundar os conceitos de trabalhismo, socialismo democrático, social-democracia, neoliberalismo e nacionalismo hoje" através da linha temática "Rumos do futuro".³ De fato, algumas teses discutiram a problemática proposta. Na relação do III congresso identificavam-se os seguintes artigos: "Tarefas atuais do trabalhismo", de Moniz Bandeira; "Socialismo no terceiro e quarto mundo", de Rosa Cardoso e Bocayuva Cunha; "Social-democracia versus neoliberalismo: em busca de alternativas", de Teodoro Buarque de Hollanda; "O trabalhismo é o caminho brasileiro para o socialismo", de Eneida Viana Smith; e "Nacionalismo X Imperialismo", de Guido Schreiner.⁴

Mesmo sem produzir uma reflexão acurada sobre as conseqüências, a médio e longo prazo, do cataclismo que se abateu sobre o conjunto das esquerdas, o documento final do prolongado evento assinalava a predominância da doutrina neoliberal, largamente difundida pelos meios de comunicação de massa, propagando as idéias que anunciavam a "vitória do privatismo sobre o estatismo e do capitalismo sobre o socialismo". Diante da confusão ideológica reinante, o texto destacava a desorientação

¹ III Congresso Nacional do PDT – 1991-1993. in: Acervo do AMORJ: Fundo PDT, caixa 01/ série 01 e PDT. *Projeto Brasil. Só a força do povo pode mudar o país.* (documento básico de trabalho). Disponível em: <http://www.pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=94>. Acesso em: 8 de março de 2009.

² *Projeto Brasil*, Op. cit. p. 14.

³ *PDT Hoje*, Op. cit.

⁴ *Projeto Brasil* (versão para a discussão), Op. cit., p. 62. Apesar da pouca centralidade, a primeira parte do III Congresso chegou a discutir os eventos no bloco comunista através de uma palestra – segundo

de correntes do movimento sindical mundial e nacional, adotando as teses liberais e a concepção do fim da história. Sem debruçar-se sobre a necessidade de construção de uma nova utopia socialista, o PDT acoplava às suas premissas tradicionais – igualdade, soberania e justiça social – a agenda pautada pelas direitas, centralizando os debates em torno “*das formas institucionais concretas do pluralismo político e econômico, da democracia representativa e da economia de mercado*”.¹

Refletindo sobre o percurso traçado até o início da década de noventa, trabalhistas como Lysaneas Maciel pinçavam da crise do socialismo real uma importante lição. Os acontecimentos no Leste europeu demonstravam que “*várias estruturas partidárias não conseguiram se atualizar em relação às exigências das populações que deveriam servir*”. As eleições de 89 e a crise do pedetismo também demonstravam tais dilemas. O PDT devia aprender com aquele exemplo, e atualizar a organização, reaproximando-a da população.²

V. Nacional-estatismo e socialismo – uma combinação para as mudanças do século XXI?

Avaliado por muitos como um partido que utilizou a bandeira do socialismo de forma oportunista, o PDT não adotou o marxismo como doutrina fundamental do seu pensamento nem seguiu o modelo das organizações leninistas. Entretanto o Novo Trabalhismo transitou muito bem por essas tradições, efetuando conexões com princípios clássicos do movimento socialista internacional. De forma empírica, a presença de importantes personalidades de procedências distintas – como Edmundo Moniz, Luiz Carlos Prestes e Moniz Bandeira, por exemplo – e de vários agrupamentos comunistas, marxistas-leninistas, atestava a conexão muito próxima entre trabalhismo e socialismo nas suas múltiplas combinações.

Teodoro Buarque, “*curiosíssima*” – do “velho trotsquista”, Edmundo Muniz, por instâncias do próprio Brizola. Entrevista com Teodoro Buarque de Hollanda, Op. cit.

¹ **PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA.** *Projeto Brasil 94.* Disponível em: http://www.pdt.org.br/partido/programa_int.htm. Acesso em: 13 de agosto de 2009.

² **MACIEL,** Op. cit., p. 3.

Pontos de convergência existiam. Eles demarcavam o pensamento das esquerdas no século XX, principalmente nas regiões do planeta denominadas Terceiro Mundo: o nacionalismo, o antiimperialismo e o estatismo como elementos primordiais de um programa político de transformações sociais. O socialismo pedetista bebeu nessa tradição. Desde os anos radicais do trabalhismo, a aproximação entre Leonel Brizola e Fidel Castro demonstrava a força desses signos sobre a esquerda nacionalista no Brasil.¹

Avaliado como algo *démodé* por determinados segmentos das esquerdas brasileiras, o nacionalismo fora reintroduzido com força pelo PDT no seio desse campo político. Conferiu-lhe uma projeção de massas. Todavia o pedetismo não mais se apoiaria nas tradições radicais do nacionalismo revolucionário. Apesar da perspectiva terceiro-mundista, nos anos oitenta essa bandeira combinava-se às concepções social-democratas e dos novos movimentos sociais que floresciam no país.²

Da social-democracia a cultura política do Novo Trabalhismo incorporara a questão da democracia como um valor estratégico. Num esforço concentrado para transformá-lo na principal alternativa de poder no seio das esquerdas brasileiras após o fim da ditadura civil-militar – envolvendo inclusive distintas organizações em confronto no período anterior – a afiliação à Internacional Socialista (IS) lhe conferia um prestígio e um reconhecimento externo fundamental para a sua estratégia. Comprovando que o trabalhismo se modernizara, o PDT também queria representar uma nova esquerda no Brasil. As revisões em curso no seio dos partidos da IS contribuíram para mitigar a centralidade operária no seu programa, consolidando um viés processual e reformista. Entretanto, o trabalhismo manteve-se atado à tradição nacional e estatista incorporada pelas organizações social-democratas desde o final do século XIX.³

Dessa forma o Novo Trabalhismo representava uma espécie de “ala à esquerda” da Internacional, próxima das lutas terceiro-mundistas na América Latina, África e Ásia. Mesmo participando de uma instituição predominantemente social-democrata, o partido

¹ O caso cubano, de forma emblemática, é o melhor representante da travessia realizada pelos movimentos nacionalistas revolucionários em direção ao socialismo, e mais um elemento chave na grande proximidade entre trabalhistas e comunistas.

² Entrevista com Teodoro Buarque de Hollanda, Op. cit.

³ Acompanhar esta discussão no capítulo VI da tese.

não se definia como tal. Juntando-se ao PT, a agremiação também empunhava a bandeira “*nem socialismo real nem social-democracia*”. Para os trabalhistas a entidade possuía muito mais um perfil de fórum, uma frente ampla que congregava social-democratas, socialistas e uma série de movimentos – sobretudo no mundo periférico onde essa ideologia não estava muito bem definida – que não aceitavam a social-democracia como uma referência doutrinária. Assim a IS proporcionava o estabelecimento de laços internacionais e uma maior projeção sobre a opinião pública mundial, principalmente européia, vital para evitar o isolamento político num momento de reformas.¹

O PDT combinava a dimensão do antigo, possuía uma forte herança de mais de quarenta anos, e do inovador, congregando agrupamentos neófitos, visões políticas alternativas e gerações diversas. A incorporação de referências socialistas ao seu projeto constituiu-se numa novidade do Novo Trabalhismo no final da década de setenta. Todavia a centralidade da estratégia da conquista de governo e das responsabilidades inerentes às práticas institucionais logo no início da sua organização prevaleceu sobre os aspectos doutrinários, inibindo a maturação de um programa socialista mais definido, uma maior concretude para o “*socialismo moreno*”.

O trabalhismo era o caminho brasileiro para o socialismo. Diante do colapso do bloco soviético, essa máxima continuava guiando a perspectiva pedetista do “*socialismo moreno*”. Era como se ela carregasse consigo todas as respostas necessárias e conferisse ao projeto uma autoridade irrefutável. As trajetórias internacionais eram interessantes e importantes, mas, no fundo, transparecia a convicção de que o percurso nacional nada tinha a ver com as mesmas. Assim, distintamente das diversas organizações que realizaram uma dura travessia naqueles anos “amargos” – sobrevivendo aos piores momentos ou pulverizando-se –, o PDT não refletiu profundamente sobre os dilemas abertos pela desintegração do mundo comunista. Por outro lado ele também não realizou um balanço mais acurado sobre as significativas experiências de poder dos partidos social-democratas e socialistas, alguns deles mergulhados em uma série de graves dilemas.

¹ Entrevista com Aurélio Fernandes, Op. cit., 2008.

Diante das combinações formuladas pelo Novo Trabalhismo, a agremiação poderia estar mais bem preparada para enfrentar a crise do projeto socialista – o partido nascera criticando as perspectivas existentes, incorporara no seu programa a expressão dos novos movimentos sociais e centralizara a sua ação no elemento nacional-democrático. No entanto, avaliando-se “imune” aos acontecimentos do final do século, não conseguiu apresentar uma proposição que ultrapassasse os limites tradicionais do modelo insurrecional ou estritamente reformista-eleitoral.

Renegando ou demonizando, as raízes trabalhistas na política brasileira são incontestes. Num ambiente de ofensiva das direitas, a resposta elaborada por parte das esquerdas buscou na fonte nacional-estatista elementos que se contrapusessem ao pensamento neoliberal. A permanência do epíteto “populismo” permanecera, mas a vitalidade das suas proposições também. Por isso hoje as heranças trabalhistas, conscientemente ou não, estão presentes em vários projetos políticos partidários ou em movimentos sociais.¹

Sobre as práticas pelas quais recebera a “rejeição” de segmentos expressivos das esquerdas, a política elaborada pelas mesmas no transcorrer dos anos oitenta são a evidência de que tais comportamentos não foram superados. Renitentes, eles não atingiram apenas ao trabalhismo. Representando a permanência de antigas tradições políticas, demarcadas pelas relações pessoais e pelo localismo, demonstram também as dificuldades de uma agremiação, promotora de um programa transformador, propor mudanças radicais de médio e longo prazo diante de uma população que pensa as suas necessidades imediatas e vitais. Esteja ela onde estiver. Podem ser os pobres das favelas cariocas ou os operários da fábrica moderna. Apreendido como marcas de partidos de viés popular, localizados, sobretudo, na periferia do planeta, esse fenômeno

¹ São os casos, por exemplo, dos programas políticos do Psol e do MST. O programa do Partido Socialismo e Liberdade defende nos itens 2 e 8: “*não há soberania, nem uma verdadeira independência nacional, sem romper com a dominação imperialista*” e “*Abaixo as privatizações. Estatização das empresas privatizadas. Expropriação dos grandes grupos monopólicos capitalistas*”. Disponível em: <http://psol.org.br/nacional/partido/programa>. Acesso em: 12 de março de 2009. No IV Congresso do MST, em 2000, as linhas políticas reafirmadas, assinalavam: “*8. Desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como: o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). E lutar pelo não pagamento da dívida externa. Lutar contra as privatizações das empresas brasileiras. Defender a cultura brasileira frente as agressões culturais imperialistas*”. Disponível em: <http://mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4179>. Acesso em: 12 de março de 2009.

também se verificou em diversas organizações das esquerdas mundiais sob outras formas. Atualmente impõe-se a necessidade de que tais demandas se transformem em políticas públicas desenvolvidas pela ação do Estado ou da sociedade civil.

No decorrer dos anos noventa, à medida que se distanciava do seu projeto original – eleger Brizola presidente – o PDT exibiu uma incapacidade cada vez maior de atualizar o programa trabalhista. À medida que o Partido dos Trabalhadores introduzia uma série de referências nacional-estatistas, o Novo Trabalhismo perdia espaço como a principal expressão dessa concepção.¹ Enquanto o colapso atingia “corações e mentes” de dirigentes, militantes e filiados, a ausência de respostas fortalecia as perspectivas pragmáticas. De outro lado reforçava a idéia de um retorno nostálgico ao “trabalhismo das origens”.²

¹ Segundo Theotonio dos Santos e Vivaldo Barbosa a aproximação entre PDT e PT na campanha para as eleições presidenciais de 1998 proporcionou uma incorporação significativa pelo PT de vários aspectos programáticos do trabalhismo. Entrevista com Theotonio dos Santos e Vivaldo Barbosa, Op. cit., 2008.

² Ao contrário da bandeira estendida pelo PDT nos últimos anos, repudiando qualquer alteração da CLT, o terceiro congresso aprovava a necessidade de adaptação da Consolidação à realidade brasileira do final do século: “*A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, que exprime conquistas, avanços e lutas dos trabalhadores urbanos desde o início do século, representa um marco político, com repercussões que se projetam até hoje na organização das classes trabalhadoras. Em virtude das circunstâncias em que, ao longo de meio século, a sociedade e a economia sofreram profundas transformações, impõe-se ampla revisão da CLT, mantidos, no entanto, preceitos e princípios que constituem reivindicações históricas das classes trabalhadoras na busca de formas de organização autônoma e independente*”. Ver: **PDT**. *Projeto Brasil*. Op. cit.

Capítulo VI

Em busca de uma nova utopia socialista?

*“Temos medo de assumir certos riscos inerentes à autotransformação. A palavra ‘alterar’ vem do latim ‘alter’, o outro; quem empreende a alteração das bases do seu modo de pensar a realidade corre o risco de virar outro, isto é, de perder sua identidade”.*¹

Ao contrário das esquerdas europeias, as *gauches* brasileiras mergulharam na crise do socialismo real no momento da reorganização dos seus partidos políticos. Reinventando-se, debutando ou reerguendo-se dos anos de chumbo, ainda não haviam alcançado um grau de maturidade quando se depararam com enormes desafios, talvez muito além da sua capacidade de formular respostas consistentes. No panorama nacional as demandas não eram menores. Precisavam transpor doutrinas para apresentar um projeto de poder ao país possível de se realizar, a partir dos graus de anseios da sociedade realmente existente. Ao mesmo tempo o desafio era o de exprimir o programa de um socialismo renovado que, dotado de uma estratégia viável para o Brasil, incentivasse o desejo de transformação. Diante de uma carga de tamanho peso ninguém saiu incólume desse processo. Elas tiveram sucesso na sua empreitada? Que paradigmas as esquerdas brasileiras abjuraram? Quantos permaneceram como parte integrante do seu sistema de crenças? Que novas representações foram acopladas ao seu projeto?

A própria noção de esquerda havia passado por um profundo inquérito. Não bastassem as direitas, ávidas em proclamar o fim de qualquer proposta alternativa ao cosmo capitalista, não foram poucos os “convertidos” no seio das *gauches* nacionais, fazendo coro sobre a caducidade do conceito. Segundo a fraseologia da época, o termo já não conseguia mais explicar as relações nas sociedades complexas do final do século XX. Apesar dos freqüentes questionamentos sobre a validade da díade, autores

¹ KONDER, Op. cit., 1991.

como Pierre Bourdieu assinalavam a tendência dos campos políticos organizarem-se através de oposições, desenvolvendo uma existência relacional entre ambos.¹ Norberto Bobbio também saíra em defesa da validade dos termos mesmo no contexto mundial pós-queda do Muro. Ele elegera como principal traço distintivo das esquerdas a ideologia igualitária: “*tende a reduzir as desigualdades sociais e a tornar menos penosas as desigualdades naturais*”. Logo as direitas estavam mais dispostas a aceitar aquilo que era “*natural*” e as esquerdas mais propensas a mudar as desigualdades consideradas naturais, corrigindo, se fosse o caso, a própria natureza.² Todavia o binômio não era imutável. Exemplificando a partir das visões defendidas por esses campos no período entre as duas guerras mundiais, em países como a França e a Alemanha – as esquerdas defensoras do racionalismo, da fé no progresso e na ciência e as direitas nacionalistas, conservadoras mais próximas ao pensamento irracionalista e ao culto à natureza –, Bourdieu destacava a inversão de várias das suas posições no final do século XX.³ Enfim a díade se invertia. De símbolo da mudança à conservação. Galgando os sentidos produzidos pelo colapso do socialismo de tipo soviético as direitas em escala mundial trombeteavam. Além do fim da história, as esquerdas nada mais eram do que arautos da “conservação”, do “atraso”, do “entulho do passado”.

No Brasil, congregando grandes diversidades, as esquerdas brasileiras formavam um campo. Comungando de heranças comuns, e participando do mesmo jogo político partidário eleitoral, os acirrados debates travados no interior dessas agremiações não ficaram isolados no seu ambiente interno. Extrapolaram as fronteiras, e se auto-influenciaram. Retornando à polifonia de Mikhail Bakhtin,⁴ as discussões realizadas durante os períodos congressuais – ocorridos no início dos anos noventa – estavam impregnadas de vozes dissonantes que ecoavam das *gauches* nativas. Apresentando distintas respostas para a superação do colapso da experiência socialista, não deixaram de partilhar valores comuns na tentativa de reconstruir uma nova estratégia política para o Brasil. Assim o campo não perdeu alguns traços essenciais de uma identidade forjada no transcorrer do século XX. Pelo contrário,

¹ BOURDIEU, Op. cit., 1998, p. 179.

² BOBBIO, Op. cit., p. 100, 105.

³ *Ibid.* à nota 1.

⁴ STAM, Op. cit.

alguns elementos enraizados na tradição nacional se fortaleceram, tornando-se uma peça fundamental dos programas difundidos pelas mesmas.

As esquerdas brasileiras: entre o novo e as heranças socialistas

Defronte à *débâcle* que encerrara uma era – o “*breve século XX*” –, as esquerdas brasileiras manifestaram comportamentos distintos em relação à decomposição do socialismo real. Em algumas organizações, um incontido otimismo diante das mudanças promissoras. O fôlego do socialismo soviético demonstrava o amadurecimento daquele sistema. Outros partidos, refutando as suas ligações com aquela experiência, definiam a sua alternativa como outro modelo. Argumento peremptório, um comprovante de que as suas concepções nada tinham a ver com o projeto que ruía.

Sem dúvida, havia um mal-estar compartilhado por todos. Afinal as direitas incluíam num mesmo balaio, sem diferenciações, um caleidoscópio de organizações. Apesar das variações, elas mesmas transigiam com as proezas do desenvolvimento da URSS, um exemplar do potencial do novo regime, se democratizado ou dirigido por correntes revolucionárias. Mas a perplexidade e a demora em reconhecer as gravíssimas conseqüências dos acontecimentos no Leste europeu para o conjunto das esquerdas não foram uma debilidade específica das agremiações nacionais.¹ Apesar dos sinais emitidos desde o final dos anos setenta, muitos confiaram na estabilidade do sistema e no futuro do socialismo. Quando a *Perestroika* surgiu, o prognóstico da

¹ A despeito da existência de advertências e de sinais, desde meados dos anos setenta, dos serviços de informação e de alguns especialistas sobre a vitalidade do monólito, o historiador Daniel Aarão Reis assinala a surpresa de diversas expressões do pensamento acadêmico e político diante do colapso do bloco comunista, visto que apostavam na estabilidade do regime. Para confirmar a tese, os vários encontros internacionais, alguns deles ocorridos em pleno processo de reformas na URSS, tendiam a afirmar que a catástrofe do sistema não era uma tendência dominante: em 1982, um encontro de especialistas franceses promovido pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e pelo *Institut des Relations Internationales*, em Paris; em 1987, um debate patrocinado pela revista *Rinascità* do PCI e um *workshop* organizado pela Universidade Nacional da Austrália; em 1989 a publicação de um encontro promovido pela Univerisade de *Upsala* e pelo *Hampshire College em Amherst, Massachusetts*. Ver: REIS, Daniel Aarão. *A aventura dos projetos socialistas contemporâneos: a social-democracia internacional e o modelo soviético*. Concurso para Professor Titular de História Contemporânea. Niterói, 1995. Introdução.

redenção do regime parecia se confirmar. Quando a *Perestroika* descerrou dilemas irresistíveis, para outras organizações os sinais mostravam-se alvissareiros.

Uma das respostas elaboradas pelas esquerdas brasileiras para compreender a desagregação apoiava-se na simbologia do “novo”. Embora reivindicassem os avanços presentes nas experiências desenvolvidas desde o final do século XIX, nada tinham a ver com a tradição que estava em ruínas no Leste europeu. Representavam uma “nova” esquerda. Ou expressavam o setor conseqüente e revolucionário da luta contra os desvios que, após décadas de denúncias, estavam sendo descobertos. Imputavam para si o papel de “vanguarda” na previsão do colapso do mundo socialista.

Sobre o Partido dos Trabalhadores existem diversos estudos que remarcam o vigor do “novo” na formulação da sua cultura política. Entretanto essa abordagem não se configurou num elemento singular do seu pensamento. Sob a idéia do “marco zero”, vários sentidos foram produzidos de acordo com as trajetórias de cada organização. Quando o “novo” reveste-se de mito, tornando-se recorrente em diversas searas do campo social – uma “Nova República”, um “Estado Novo”, uma “Escola Nova”, uma “Nova Escola”, um “Novo Sindicalismo”, uma “Nova Esquerda” –, somente o seu enraizamento na cultura nacional explica uma reprodução com tamanha magnitude. Como enfatiza Girardet, a sua força se localiza numa função explicativa para a compreensão do presente, assumindo um forte papel de mobilização.¹ Atestando o eterno recomeçar da história do Brasil, seriam as reminiscências das promessas de uma “Nova Terra” no ato fundacional? A necessidade recorrente e cíclica de purgação da tradição cristã? Ou uma saída fácil para não se comprometer com as heranças e as máculas passadas?

A idéia do “marco zero” desvelava um ciclo recorrente no campo das esquerdas brasileiras, assinalado por uma acirrada disputa pela hegemonia entre os seus agrupamentos políticos. Tais embates adquiriram uma nova dimensão após a eleição presidencial de 1989, na qual o PT consolidara-se como o principal partido do campo. Na década de noventa a ofensiva neoliberal forçara a conformação de alianças entre os mesmos. O desenvolvimento da primeira experiência de um governo dirigido por segmentos das esquerdas a partir de 2003 abriu novamente um exasperado confronto

¹ GIRARDET, Op. cit, p. 13.

no seu interior. Um novo ciclo introduzia novamente a idéia do “novo”. As organizações brasileiras apresentariam paradigmas alternativos sem perceber em si a persistência dos “desvios” que tanto criticavam.

Imputando para si uma marca exclusiva, reproduziam a permanência de uma concepção hegemônica que não permitia a interação dessas experiências em direção a uma síntese. Perdurava a visão do “partido embrião”, “eleito”, avaliando as demais agremiações a partir de um olhar extremamente depreciativo e pragmático. Apesar das tentativas de conformação de uma frente política, isto jamais se consolidou como um projeto estratégico das esquerdas brasileiras. Diante da arrogância ou do ufanismo – afinal até mesmo o “novo” PPS surgira intitulado-se o redentor das esquerdas “arcaicas” do país – existiam vozes que visavam aprofundar a discussão. Desconfiavam da vitalidade perene desse campo diante de um cenário tão negativo. Duvidavam da rápida capacidade de superação da crise e da apresentação de um projeto alternativo de socialismo para o século XXI. Muitas vezes, tais segmentos eram apreendidos como “reformistas”, “revisionistas”, “social-democratas”, ou outro congênere que no dicionário *vermelho* significasse um termo desabonador. Por outro lado muitas perspectivas também utilizavam a crítica ao modelo como forma de anular a experiência por completo. De um lado e de outro, duas faces da mesma moeda. Aceitar ou negar o socialismo sem realizar profundas alterações.

Durante os primeiros anos das reformas na URSS, as esquerdas brasileiras interpretaram tais eventos como a constatação da justeza das suas análises. Petismo e Novo Trabalhismo compartilhavam a mesma convicção. Eram os arautos de um socialismo renovado – “*nem socialismo real nem social-democracia*”. Um conceito taumaturgo que liberava o projeto de qualquer adulteração, retornando-o ao seu estado de pureza original. Em comum, a concepção de que o genuíno caminho brasileiro se construiria como alternativa às tradições socialistas existentes.

O PT pretendia manter distância das heranças comunistas, social-democratas e trabalhistas. Embora contasse nas suas fileiras com agrupamentos leninistas, essa marca conformara-se num forte nexos que selara nos seus primórdios a convivência entre percepções tão díspares. Em relação ao cenário brasileiro, uma crítica comum à tradição anterior a 1964, apreendida como uma experiência “pelega”, “reformista” e de

“traição” aos interesses da classe trabalhadora. Dessa forma o partido marchava na firme convicção de que a crise do socialismo real não lhe atingia diretamente, pois desde a sua fundação criticara os dois grandes ramos do movimento socialista internacional.

Mesmo assim, protagonizando um intenso debate, sem assumir plenamente as suas conexões com as heranças na berlinda, a agremiação realizou importantes alterações durante o I congresso em 1991. Superou a idéia de inevitabilidade do socialismo, o marxismo como doutrina oficial e o messianismo operário. Permanecia a tensão, entretanto, entre a estratégia reformista e rupturista. Como uma questão contemporânea, a discussão em torno da propriedade. O socialismo seria o fim da propriedade privada dos meios de produção? Ou ela conviveria com outras formações, inclusive individuais? Como novidade as correntes petistas incorporavam cada vez mais elementos da cultura nacional-estatista na elaboração do projeto socialista para o Brasil: a preponderância do papel do Estado nos programas de governo, a importância da estratégia da soberania nacional através da defesa das estatais no seu discurso.

O PDT apoiava-se na identidade fundamental do trabalhismo brasileiro: Estado forte, nacionalismo, antiimperialismo. Incorporava-se a essas tradições o ideário socialista sob forte influência da II Internacional: a questão democrática, a via processual, a convivência com vários tipos de propriedade. O “*socialismo moreno*” também fincava raízes nas experiências terceiro-mundistas, permanecendo, portanto, a tensão entre reformas e rupturas revolucionárias.

O pedetismo apropriara-se da simbologia do “novo” de maneira bastante particular. A fundação do partido ligava-se à retomada da herança constituída no pré-64. Todavia ele representava um “novo” trabalhismo que, pretendia, ao mesmo tempo, romper com os velhos “vícios” e trazer para a experiência brasileira os elementos “modernos” do socialismo. A essa novidade juntaram-se também diversos agrupamentos leninistas. Mesmo que muitos mantivessem as suas referências fixadas no modelo soviético – como o Coletivo Gregório Bezerra e a Reconstrução do Partido Comunista – juntavam-se à perspectiva que lhes parecia menos refratária ao comunismo – o PT era visto como uma agremiação fortemente anticomunista – e que representava a afirmação do nacionalismo como uma via para o processo

revolucionário no Brasil. Ao apropriar-se da bandeira do “novo”, pousou as suas bases em elementos antigos do trabalhismo sem repensá-los. Afirmando-se como uma experiência genuína da trajetória brasileira, intentara anular o que considerava negativo das suas tradições. Afirmava um “novo socialismo” sem refletir sobre as marcas indelévels dessa história. Novamente o termo parecia um taumaturgo a fechar todas as chagas.

No turbilhão dos debates que antecederam os últimos congressos, o PCB tencionara realizar transformações profundas na sua cultura política. Mais do que uma renovação diante de um partido esgotado, os encontros derradeiros amadureceram a idéia de uma ruptura radical com a tradição comunista. Dessa forma a mudança do nome, dos símbolos e da sigla coroava as alterações extremas no seu universo ideológico: o afastamento do modelo do socialismo soviético e da forma leninista de partido, a adoção da via processual como elemento de transformação negando o caminho rupturista, o marxismo como um dos instrumentais de análise da realidade e não mais a doutrina oficial partidária, a superação da inevitabilidade do socialismo e da centralidade do operariado no processo de transformações.

Apesar das modificações, até o fim a agremiação manteve-se fiel ao paradigma soviético, mesmo que Moscou já não ambicionasse orientar mais nada nem ninguém. Acompanhando as alterações na URSS, compartilhando das esperanças de renovação do socialismo através da liderança de Gorbachev, e antecipando o seu fim logo após o golpe de agosto naquele país, o Partidão sucumbira com a pátria-mãe. Interessante observar no interior do processo uma troca de sinais entre as frações que se digladiavam na organização. Romperam com o leme soviético os denominados “ortodoxos” – criticados pelo seu dogmatismo em relação à experiência comunista e ao modelo de organização dos partidos de tipo leninista. Desvinculando-se do centro soviético, vários revisitaram as suas análises aproximando-se das teses pecebistas sobre o revisionismo contemporâneo.

Apesar das lealdades, o PCB também tentara se apropriar da simbologia do “marco zero”. Desejando livrar-se do passado, a maioria dos pecebistas apresentava-se como promotora de uma nova forma-partido. Responsáveis pela reoxigenação do ambiente *rouge*, eles seriam o embrião de uma “nova esquerda” no Brasil. Permanecia

a tradicional visão do partido-eleito. Esses, em sua grande maioria, mergulharam no projeto do Partido Popular Socialista (PPS), apreendido como a referência de uma *gauche* moderna. Num outro extremo, entremeando as diversas escolhas operadas pelos pecebistas, diversos partidários realizaram uma outra travessia. Eles não ansiavam o “novo”. A sua meta direcionava-se para a retomada da “velha” tradição comunista, refundando o PCB. Embora não trabalhassem com o “marco zero”, compreendiam a sua missão como o resgate do “verdadeiro” PCB.

As revisões da cultura política do PC do B foram marcadas por mediações que não alteraram o cerne do seu pensamento político. Do socialismo soviético os pecebistas mantiveram a identificação com o processo revolucionário e com industrialização acelerada, realizando críticas moderadas aos excessos dos anos Stálin. Flexibilizando a sua cosmologia, eles localizaram já na época áurea do comunismo na URSS a presença dos problemas que desencadearam a ascensão do revisionismo da década de cinqüenta. Mantinha-se, entretanto, o mesmo modelo leninista de partido e a visão rupturista do processo revolucionário.

Por motivações diversas, o PC do B, apesar das fortes raízes fincadas no bolchevismo, também rejeitava a experiência do socialismo real. A chave de tal recusa localizava-se no corte efetuado pelo XX Congresso do PCUS. Dessa forma os eventos no bloco pró-soviético apenas corroboravam as denúncias exaustivamente propaladas pelo partido há várias décadas. O PC do B também estava à procura de um “comunismo das origens”, aquele perdido nos anos heróicos da construção do socialismo na URSS, liderados por Lênin e depois Stálin. Todavia, destoando das demais agremiações, a organização não assimilou a simbologia do “novo” na renovação do seu pensamento político. Para manter as suas tradições ele não podia sustentar um “marco zero”. Esse processo havia sido realizado trinta anos antes, dividindo a linha do tempo do movimento comunista internacional.

As esquerdas brasileiras também conferiram poucas reflexões à experiência da social-democracia e dos partidos socialistas europeus no transcorrer do século XX. As abordagens apoiavam-se num aforismo que parecia sintetizar toda a trajetória de tais agrupamentos. Administradores do capitalismo – mesmo que reivindicassem as melhorias substanciais na condição de vida das classes trabalhadoras do velho

continente – eram avaliados negativamente, representando o caminho da capitulação dos ideais transformadores. Apegadas à sentença “*nem socialismo real nem social-democracia*”, o campo *rouge* nacional abdicou de realizar um profundo balanço sobre essas experiências, sobre as suas relações com o sistema constituído numa atmosfera não revolucionária. As mesmas que se postulavam à condição de alternativa de poder no Brasil nada tinham a sorver da trajetória de seus congêneres?

Dessa forma, nos primeiros anos da década de oitenta, partidos como o PT e o PDT não se percebiam inseridos nos problemas das instituições social-democratas. Teciam uma crítica radical às mesmas. Até mesmo o Novo Trabalhismo, representante oficial da II Internacional no Brasil, afastava-se daquele modelo. Por outro lado, à medida que o colapso do bloco comunista soviético avançava, as suas concepções tornavam-se panacéias para todos os males. De ponta-a-cabeça os sinais se invertiam. As teses social-democratas apareciam, então, como uma via possível para a construção de uma perspectiva processual e reformista.

Nacionalismo, democracia e socialismo: entre reformas e rupturas

Cada uma à sua maneira, as esquerdas brasileiras propuseram-se a reconstruir a utopia socialista. Que concepções preservar? Que novas perspectivas incorporar? Três elementos destacaram-se nesses debates. A centralidade da questão nacional, da via democrática e processual mesmo que permeadas pelo horizonte da ruptura revolucionária.

No final dos anos setenta o internacionalismo se contrapunha ao horizonte nacionalista nos discursos difundidos por diversas correntes petistas. Mas, *pari passu* ao colapso do socialismo real, o apelo do nacional reforçara-se no Brasil em momentos fundamentais da conjuntura, tais como os da Constituinte e da eleição presidencial de 1989. Remodelado, as esquerdas brasileiras consolidaram em seus programas as marcas do nacional-estatismo. Cada vez mais distantes das revoluções mundiais, essa proposição ascendia como um fator motivador das transformações. Tornara-se uma peça chave nas proposições das mesmas durante os anos noventa: uma defesa radical das estatais e da ampliação do papel do Estado na promoção de justiça social, o

reforço da concepção da soberania nacional como um marco de contraposição à globalização, o fortalecimento da luta antiimperialista diante das investidas norte-americanas. Essa tendência não era uniforme, e encontrava-se de maneira diferenciada nos diversos partidos do campo, convivendo com aspectos fortemente liberais. Todavia, é notória a adesão ao paradigma nacional como um elemento de afirmação de um projeto de desenvolvimento específico para o Brasil.

Essa abordagem não era inédita, comparando-se à guinada sofrida pelo movimento socialista internacional desde o final do século XIX, diante da necessidade de conectar o projeto de transformação radical da sociedade aos anseios das classes laborais de cada Estado-nação.¹ Contrariando as previsões de Karl Marx – cujas assertivas destinavam ao século XIX a ascensão da burguesia e do nacionalismo e profetizavam o século XX como a era do internacionalismo proletário –, as esquerdas perceberam na afirmação do elemento nacional uma via para consolidar e ampliar o seu projeto político. Defronte à emergência das lutas nacionalistas na antiga área do império russo e nos Bálcãs em carnificina, a América Latina também viu ressurgir como uma alternativa às mazelas das experiências neoliberais no continente o discurso nacional-democrático e lideranças que expressavam tais movimentos.

A questão democrática também centralizara as ações das esquerdas. Apresentava-se como o aspecto que melhor se adequava ao ambiente estabelecido no Brasil desde o final dos anos setenta e às modificações urgentes pelas quais o país necessitava passar. Após um longo período de exceção, a perspectiva reordenava o discurso da *gauche* brasileira fortemente identificado com as heranças da II e da III Internacional. Portadoras de um prestígio adquirido pelas produções de sentido

¹ Segundo Daniel Aarão Reis, no final do século XIX os partidos socialistas incorporaram definitivamente a questão nacional à sua estratégia política. Amparados nas teses de Marx, o tema suscitara grandes polêmicas no seio da Internacional. Ele pertencia, por excelência, ao programa burguês. Entretanto, de forma irresistível, os partidos socialistas cresciam à medida que impregnavam o seu discurso das tradições nacionalistas dos respectivos países. Assim a Internacional Socialista limitava-se a um papel confederativo, reunindo as agremiações de cada nação sem conseguir organizar uma ação unificada entre as suas seções. A Internacional Comunista também se demarcara pela presença do fator nacional através das inflexões realizadas por Lênin. De forma inovadora, o dirigente russo detectou a centralidade da questão para a luta contra o tsarismo através da bandeira da autodeterminação dos povos. Esta abordagem solidificaria a relação entre as lutas de libertação nacional e o socialismo nas regiões periféricas do planeta sob o viés do anti-imperialismo. Ver: **REIS**, Op. cit., 1995. pp. 26, 34, 69, 70.

elaboradas no decorrer da abertura política, aquele momento fortalecia a idéia de um movimento de renovação.

A incorporação do tema nas suas plataformas programáticas revelava a permanente tensão entre as estratégias rupturistas e processualistas. Todavia nenhum partido menoscabou o assunto. Esse confronto estava presente no socialismo petista, expressando a força das correntes marxistas revolucionárias no seu interior. Os debates preparatórios para o I congresso do PT tentaram superar o dilema. Se algumas tendências e intelectuais do partido propunham o abandono da via rupturista, diversos agrupamentos advogavam um *aggiornamento* entre tais perspectivas, como a famosa “estratégia da pinça” da Democracia Socialista. À medida que as possibilidades de revoluções tornavam-se remotas e retrocediam em diversas áreas do planeta, a via das reformas graduais se impôs como o meio viável, e, para muitos, único, de transformar o Brasil.

O Novo Trabalhismo incorporara desde a sua refundação o caminho democrático como uma marca central das mudanças estruturais a serem conduzidas no país. Entretanto a força do nacionalismo e do terceiro-mundismo no seu ambiente interno – além da significativa presença de indivíduos e organizações comunistas – propiciava a abertura de uma porta em direção às rupturas revolucionárias. Uma espécie de resistência aos arbítrios norte-americanos sobre a soberania nacional. Todavia a estratégia preferencial não mais se apoiava nas grandes conflagrações, mas numa via reformista e processual.

O PC do B, embora permanecesse como uma organização marxista-leninista, também destinara um grau de atenção à questão democrática. Ainda trabalhada de maneira instrumental, adjetivando-a de burguesa e proletária, e permeada pela centralidade do conceito de ditadura do proletariado, ela continuava subordinada aos atos de força de uma classe sobre a outra, abrindo margem para a constituição de direitos diferenciados a partir do critério classista. Entretanto o socialismo apresentava-se como um Estado de direito, resguardando princípios básicos que não poderiam ser atropelados.

A questão democrática guiou a ação do PCB na conjuntura brasileira. Ela reforçava as ligações entre os embates no Brasil e na URSS. Ambos os países

passavam por um processo de abertura e necessitavam de profundas reformas. Por esse viés o partido pretendia mostrar-se como o formulador da política mais conseqüente para os dilemas nacionais. Ela também desvelava a persistência de tensões em relação às estratégias rupturistas e processuais desde os anos cinqüenta, e que se supunha superada com a Declaração de Março de 1958. Fixando-se no meio do caminho, sem incorporar conseqüentemente a via insurrecional nem a democracia progressiva, o Partidão não conseguiu operar uma síntese entre ambas, mantendo-as justapostas no seu interior, contradição que tenderia a explodir nos momentos de luta pelo controle do PCB.

No final do século as esquerdas brasileiras apropriaram-se da democracia como um elemento central do projeto socialista. Nos debates travados no seio desse campo político, o Estado socialista deveria ser guiado pelos princípios básicos dos direitos humanos, do respeito à individualidade, da alternância e da pluralidade política, dotadas de um ordenamento jurídico claro.

Os anos da redemocratização brasileira abriram a cena para a emergência de novos movimentos sociais. Feministas, GBLTs, ecológicos, indígenas, associativos, juvenis, de igreja e uma miríade de entidades que se tornaram a grande novidade da época, revelando uma sociedade complexa. Logo não era mais possível fazer política sem levar em conta a diversidade das demandas formuladas por tais atores. A centralidade operária e o seu universo fabril tornavam-se insuficientes para expressar identidades tão diversas, compartilhadas de forma fragmentada pela própria classe operária.

Cânones do pensamento clássico marxista, como o messianismo proletário industrial com o seu projeto de emancipação universal, foram fortemente questionados pelo novo quadro social. Mesmo que nem todas as organizações das esquerdas brasileiras tenham revisto formalmente esses princípios, elas incorporaram à sua ação a necessidade de elaborar respostas para aqueles pleitos, causando em diversos momentos um confronto com a linha tradicional. No transcorrer da crise do projeto socialista, o confronto com o seguinte impasse: como incorporar aqueles movimentos sociais sem macular a via tradicional? Ou a mesma precisava ser superada? Apesar da sua força evidente, essas áreas de atuação política permaneceram segmentadas, sem

conseguir se inserir na estratégia socialista das esquerdas através da formulação de uma nova síntese.

O impacto da cena política brasileira sobre as esquerdas

O comportamento das esquerdas brasileiras diante do intrincado panorama político nacional dos anos oitenta configurou-se numa peça central para compreender a sua sobrevivência ao colapso do projeto socialista. Uma tática mais afinada com os elementos mais dinâmicos da conjuntura dotou os partidos de melhores condições para proceder ao balanço das questões suscitadas por aqueles eventos. Exemplificam esta tese os casos do PT, PDT e PC do B. Em momentos distintos os três partidos distanciaram-se do PMDB. De grande vetor da redemocratização à decepção nacional, atolado numa crise de enormes proporções, incapaz de infundir um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

O PT, que assumira desde o início dos anos oitenta uma postura de acirrada oposição ao Colégio Eleitoral e à Nova República, foi o partido que mais capitalizou com o fracasso do governo de transição. Munido de um discurso fortemente sindicalista e demarcado pela bandeira da ética na política, afinava-se difusamente com as diversas formas de insatisfação popular que cresciam à medida que a crise nacional aprofundava-se. Esse descontentamento possuía diversos espelhos: as reivindicações do funcionalismo público e do mundo do trabalho privado, a emergência de novos movimentos sociais e da juventude que retornava à participação política, das classes médias depauperadas com o aprofundamento dos problemas econômicos, o repúdio ao crescente clientelismo e fisiologismo partidários.

O PDT também possuía uma situação singular na conjuntura nacional. Apesar do seu apoio à solução do Colégio Eleitoral, o lançamento de Brizola à presidência da república imputava-lhe a tarefa de se postular como uma alternativa de poder. A agremiação também colheu dividendos, disputando como o petismo a hegemonia das esquerdas brasileiras.

O PC do B iniciou os anos oitenta integrando a frente democrática, apoiando as iniciativas que consolidassem a democracia no Brasil. Apesar da participação ativa nos

governos de coalizão, o partido não se descolou da radicalização dos movimentos sociais, especialmente o sindical, redirecionando a sua atuação no VII congresso de 1988, definindo-se enquanto oposição à Nova República, e aproximando-se do PT e do PDT.

Comparando a trajetória dos dois representantes mais importantes do comunismo brasileiro, a postura assumida por cada um no contexto nacional tornou-se um elemento central na garantia da sua sobrevivência diante da grave crise. Afinal de acordo com a lógica, à primeira vista, o colapso do comunismo condenaria ao desaparecimento as organizações mais “ortodoxas”. Pelo contrário, ele auxiliou na pulverização do congêneres que tentou flexibilizar ao máximo a sua cosmologia.

Assim sendo, a dissolução do PCB não pode ser explicitada somente através dos acontecimentos no campo do socialismo realmente existente. Acumulando uma plethora de dilemas durante a década de oitenta, os primeiros anos da *Perestroika* fortaleceram a agremiação, unindo-a em torno dessa política e da possibilidade, enfim, de um novo fôlego para o socialismo soviético. Na cena tupiniquim as diferenças acumulavam-se. Sem realizar grandes inflexões, mantendo, apesar das contradições, uma atitude defensiva e temerosa de radicalização enquanto a crise nacional aprofundava-se, os anos derradeiros do Partidão foram assinalados por graves diferenças em relação ao projeto socialista e ao balanço da política doméstica.

A resposta elaborada pelas esquerdas brasileiras aos desafios da política nacional repercutiu decisivamente. Propiciou uma melhor resistência ao colapso do seu projeto estratégico. Assim, na virada da década de oitenta para a de noventa, as organizações *vermelhas* experimentaram um paradoxo. Ao contrário de outras regiões do planeta, de onde foram varridas do mapa político ou sofreram graves reveses eleitorais, no Brasil elas não desapareceram. Pelo contrário, até cresceram, inclusive partidos como o PC do B, apreendidos como dogmáticos. Observando os números eleitorais, as esquerdas não foram mal. Sob esse prisma a década não foi perdida.

Entretanto as vitórias parciais encobriam as suas dificuldades cada vez maiores de repensar e recriar uma nova utopia socialista. O caso do PT era singular. Até que ponto o crescimento ininterrupto do partido protegera-o de um balanço mais profundo sobre a sua estratégia central? A pujança eleitoral, contudo, não evitou o revés diante

da mais grave crise da história do socialismo. Despidas de um projeto alternativo, as antigas certezas foram cedendo cada vez mais ao pragmatismo. A expressão concreta desse movimento se situava na transformação operada por vários de seus militantes e dirigentes: a não distinção entre esquerda e direita, a incorporação do *modus operandi* e da visão de mundo liberal, o abandono cada vez maior da ação coletiva em prol de outro mundo possível. Às vezes, simplesmente o cansaço. As esquerdas não eram homogêneas, é verdade, e o impacto dependeu do grau de relação com as experiências do socialismo real e da sua inserção no contexto nacional.

Novamente a arena da “traição”. Mas até que ponto a sociedade brasileira também não bonificou a perspectiva “pragmática” em detrimento de lideranças ideológicas? Em que medida o “pragmatismo” acaba apresentando proposições mais realistas para os anseios imediatos de trabalhadores, populares e movimentos sociais, todos eles portadores de uma agenda que nem sempre se propõe a esperar o tempo da consolidação de uma hegemonia revolucionária?

Diante do paradigma perdido, as possíveis metamorfoses

Plantadas sobre o solo tupiniquim, as esquerdas brasileiras intentaram passar pela crise sem sofrer graves reveses. Muitas coisas estavam em jogo. No país elas não eram apenas atores secundários, devotados à propaganda política. Tinham a possibilidade concreta de alcançar o poder, e fazer mudanças estruturais em nome de um futuro e cada vez mais longínquo socialismo.

No final do século XX, diversas organizações internacionais depositaram sobre as esquerdas brasileiras – especialmente sobre o PT – a incumbência inédita de construir algo genuíno, que apontasse novidades para outros países. Seriam elas, então, o “novo farol” do século XXI? Se os partidos são, antes de tudo, a visão de mundo de seres humanos, como construir algo “novo” sobre os escombros de militantes desatinados, perplexos, paralisados diante da reviravolta que alterara os sinais de toda uma era? Parafraseando Freud, se havia um mal estar na civilização, ele se encontrava latente no final do século XX. Um “sonho acabou”, uma derrota histórica dos projetos almeçados, e vividos com sangue e abnegações. Uma morte em vida de onde muitos

tentavam ressurgir. Absolutamente ninguém passou incólume pelo fim melancólico das primeiras experiências socialistas do planeta. Em busca de novos paradigmas, muitos membros das esquerdas leram os signos das mudanças como um desapego radical do passado. Das priscas eras nada servia. Nada se levaria. Seria possível nessa trajetória desnudar-se das heranças, marcas indeléveis que as direitas faziam questão de avivar?

Diversas linhas de pensamento identificaram no colapso do projeto socialista e na profunda crise das esquerdas a confirmação da clássica tese de Robert Michels sobre a oligarquização das instituições, inclusive das agremiações de esquerda, e a sua incompatibilidade com a democracia. Segundo este autor, analisando o caso do partido social-democrático alemão no final do século XIX, toda forma de organização resultaria na formação de uma casta dirigente de profissionais, praticamente inamovíveis e que zelaria pelos seus exclusivos em detrimento do interesse geral.¹

A leitura do livro revela um diagnóstico preciso e atual sobre os impasses das agremiações políticas no mundo contemporâneo. Os debates travados no seio das esquerdas brasileiras também assinalavam as críticas e os dilemas em torno da ação de dirigentes onipotentes e de parlamentares incontroláveis. Irresistível, quase como uma profecia para os acontecimentos irrompidos no Brasil, como não concordar com o processo de burocratização e autonomização de autênticas lideranças sindicais? Como não verificar o processo de institucionalização das esquerdas brasileiras e a opção por caminhos distintos quando chegaram ao poder?

O diagnóstico, entretanto, conduz a uma rua sem saída. Ao fim das utopias preconizadas pelos arautos do realismo do final do século. De forma inelutável, todos os partidos teriam o mesmo fim. Restaria o nihilismo. Ou o aprisionamento no argumento da “traição”. Ser poder e defender princípios seriam elementos incompatíveis? Seria o destino de todos os partidos políticos a “traição” aos seus ideais? E a população seria eternamente uma vítima impotente de tais artimanhas?

Tentando sair do ciclo de respostas impossíveis, algumas considerações. As oligarquias existem, mas elas não possuem um grau de autonomia absoluto. Para confirmar a sua supremacia, e continuar se reproduzindo, elas precisam ser a expressão do partido e da sociedade nas quais estão inseridas. Pelo contrário, se

¹ MICHELS, Op. cit.

houve um aspecto positivo da crise foi a abertura de portas, possibilitando o questionamento de poderes sedimentados. Por isso, não bastou apenas ao grupo de dirigentes decidirem mudar. Trabalhando com alguns elementos das análises do sociólogo Pierre Bourdieu sobre a conformação dos campos políticos, esses profissionais ampararam-se em forças exteriores ao partido para fazerem valer a sua palavra. A legitimação das novas idéias dependera do grau de força do seu capital político para realizar tais transformações.¹ Portanto, definindo o partido político não apenas como uma associação concorrente no mercado eleitoral, mas como um difusor de visões de mundo, o seu sucesso dependera da sua capacidade de infundir tais concepções, simultaneamente uma via de mão dupla entre a elaboração das idéias da instituição e as concepções existentes na sociedade e entre os seus partidários. Por outro lado, as mudanças impostas, e totalmente alheias à cultura política partilhada pelos membros de um determinado partido, levariam ao aprofundamento da crise, à pulverização e à implosão de tais organizações. Assim sendo, os seus profissionais difundiram as suas teses, mediando-as com a cosmologia predominante. Quem conseguiu realizar a travessia sem romper radicalmente com as suas tradições, efetuou a metamorfose. Sobreviveu à crise.

Apoiando-se em Serge Berstein, um retorno às conclusões de respostas difíceis. Criticando Michels, o autor percebe a existência de uma “*linha democrática*” a perfurar o anteparo das oligarquias. Paradoxalmente, para obter sucesso na concorrência com os seus oponentes, elas precisariam do apoio da maioria dos partidários do seu campo político. Dessa maneira a resposta à oligarquização não seria a impossibilidade da democracia, mas o amadurecimento e o reforço das práticas democráticas na sociedade e no interior do partido. Ou seja, quanto maior o controle social, maiores as dificuldades das oligarquias anularem a opinião e a vontade dos seus membros.²

No processo de reflexão sobre as bases do seu pensamento político, visando transformarem-se, as esquerdas brasileiras arriscaram perder a sua identidade. Aventuraram-se a se tornar o *alter*. Mas, segundo Gilberto Velho, ninguém se transmuta sem manter as marcas indelévels daquilo que um dia foi. As *gauches* brasileiras

¹ BOURDIEU, Op. cit., 1998.

² BERSTEIN, Op. cit., p. 85.

também. Mesmo que tenham empurrado para debaixo do tapete “velhas máculas”, elas mudaram e até mesmo reavivaram antigas heranças. Repletas de ambivalências, a apropriação de paradigmas diversos possuía um limite, a relação com a sua cultura política predominante.

Sob uma perspectiva otimista, a crise não expressou apenas a catástrofe. Abertos novos horizontes, as esquerdas podem reformular e se reapropriar de antigas tradições, identificando novos lugares de memória no mundo do pós-comunismo. Ambivalentes, sem ideais-tipos inalcançáveis, elas agora podem construir para um mundo concreto, um projeto possível de socialismo. Para homens e mulheres de carne e osso, sem missões escatológicas, mas que almejem abraçar a possibilidade de construir uma sociedade socialista, igualitária e democrática. A pergunta final então se impõe. O que significa ser socialista hoje? Uma resposta imponderável, mas que parte de um pressuposto: a impossibilidade de construção de um projeto unívoco. Um mito almejado que jamais se realizou. Essencialmente polifônicas, as esquerdas exprimem uma série de tradições num processo constante de síntese. É, talvez o socialismo do século XXI seja isso. Uma síntese de “velhas” e “novas” tradições num incessante processo de circularidade e de reinvenção.

Bibliografia

ABRAMO, Perseu. *Proibido ficar perplexo*. in: *Teoria e Debate*, São Paulo, nº 3, 30 de junho de 1988.

ANDERSON, Perry. *O fim da história. De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ANDERSON, Perry.; **CAMILLER**, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AZAMBUJA, Carlos I.S. *Notícias de Jornal Velho: O início do fim do PCB*. 20 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.midiaseemmascara.com.br>

BACZO, Bronislaw. Imaginação social. in: *Enciclopédia Einaldi. Anthropos-homem*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BARRETO, Raquel de Andrade. Aquela 'neguinha' atrevida: Lélia Gonzalez e o movimento negro brasileiro. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964 ...*, vol. 3, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. in: **RÉMOND**, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996.

BOMENY, Helena. Salvar pela escola: programa especial de educação. in: **FERREIRA**, Marieta de Moraes (org.). *A Força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. RJ: Ed. FGV; ALERJ, 2008. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

_____. *O poder simbólico*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. RJ: ABDR, 1995.

BUONICORE, Augusto. *O Partido Comunista do Brasil em 1979*. 8 Julho de 2009. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=59310>. Acesso em 18 de julho de 2009.

BURKE, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. 2ª ed., São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAMARGO, Aspásia; **DINIZ**, Eli (orgs.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A militância da esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964* vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. Um longo caminho*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CHUAHY, Eduardo. *Populismo, a quem serve a confusão conceitual?* 1ª ed., RJ: Edição do Autor, 2002.

CLAUDÍN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform*. Ruedo Ibérico, Paris, 1970 e *La oposición en el «socialismo real»: Unión Soviética, Hungría, Checoslovaquia, Polonia: 1953-1980*, Siglo Veintiuno de España, Madrid, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª ed., ampliada. RJ: Salamandra, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson; **NOGUEIRA**, Marco Aurélio (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. 2ª ed., RJ: Paz e Terra, 1988.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. “Troca de sinais: uma análise histórica da leitura do jornal *O Globo* sobre as reformas na União Soviética (1985-1991)”. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História da UFF, março de 2000.

D' ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais*. Estudos Históricos, RJ, vol. 3, nº 6, 1990. pp. 196-206.

_____. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. RJ: FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). in: **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves; **FERREIRA**, Jorge. (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 45 ao golpe civil-militar de 64*. Vol. 3. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

_____. 1964: temporalidade e interpretações. in: **REIS**, Daniel Aarão; **RIDENTI**, Marcelo; **MOTTA**, Rodrigo Patto Sá (orgs.) *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. in: **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves; **FERREIRA**, Jorge. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. vol. 4, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia. A história da esquerda na Europa, 1850 – 2000*. 1ª ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Luís. *O Enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. RJ: Mauad, 2000.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular*. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.) *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945-1964*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIORI, José Luís. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. in: **TAVARES**, Maria da Conceição; **FIORI**, José Luís. *Desajuste global e modernização conservadora*. SP: Paz e Terra, 1996.

FORTES, Alexandre (org.). *História e perspectivas da esquerda*. 1ª ed., SP/Chapecó: Ed. Fundação Perseu Abramo/ Argos, 2005.

FREIRE, Américo. *Reconstruindo Brizola. Esquerda armada e o novo trabalhismo – notas de pesquisa*. VIII Encontro Regional Sudeste de História Oral. Memória e política, 07 a 09/11/2007. in: RJ: CPDOC/ FGV. CD-ROM 19.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. RJ: IUPERJ/Vértice, 1988.

GARCIA, Marco Aurélio. Terceira Via – a social-democracia e o PT. in: *Teoria e Debate*, SP, nº 12, 1990. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. *Trabalhismo e democracia. O PTB sem Vargas*. in: **GOMES**, Angela de Castro (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. RJ: Relume Dumará, 1994.

_____. *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. in: **FERREIRA**, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.) *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945-1964*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela, **D'ARAÚJO**, Maria Celina Soares d'. Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. 1987.

GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika. Novas idéias para o meu país e o mundo*. 3ª ed., SP: Ed. Best Seller, 1987.

GORENDER, Jacob, A revolução de outubro: revolução ou golpe de Estado? in: **COGGIOLA**, Osvaldo (org). *Trotsky Hoje*. SP: Ensaio, 1994.

GRIJÓ, Luís Alberto. *Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo*. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945-1964*. Volume 2. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

HABERMAS, Jünger. Que significa socialismo hoje? Revolução recuperadora e a necessidade de revisão da esquerda. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 30, 43-62, Julho. 1991.

HANECKER, Marta. *O sonho era possível. A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. Havana / São Paulo: MEPLA / Casa América Livre. 1994.

JULLIARD, Jacques. A política. in: **LE GOFF**, Jacques; **NORA**, Pierre. *História, novas abordagens*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979.

KANAPA, Jean. As características do eurocomunismo. in: *O Eurocomunismo*. Coleção Práxis, nº 48, Lisboa: Editorial Stampa, 1981.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética. A recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. RJ: Campus, 1988.

_____. Socialismo, por onde recomeçar? - Janelas abertas. in: *Teoria e Debate*, SP, nº16, out/nov/dez 1991. Site: <http://www.fpabramo.org.br>.

LAZAR, Marc. *La gauche en Europe depuis 1945. Invariants et mutations du socialisme européen*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

LIMA, Hamilton Garcia de. *PCB e PT em dois tempos – socialismo, pragmatismo e poder*. Niterói, tese de doutorado do PPGH UFF, 2005.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. As esquerdas na ditadura militar. O cristianismo da libertação. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964 ...*, vol. 3, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado. in: **RIDENTI**, Marcelo; **REIS FILHO**, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. vol. 6, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). in: **RIDENTI**, Marcelo; **REIS**, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 1920 a 1960*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

MICHELs, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

MOORE, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. SP: Brasiliense, 1987.

MORAIS, Fernando de. *Olga*. 1ª ed., SP: Alfa Ômega, 1985.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: **LE GOFF**, J, **NORA**, P. *História: Novos problemas*. 2. ed., Rio de Janeiro: Livraria ed. Francisco Alves, 1979.

NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. SP: Ática, 1989.

OZAÍ, Antônio. Partido Comunista do Brasil (PC do B) – O impacto do leste europeu (2). *Revista Espaço Acadêmico*, nº 71, ANO VI, abril de 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 10 de maio de 2009.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. RJ: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

_____. A trajetória de Luiz Carlos Prestes. in: **FERREIRA**, Jorge, **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964* vol. 3, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

POLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. in: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

POMAR, Wladimir. *O enigma chinês. Capitalismo ou socialismo*. SP: Alfa-ômega, 1987.

PRZERWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. SP: Cia das Letras, 1991.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. in: **REIS FILHO**, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil. O impacto das revoluções*. Vol. 1. RJ: Paz e Terra, 1991.

_____. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *A aventura dos projetos socialistas contemporâneos: a social-democracia internacional e o modelo soviético*. Concurso para Professor Titular de História Contemporânea. Niterói, 1995.

_____. *Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético*. 1ª ed., SP: Fundação Perseu Abramo, 1996.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

_____. O Colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. in: **FERREIRA**, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. in: **REIS**, Daniel Aarão, **RIDENTI**, Marcelo, **MOTTA**, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)* Bauru, São Paulo: EDUSC. 2004.

_____. As esquerdas no Brasil. Culturas políticas e tradições. In: **FORTES**, Alexandre (org.). *História e perspectivas da esquerda*. 1ª ed., SP/Chapecó: Ed. Fundação Perseu Abramo/ Argos, 2005.

_____. Entre reformas e revolução. A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. in: **RIDENTI**, Marcelo; **REIS FILHO**, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. vol. 5. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964* Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária (POLOP) (1961-1986). **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964*, vol. 3, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

RÉMOND, René. Do político. in: **RÉMOND**, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996.

_____. Uma história presente. in: **RÉMOND**, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.) *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945-1964*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Marxismo, sociedade e partidos políticos hoje. in: **RIDENTI**, Marcelo; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. vol. 6, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SADER, Emir. *A transição no Brasil. Da ditadura à democracia?* 4ª ed., São Paulo: Atual, 1990. p. 55.

_____. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: **REIS**, Daniel Aarão [et al.]. *História do marxismo no Brasil*. vol. 1. RJ: Paz e Terra, 1991.

SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964* Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas. in: **RIDENTI**, Marcelo; **REIS FILHO**, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e movimentos após os anos 1960*. vol. 6. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. O partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo real. in: *Revista Brasileira de História*. SP, vol. 28, nº 56, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio, **ANTUNES**, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. in: **RIDENTI**, Marcelo, **REIS**, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil. Partidos e movimentos após os anos 1960*. vol. 6. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. **REIS FILHO**, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil. O impacto das revoluções*. vol.1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *O pecebismo inconcluso. Escritos sobre idéias políticas*. Rio de Janeiro: Sociedade do livro: Editora Universidade Rural, 1992.

SEGATTO, José; **SANTOS**, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista. in: **RIDENTI**, Marcelo; **REIS FILHO**, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. 6. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

SENTO-SÉ, João Trajano. **SENTO-SÉ**, João Trajano. *As várias cores do socialismo moreno*. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.49-76, jan./dez. 2004.

_____. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. in: **FERREIRA**, Jorge; **REIS**, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964* vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Fabrício Pereira da. *Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)*. RJ: dissertação de mestrado do PPGH UFRJ, 2005.

SILVA, Antonio Ozaí da. O Partido Popular Socialista (PPS). *Revista Espaço Acadêmico*, nº 57, fevereiro 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. in: **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves; **FERREIRA**, Jorge. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. vol. 4, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. SP: Ática, 1992.

TOGLIATTI, Palmiro. Entrevista a *Nuovi Argomenti*. in: *O Eurocomunismo*. Coleção Práxis, nº 48, Lisboa: Editorial Stampa, 1981.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. SP: Global, 1980.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. 2ª ed., RJ: Jorge Zahar editor, 1999.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A guerra fria. in: **REIS**, Daniel Aarão; **FERREIRA**, Jorge; **ZENHA**, Celeste. *O século XX. O tempo das crises*. Vol. 3, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. 2ª ed., RJ: Paz e Terra, 1980.

PARTIDO DOS TRABALHADORES:

1917 – 1987. *Socialismo em debate*. Coleção Universidade Livre dos Trabalhadores. SP: Instituto Cajamar, agosto de 1988.

Convergência Socialista: Teses sobre a situação política mundial. Ano 1990 / As etapas da revolução mundial. Elementos de materialismo histórico. Apostila nº 1, março de 1990 / Boletim de Discussão Internacional. Projeto de Documento Mundial. CEI, junho de 1991 / Projeto de documento mundial. Boletim de Discussão Internacional - CEI. Junho de 1991 / *Correio Internacional*, SP: Convergência Socialista Editora e Gráfica, Junho de 1990. *Jornal Convergência Socialista*, nº 304, nº 305, nº 306.

Em Tempo. Publicação da tendência Democracia Socialista do PT, SP: Editora Aparte, nº 243, nº 253.

Jornal do Congresso do PT. Publicação da Coordenação Política geral do Congresso, nº 2, nº 5.

Nilmário Miranda rejeita refundação do vitorioso PT. Entrevista de Nilmário Miranda ao *Jornal Bahia de Fato*, em 9/ 02/ 2007. Disponível em: <http://www.bahiadefato.blogspot.com>.

PONT, Raul. *Refundar o PT*. Disponível em: <http://www.democraciasocialista.org.br>.

Por uma Refundação Democrática do PT, em 03/ 09/ 2005. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>.

O PT e o marxismo. Caderno especial de Teoria & Debate. SP: Partido dos Trabalhadores, Diretório Regional de São Paulo, 1991.

Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998). SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. 1ª ed., 1999, SP: Centro Sérgio Buarque de Holanda (fundação Perseu Abramo). Arquivo digital.

Tarso Genro recebe ataque da esquerda do PT. Reportagem *Valor Econômico*, em 07/ 02/ 2007. Site: <http://www.noticias.uol.com.br>.

Teoria e Debate. Revista Trimestral do Diretório Regional de São Paulo do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO:

Revista *Novos Rumos*, período de 1985 a 1991.

Revista *Veja*, ano 20, 06/ 01/ 1988.

Jornal *Voz da Unidade*, período de 1985 a 1991.

Arquivo pessoal do ex-presidente do PCB- RS, Domingos Roberto Todero.

Arquivo pessoal dos ex-dirigentes pecebistas Kadu Machado, Marcelo Barbosa e Sérgio Batalha, do jornal *Algo a Dizer*.

<http://www.youtube.com> (10º Congresso PCB – o racha) – Declaração de Ivan Pinheiro no X Congresso do PCB.

AMORJ: Documentos diversos. Resoluções, manifestos, teses, entrevistas, discursos. in: Acervo do AMORJ (Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro). Fundo PCB e Coleções particulares de militantes comunistas.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL:

AMORJ: Documentos diversos. Resoluções, manifestos, teses, entrevistas, discursos. in: Acervo do AMORJ (Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro). Fundo PC do B e coleções particulares de militantes comunistas.

Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. SP: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

Revista *Princípios*. SP: Editora Anita Garibaldi. CDROM. 2009.

O socialismo vive. Documentos e resoluções do VIII Congresso do Partido Comunista do Brasil. 2ª ed., SP: Editora Anita Garibaldi, 1992.

Tribuna de Debates.

http://www.fy.wikipedia.org/wiki/vladimir_lenin

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA:

AMORJ: Documentos diversos. Resoluções, manifestos, teses, entrevistas, discursos. in: Acervo do AMORJ (Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro). Fundo PC do B e Coleções particulares de militantes comunistas.

FUNDAR – Fundação Darcy Ribeiro: Documentos do Fundo Darcy Ribeiro – Campanha 89, Terceiro Congresso do PDT.

RIBEIRO, Darcy. Confissões. SP: Cia das Letras, 1998.

NEIVA MOREIRA. A crise soviética. *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 142, ano XIV, agosto de 1991.

POERNER, Arthur. *Brizola, quem é?* RJ: Ed. Terceiro Mundo, 1989.

Livros, manifestos, panfletos do acervo da própria autora:

BASSO, Agenor. PDT. *Fontes trabalhistas. Realizações sociais.* Caxias do Sul: Edição do autor, 2000.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. Volume único, PDT, PDT, RJ, junho de 2006.

COLETIVO GREGÓRIO BEZERRA. *Resoluções da 2ª Conferência estadual.* RJ: s/ed., 1987.

CHUAHY, Eduardo. *Populismo, a quem serve a confusão conceitual?* 1ª ed., RJ: Edição do Autor, 2002.

JUVENTUDE SOCIALISTA. PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Cadernos da Juventude.* Vol. 1. RJ: s/ed., 2007.

MANESKY, Osvaldo; SAPUCAIA, Madalena; BECKER, Paulo (orgs.). *Com a palavra Leonel Brizola.* RJ: s/ed., 1994.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O caminho da revolução brasileira.* RJ: Guanabara; Ed. Melso Sociedade Anônima, s/d.

_____. *Brizola e o trabalhismo.* RJ: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Trabalhismo e socialismo no Brasil. A Internacional Socialista e a América Latina.* SP: Global Editora, 1985.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social. Coleção Brasil – debate, 2ª ed., PoA: Regel, 2008.*

RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA. *Socialismo, a única solução para o povo brasileiro.* 1ª Conferência de Reconstrução do PCB. Estado do Rio de Janeiro. RJ: dezembro de 1985.

SANTOS, Theotonio dos. *O caminho brasileiro para o socialismo*. Petropolis: Vozes, 1985.

RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA. *Socialismo, a única solução para o povo brasileiro*. 1ª Conferência de Reconstrução do PCB. Estado do Rio de Janeiro. RJ: dezembro de 1985. p. 39. Acervo particular da autora.

Acervo particular de Mário Arthur Pardal:

BAMBIRRA, Vania. *Os programas dos partidos políticos no Brasil: uma análise comparativa*. RS: Assembléia Legislativa do RS, 1981.

Arquivo pessoal de Aurélio Fernandes:

FERNANDES, Aurélio. *O brizolismo e os 21 anos de PDT*. Texto. RJ: s/e, 2001.

Arquivo pessoal de Luiz Henrique Ferreira:

Informe. As origens do Centro de Mobilização. Documento. s/d.

Textos eletrônicos:

JOSÉ MAURÍCIO. *Meu amigo LB*, 13 de janeiro de 2004. Disponível em http://www.pdt.org.br/bz/zemauricio_bz83.asp.

MST. Disponível em: <http://mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4179>. Acesso em: 12 de março de 2009.

PDT. *Projeto Brasil. Só a força do povo pode mudar o país*. Disponível em: <http://www.pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?od=94>. Acesso em: 8 de março de 2009.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Projeto Brasil 94*. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/partido/programaint.htm>. Acesso em: 13 de agosto de 2009.

PSOL. Disponível em: <http://psol.org.br/nacional/partido/programa>. Acesso em: 12 de março de 2009.

RÊGO, Fausto. *Bom Combate*. Disponível em: <http://www.wooz.org.br/entrevists9.htm>. Acesso em: 08 de março de 2009.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo>.

<http://pt.wikipedia.org>.

Depoimentos concedidos à autora:

Adeílson Telles – militante comunista do setor bancário, de 1981 a 1991. No dia 14 de abril de 2008.

Anísio Cáder – vice-presidente do DCE da UERJ em 1979, fundador e dirigente do PDT. No dia 3 de novembro de 2008.

Anita Benario Prestes – prof.^a da UFRJ, ex-membro do PCB, em novembro de 2007.

Aurélio Fernandes – filiado ao PDT desde 1982, dirigente partidário e diretor do Instituto Alberto Pasqualini/Fundação Leonel Brizola, em dezembro de 2007.

José Maurício – fundador do PDT, ex-deputado federal e secretário estadual de minas e energia nos governos de Leonel Brizola (1982-1986/1990-1994). No dia 16 novembro de 2008.

Kadu Machado, Marcelo Barbosa e Sérgio Batalha, militantes do PCB, no setor de juventude, até 25/03/1992, e criadores e editores do jornal *Algo a Dizer*. No dia 04 de junho de 2008.

Luiz Henrique Ferreira, Luiz “Cidadão” – fundador do PDT, militante do movimento estudantil e associativo no bairro de Copacabana. No dia 12 de novembro de 2008.

Maurício Pencack – dirigente do Coletivo Gregório Bezerra. No dia 23 de setembro de 2008.

Pedro Castro – militante da Reconstrução do Partido Comunista até 1989, sociólogo e professor da UFF, em novembro de 2007.

Ricardo Figueiredo de Castro – militante comunista do PCB de São Gonçalo, de 1988 a 1992, e editor da Revista *Arrabaldes*. No dia 01 de abril de 2008.

Sergio Rayol – militante sindical bancário e da Reconstrução do Partido Comunista. No dia 9 de outubro de 2008.

Teodoro Buarque de Hollanda – cientista social, ex-membro do PDT. No dia 7 e 15 de setembro de 2009.

Theotônio dos Santos – ex-dirigente da POLOP, prof. de economia, fundador e ex-membro do PDT. No dia 23 de dezembro de 2008.

Vivaldo Barbosa, dirigente do PDT, ex-deputado federal. No dia 6 de novembro de 2008.

**Depoimentos concedidos a instituições/ professores:
(CPDOC-FGV):**

MACIEL, Lysaneas. *Lysaneas Maciel (depoimento, 1998)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2003.

RESENDE, Jó Antônio. *(depoimento, 1999)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

TALARICO, José Gomes. in: **FREIRE**, Américo (coord.) *José Talarico*. Depoimento ao CPDOC. Conversando sobre política. RJ: Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense/ ALERJ/ Fundação Getúlio Vargas. 1998.

Professora Denise Rollemberg, Departamento de História da UFF:

SIRKIS, Alfredo. Entrevista concedida a Denise Rollemberg, com a presença de Luciana Soutelo e Gabriela Marins – bolsistas de iniciação científica. Rio de Janeiro, 4 de abril de 2005.

Anexos

Figura 1: disponível em www.fy.wikipedia.org/wiki/vladimir_lenin. Acesso em 16 de maio de 2009.

Figura 2: *Tribuna de Debates*, nº 2, 19/08/1991. p. 3.

Figura 3: VII Congresso do PC do B, em 1988. Disponível em www.scielo.br/img/revistas/rbh/v28n56/12f1.jpg. Acesso em 16 de julho de 2009.

Figura 4: X Congresso do PC do B, em 2001. Disponível em www.scielo.br/img/revistas/rbh/v28n56/12f4.jpg. Acesso em 16 de julho de 2009.

Glossário de organizações políticas do PT

ARTICULAÇÃO – Corrente política do PT que aglutinava as principais lideranças do “novo sindicalismo”, liderada por Luís Ignacio da Silva, o Lula. Nasceu do “movimento dos 113” congregando intelectuais, ex-guerrilheiros e membros da Igreja Católica das Comunidades Eclesiais de Base.

ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA – Corrente petista que se originou de um racha da corrente “Articulação 113” através do Manifesto “A Hora da Verdade”. Walter Pomar é o nome de maior expressão deste agrupamento.

BRASIL SOCIALISTA – A tendência reunia os remanescentes do antigo PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), um grupo, dissidente do PCB nos anos sessenta, que aderiu à guerrilha. A corrente era liderada pelo pernambucano Bruno Maranhão.

CAMPO MAJORITÁRIO – Expressando a implosão da antiga Articulação, o agrupamento originou-se da composição de segmentos desta tendência com outros campos ou personalidades. Possui os principais líderes e dirigentes do PT, vinculado, sobretudo, aos sindicalistas, parlamentares e membros do governo Lula. Controla a direção do partido e ocupa a sua presidência com Ricardo Berzoini.

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA – A CS, corrente trotsquista, era vinculada à LIT (Liga Internacionalista dos Trabalhadores). No Brasil a organização chegou a influenciar importantes segmentos dos movimentos sociais, como a juventude (Rio de Janeiro) e o sindical (bancários do Rio de Janeiro e metalúrgicos de São José dos Campos, por exemplo). Possuía nomes de expressão pública como Ernesto Gradella, Cyro Garcia e Zé Maria. Atuou como corrente petista até o I Congresso de 1991, quando iniciou o processo de “ruptura-expulsão” do PT.

DEMOCRACIA SOCIALISTA – A DS, corrente trotsquista filiada ao Secretariado Unificado, tinha como principal dirigente o teórico belga Ernest Mandel. O grupo participou ativamente da construção do PT com uma importante participação em alguns segmentos e regiões, principalmente no Rio Grande do Sul. Possuía nomes de expressão pública como Raul Pont, Flávio Kutz e, até 2003, Heloísa Helena.

FORÇA SOCIALISTA – Tendência interna do PT que se formou a partir do MCR (Movimento Comunista Revolucionário), que reunia remanescentes de três organizações: OCDP (Organização Comunista Democracia Proletária), *Ala-Vermelha* (ex-PC do B) e MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado). Possuíam personalidades públicas como o deputado federal paulista Ivan Valente e o ex-prefeito do Pará Edmilson Rodrigues.

LIT-QI / MAS – A Liga Internacionalista dos Trabalhadores – Seção da Quarta Internacional é um dos rachas da IV Internacional. Tinha como principal dirigente e

fundador o argentino Nahuel Moreno. O principal partido da LIT durante os anos oitenta foi o Movimento ao Socialismo, o MAS. Através de personalidades públicas como os deputados Luís Zamora e Sílvia Diaz, ele chegou a ter uma grande projeção social, ocupando a vice-presidência na chapa da Izquierda Unida, disputou as eleições presidenciais argentinas no final dos anos oitenta em aliança com o PC argentino.

O TRABALHO – corrente trotsquista vinculada à CIR (Centro Internacional de Reconstrução da IV Internacional), liderada por Pierre Lambert. No Brasil possuía um importante trabalho no funcionalismo público e a sua principal expressão pública era a deputada federal Maria Laura.

PRC / NOVA ESQUERDA / TENDÊNCIA MARXISTA - Seguindo a tendência de muitas organizações marxistas-leninistas, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), nos anos oitenta, protagonizou um intenso e radical processo de debates, dando origem a duas correntes petistas: a Nova Esquerda (NE) – promotora de importantes reavaliações dos pressupostos marxistas e das estratégias da revolução e de construção do socialismo – e a Tendência Marxista (TM) – identificada com o legado do “marxismo revolucionário”. Dirigentes petistas importantes compuseram a NE. Eram os casos de José Genoíno e Tarso Genro. Da TM destacavam-se Ronald Rocha e Arthur Scavone.

PRT MÉXICO – Partido trotsquista mexicano vinculado ao Secretariado Unificado.

VERTENTE SOCIALISTA – Corrente interna do PT, liderada por importantes dirigentes de São Paulo (Luiza Erundina e Augusto de Franco) e em Minas Gerais (Virgílio Guimarães). Inspiravam-se nas teorias de Rosa Luxemburgo, e mantiveram-se organizados no PT até o início da década de 90.